

Organizadores
Luís Antonio Groppo
Michel Zaidan Filho
Otávio Luiz Machado

MOVIMENTOS JUVENIS NA CONTEMPORANEIDADE





**LUÍS ANTONIO
GROPPO**

Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Unidade Americana (Unisal/Americana). Doutorou-se em Sociologia pela UNICAMP. É Pesquisador do CNPq.



**MICHEL
ZAIDAN
FILHO**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. É Doutor em História Social pela USP.



**OTÁVIO
LUIZ
MACHADO**

Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Coordenador de Atividades do Projeto "A Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-1985), na UFPE.

MOVIMENTOS
JUVENIS NA
CONTEMPORANEIDADE

Organizado por
Julia Augusta Gomes
Otiliano Luiz Junior
Oscar Luiz Machado

1ª edição, 2023

ISBN 978-65-00-33000-0

MOVIMENTOS JUVENIS NA CONTEMPORANEIDADE

Organizadores
Luís Antonio Groppo
Michel Zaidan Filho
Otávio Luiz Machado

Recife, 2008

Editora
Universitária  UFPE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou recuperação total ou parcial em qualquer sistema de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibenético. Essas proibições aplicam-se também as características gráficas da obra e à sua editoração.

Revisão: Os autores

Projeto Gráfico: Sérgio Siqueira

Capa/Diagramação: Elvira de Paula

Imagens de capa: [HTTP://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/08fotos-do-livro-movimentos-juvenis-na.html](http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/08fotos-do-livro-movimentos-juvenis-na.html)

Assistente de Comunicação: Rafaela da Mota Silveira Correia

Impressão e acabamento: EDUFPE

Movimentos juvenis na contemporaneidade / organizadores Luís Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho, Otávio Luiz Machado ; apresentação Pedro José Mendes Filho. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2008.
204 p.

Vários autores

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7315-520-4 (broch.)

1. Ensino superior – Brasil. 2. Universidades brasileiras – Movimentos estudantis. 3. Participação política – Estudantes. I. Groppo, Luís Antonio. II. Zaidan Filho, Michel. III. Machado, Otávio Luiz.

378:32

378

CDU(2.ed.)

CDD(22.ed.)

UFPE

BC2008- 085

SUMÁRIO

- 7 Autores
- 11 Agradecimentos
- 19 Apresentação
Pedro José Mendes Filho
- 21 Introdução: sob o impacto de novos movimentos estudantis
Luís Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho, Otávio Luiz Machado
- 27 Lutar é preciso e é o mais importante: a grande herança de 1968
quarenta anos depois
Franklin Martins
- 39 As passeatas pelo *impeachment* em 1992 e os jovens
“carapintadas”
Luís Antonio Groppo
- 53 O Movimento Estudantil Brasileiro: do início da década de 1990 a
2001
Andreza Barbosa
- 66 Movimento Estudantil contemporâneo: temas mobilizadores e
formas de atuação
Carla de Sant’Ana Brandão
- 84 Movimento Estudantil e as questões de gênero e de diversidade
sexual: o desafio de recriar a militância
Marcos Ribeiro Mesquita
- 108 O Movimento Estudantil e as Cotas na Universidade de
Pernambuco (UPE): uma breve reflexão
Francisco Jatobá de Andrade
- 117 Os jovens contemporâneos e a política contra o instituído
Janice Tirelli Ponte de Sousa

CONTÁGIOS

- 157 Movimento *Passe Livre*, revoltas e simulações
Leo Vinicius Liberato
- 172 Ações coletivas juvenis na atualidade moderna brasileira: uma análise do Movimento Contra o Aumento da Tarifa do Ônibus em Florianópolis/SC
Valéria Silva
- 187 Movimentos juvenis e a diversidade das pautas de lutas: por uma nova reconstituição histórica para a cidadania e com a participação dos jovens
Otávio Luiz Machado

Autores

Andreza Barbosa: É doutoranda do programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Araraquara, possui mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) concluído em 2005 e, graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Campus de Rio Claro concluído em 2001. Atualmente é bolsista Capes e membro do grupo de pesquisa "Trabalho Docente, suas relações com o universo escolar e a sociedade". Foi professora da Educação Básica da rede pública de ensino paulista e professora do Centro Universitário Amparense.

Carla de Sant'Ana Brandão: É psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta dos Departamentos de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Centro Universitário de João Pessoa. Desenvolve pesquisas sobre a juventude contemporânea nos respectivos departamentos. E é colaboradora na pesquisa *O Educacional no Discurso Político: história e memória do Movimento Estudantil da UFPB (1964-1969)*, desenvolvida no Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR - GT/PB), na Universidade Federal da Paraíba.

Francisco Jatobá de Andrade: Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). É autor de diversos trabalhos sobre cotas e pensamento social brasileiro. Sua dissertação de Mestrado tratou da seguinte temática: *Relações Raciais, Multiculturalismo e Ações Afirmativas: As Cotas na Universidade de Pernambuco* (PPGS/UFPE, 2007). É doutorando em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Franklin de Souza Martins: Participou do movimento estudantil brasileiro entre 1963 e 1968. Foi Presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UMES) e atuou na Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), exilando-se no exterior a partir de 1970. Trabalhou em jornais como Hora do Povo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo,

bem como comentarista político de telejornais da TV Globo, TV Bandeirantes, TV SBT e Rádio CBN. Atualmente é Ministro da Secretaria de Comunicação do Governo Lula.

Janice Tirelli Ponte de Sousa: Professora Associada do Departamento de Sociologia e Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e Coordenadora do Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Leo Vinicius Liberato: Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutorando do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Foi militante no Movimento Passe Livre de Florianópolis entre 2004 e 2007.

Luís Antonio Groppo: Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Unidade Americana (Unisal/Americana). É Pesquisador do CNPq.

Marcos Ribeiro Mesquita: Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Faculdade de Pato Branco/PR.

Michel Zaidan Filho: é Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. É autor de vários livros e artigos sobre partidos e movimentos de esquerda no Brasil. Publicou também *A História Como Paixão* (Anpuh, 1996) e *O Fim do Nordeste e Outros Mitos* (Cortez, 2003). Atua como orientador de trabalhos de pós-graduação e membro de vários conselhos editoriais de revistas de ciências sociais e História.

Otávio Luiz Machado: Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É Mestre em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE). Para o mestrado, contou com o apoio via bolsa da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Organizou (juntamente com Michel Zaidan Filho) a coletânea "Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior" (Editora Universitária/UFPE, 2007) e "Juventude e Movimento Estudantil: ontem e hoje" (Editora Universitária/UFPE, 2008), que também contou com Luís Antonio Groppo na organização. É Coordenador de atividade do Projeto "A Engenharia nacional, os estudantes e a educação superior: a memória reabilitada (1930-85)".

Pedro José Mendes Filho: É o atual Secretário de Juventude e Emprego do Governo de Pernambuco. Formado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também exerce o cargo de vereador em Olinda-PE, atuando, inclusive, como Presidente da Câmara Municipal.

Valéria Silva: É doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É Professora do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

AGRADECIMENTOS

Num trabalho de tal magnitude sempre é importante agradecer nominalmente a todos os que colaboraram com o Projeto em todas as suas etapas, mesmo sabendo que o esquecimento de muitos nomes será previsível. Mas que os nomes que deixamos de registrar também se sintam igualmente honrados com a obra produzida coletivamente e de interesse dos brasileiros e brasileiras.

Somos gratos às instituições que nos deram condições de realizar o trabalho: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal).

Nossos sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (PPGS/UFPE). Em especial: Professores (as): José Carlos Vieira Wanderley, José Luiz Ratton, Josefa Barbosa Cavalcanti, Paulo Marcondes, Remo Mutzenberg, Joanildo Burity, Eliane da Fonte, Maria Eduarda Rocha, Eliane Veras Soares, Jonatas Ferreira, Josimar Jorge Ventura de Moraes, Maria Nazareth Baudel, Silke Weber, Paulo Henrique Martins, Aécio Gomes de Matos, Breno Fontes, Heraldo Souto Maior e Cyntia Hamlin; Pessoal da parte administrativa e de manutenção: Zuleika Elias, Vânia Vasconcelos, Andréa Costa Borba, Priscila Braz, Jozafá Gomes e Marcelo Cavalcanti e Zenilde Alves; Estudantes do Mestrado e do Doutorado.

Nossos agradecimentos também aos professores Amaro Lins (Reitor da UFPE), Gilson Edmar (Vice-Reitor da UFPE) Edmilson Lima (Diretor do CTG/UFPE), Anísio Brasileiro (Pró-Reitor da PROPESQ/UFPE), Solange Coutinho (Pró-Reitora da PROEXT/UFPE). Assim como aos demais Professores e funcionários: da PROEXT: Ivan Vieira de Melo, Bartira Ferraz, Telma Lúcia Ribeiro, Wilza Maria A. de Melo Estrêlla, Alexandre Jorge Amaral de Oliveira, Ivo Alves de Freitas; da PROPESQ: Artur Felipe Santos Barbosa, Sebastião Luciano da Silva, Kátia Diniz de Miranda, Jaciene Duarte, Ioneide dos Santos, Fernando Machado, Carmem Pereira e Viviane Cristina; do Gabinete do Reitor: Lúcia Dias, Maria José Caminha Soares, Antônio Marques da Costa Soares Junior, Paulo Roberto de Siqueira Melo, Maria Inez Aves Sabino de Araújo, Cármen Sousa, Crispim Cipriano, Valdemir Manuel, Conceição Feitosa e Roberta Japiassu; da Editora Universitária da UFPE: Jurandi Araújo, Sérgio Siqueira, Elvira Maria Rebouças de Paula, Gilda Lins, Maria José de Matos Luna, Joel Bruno Sales, Adriana Freitas e aos demais funcionários; do corpo administrativo do CFCH: Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Lucinda Maria da Rocha Macedo, Antônio Carlos Duprat Barros e Marcos Ferreira; da Procuradoria Jurídica da UFPE: Aurélio Boaviagem, Eudes Fernando de Oliveira, Maria da

Conceição Valério, José Carlos da Silva e Jaime Sá Correia de Araújo; da Assessoria de Comunicação da UFPE: Vitória Galvão, demais jornalistas e os (as) estagiários (as); Do setor de transportes: Milton dos Santos Lopes e Claudemir Claudino; do Arquivo Central: Anisia de Araújo Amorim, Eraldo Bezerra da Silva, Livio Wanderley Azevêdo, Enilda Matias dos Santos, Marcos Antonio de Lima, Maria Socorro Silva Cardoso, Walquíria Bezerra Paulino de Cerqueira e Wilson Canuto do Nascimento; da Biblioteca Central: Ielma Costa Ferro, Adelaide Lima e Dione de Souza Santa Rosa; e a todos (as) os (as) demais que não tivemos condições de nos lembrar; da Biblioteca do CFCH: Evanise Sousa de Carvalho, Maria José de Carvalho, Rodrigo Galvão, Maria do Carmo Paiva, Fátima Gomes e equipe de bolsistas.

Nossos agradecimentos pela pontualidade na colaboração ainda aos seguintes nomes da UFPE: Líliliana Vieira de Barros, Marcos Galindo, Maria de Lourdes Florêncio dos Santos (Lourdinha), Edvânia Torres, Tânia Bacelar, Antônio Torres Montenegro, Antônio Jorge Siqueira, Socorro Abreu, Renato Athias, Lucivânio Jatobá, Jaime Gusmão, Carmen Chaves, José Queiroz, Rogério Assunção de Farias, Celso Pinto, Artur, Maria Verônica Medeiros, Alfredo Cordiviola, José Jorge de Seixas, Ricardo Santiago, Márcia Érica Maurício do Monte, Ceres Ferreira de Paula, Antônio Leal Campos, Claudinete Bezerra Rozendo de Souza, Geovane José de Almeida, Marcílio Olímpio da Silva, Severino Irineu Barbosa, Manuel Américo da Silva, Marcos Antônio Medeiros, Valderez Menezes Cavalcanti, Suely Maria das Chagas, Lidia Rodella, Giane da Paz Ferreira Silva, Jorge Alexandro Barbosa de Lima, José Alberto Lins da Silva Júnior, Pessoal da segurança patrimonial, Valeria Costa e Silva, Bráulio Brilhante, Adna Mirtes (*in memoriam*) e tantos outros nomes.

Agradecemos imensamente a colaboração do pessoal da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE/UFPE), sobretudo à Rúbia Siqueira, Mariana Campelo, Suelda Costa Lima, Flávia Machado e ao Professor Sueldo Vita.

Um agradecimento mais do que especial à Secretaria de Juventude e Emprego do Governo de Pernambuco pelo apoio ao nosso Projeto, em especial ao Secretário Pedro Mendes. E aos funcionários André Côrreia, Everalda, Amaury, Luiz Antônio e tantos outros. De igual forma aos membros da Roda de Diálogos da Juventude da Ong Etapas, em especial ao João Simão, Jakeline Lira, Padre Reginaldo Veloso e a todos (as) os (as) demais envolvidos (as).

Também nossos agradecimentos aos membros dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciência Política da UFPE, bem como o de Educação do Centro Universitário Salesiano (Unisal) de Americana, bem como às agências de fomento que possibilitaram nossos estudos ou atividades na Pós-Graduação: Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Agradecemos a todos os autores e autoras que construíram o presente trabalho pelo desprendimento, atenção e profissionalismo. Sem a presença, a confiança, a solidariedade e a troca de conhecimentos muito pouco seria possível.

Tantos órgãos foram imprescindíveis para o êxito da pesquisa: Arquivos Central, da Escola de Minas, do Centro Acadêmico da Escola de Minas, do Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), ambos na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Ouro Preto-MG; Arquivo Público Mineiro (APM), Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte-MG; Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea Brasileira da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), no Rio de Janeiro-RJ; Centro de Documentação do Movimento Tortura Nunca Mais (MTNM), Arquivo Central da UFPE e Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Arquivo Público Estadual de Pernambuco, no Recife-PE; ao Centro de Documentação e Informação e à Seção de Legislação Brasileira, ambos da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. Às bibliotecas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), do Instituto de Filosofia de Artes e Cultura (IFAC) e da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), ambas da UFOP; da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), da FALE (Faculdade de Letras) e da FAE (Faculdade de Educação), todas da UFMG; do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Biblioteca Central (BC), do Centro de Educação (CED) e do Centro de Artes, Cultura e Comunicação (CAC), ambas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); A Biblioteca Mário Henrique Simonsen da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro; A Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília-DF. E ainda: Assessoria de Comunicação da UFPE, Clube de Engenharia de Pernambuco, ao CREA-PE, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência de Pernambuco (SBPC/PE), PET de Ciências Sociais da UFPE, DCE da UFPI, Diretório Acadêmico de Pedagogia da UFF, Grêmio Politécnico da USP, Sindiextra, DNPM-PE, Centro Acadêmico Horace Lane da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, Laboratório de Pesquisa Histórica da UFOP, República Aquarius, CRUSP, colegas, depoentes, estudantes, interlocutores, colaboradores, amigos e amigas.

Às instituições de educação superior que o PROENGE contempla: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), USP (Universidade de São Paulo), UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), UFPE (Universidade de

Pernambuco), UPM (Universidade Presbiteriana Mackenzie), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFC (Universidade Federal do Ceará), UFPA (Universidade Federal do Pará), UFBA (Universidade Federal da Bahia), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), Escola de Engenharia da USP de São Carlos, UnB (Universidade de Brasília), UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá) e UFPR (Universidade Federal do Paraná).

E também a: Luiz Costa Lima, Jurandir Freire Costa, Lauro Morhy, Simone Tenório Rocha e Silva, Maria de Lourdes Fávero, Elimar Pinheiro Nascimento, Jacob Gorender, Michel Thiollent, Aníbal Frias, Maria Brayner, Craig Hendricks, Nadja Brayner, Célia Frazão Soares Linhares, Airton Queiroz, Alexandre Santos, Telga Araújo, Paulo Jaime Alheiros, José Fernando Coura, Fernando Teixeira, Abelardo Baltar, Ana Maria Araújo Freire, Joana Melo, Cláudio Pinto, Felícia Soares, Lucila Bezerra, Lúcia Pelegrino, Raíssa Pelegrino, Miriam Falcão, Célia Rands, Mauricio Rands, Adalgiza Lana, Marcelo Mário de Melo, Eliane Cantanhede, Samarone Lima, Gêlcio Fortes, Álvaro Alves Camello, Romildo Maranhão do Vale, Iberê Batista da Costa, Carlos Alberto Soares, Jaime Galvão, Francisco das Chagas Pinto Coelho, Genival Barbosa Guimarães, Guilherme Robalinho, Moema São Thiago, Ricardo Apgaua, Elza Vasconcelos, Arlindo Gilioli, Kleber Farias Pinto, Eduardo Manoel da Mota Silveira, Ana Maria da Mota Silveira Correia, Mariana da Mota Silveira Correia, Ivanisa Teitelroitt Martins, José Eduardo de Andrade, Jader Nunes de Oliveira, José Antônio Feijó de Melo, José Antônio de Albuquerque Araújo (Bolinha), Antonio Modesto da Silveira, Abdias Vilar Carvalho, José Osaél Farias, Francisco Alambert, Luis Antônio Cunha, Marcelo Santa Cruz, Antônio Divino de Moura, Ubirajara Alencar Rodrigues, Jalusa Barcelos, Maria Yara Campos Matos, Merval Jurema, Pedro Eugênio de Castro Toledo, José Alberto dos Reis Parise, Moema Mattos, Nelson Rosas Ribeiro, Norman Barbosa Costa, Sérgio Costa (Serjão), Rafael Dias, Geysson de Almeida Lages, José Antônio Gonçalves, José Moura e Fontes, Cláudio Dubeux, Adriano Batista Dias, Antônio Carlos Maranhão de Aguiar, Dorival Fernandes, João Batista dos Mares Guia, Sonia Marques, Afonso Celso Scocuglia, Marcelo Siqueira Ridenti, Roberto Romano, Heloisa Starling, Simon Schwartzman, Renato Dagnino, Gil Torres, Paulo Markun, José Murilo de Carvalho, José de Souza Martins, Marcius Cortez, Helgio Trindade, Carlos Benedito Martins, João Pignataro, Glaucia Yunes, Vítor Szejder, Regina Magalhães de Souza, Luiz Antônio Souza da Eira, João Roberto Martins Filho, Octavio Ianni (in memoriam), Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Eduardo Coutinho, Célia Bomfim, Edmo de Abreu Mendes, Bartolomeu de Albuquerque Franco, família de Douglas Morishita, Casimiro Pedro da Silva Neto, Maria do Carmo

Calijuri, Sandra de Deus, José de Paula Barros Neto, Sergio Rezende, Jesus Hortal Sánchez, Carlos Augusto Moreira Junior, Heloi José Fernandes Moreira, René Teixeira Barreira, Luiz Paulo Mendonça Brandão, Luis Edmundo Prado de Campos, Ivan Gilberto Sandoval Falleiros, José Augusto Lima Barreiros, Vanderli Fava de Oliveira, Roberto de Souza Salles, Alberto Tamagna, Alex Bolonha Fiúza de Melo, Aloísio Teixeira, Cícero Mauro Fialho Rodrigues, José Carlos Ferraz Hennemann, Marcel Mendes, Humberto Fernandes Machado, Mauro Romero, Ana Lúcia Almeida Gazzola, Fernando Amarin, Ericksson Rocha e Almendra, Emmanuel Paiva de Andrade, Reginaldo dos Santos, Danilo Amaral, Guilherme Ranzan Argenta, José César de Caiafa Junior, Marcelo Guimarães de Mello, Nelson Janot Marinho, Sílvia de Oliveira Pena, Ondine Bezerra, Milton Costa Pinto, Roberto Muniz.

Também não poderíamos deixar de agradecer às pessoas que tornaram nosso dia-a-dia bem mais tranqüilo: Francisca Mendes, Mozart Mendes, Sergio Mendes, Vilma Dias da Costa, André Costa, Luiz Barreto Costa Neto, Vaneide M. Costa e Daniel Ferreira da Silva.

Aos Docentes e discentes do Programa de Mestrado em Educação e dos cursos de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia da Unisal, do Departamento de Ciências Sociais, de História e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFPE.

É fundamental ressaltar a importância do convívio ou da colaboração com alguns estudantes de graduação ou de pós-graduação: Gleifer Vaz Alves, Fernando Valeriano de Almeida Lins, Thiago Figueiredo Cardoso, Júlio Auto de Medeiros, Pablo Marcell, Rodolfo Rodrigo, Vinicius Fabrino Gomes, Alcides Luiz, Thais Barros, Cláudio Roberto Soares Espíndola, Araken Albino Galindo, Tiago Arruda Pontes, José Roberto Santos da Silva, Rodrigo Bernardo, Marcelo Pedro Santos, Manoel Ferreira dos Santos Neto, Jader Freire, Daniel Lima, Robson Soares Brasileiro, Jairo Oliveira, Pedro Fernando, Thiago Santos, Manuel Sergio Martins, Caio Fatorri, Bruno França de Souza, Rodrigo Rodrigues da Silva, Haydée Svab, Débora Maria Marques Mitter, Felipe Sanchez, Leonardo Alexandre Ferreira Leite, Marcio Gregory, Mauricio Watanabe Ribeiro, Diego Rabatone Oliveira, Guilherme Argenta, Aracele Lima, Filipe Saraiva, Mayara Mendes, Ludmila Almeida, Fernando Gonçalves, Karla Gonçalves Noya, Walfrido Cabral Claudino, Wanessa Gonzaga do Nascimento, José Remon Tavares da Silva, João Verissimo do Amaral Neto, José de Lira Santana, Sandra Marília Maia Nunes, Marco Aurélio Dornelas da Silva, Aristóteles Veloso da Silva Muniz, Jacira Silva de França, Marina Félix de Melo, Diogo Valença de Azevedo Costa, Rogério Alves de Lima, Joanna Lessa Fontes Silva, Maria Lúcia Sodrê, Maurício Antunes Tavares, Maria de Lourdes Pires, Luiz Carlos Pinto, Carolina Dantas Figueiredo, Líana Simões da Costa Ferreira, Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda, Patrícia

Cabral, Lindalva Alves Cruz, Maria de Assunção, Maria da Conceição Mariano, Ivan Ferreira da Silva, João Paulo de França Ferrão Alves, Manoel Sotero Caio Neto, Mariana de Oliveira Portela, Mercês de Fátima dos Santos Silva, Micheline Dayse Gomes Batista, Márcio Abreu de França, Paula Manuella Silva de Santana, Paulo Henrique Miranda da Silveira, Veridiana Pereira Parahyba Campos, Erliane Miranda da Rocha Ferreira, Marcela Zamboni Lucena, Eveline Gama Rojas, Bárbara Michelle Duarte, Breno Bittencourt Santos, Ana Carolina da Silva Moura, Cibele Maria Lima Rodrigues, Ana Carolina Carneiro Leão, Senyra Martins Cavalcanti, Fabiana Moraes da Silva, Elaine Cristina Pimentel Costa, Joilson Barreto Costa, Maria Sheila Bezerra da Silva, Michely Peres de Andrade, Roberta de Sousa Melo, Francisco Mesquita de Oliveira, Adriana Tenório, Manuela Fialho Galvão, Anderson José Ribeiro Antunes, Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa, Rodrigo Benevides, Roseane Custódio, Nelson da Cruz M. Fernandes, Conceição Maria Dias de Lima, Euda Kaliani Gomes Rocha, Karina Areias de O. Melo, Luzia Azevedo Albuquerque, Madson José Albino Rafael, Maria Ester Lima Oliveira, Murilo de Avelar Alchorre, Paulo Danilo Vargas Alves, Gláucia Maria Tinoco, Anne Gabriele Lima Sousa, João Paulo Lima e Silva Filho, José Augusto Amorim da Silva, Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior, Patrícia Bandeira de Melo, Sérgio Ricardo Ribeiro Lima, Alex Sandro dos Santos França, Ivan Fontes Barbosa, Gustavo Gilson Oliveira, Maria Adriana Torres, Maurício Antunes Tavares, Osvaldo Varella, Mariana Trajano, Rui Gomes de Matos Mesquita, Vilma Soares Lima, Rosier Batista Custódio, Sam Thiago Pereira Borges, Talita S. Pedrosa Paes, André Araújo de Andrade, Jair Rocha de Oliveira Neto, Rosangela Silva de Souza e tantos outros que a memória não nos permitiu lembrar.

Também não poderíamos deixar de mencionar aos diversos colegas que permitiram uma inserção internacional dos nossos projetos: Grupo do Colóquio Internacional “**Movimento Estudantil: dilemas e perspectivas**”, que foi organizado pelo Projeto “Culturas Juvenis: Diferença, indiferença e novos desafios democráticos” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal: Elisio Estanque, Boaventura de Sousa Santos, Hugo Dias, Alexandra Silva, Colin Barker, Miguel Gómez Oliver, Nina Clara Tiesler, José Manuel Mendes, Miguel Cardina, Claudino Ferreira, Ana Drago, Ana Paula Marques, Rui Bebian, Hélder Costa, Diana Andringa, José Neves, Zita Henriques, Miguel Duarte, Ana Sofia Pinto e Maria Manuela Cruzeiro; ao Grupo do Simpósio “**Movimientos Estudiantiles en América Latina (Siglo XX)**” do “Congreso Ciencias, Tecnologías y culturas- Diálogo entre las disciplinas del conocimiento. Mirando al futuro de América Latina y el Caribe” do Chile: Alberto del Castillo Troncoso, Silvia González Marin, Fabio Moraga Valle, Ana López, Norma Huizar Hernández, Florencia Gutierrez, Rene Rivas Ontiveros, Denisse De Jesús Cejudo, Laura Beatriz Moreno Rodríguez, Santiago Aránguiz Pinto, Gislene Edwiges De Lacerda,

Javier Moyano, Pablo Toro Blanco, Renate Marsiske, José Domingo Carrillo, Víctor Muñoz Tamayo, Rafael De La Garza Talavera, José G. Vargas Hernández, Jaime Pensado, Alcira Soler, Martín Bergel, Ana María Torres Arroyo, Sergio Arturo Sánchez Parra Francisco Javier Gárate, Mina Alejandra Navarro Trujillo, José Ignacio Gomeza Gómez, Lorena Martínez Zavala, Regina Maria Michelotto, Iván Pinxeira Torres, Fernando De La Cuadra e Cuauhtémoc Domínguez Nava; ao Grupo do Simpósio da Ahila "La generación de los sesenta en América y Europa: manifestaciones culturales, sociales y políticas" da Holanda: Silvio Benevides, Cuauhtémoc Domínguez Nava, Silvia González Marín, Gloria Arminda Tirado Villegas, Emma D. Martínez, Miguel Urrego, Ana María Torres Arroyo, Daria Jaremtchuk, Nanne Timmer, Thomas Fischer, Beatriz Kushnir, Lizbeth Castillo Farjat, Ana María Sánchez Sáenz, Maria Victória Espiñeira González, Breno Marqués Bringel, Diana Margarita Favela García, José René Rivas Ontiveros. Ao Grupo "Reformas universitarias y destinos de los líderes estudiantiles en América Latina" que está sendo constituído para o 51 ICA (53º. Congresso Internacional de Americanistas) no México: Os povos americanos: mudanças e permanências. A construção da própria identidade num mundo globalizado": Ellen Spielmann, Renate Marsiske, Mina Navarro, Fabio Moraga, Victor Muñoz Tamayo, Miguel Ángel Gutiérrez, Alvaro Acevedo Tarazona, Anabelle Contreras Castro e aos demais participantes que ainda integrarão o nosso evento.

Aos diversos leitores da coletânea anterior do projeto, bem como aos órgãos ou entidades que divulgaram e ainda divulgarão o Projeto ao longo do seu desenvolvimento: Assessoria de Comunicação Social da UFPE, USP, UNISAL, UnB, UFLA, UFOP, UFU, Mackenzie e PUC-Campinas, TV Universitária (TVU/UFPE), Jornal do Comercio do Recife, Diário de Pernambuco, UNIVERSIA, Correio Brasiliense, TV Cultura, TV Globo Nordeste, Rádio Folha, Rádio CBN Recife, Rádio Clube, Folha de São Paulo, Correio Popular, O Tempo, O Estado de Minas, O Estado de S. Paulo, Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), Site Aprendiz, Revista Pesquisa Fapesp, Revista Eletrônica de História da UFOP, Revista de História da Fundação Biblioteca Nacional, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES), Secretaria de Juventude do Tocantins, Secretaria de Juventude de São Paulo, ONG Etapas, Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), Site Onda Jovem, Site Juventude e Ação Política, Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (ABENGE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), Site PE360graus, Agência Globo, Dez Notícias, Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) e a tantas outras

instituições que se esforçaram para que o conhecimento produzido e de interesse público chegasse o mais próximo possível dos leitores brasileiros.

Nossos agradecimentos pela colaboração na assistência de divulgação do livro a Rafaela da Mota Silveira, cujas idéias e planejamento estão nos auxiliando a encontrar de uma divulgação mais adequada dos nossos projetos e das coletâneas que organizamos.

Da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na qual a atual pesquisa iniciou, também não poderíamos deixar de agradecer alguns nomes que ao longo dos anos colaboraram ou contribuíram conosco: Adilson Pereira dos Santos, Renato Godinho Navarro, Raissa Palma de Souza Silva, André Lana, Rafael Magdalena, João Luiz Martins, Antônio Gomes de Araújo, Dirceu do Nascimento, Jório Coelho, Leonardo Godefroid, José Carlos Reis, Ronald Polito, Adriano Cerqueira, Ângelo Alves Carrara, Keila Deslandes, Ivan Antônio de Almeida, Agostinho Barroso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, Victor Godoy, Gisélia Maria Ribeiro Maia, Antônio Carlos Rodrigues da Silva, Fernando José Toledo, Leonardo Luiz Ferreira, Keila Marques Carvalho, Lúcia Maria Matias, Jânio Luiz Penna, Geraldo Antônio Batista, Luiz Geraldo da Silva, Geraldo de Souza Carvalho, Efigênia Ferreira da Silva, Antônio Venâncio Filho, Geraldo Beraldo Moreira, Silvana das Graças Silva, Regina Gontijo C. Viana, Jaime Antônio Sardi, Gabriel Augusto Sanchez Hernandez, Maria Auxiliadora Machado, Sônia de Fátima Passos, Marli Inácio da Silva Coelho, Maria do Carmo Cardoso Rodrigues, José Alves Cardoso, Mário Eugênio de Oliveira Bezerra, João Luiz Soares, Geraldo Baldi, Êlido Bonomo, Maria Fernanda Salcedo Repolês, Suzana, Marilac, Marli, Meire, Valdete, Antônio Claret Soares Sabioni, Janete Jobim, Antônio Laia, Eduardo Trópia, Dimas Guedes,

Por fim, ao indispensável apoio familiar, pois sem o amor e o respeito dos nossos familiares, também não teríamos tido nenhuma perspectiva naquilo que fazemos e sonhamos fazer. Em especial a Avelino Emídio da Silva, Olívia Maria Machado, Francisco Luiz Marzinotto Junior, Lucas Marzinotto e Adauto Rodrigues da Silva.

E ao povo brasileiro, que é na verdade o grande financiador de parte dos nossos estudos e trabalhos, pois é a partir daí que foram abertas as condições de fazê-los com os privilégios essenciais para o seu pleno desenvolvimento. E aos jovens brasileiros que estão atuando nos mais diversos espaços da nossa sociedade, que os movimentos juvenis e estudantis de hoje sejam devidamente registrados, reconhecidos e amplamente abordados pelos pesquisadores que futuramente também se dedicarão aos temas aqui tratados. É uma tarefa de vocês resgatarem as histórias daqueles que começaram antes de vocês.

OS ORGANIZADORES

APRESENTAÇÃO

Pedro José Mendes Filho

Com muita alegria que tenho a oportunidade de apresentar este livro **MOVIMENTOS JUVENIS NA CONTEMPORANEIDADE**, publicação que é coordenada pelos professores Luís Antonio Groppo, Michel Zaidan Filho e Otavio Luiz Machado. Uma publicação que pode ser reconhecida como histórica, pois nos aproxima de análises e narrativas de relevante teor acadêmico e prático, e por outro lado, de grande atualidade, pois reflete a diversidade recente de atuações e das lutas dos movimentos juvenis na contemporaneidade.

Os capítulos do livro percorrem um longo trajeto que aborda a herança de 1968, a luta pela afirmação dos jovens; trazem ainda os caras-pintadas, a organização estudantil na década de 1990 e suas diversas formas de atuação, a questão de gênero e da diversidade sexual no movimento estudantil, reflexões sobre o movimento estudantil e as cotas na Universidade de Pernambuco (UPE), e finalmente recentes análises sobre o movimento Passe Livre e de ações coletivas juvenis na atualidade.

Além dos ricos relatos e reflexões, muito bem expressados nos capítulos, a publicação explicita o reconhecimento da luta de gerações e como estas lutas vêm mudando e se diversificando na contemporaneidade em uma multiplicidade de atuações e, conseqüentemente, de distintos atores juvenis.

Não podemos pensar no desenvolvimento de uma justiça social plena ou em inserção internacional autônoma sem a nitidez de que o investimento com qualidade na juventude deverá ser condição mínima para a construção de nosso projeto de País. Não se pode pensar em coesão social, sem construir o capital social do século XXI por meio do envolvimento efetivo e do empoderamento dos setores juvenis organizados no combate às desigualdades. Sendo mais afirmativo: pensar em soluções para o Estado de Pernambuco e para o Brasil sem priorizar a juventude como elemento chave das novas estratégias de desenvolvimento econômico e social representa claramente um equívoco de análise de nossa conjuntura.

MOVIMENTOS JUVENIS NA CONTEMPORANEIDADE consegue apresentar esta relevância e a importância da condição e da atuação

juvenil para a sociedade, em toda sua diversidade, e nos faz refletir sobre as novas necessidades para fortalecer a atuação e a organização destes movimentos cidadãos, suas mudanças de pautas e suas diferentes formas de atuação. Uma leitura indispensável para quem trabalha com a difícil missão de promover e garantir os direitos da juventude em nosso País.

INTRODUÇÃO SOB O IMPACTO DE NOVOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

Luís Antonio Groppo
Michel Zaidan Filho
Otávio Luiz Machado

A motivação primeira desta coletânea foi o desejo de reunir uma produção representativa sobre história e sociologia dos movimentos estudantis e juvenis no Brasil, mas não se fechando para as experiências de outros países. Para tanto, buscamos contatar e mobilizar diversos pesquisadores, tanto experientes quanto jovens, com a intenção de construir aqui uma espécie de antologia da reflexão sócio-histórica, em especial de pesquisadores brasileiros, mas não somente, sobre os movimentos juvenis e estudantis desde os anos 1960.

Antes de adentrar neste balanço histórico, oferecemos na primeira parte reflexões historiográficas mais amplas e abertas, debatendo sobre os elementos míticos e simbólicos presentes nos movimentos estudantis, bem como sobre as possibilidades sócio-políticas transformadoras contidas nas atuais juventudes brasileiras.

Em seguida, a partir dos movimentos estudantis dos anos 1960, em destaque o ano de 1968, a coletânea caminha para o relativo eclipse destas mobilizações nas décadas seguintes – graças à repressão política e às transformações sócio-econômicas e culturais que atingiram em cheio a classe universitária. Ela chega ao final do século XX e início do século XXI apresentando indícios tanto da sedução dos universitários pelo consumismo e pela cultura do efêmero, quanto da atuação juvenil – não necessariamente no papel de estudantes – dentro de protestos sociais diversos.

Deste modo, a coletânea pretendeu encontrar no elemento "juventude" as ligações entre os movimentos estudantis do passado – em especial, nos anos 1960 – e movimentos sociais posteriores e contemporâneos (estudantis ou não) compostos majoritariamente por jovens. Ela pode demonstrar o teor contestador que os movimentos protagonizados por jovens assumiram em diversos momentos da recente história brasileira (e, de modo secundário, em Portugal e França), teor que não foi o mesmo ao longo do tempo, nem em intensidade, nem em suas modalidades de negação da realidade social.

INTRODUÇÃO

Também, os limites que o desejo de auto-afirmação juvenil encontrou em diversos momentos históricos, considerando a sua conjuntura social, econômica, política e cultural. Neste sentido, pode tanto demonstrar o quanto esta conjuntura favoreceu e mesmo estimulou os estudantes universitários e outros jovens a se mobilizar no Brasil dos anos 1960, assim como se abateu com vigor contra as ações estudantis nas décadas seguintes (principalmente nos anos 1970) e, enfim, como a possibilidade de rebeldia juvenil se manifestou nestes anos de fechamento político e posteriormente, inclusive ou principalmente através de meios culturais.

Busca, assim, discutir os limites, as possibilidades e as realidades de contestação sócio-política e cultural das juventudes contemporâneas, inclusive desmistificando a impressão de que as novas gerações apresentam tão somente conformismo, resignação e individualismo.

Mas esta coletânea não poderia de registrar ao menos o sentimento de surpresa diante do fato de que, no início de 2007, universitários ocuparam reitorias de *campi* de universidades públicas, primeiro paulistas, depois em outros estados. Destacou-se o movimento na USP (Universidade de São Paulo), feito à margem da entidade oficial representativa dos estudantes e levando a reboque algumas organizações estudantis da extrema esquerda que improvisaram ocupações em outros locais. Novamente, instaurou-se um intenso debate, às vezes opondo estudantes e professores, outras estudantes aliados a professores contra dirigentes do ensino superior, outras promovendo a aliança de todos estes contra governantes.

Assim, mal se prepara este livro e ele já se vê surpreendido pela dinâmica da história e dos agentes sociais.

Sob o impacto de novos movimentos estudantis

Os movimentos estudantis tiveram notável diversidade ao longo da história. Primeiro, pelas causas da mobilização, em geral, girando em torno de reivindicações específicas ao universo estudantil (as lutas "sindicais"), ou em torno de protestos de caráter político, buscando interferir nos rumos gerais da sociedade. Muitas vezes, como em 1968, os movimentos começam pelos primeiros motivos e logo aderem aos segundos.

Uma outra fonte de sua diversidade foi a ideologia. Nem sempre os movimentos aderiram a valores "progressistas". Na verdade, mesmo entre os progressistas há uma grande diversidade: nacionalismo

progressista do século XIX, ideais anti-oligárquicos e republicanos (que caracterizam a participação dos estudantes latino-americanos até a primeira metade do século XX), ideais desenvolvimentistas e populistas (caracterizando estes mesmos estudantes nos anos 1950 e início dos anos 1960) e "socialismo". Entre os socialismos, nova diversidade, desde o utópico de Saint-Simon e Fourier às novas esquerdas dos anos 1960.

Contudo, os movimentos por vezes adotaram ideologias chamadas de "regressistas", em geral de caráter extremado, dado que o apelo que atrai os jovens, costumeiramente, é mais o emocional-idealista que o lógico-doutrinário. Nestes casos, temos os *muscadins* na Revolução Francesa (combatendo os jacobinos), irmandades estudantis como a *Burschenschaften* na Alemanha do século XIX, e, principalmente, o apoio juvenil-estudantil a movimentos nazi-fascistas na primeira metade do século XX (fenômeno que, de certa forma, permanece até os dias de hoje entre grupos neofascistas).

O apoio juvenil aos fascismos foi um dos momentos significativos da história dos movimentos estudantis, marcando os anos 1920 e 30 em especial. Outros momentos têm caráter mais progressista, como a participação de estudantes nas Revoluções de 1830 e 1848, na França; o movimento de Reforma Estudantil que, da Argentina, no final dos anos 1910, espalhou-se para outros países da América Espanhola; e, o mais famoso de todos, a onda mundial de revoltas juvenis dos anos 1960, em destaque o ano de 1968.

Apenas em 1986, ainda que sem a mesma força, esboçou-se outra onda mundial de movimentos estudantis, em países como México, França, Espanha, Palestina, Coreia do Sul e China. Em alguns países, desde então, estes movimentos se caracterizaram mais como "lutas específicas", como México e França. Outros, ao lado ou não destas reivindicações, desejaram interferir nos rumos políticos de seus países, em prol da democracia ou contra regimes autoritários, corruptos ou anti-sociais, como a Coreia do Sul e, em 1989, o movimento estudantil da Praça da Paz Celestial, em Pequim - que, na esteira da Queda do Muro de Berlim, lutava pela redemocratização do regime chinês, mas acabou esmagado por tanques e tropas que ceifaram incontáveis vítimas.

O Brasil, em 1992, conheceu um movimento social largamente apoiado nos estudantes secundaristas e universitários, que culminou no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.

Nos anos recentes, "questões específicas" têm reacendido os ânimos dos estudantes. Primeiro, através de protestos veementes em

algumas grandes cidades de jovens – em sua maioria, estudantes do Ensino Médio – pelo direito ao transporte público gratuito. Segundo, no primeiro semestre de 2007, ocupações por universitários de reitorias em instituições públicas.

A ocupação que mais se destacou ocorreu na USP (Universidade de São Paulo), na capital paulista. Ela se deveu fundamentalmente à ameaça sentida pelos estudantes e parte dos professores da instituição de que estava ferida a autonomia universitária com as últimas medidas governamental relativas às universidades estaduais paulistas. Como vem se dando desde o advento da universidade moderna, a partir do Renascimento, estudantes, com ou sem o apoio dos professores sempre lutaram – tantas vezes em vão – para manter a liberdade acadêmica e a autonomia da universidade, considerando-as como fundamento da construção do saber. Estes fatos se repetiram inclusive ao longo dos anos 1960, em diversas revoltas estudantis, em especial na ex-Alemanha Ocidental e no México, diante de medidas governamentais e às vezes da própria administração universitária contra a liberdade acadêmica e a autonomia universitária.

É preciso lembrar que recentemente estudantes da Faculdade de Filosofia da USP ficaram meses em greve em prol da contratação de mais professores para a instituição. Assim, aquele movimento de ocupação não se criou do dia para a noite, faz foi fruto de um lento processo em que vários outros aspectos – como o da precarização de certos cursos universitários considerados “menos nobres”, como os de humanidades – se fizeram presentes.

Apesar desta mobilização lembrar as clássicas rebeliões estudantis, cremos que não se deve falar hoje em um “movimento estudantil”. Este fenômeno integra uma série diversa de “movimentos juvenis”, por sua vez, parte mesmo de diversas mobilizações sociais que têm nos jovens uma parcela importante dos seus integrantes. Há não apenas este movimento na USP e outras universidades públicas pela autonomia universitária, mas também o Movimento Passe Livre em diversas capitais e grandes cidades do país, em defesa do transporte público gratuito, afora os movimentos contra a globalização neoliberal – ainda que hoje estes últimos estejam menos ativos.

- Cremos que os jovens, de diversas camadas sociais, têm se mobilizado e desejado atuar. Muitos o fazem em programas de voluntariado, que em geral pouca transformação social efetiva traz. Outros o fazem em movimentos sociais que, ou são ocultados pela mídia, ou, quando fazem muito “barulho”, são tratadas por ela como bagunça ou “anarquia”. Não se constituem em movimentos de

envergadura e organicidade como os dos anos 1960, no próprio Brasil, mas ainda assim não devem ser desprezados e demonstram que, apesar de tantas dificuldades sócio-econômicas, educacionais e de perspectiva de futuro, os jovens de algum modo se mobilizam, sendo injusta a sua expressa taxaço como "alienados" e/ou "arruaceiros" como tão facilmente tendemos a fazer.

Outro aspecto a ressaltar é que boa parte das mobilizações e ações estudantis e juvenis não passa mais pelos partidos e pela política institucional, mas sim pelo voluntariado, movimentos culturais e artísticos, revoltas sócio-políticas contra problemas sócio-econômicos pontuais (tais como a luta pelo transporte público, pelo direito à moradia, pela autonomia universitária etc.). Se vivemos hoje uma democracia política formal, vivemos também uma ditadura perversa do capitalismo em tempos de neoliberalismo e globalização, em que governantes, Estados e povos se deparam sempre com o lema "não há alternativa...". A política formal parece pouco propícia para a expressão das novas insatisfações e para se sonhar em alternativas.

Enfim, mesmo sem a evidência de 1968, os estudantes e seus movimentos continuam incomodando os adultos e instituições sedimentadas, ora lutando pelo direito a uma boa formação, ora encabeçando reivindicações sociais mais gerais. Em geral, tal qual como antes, para nosso bem.

Ainda que pega pela efervescência dos novos movimentos estudantis, esta coletânea deseja contribuir também – de algum, ou de diversos modos – com aqueles que se surpreenderam com estas novas mobilizações universitárias, seja os que vislumbraram nela tão somente ou principalmente aspectos negativos, quanto os que desejaram ver nelas uma esperança que todos os autores aqui, certamente, comungam: a de que o mundo universitário possa novamente se repolitizar e se tornar uma ampla arena de debates e práticas que anseiam repensar a sociedade em que vivemos.

LUTAR É PRECISO E É O MAIS IMPORTANTE: A GRANDE HERANÇA DE 1968 QUARENTA ANOS DEPOIS¹

Franklin Martins

Meu nome completo é Franklin de Souza Martins. Nasci em 10 de agosto de 1948, em Vitória, Espírito Santo, mas me criei no Rio de Janeiro. Era anfíbio, circulando muito entre os dois Estados. Ia bastante a Vitória (minha mãe era de lá) e retornava ao Rio, terra de meu pai.

Meu pai, Mário de Souza Martins, foi jornalista e político, tendo sido deputado e senador. Teve seu mandato de senador cassado depois do AI-5. Ele foi mais jornalista do que político. Minha mãe, Dinah Almeida de Souza Martins, embora tivesse formação em Direito e em Farmácia, nunca exerceu nenhuma dessas profissões. Foi apenas mãe de família, como era muito comum naquela época.

Estudei a vida toda no Rio de Janeiro. Fiz escola primária pública em estabelecimentos municipais, depois cursei o antigo ginásio no Colégio Pedro II e o clássico no Colégio de Aplicação da UFRJ. Em 1967, entrei para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, onde cursei dois anos. Não cheguei a me formar, pois fui expulso da Escola em 1969 por motivos políticos. Em 1967, prestei concurso para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (CIFCS) da UFRJ. Durante alguns meses, cursei as duas escolas, mas como havia entrado no IFCS somente para montar uma base da Dissidência Comunista da Guanabara, quando a base estava formada, três meses depois do início das aulas, parei de assistir as aulas.

Naquela época, havia poucos estudantes universitários no país. A famosa peça da UNE de 1963, o "Auto dos 99%", demonstrava isso: de cada 100 alunos que entravam no curso primário, apenas um chegava à universidade. Quando fui candidato à Presidência do DCE da UFRJ, em 1968, a UFRJ - que, junto com a USP, era a maior universidade do país - tinha 10 ou 12 mil alunos. Lembro-me de que votaram cerca de 7 ou 8 mil alunos, um comparecimento espetacular. A massa estudantil, tanto no Rio de Janeiro como no Brasil, era composta basicamente por jovens que estudavam em universidades públicas, havia pouquíssimas faculdades particulares. Os universitários eram então um segmento

¹ Entrevista a Otávio Luiz Machado.

relativamente pequeno, nitidamente de classe média. Quem chegava à universidade eram geralmente os filhos da classe média, dos profissionais liberais, dos funcionários públicos, dos empresários. Ou seja, dificilmente o povo entrava na universidade. A Universidade pública era um local de reprodução da classe média, que via a Universidade como um canal de ascensão social e de mobilidade. E a expectativa de um jovem quando ia pra universidade, no fundo, era a de ocupar mais ou menos funções semelhantes às de seus pais. Da mesma forma que não havia povo na universidade, as pessoas também não ingressavam numa faculdade com a perspectiva de ficar ricas - embora muita gente da minha época tenha ficado rica depois com o crescimento das bolsas e o surgimento do mercado financeiro. Pessoalmente, eu aspirava ser um professor ou um profissional em planejamento econômico, em órgãos como a SUDENE. Isso era algo que mexia com a minha cabeça.

Entrei no movimento estudantil muito cedo. De certa forma, desde o primeiro ano do ginásio, com 11 anos, eu já votava com os comunistas. Fui representante de turma e naquele momento já havia umas porradas entre o PCB e o PC do B. Eu não entendia muito bem o motivo daquelas brigas; afinal, todos eles eram de esquerda. Para mim, era uma coisa meio confusa. Mas eu votava com o pessoal que dirigia o Grêmio, que era do Partido Comunista Brasileiro. E por que? Com certeza devido a uma certa inquietação política e social, que eu trazia de casa - meu pai foi político, meu irmão mais velho era muito próximo do Partidão e minha irmã mais velha também tinha uma certa militância na faculdade. O fato é que todos nós éramos influenciados pelo ambiente em casa, marcado por uma inquietação política e social acentuada.

Já no 3º ano do Ginásio, eu fazia jornaizinhos de escola ou de turma. Com 15 anos, comecei a trabalhar como jornalista. Depois de um curso de jornalismo de uns 3 meses no Colégio Pedro II, consegui um estágio na *Última Hora* e, mais tarde, fui trabalhar numa agência de notícias chamada *Interpress*. E aí cobri os sindicatos em 1963, um ano de enorme efervescência sindical. Para mim, foi uma experiência de vida extraordinária, porque, como eu era um moleque, os líderes sindicais me adotaram, achavam engraçado aquele pirralho circulando nas assembleias. Passavam-me notícias e, assim, eu comecei a dar uns furos e a fazer uma cobertura melhor do que a de caras mais experientes de que eu. Tudo isso porque os sindicalistas me colocavam debaixo do braço e me protegiam.

Em 1964, depois do golpe, participei da reorganização do movimento estudantil no Colégio de Aplicação. Também fiz uma revista cultural e política para os estudantes secundaristas do Rio de Janeiro, que só não manteve a periodicidade porque veio o golpe e não deu mais para continuar. Em 1965, fui eleito presidente de Grêmio. Fizemos um trabalho muito consistente e muito forte, tanto que a quantidade de militantes de esquerda que saiu do Aplicação foi uma coisa em escala industrial. Eu diria que, proporcionalmente, naquela época, foi a escola que mais formou gente de esquerda no Brasil. Outro dia eu me dei conta de que três ministros do Governo Lula estudaram no Aplicação: Carlos Minc, Sergio Rezende e eu.

Talvez pela minha formação política no movimento estudantil secundarista, a Universidade não tinha para mim o mesmo significado que tinha para outros jovens, mais preocupados com sua formação profissional. A universidade me atraía, mais além da formação profissional, como local de formação política, de aprendizado político e de possibilidades de luta contra a ditadura militar.

Quando entrei para a Universidade, já era um militante do movimento estudantil, embora não estivesse ligado a nenhum partido político. Já me considerava marxista, e também tinha uma visão madura sobre o movimento estudantil. Tinha uma visão muito crítica da porra-louquice de alguns setores do movimento estudantil, aquele negócio que eles tinham de falar e falar e não fazer nada, limitando o trabalho político a uma vanguardinha. Para mim, isso era mais uma satisfação existencial que eles davam a si mesmos do que propriamente um trabalho de massas.

Também tinha uma visão muito crítica do Partidão, porque em 1964 ele não havia resistido ao golpe, o que para mim era uma desmoralização. Por causa disso, não respeitava o Partidão, embora respeitasse seus militantes. A AP, Ação Popular, não me dizia nada, porque me considerava marxista e comunista - e eles eram católicos. Como eu já havia superado minha fase de fé religiosa e a Igreja Católica tinha sido um baluarte a favor do golpe de 64, eu achava que os militantes da AP queriam fazer penitência e não revolução. Na verdade, eu estava sendo injusto e sectário com eles. Mas era o que eu pensava na época.

Quando entro na Universidade, em 1967, já havia começado o processo de ruptura dentro do PCB. Como eu tinha uma crítica muito forte ao Partidão, o pessoal da Dissidência Universitária, que havia rompido com o PCB, me procurou e descobri que tinha muitas afinidades com eles. Coincidiámos nas críticas políticas mais gerais ao

comportamento do PCB diante do golpe, e na recusa à conciliação, ao pacifismo e à desconfiança nas forças do povo. Ao mesmo tempo, na questão sindical, a Dissidência tinha uma visão mais amadurecida do que a da média da esquerda. Isso se manifestava claramente na questão das formas de lutas, das formas de organizações e da luta principal, as três grandes questões que dividiram o ME (Movimento Estudantil) da época.

Pela minha experiência no movimento secundarista, eu rejeitava a concepção que só pensava em formas de luta e de organização dirigidas para as chamadas "vanguardinhas". Para mim, o certo era trabalhar com o conjunto dos estudantes. As lutas teriam de mobilizar o conjunto dos estudantes, e não ficar gritando simplesmente "abaixo o imperialismo" e "abaixo a ditadura". A politização do movimento, para mim, viria como uma consequência da luta por questões mais imediatas e diretas. O importante era botar na luta o maior número possível de estudantes. Essa havia sido a experiência do Colégio de Aplicação. Ou seja, o importante não era ter um sovietezinho de estudantes de esquerda, mas criar um ambiente onde coubesse todo mundo, com campeonato de xadrez, show de música, festas, grupos de teatro, cine-clube, jornais, jornal-mural, campeonatos de esporte, excursões etc. Agindo assim, a gente ia para as eleições no grêmio do Aplicação sem adversário; a direita nem apresentava candidato, porque não tinha condições de concorrer. Apreendi ali e acho isso até hoje: devemos trabalhar com todo mundo.

A Dissidência da Guanabara, no início de sua organização, fez uma inflexão importante: definiu como luta principal o combate ao sistema educacional da ditadura. Então, passamos a reivindicar mais verbas e mais vagas e a denunciar o acordo MEC-USAID. Com isso, respondíamos a algo que havia dentro das escolas, a um desconforto muito grande com o ensino da época, que era extremamente velho, decadente, cheirava à naftalina. Os professores falavam, dissertavam; não conversavam com os alunos, um comportamento típico daquele modelo de universidade que estava em crise. E a ditadura tentava colocar as universidades a reboque das empresas, introduzindo o pagamento de anuidades escolares. E sensibilizamos o movimento estudantil quanto a isso,

Havia uma parte do movimento estudantil no Rio, sobretudo a AP e o PCBR, para quem a luta política contra a ditadura e o imperialismo era a luta principal. Eu achava que não. Lembro-me que, quando fui candidato a presidente do DCE da UFRJ, o Henfil fez uma porção de charges me sacaneando. Numa, para ele, eu só queria lutar

contra a política educacional e não contra o imperialismo. Numa outra, Tarso Dutra, Ministro da Educação da época, dizia que iria chamar "esse menino para ser meu assessor". O menino era eu. O Henfil, que era da AP, tinha na época uma visão esquerdista da luta política. Nesses setores, por qualquer coisa fazia-se uma passeata, que sempre reunia as mesmas pessoas. Na questão das formas de organização, nós sempre dizíamos que o D.A. era dos estudantes. Se nós o perdêssemos para a direita, teríamos que aceitar isso, porque era o que os estudantes decidiram.

A Faculdade de Ciências Econômicas era dominada pela direita desde 1964. Na escola, havia uma direita democrática, mas também havia uma direita fascista. Tanto que, em 1964, quem queimou o prédio da UNE foram os estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas ligados ao Comando de Caças aos Comunistas. O CCC era forte dentro da escola, o que na prática era sinônimo de briga. Volta e meia, as assembléias terminavam em brigas e porradas monumentais. As luzes apagavam e o pau comia. Em 1967, conseguimos retomar o Diretório para a esquerda. E eu fui eleito Secretário Geral naquele momento.

No plano internacional, a influência mais significativa sobre o ME do Brasil na época foi a Guerra do Vietnã. Se um pequeno povo sem armas podia derrotar a maior potência militar do mundo, então por que não podíamos derrotar a ditadura? E na América Latina também tinha o exemplo de Cuba. Foi outra influência muito forte.

Fala-se muito em 68, mas 67 foi um ano fundamental, porque ocorreu uma coisa importantíssima: a vanguarda nas escolas, que tinha se descolado inteiramente da luta dos estudantes, voltou a se conectar com a massa dos estudantes. Nós percebíamos que ir para dentro das salas de aulas seria bom para o movimento estudantil. Muitos ativistas estudantis voltaram a assistir às aulas, porque tinham parado de assistir as aulas. Restabeleceram os vínculos perdidos.

Para entender o movimento estudantil da época no Brasil, é preciso entender também o divórcio que ocorreu entre a juventude e a política tradicional. As lideranças jovens cada vez mais se jogavam na política para reformar o mundo, mas ao mesmo tempo alimentavam uma descrença enorme nas instituições - a ditadura estava ali - e uma descrença forte também na liderança dos políticos tradicionais. Quem era de direita você via com desconfiança porque havia apoiado o golpe, mesmo que tivesse descolando naquele momento, como era o caso de alguns dos principais nomes da Frente Ampla, como Carlos Lacerda, que havia sido um dos golpistas de 1964, ou mesmo de Juscelino, que

mandara o PSD votar no Castelo Branco. Como a direita tinha apoiado o golpe, para ela era muito difícil produzir um pensamento moderno, sofisticado, capaz de interpretar o país. A matriz do seu pensamento era repressora. Então quem combatia a ditadura ia pra esquerda.

Mas aí também havia outra questão, porque setores da esquerda, como o PCB, não haviam resistido ao golpe. Na hora H, foi todo mundo para as embaixadas, deixando o povo sem resposta. Assim, havia bastante descrédito nas formas tradicionais de fazer política, o que deu um vigor muito grande ao movimento estudantil. Mas também lhe trouxe limitações. Quando ele bateu no muro com o AI-5, não soube recuar e se recompor. Só conseguiu ir pra frente, de qualquer jeito. Já carregava um reflexo condicionado.

No Brasil, 68 iniciou-se com a morte do Edson Luís. Foi um momento em que a repressão ficou meio paralisada, pois ela também se assustou com o que aconteceu. A morte do estudante não foi algo programado. Foi mais um acidente de trabalho, de certa forma previsível dentro de uma cultura repressiva que tratava na porrada e na violência qualquer reivindicação ou protesto. Assim, num momento de tensão e de descontrole, alguém na polícia passou do ponto. E o assassinato do Edson Luís deu uma largada muito forte para o movimento estudantil em 68, especialmente no Rio de Janeiro, embora tenha havido manifestações de protesto em todo o país, imediatamente.

No Rio de Janeiro, convocamos em seguida uma manifestação para o aniversário do golpe militar, no dia 1º de abril. Ou seja, três dias depois do assassinato de Edson. A manifestação transcorreu no meio de uma porradaria muito grande no centro da cidade. Foi uma manifestação muito dura e violenta. E olha que ainda eram manifestações do tipo em que a gente ia e apanhava. Nós sabíamos que íamos levar porrada e realmente levávamos. Em seguida, teve a missa de 7º dia, onde foram registradas aquelas fotos famosas da cavalaria subindo a Candelária e batendo nos estudantes com sabre. Esses episódios marcaram o fim de um período do movimento estudantil, aquele em que a gente ia para as manifestações apanhar sem revidar.

Naquele instante, já tínhamos uma boa organização, trabalhávamos com grupos estruturados que respondiam a um comando, mas ainda não estavam dadas as condições para um enfrentamento. Então, quando a polícia chegava, ou corríamos ou apanhávamos. No máximo, quando caía uma menina no meio deles, a gente ia lá e tirava. Mas ainda era uma coisa assim: a polícia estava no direito dela de bater e a gente no dever de apanhar.

A partir daí, começou a mudar. As manifestações que ocorrem em seguida à missa da morte de Edson Luís já se dão a partir de uma discussão grande nas escolas quanto à segurança dos principais líderes. E essa segurança pouco a pouco começou a se tornar um serviço de ordem, como dizem os franceses, um núcleo que comandou o enfrentamento às investidas policiais a partir desse momento. Então, a partir do final de maio e início de junho, quando vem a outra onda de manifestações que vai desembocar na Passeata dos 100 mil, para reivindicar mais verbas, mais vagas, reabertura do Calabouço e a libertação dos estudantes presos, o grau de enfrentamento vai ser bem maior. E aí que começa a porrada em cima da polícia. Os estudantes jogam pedras na polícia, atraem PMs para pequenas emboscadas em ruas laterais, viram e queimam carros oficiais. Lembro-me de uma cena impressionante, que nunca vi registrada em foto. Um estudante pegou uma pá numa obra e deu uma pazada num cavalarião que vinha a todo galope. Quando o PM caiu do cavalo, todos partiram para cima dele. E os outros policiais não foram socorrê-lo, mas fugiram. Estavam começando a ficar desnorteados com a reação dos estudantes. Foi uma virada importante.

No Rio de Janeiro, a UNE tinha uma participação muito forte. Nós no Rio de Janeiro tínhamos uma visão de fortalecimento das entidades. O fato de a UNE ser dominada pela AP não queria dizer nada para nós, da UME, sob o comando da Dissidência. Tínhamos divergências políticas, mas reconhecíamos a UNE como a entidade nacional dos estudantes. A UNE ia a todas as manifestações e falava. Ia aos conselhos de DCEs e participava ao lado da UME. Ou seja, nós tínhamos divergências políticas, mas estávamos do mesmo lado. E, quando o movimento estudantil do Rio de Janeiro começou a crescer, os principais líderes da UNE que participavam ali eram o (Luís) Travassos e o (José Roberto) Arantes. O Arantes era da Dissidência de São Paulo. Então ficava uma certa disputa nos bastidores sobre quem vinha e quem ia falar pela UNE. Em geral, acabavam falando os dois.

A UNE era muito respeitada mesmo não tendo uma presença forte do ponto de vista orgânico. Como a UNE não tinha uma estrutura própria, então se sustentava nas estruturas das UEEs e da UME, que, por seu lado, também não tinham também grandes estruturas próprias. Na verdade, o ME se sustentava nas estruturas dos DAs e DCEs. Quem dava sustentação financeira e física para o movimento estudantil eram os DAs e os DCEs. No caso da UME, tínhamos jornal e estrutura um pouco maior que outras entidades estaduais, mas também não era grande coisa. Já a UNE era uma casca de ovo em cima de tudo, embora

com grande presença, com dirigentes reconhecidos e com um apelo extraordinário.

Mas, como disse, a UNE não era uma estrutura poderosa de organização. Assentava-se nas uniões estaduais e, sobretudo, nos DCEs e DAs. E tinha de ser assim mesmo, porque eram os DAs e os DCEs, que tinham salas, prédios, recursos, gráficas pequenas e existiam dentro das escolas. A UNE estava na clandestinidade, mas os DCEs e DAs eram legais.

No XXX congresso da UNE em Ibiúna, nós achávamos que o Congresso seria importante para organizar os estudantes. Não estávamos interessados em criar um fato político, como alguns queriam. Então nós não queríamos nos reunir num convento para que a polícia chegasse lá e dissolvesse o encontro. E aí tivéssemos de eleger rapidamente uma diretoria e sair correndo, sem organizar nada. Para nós, da UME, era necessário consolidar os avanços, eleger uma diretoria representativa e consolidar a linha política que na prática havia se afirmado em 68. Então preferíamos fazer um congresso clandestino, como nos dois anos anteriores. Só que os congressos anteriores tinham sido feitos com cerca de 200 delegados. O de 68 tinha 700. E a estrutura de apoio era muito precária para receber todo mundo. Era impossível fazer aquilo num formato clandestino. Quando cheguei em Ibiúna, pensei com meus botões: "esse negócio vai cair", porque era algo absolutamente sem sentido. No meio do mato, uma movimentação de cerca de mil pessoas. Não tinha lugar para dormir direito e era lama para todo lado. Tanto que mal se começou a discutir, a polícia chegou. Não deu tempo nem de eleger a mesa que ia dirigir os trabalhos. Aquilo foi um equívoco grave. Olhando o episódio mais tarde, ficou evidente que o melhor caminho teria sido o de se adotar uma solução intermediária: congressos estaduais e regionais, que organizassem o movimento, coroados por um congresso nacional, que fosse um ato político.

A partir da passeata dos 100 mil todas as manifestações do Rio de Janeiro passaram a ser dissolvidas à bala. Eu pessoalmente fui alvo duas vezes de tiros à queima roupa. Era para ter morrido. Uma vez, estava começando a puxar uma passeata no Largo de São Francisco e um policial veio me prender. Eu estava pendurado num poste discursando e minha segurança não deixou o policial me prender. Pois bem, ele mandou bala. Eu caí do poste no chão e, atrás de mim, foi uma chuva de vidro, as balas estilhaçando a vitrine de uma loja. Outra vez, numa manifestação em frente à Reitoria da UFRJ, também dissolveram o protesto à bala. Tenho as fotos de polícias à paisana

atirando na multidão e o pessoal correndo apavorado - eu, entre eles. O fato é que a repressão tinha mudado de patamar.

Ibiúna já é um ponto dentro dessa curva de mudança de patamar. Quando mudou de patamar e a polícia passou a dissolver as manifestações à bala, o que aconteceu? A massa de estudantes recuou. Ela queria lutar, mas não queria arriscar a vida. Então o movimento estudantil começou a bater no muro em agosto, mês em que o Vladimir foi preso no Rio de Janeiro. Aí eu assumo a presidência da UME, e todas as manifestações pela libertação de Vladimir já são reprimidas à bala. Quer dizer, era uma decisão da repressão. Em setembro, não houve grandes manifestações. Em outubro, quando caiu Ibiúna, todas as manifestações pela libertação de estudantes presos também foram reprimidas à bala. Antes, no primeiro semestre, nós havíamos feito uma inflexão: paramos de correr da polícia e passamos a bater, também. No segundo semestre, a repressão também fez sua inflexão: passou a reprimir à bala todas as manifestações. A ordem deles era acabar de vez com as manifestações estudantis. Eles já estavam na escalada para o AI-5.

O AI-5 veio depois de terem sido resolvidas as diferenças internas dentro dos altos comandos das Forças Armadas, depois que eles chegaram à conclusão de que aquela forma de ditadura praticada durante os quatro anos anteriores não era mais eficaz, porque as forças políticas civis não aceitavam mais se submeter a ela. E então eles teriam que conviver com manifestações, com protestos, com ações de oposição. Foi quando eles começam a dissolver as passeatas à bala e tiveram que ir pra outra forma de ditadura, mais dura e aberta, que passava por prender todo mundo que se opusesse ao regime, fechar o congresso, cassar mais gente e abolir o habeas-corpus.

Os militares chegaram à seguinte conclusão: ou voltamos atrás e permitimos a redemocratização do país e a realização de eleições, ou seguimos em frente e radicalizamos com uma ditadura aberta e terrorista, onde o seqüestro, a tortura e o assassinato de opositores políticos passarão a ser as formas de relação básica com quem discordava do regime.

Fui preso em Ibiúna e saí graças a um habeas-corpus, na véspera do AI-5. Meu habeas-corpus foi concedido no Supremo no dia 11 de dezembro, chegou à Auditoria Militar em São Paulo no dia 12 de manhã e na tarde do mesmo dia eu saí. Para a outra turma - nós éramos em nove -, em que estavam Ribas (que morreu depois no Araguaia), Vladimir, Dirceu e Travassos, o habeas-corpus foi concedido pelo STF no dia 12. No dia 13, quando chegou a São Paulo, não havia expediente

na Auditoria Militar, por causa do Dia do Marinheiro. À noite, houve a edição do AI-5. Resultado: o habeas-corpus foi jogado no lixo e eles continuaram presos. Só saíram com a troca pelo embaixador norte-americano. O texto-base do manifesto fui eu que escrevi. Em cima dele, foram feitas modificações, esse tipo de documento é sempre uma obra coletiva. O Toledo propôs algumas mudanças importantes, por exemplo, a advertência aos torturadores de que não iríamos mais admitir que eles continuassem torturando impunemente. Então isso foi posto no final. É um documento que expressa um momento, uma época. Não foi uma coisa só minha.

Em resumo, é muito difícil não romantizar 68, porque é um ano em que em vários lugares do mundo ocorreram movimentos com uma força e uma energia monumental. É evidente que a simultaneidade dos movimentos não foi uma coincidência, revelou o esgotamento do modelo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra.

No entanto, as manifestações obedeceram em cada país a fenômenos diferentes. Nosso 68 começou antes do Maio francês e começou com a morte de um estudante. O Maio francês começou porque os estudantes queriam circular livremente entre os dormitórios masculinos e femininos na Universidade de Nanterre. Claro que, depois, a dinâmica ampliou os movimentos, eles levantaram outras bandeiras, alcançaram outros problemas, ganharam outra dimensão. Assim, acho normal que haja um certo grau de romantização dos movimentos de 68, pois eles foram muito fortes e vigorosos não apenas no plano político, mas também no plano dos costumes e no plano cultural. É um momento em que pessoas em quase todo o planeta pensaram que o mundo poderia ser diferente do que ele era. E pensam que não era preciso se conformar com mediocridade, com a repressão - política ou sexual - ou com a mesmice. Evidentemente, depois de algum tempo percebeu-se que mudar que não é tão fácil mudar quanto falar em mudanças. Mas aquele ímpeto transformador e aquela energia que brotaram das manifestações marcaram definitivamente aquele ano.

Da mesma forma que existe gente que romantiza 68, também tem gente que desqualifica 68, como se ele não tivesse tido grande importância. Em geral, é gente que não participou de 68 ou que depois mudou de lado e precisa encontrar alguma pequena justificativa para sua atitude. É evidente que 68 marcou todo mundo que participou dele. E em geral marcou pra melhor. Ao acreditar que o mundo podia ser melhor, as pessoas se tornaram melhores do que eram.

A grande herança de 1968 é a de que vale a pena lutar. Essa é a principal herança: não somos obrigados a nos conformar com o que é

ruim. A gente deve lutar pra mudar o que está errado. O desejo de mudar, a esperança, a indignação foram as marcas de 68. Ou seja, a geração de 68 – e isso veio a se manifestar depois na luta contra a ditadura nos seus momentos mais dramáticos – foi marcada pela decisão profunda de não se curvar diante da opressão e da repressão. Era como se disséssemos para a ditadura: “Você pode me matar, mas você não pode me obrigar a viver pacificamente debaixo da sua opressão. Vou lutar contra isso”. De certa forma, isso não é diferente do que aconteceu na resistência à ocupação nazista em boa parte da Europa. As pessoas sabiam que provavelmente não iriam vencer, mas diziam: “Mesmo assim, eu não vou me conformar com isso, porque, se eu me conformar, não serei um homem no sentido pleno, serei um verme”. Então a questão principal da geração de 68 é que “vale a pena lutar”. E lutar sempre. Espártaco podia vencer Roma? Não, não tinha a menor chance de vencer o poderio de Roma. Mas Espártaco se levantou assim mesmo. E deixou de ser escravo no dia em que disse “eu não vou ser mais escravo”.

A geração que lutou em 68 tornou-se livre no momento em que disse: “Não vou me submeter. A ditadura não vai me obrigar, por meio da repressão e do terror, a ser menos do que eu quero ser. E eu vou ser alguma coisa diferente do que ela quer me obrigar a ser, mesmo que eu tenha de pagar um preço alto por isso”. E pagamos o preço - para muitos, um preço definitivo. Olhando para trás e olhando para frente, não tenho dúvidas de que valeu a pena lutar.

Hoje nosso país é muito mais democrático do que era antes, em parte porque houve uma geração que disse: “prefiro morrer a viver oprimido e submetido”. E quando isso acontece na história de um país, marca quem vem depois, porque quem pensar em dar um golpe no Brasil hoje, pensará duas vezes. Hoje a possibilidade de um golpe de estado não existe no horizonte do país, entre outras razões porque sabem que não somos um país de bananas que aceita que alguns gorilas se reúnam e façam uma xaropada junto com a direita e os conservadores e imponham ao país uma longa noite de terror. Não, porque, se você aceita que pode viver debaixo da opressão, de alguma forma você aceita ser cúmplice com ela. A minha geração não foi cúmplice com o que ela não concordava.

Para os jovens de hoje em dia, 68 não está presente na memória e no universo deles e não estará. Eles não viveram aquilo. Felizmente eles vivem num país que tem democracia e onde a inclusão social entrou na ordem do dia. Podemos discutir se a questão social deve ser tratada assim ou assado, mas ela não pode mais ser varrida

para baixo do tapete. Eles vivem num país que hoje em dia confia nas suas próprias forças e acha que pode avançar mais. O que eu diria aos jovens? Lutem pelo que vocês acham que é justo. E sejam generosos. Não lutem apenas pelo que pode ser bom para vocês, mas pelo que pode ser bom para a maioria. Porque é lutando pelo que é bom para a maioria que a gente luta pelo que é melhor pra gente. Quem não é generoso com os outros não pode crescer.

AS PASSEATAS PELO *IMPEACHMENT* EM 1992 E OS JOVENS "CARAPINTADAS".

Luis Antonio Groppo

Nos meses de agosto e setembro de 1992 os estudantes secundaristas deram a saída na mobilização popular em favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, através de passeatas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Dia 11 de agosto de 1992. Manhã de terça-feira. Cidade de São Paulo. Uma passeata de estudantes sai do Museu de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista, e segue pela Avenida Brigadeiro Luís Antonio até o Largo São Francisco. São cerca de 10 mil jovens, cantando Geraldo Vandré ("Prá não dizer que não falei das flores") e Caetano Veloso ("Alegria, Alegria"); também começam a criar musiquinhas contra o presidente Collor e sua corte: "Se ballançar, elle cai"; "Rosane¹, que coisa feia, vai com Collor pra cadeia". (Jornal do Campus, USP, São Paulo, 19/ago./1992).

Trazem também faixas e bandeiras. A promoção da passeata foi da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) - a UNE (União Nacional dos Estudantes) só marcará presença nas próximas passeatas. Os estudantes secundaristas largam na frente, com sua entidade nacional, e constituem grande parte dos que estão na passeata, além de serem mais criativos que os tímidos universitários.

Os jovens começam a espantar a todos. Pensava-se que as passeatas estudantis eram coisa do passado.

No mesmo dia, na cidade do Rio de Janeiro, os estudantes fizeram também uma passeata, enquanto cantavam: "Ai ai ai, empurra que ele cai". Traziam também enormes cheques que Paulo César Farias teria assinado para o presidente Collor, do Banco Rural. Um grupo de 20 pessoas se fantasiaram de "Ratazanas do Planalto". Outros, de fantasmas. (*ibid.*).

Tratavam-se das primeiras manifestações populares que conseguiram atrair um público relativamente grande, por ocasião do

¹ Rosane Collor, então primeira-dama e esposa do presidente.

início do inquérito contra os crimes de responsabilidade cometidos pelo presidente Fernando Collor de Melo. Este inquérito resultará no processo de impeachment de Collor e culminará na sua renúncia.

Neste início de agosto, o apoio popular à oposição política de Collor ainda não estava garantido. Semanas antes, o presidente conseguira melhorar sua posição na "opinião pública", depois de um bem sucedido discurso em rede de televisão, em que negava as acusações que lhe eram dirigidas.

Com estas duas passeatas, apesar de modestas em seu tamanho, a "opinião pública" parecia estar voltando-se outra vez contra o presidente. Também, o inquérito continuava e a oposição política crescia. Tentando repetir a estratégia, nesta mesma semana de agosto, o presidente volta à TV. É mais ofensivo contra seus opositores políticos, chamando-os de Sindicato do Golpe e Central Única dos Conspiradores - o presidente procurava associar a oposição, que já se tornava pluripartidária e ampla, apenas ao PT (Partido dos Trabalhadores) e à CUT (Central Única dos Trabalhadores), tentando estereotipá-la, do mesmo modo abrindo espaço para outros políticos voltarem a apoiá-lo. Seu discurso procura também desmoralizar e minimizar o início do movimento "popular", dizendo que os manifestantes são uma minoria. Para o dia 16 de agosto, domingo, algumas passeatas e atos tinham sido marcados. Provavelmente teriam o mesmo público modesto. Mas o presidente quis conclamar a manifestação popular para si: "O presidente terminou (o seu discurso na TV) pedindo que no domingo, dia 16, panos e toalhas nas cores da bandeira brasileira sejam expostas nas janelas e fitas verde-amarelas enfeitem as antenas dos automóveis" (Veja, 19/ago./1992, p. 22).

Esta grande manifestação popular veio, mas não a seu favor. A cor escolhida pelos manifestantes - a maioria jovens estudantes - não foi o verde ou o amarelo. O dia 16 de agosto foi chamado de o "domingo negro". Na interpretação da Revista Veja a idéia de "sair de preto" brotou instintivamente e dissimulou-se naturalmente entre a população. Os partidos e grupos que organizavam as manifestações só assumiram depois a brilhante idéia. O que realmente pode ser destacado das primeiras manifestantes é o seu caráter quase espontâneo, pelo menos na aparência. Segundo a própria revista, isto parecia inédito, tomando como exemplo a Campanha pelas Diretas de 1984 que alimentou-se de assembleias minguadas até que o PMDB

(Partido do Movimento Democrático Brasileiro) entrou em cena: "Os protestos de 1992 chegaram às ruas sem o apelo de um único governador, sem a liderança de nenhum partido político, nem de oposição" (*ibid.*, p.23).

Sob este ponto de vista, nem mesmo os opositores de Collor até aquele momento pensavam seriamente em mobilizar setores da população. Tudo começou com "passeatas de colegiais" e com um discurso impensado do próprio presidente. Assim como nas campanhas pelas diretas, a classe média vai às ruas em manifestações. Mas, pelo menos em São Paulo e no Rio, os grandes atores são estudantes, com notável (e inesperada) participação dos secundaristas.

No entanto, para muitos, tratava-se apenas de uma imitação ingênua das passeatas estudantis – e universitárias, por sinal – dos anos 1960. Principalmente porque nesta mesma época a TV Globo transmitia a mini-série "Anos Rebeldes", retratando justamente o movimento estudantil dos anos 1960 e 70, de modo romantizado e novelesco. Contudo, deve se discordar de uma análise simplista que associe as passeatas pelo impeachment a um reflexo pré-programado pela mídia através de um seriado novelesco. A influência, a imitação e mesmo a admiração pelos "anos rebeldes" existiu até certo ponto, mas não foi supra-determinante.

No Rio de Janeiro, neste 16 de agosto, são realizadas sete manifestações. Uma delas, uma passeata com 50 mil pessoas, passa em frente do apartamento do governador Leonel Brizola na Praia de Copacabana. O governador até então apoiava o presidente. Mas os manifestantes, gritando, começaram a fazê-lo mudar de posição: "Pecê, Pecê, seu dinheiro colloriu o Pedetê" (aludindo ao PC Farias e ao PDT, partido de Brizola) (*ibid.*).

Em São Paulo realizam-se seis atos. O maior deles foi uma passeata no Parque do Ibirapuera, que reuniu dez mil pessoas – principalmente jovens. A criatividade de São Paulo começa a superar a do Rio. Respondendo ao presidente, manifestantes trazem a bandeira do Brasil em nova versão: em vez do verde-amarelo, branco e preto, em vez de "Ordem e Progresso", lia-se "Fora Collor". Também há pirulitos gigantes em que está inscrito "X" Collor". Há uma simbólica venda de "mãos de corruptos" (mãos de manequins) com nomes de Collor e PC Farias. Fantasias de fantasmas e de mentirosos com grandes

narizes de espuma roxos. Bonecos de Collor e PC Farias² vestidos de presidiários. Ratazanas de bigode e óculos, representando PC Farias. Enterro simbólico do presidente, com caixão dourado, Rosane, PC Farias, dólares e porquinhos.

Mas a marca visual mais presente está nos rostos dos jovens, pintados com tinta guache preta. Por causa disto, foram chamados de a juventude carapintada, porque pintavam seus rostos de preto do mesmo modo que os "carapintadas" argentinos, rebeldes militares ativos nesta mesma época. Nas manifestações seguintes, entretanto, somar-se-ão ao preto dos rostos e das roupas novamente as cores da bandeira nacional, um alívio para os que temiam que o movimento pudesse ter um contraditório cunho anti-nacionalista.

Além do guache nos rostos, outra marca fascinante das passeatas são as musiquinhas e refrões criados ou adaptados pela irreverente criatividade dos estudantes, tais como:

Cheira Fernandinho, Fernandinho cheira, cheira Fernandinho que acabou sua carreira.

É ou não é, piada de salão, o chefe da quadrilha, o presidente da nação.

Justiça dobrada. Collor na cadeia e Rosane sem mesada.

Derruba Senhor, derruba Senhor, derruba o Fernandinho cheirador.

Rosane, sua galinha, foi o PC que pagou sua calcinha (Veja, 26/ago./1992, p. 23).

O auge do movimento foi a passeata de 25 de agosto que reuniu 200 mil estudantes no centro de São Paulo. A passeata foi organizada pela UNE e UBES, seguindo roteiro semelhante à do dia 11 de agosto: saem às 10 horas do MASP, percorrem a Avenida Brigadeiro Luís Antonio e chegam às 14 horas no Vale do Anhangabaú.

Novos hits somam-se à trilha sonora:

Ah ah, uh uh, queremos Collor no Carandiru.

Fernandinho, dinho, dinho/ Desde pequeno sempre mimadinho (versão rap).

² Paulo César Farias, empresário que fora tesoureiro da campanha eleitoral de Collor e atuava nos bastidores do mundo político cobrando favores em nome do presidente, conforme acusação que detonou o processo de impeachment de Collor.

Ô, Fernandinho, vê se te orienta, já sabem do teu furo no Imposto de Renda (versão para *Hei Al Capone*, de Raul Seixas) (*ibid.*).

A Folha de S. Paulo (26/ago./1992) ressalta, mais ou menos negativamente, o uso de palavrões. Além disso, havia inscrições de "Fora Collor", em guache, até no traseiro de um garoto. Mas, segundo o jornal, o que teve mais sucesso na passeata foi a "dança da chuva". Garotos e meninas imitavam o passo de uma "dança da chuva", indo de um lado para outro, gritando "Fora Collor" ao som de tambores improvisados.

Segundo a Folha, os líderes estudantis procuravam puxar refrões mais politizados, como, por exemplo, um refrão de apoio à Cuba ("Brasil, Cuba, um só coração"), sem respaldo algum da multidão, que queria saber mais de deboche e "dança da chuva".

Às 17 horas, no mesmo dia, no Vale do Anhangabaú, realiza-se um ato dos "adultos", com público calculado em 200 mil pessoas.

Já o ato organizado pela Força Sindical em São Paulo, especialmente para a "classe trabalhadora", seria um fracasso. A Força Sindical marcara um ato público na Praça da Sé, numa sexta-feira, dia 11 de setembro. Era um ato que reunia entidades sindicais e empresariais, que representaria a mobilização da classe trabalhadora e empresários. A Polícia Militar calculou que vieram apenas 8 mil pessoas. A organização contou 50 mil. De todo modo, não se chegava nem perto do ato no Anhangabaú ou da passeata dos secundaristas do dia 25 de agosto. (Folha de S. Paulo, 12/set./1992, p. 1-4).

Quanto às manifestações da "classe média" e da política institucional, vai se formar um grupo pluripartidário e com participação de inúmeras organizações políticas, que se incubiria de organizar os atos públicos. Era o "Movimento pela Ética na política". O ato do dia 25 de agosto, no Vale do Anhangabaú, já fôra organizado por ele. Curiosamente, é a partir da entrada dos partidos e grupos políticos que começam as primeiras confusões e violências nestas manifestações.

No dia 15 de setembro, no Rio de Janeiro, a UNE convocou uma passeata. A Polícia Militar conta 10 mil pessoas, a UNE chega a falar de 100 mil (?!). Mas, a marca desta passeata foi o grande número de discussões e brigas. Primeiro, candidatos à prefeitura da cidade não ousam aparecer ou falar em carros de som, ou mesmo fazer campanha no chão. Os cabos eleitorais são hostilizados pelos jovens. Ao meio dia,

o prefeito da cidade sobe no carro de som, abraçado pelo presidente da UNE, recebendo grande vaia. Em cima do carro, durante todo o percurso da passeata, partidários do PDT (Partido Democrático Trabalhista, do governador fluminense Brizola) e membros da Convergência Socialista (ala do PT, que no ano seguinte seria expulsa do partido) brigam por espaço e pela palavra. Depois de mais um bate-boca e de uma briga sobre o carro de som, o prefeito e o presidente de uma outra entidade estudantil descem e são empurrados pela multidão. Segundo alguns, teriam recebido alguns tapas na cabeça, até conseguirem se refugiar. (*ibid.*).

Em setembro, a tendência do movimento também foi a de se espalhar pelas capitais do país. No dia 15 de setembro, a cidade de Curitiba viveu a maior manifestação de sua história, com ato e passeata reunindo 45 mil pessoas (segundo a Polícia Militar) ou 80 mil (segundo os organizadores). No dia 18 há manifestações em João Pessoa (Paraíba), reunindo cerca de 25 mil pessoas; em Natal (Rio Grande do Norte), com 12 mil pessoas; em Rio Branco (Acre), uma passeata com 5 mil pessoas¹¹; e um protesto em Porto Velho (Rondônia). (Folha de S. Paulo, 19/set./1992, p. 1-10).

Em São Paulo, os atos do "Movimento pela Ética na Política" atingem seu auge, enquanto que os atos dos estudantes começam a declinar. O ato de 18 de setembro no Vale do Anhangabaú, organizado pelo primeiro, será o maior de todos os atos pró-*impeachment*.

Contudo, como no Rio, este ato promovido pelo Movimento pela Ética também teve os seus problemas, a começar pelo cálculo do número de participantes. A Polícia Militar contou 650 mil presentes, a organização falou em 1 milhão, já a Folha de S. Paulo – usando cálculo publicado no dia anterior – falou em apenas 70 mil pessoas (?!). (*ibid.*). Outro problema foi o empurra-empurra entre "militantes" do PMDB (pagos pelo partido) e militantes do PT para ocupar o espaço diante do palanque.

Pela manhã do mesmo dia, tinha ocorrido mais uma passeata dos estudantes em São Paulo. Segundo a Folha, seria ter sido mais pacífica, não fossem os refrões mais violentos e o maior uso de palavrões. (*ibid.*). Dias antes, a mãe do presidente tinha sido internada, supostamente em gravíssimo estado de saúde após um enfarto. Mas isto não comoveu nem um pouco os jovens estudantes, e talvez por isso a Folha reclamou da "maior agressividade". Diziam

alguns refrõezinhos dos manifestantes: "Deve doer/ no coração/ criar um filho tão ladrão"; "E mata a véia/ E mata a véia/ olê olê olê" (*ibid.*). Outros refrões e musiquinhas falam do jardim da Casa da Dinda (um dos pivôs das denúncias contra Collor) e até do ministro da Economia.

*Minha gente, no jardim da corrupção/ PC plantou dólares de montão/
nasceram cinco cachoeiras/ E carpas do Japão.*

Tira o Collor da cadeia e afoga na cachoeira.

Marcílio³, ô seu careca, foi o PC quem pagou sua cueca. (ibid.).

Se a passeata do dia 25 de agosto em São Paulo levara 200 mil estudantes, esta do dia 18 de setembro levou apenas 45 mil, segundo cálculos da Polícia Militar. Os líderes estudantis denunciaram que algumas escolas particulares tinham proibido os estudantes de ir às passeatas, e algumas marcaram provas, o que ficou constatado pela Folha. (*ibid.*). Mas, de qualquer modo, parece que menos jovens decidiram "matar aula" e pular os muros de suas escolas. Não é incomum se ouvir dizer, até hoje, que os estudantes só se motivaram a ir nas passeatas para não ter que assistir aula. Caso isso tenha sido verdade, poderia-se dizer também que certas brincadeiras tem graça só uma vez.

O último ato antes da votação do *impeachment* deu-se no Rio de Janeiro, na Candelária, no dia 25 de setembro. Os cálculos do público novamente foram muito díspares. A Polícia Militar falou de 18 mil pessoas, a Defesa Civil em 50 mil e os organizadores divulgaram 420 mil (?!). O ato, organizado pelo Movimento pela Ética na Política foi marcado pela paz entre partidários do PT e do PDT – paz negociada –, ao contrário da passeata do dia 15 de setembro. (Folha de S. Paulo, 26/set./1992, p. 1-10).

Começa a se falar da possibilidade de uma "greve geral", caso o Congresso não aprovasse o afastamento do presidente. Além disso, desde as primeiras passeatas, alguns refrões ameaçavam a "ordem social" caso não houvesse a aprovação. Por causa disto, temendo uma onda de distúrbios pelo país, as Polícias Militares e até o Exército deixaram milhares de homens de prontidão. O Exército acionou 50 mil soldados nas capitais. A Polícia Militar acionou 13 mil homens, só em

³ Marcílio Marques Moreira, então Ministro da Economia.

Brasília. Havia entre os escalões militares grande temor no caso do processo do impeachment não ser autorizado pelo Congresso. Dizia um oficial do Exército: "Todos devem estar preparados para uma eventual intervenção para coibir quebra-quebras". (Folha de S. Paulo, 29/set./1992, p. 1-12).

Neste dia 28 de setembro, muitos atos e manifestações foram programados nas principais cidades do país para acompanhar a votação

"Brasil pára durante a votação do pedido do impeachment de Collor". (*ibid.*). São 500 mil pessoas nas ruas em todo país, segundo a Folha. A maioria está em volta do Congresso Nacional, em Brasília - 100 mil pessoas segundo a Polícia Militar, 190 mil segundo organizadores. 8 mil soldados observam. Há um atraso no início da votação do Congresso, o que renovou o temor de possíveis quebra-quebras.

Em São Paulo, são 120 mil pessoas no Vale do Anhangabaú (segundo a Polícia Militar) ou 300 mil (segundo organizadores). Na Cinelândia, no Rio, são apenas 8 mil pessoas. Em Belo Horizonte são 20 mil (segundo Polícia Militar) ou 50 mil (segundo organizadores) na Avenida Afonso Pena. Também há atos em Fortaleza, Recife e outras capitais e grandes cidades.

Os deputados finalmente aprovam a autorização para o Senado processar o presidente por crime de responsabilidade, afastando-o provisoriamente por seis meses do cargo.

Os que temiam o pior respiram aliviados. Em vez de quebra-quebras, o clima é de comemoração. A Folha compara a reação "popular" com a comemoração de uma Copa do Mundo ou com o Carnaval: "São Paulo festeja em clima de Copa: [...] De mãos dadas e braços erguidos, a multidão reunida no Vale do Anhangabaú [...] cantou o Hino Nacional e vibrou muito quando foram transmitidos, em contagem regressiva, os últimos cinco votos decisivos" (Folha de S. Paulo, 29/set./1992, ed. Extra, p. 1).

Em São Paulo, além da comemoração no Vale, muitos estudantes acompanharam a votação em telões no vão livre do MASP, de onde partiam as passeatas dos secundaristas. No Rio, apesar do público menor, o entusiasmo foi grande: "O resultado da votação foi saudado na Cinelândia com fogos de artifício, papéis picados [...]. O Hino Nacional foi puxado em ritmo de samba do alto de um trio elétrico

e os braços forma levantados e movimentados em coreografia consagrada nas arquibancadas do Maracanã" (ibid.).

Clima de Carnaval e de Copa do Mundo, coreografias trazidas diretamente dos campos de futebol. Os brasileiros fazem política à sua maneira.

Quem eram os jovens que participaram das passeatas que, por mais de uma vez, encheram o centro da capital paulista? A Folha de S. Paulo, através do Data-Folha, realizou uma enquete com 219 participantes da passeata do dia 18 de setembro. (Folha de S. Paulo, 28/set./1992, Folhateen, p. 1).

A maioria eram jovens de 16 a 20 anos - 59%. 17% tinham até 15 anos e 11% tinham 21 anos ou mais. Os estudantes secundaristas dominaram esta passeata, perfazendo 55% do total contra 25% de universitários e 12% de estudantes de primeiro grau. Havia praticamente um empate entre estudantes de escola pública e particular (44% e 48%). O PT foi o partido preferido, com 55% das indicações, seguido pelo PSDB, com 15%.

Nem os estudantes universitários, nem o movimento sindical conseguiram se aproximar, neste momento, da mobilização daquela faixa etária predominante entre os secundaristas. Faixa etária que nunca tinha se mobilizado deste modo antes na história brasileira. E, o que era ainda mais inesperado, jovens de uma geração apontada como apática, individualista, desmobilizada e alienada.

Não houve tom partidário e ideológico predominante nestas manifestações, notadamente entre os estudantes. Se a organização dos atos era a mais pluripartidária possível, os valores motivadores dos estudantes eram mais díspares e variados ainda. O que houve foi um momento em que os tradicionais símbolos da rebeldia juvenil e do Movimento estudantil, e não exatamente suas ideologias, sob o único lema que era consenso - "Fora Collor!" -, conseguiram aglutinar jovens de diversas categorias sociais e visões de mundo.

Qual teria sido o valor político das passeatas estudantis, bem como seu peso concreto? O que as teriam detonado? Será que essa geração vingaria contra seus rótulos negativos?

Um editorial do Jornal do Campus, de estudantes de jornalismo da USP, reflete bem sobre isto. O editorial está mais preocupado com a questão do reavivamento das entidades e do Movimento Estudantil.

Encara, à sua maneira, a distância entre o discurso e as expectativas dos líderes da UNE e UBES e a multidão estudantil em passeata.

É inegável que os estudantes tomaram as ruas do país, mas isso não significa necessariamente sua participação efetiva no Movimento Estudantil. [...] Eles sabem o que significa impeachment, mas não têm noção exata do significado da palavra UNE na História. Lotam as principais avenidas de São Paulo, mas não chegam sequer a formar filas nas eleições para um representante discente no Conselho Universitário [...]. O ME voltou a ter força, mas resta saber se isto continuar sendo uma realidade depois da votação do impeachment ("Mudanças sem memória". Jornal do Campus, São Paulo, USP, p. 2).

O jornalista Marcelo Rubens Paiva alerta sobre uma diferença que seria crucial entre as passeatas dos anos 1960 e as de 1992. Nos anos 1960 a repressão policial e militar saía contra os jovens. Agora, a polícia protege os manifestantes, as autoridades auxiliam na organização dos comícios e até discursam, a imprensa escrita divulga o roteiro das passeatas e até a TV Globo parece apoiá-los.

A liderança (dos estudantes) sobe nos palanques montados pela prefeitura e pelo governo do Estado, a repressão ajuda a interromper o trânsito, as palavras de ordem viraram jingles, os rostos estão pintados e, à noite, o Globo Repórter dedica uma hora, em horário nobre, para a onda teen. [...] Um tom oficial entra em choque com a espontaneidade juvenil. Ratazanas da política procuram se aproveitar de manifestantes ingênuos. Ai mora o perigo. (Folha de S. Paulo, 19/set./1992, p. 1-10).

Na verdade, confirmando os temores de Paiva, os estudantes não estavam necessariamente "contra" a sociedade. Em São Paulo, a imprensa mostra a adesão dos pais dos estudantes e dos políticos mais diversos. Vários pais e mães livraram-se do temor inicial de que as passeatas poderiam decair em distúrbios, e alguns até vieram com os filhos para as ruas. E os políticos formavam um "variado consórcio de lideranças políticas, sindicais e empresariais", o "Movimento pela Ética na Política" (*ibid.*).

Com a aprovação do pedido de processo, entretanto, o que se teve foi uma grande festa pelo país. Dias depois, a Revista Veja saudava com entusiasmo o que teria sido a "vitória do povo",

esquecendo que as classes trabalhadoras pouco participaram do movimento. (23/set./1992, p. 30).

A Folha de S. Paulo, por sua vez, teve durante o mês de setembro uma posição desconfiada para com os atos estudantis, e mostrara artigos que lançavam dúvidas sobre o valor real deste movimento. Chegaram até a implicar com a tinta dos "carapintadas", que poderia prejudicar a pele (16/set./1992). Mas, dedicou depois todo um caderno para elogiar contundentemente os "teens":

Os teens não pegaram o bonde da história: fizeram ele andar. E, quem diria, deram um baile em quem tinha o péssimo hábito de falar que vida de adolescente era ficar bestando em shopping-center [...]. Quando as primeiras caras coloridas apareceram, ninguém deu muita bola. Mas no dia 25 de agosto foi um susto: eram milhares de pessoas andando pelas ruas do país todo, a maior parte com menos de 20 anos [...]. Os jovens passaram a ser o centro das atenções. (Folha de S. Paulo, 5/out./1992, Folhateen, p. 1).

O retórico artigo retoma a velha tradição de medir as ações políticas apenas pelos seus resultados. Além disso, esquece que a vida do adolescente de classe média continuava a ser também feita de passeios em shopping-center, além de outras diversões e pontos de encontro. Afinal, não seriam de outros lugares que os estudantes trariam a alegria, espírito lúdico e uma criatividade particular para as passeatas "políticas".

A cara das passeatas levava a cara dos próprios jovens: espírito de diversão, criatividade bem-humorada e até paqueras. As passeatas também foram o lugar possível de expressão da diversidade cultural e das diferentes expectativas pessoais e políticas: punks ecológicos, comunistas com ou sem partido, "mauricinhos" e "patricinhas", etc.

A Folha, na cobertura da passeata do dia 25 de agosto, reportou sobre namoros e paqueras durante a manifestação. Casais de namorados vão juntos à passeata, transformando a participação social em encontro carinhoso. Paqueras de escola se transformam em namoros ou "ficas". Outros, trocam telefones e cantadas. Em meio às conversas, brincadeiras, bebidas e danças nos pontos de encontro, os jovens desenvolvem seu modo particular de relações afetivas. Em meio às faixas, bandeiras e passeatas, estas relações são trazidas e fazem parte do fato social.

Não é preciso comparar 1968 com 92 para perceber as particularidades do segundo. Basta comparar os discursos e expectativas dos próprios líderes estudantis com os jovens que os "seguiram". Viu-se, na passeata de 25 de agosto, que líderes da UNE e UBES tentaram fazer a "massa" aderir a uma ode à Cuba, sem sucesso algum. Na verdade, o que unia aquela "massa" tão variada em expectativas era o lema "Fora Collor!". Todo refrão ou musiquinha que simplesmente difamasse o presidente e sua corte, desde que tivesse bom humor ou ironia, teria muito mais chance de respaldo. Como a brincadeira que teve mais sucesso, a "dança da chuva", em que a versão teen de um ritual indígena era entrecortada simplesmente pelo grito "Fora Collor".

Não é tão forçado assim concluir que essas características peculiares das passeatas estudantis de 1992 - apartidarismo, bom humor, ataques pessoais e irônicos, estreiteza do lema comum - mostram que trata-se de um movimento com pouco tom político real, de enganosa consciência e de pequena eficácia para o futuro dos movimentos juvenis. Afinal, as juventudes nos seus cotidianos continuavam as mesmas, com os mesmos valores "individualistas" e "conservadores". Inclusive, o movimento não crivou maiores bases para o futuro, sendo sua intensidade tão ofegante quanto sua efemeridade.

As características de 1992 não se parecem muito com o radicalismo dos anos 1960, algumas até são incompatíveis. Uma destas características foi a crítica feroz à corrupção na política de modo a considerar que toda ação política está inapelavelmente imbuida deste mal, crítica que muitas vezes evocou tão somente uma rejeição de toda e qualquer política. Alguns poderiam até dizer que se xingou mais a política do que se fez ela. Mas, esse "político" criticado pelos jovens ainda era o "institucional", e isto parece ser um porém importante.

Outra característica foi a diversidade inegalável de concepções ideológicas encontradas. Ou seja, a ideologia política não era a base ou sustentação deste movimento. A Folha entrevistou jovens que se rotularam, ou melhor, se representaram como freaks, hippies, surfistas, comunistas sem partido, anarquistas, metaleiros etc. Havia até um punk ecológico. (Folha de S. Paulo, 26/ago./1992, Folhateen, p. 1). Um estudante de 17 anos, nos seus protestos, parece ainda mais longe de qualquer coisa que poderia ser associada à política: "Por que o Raul Seixas morre e o Sidney Magal fica vivo?" (*ibid.*). É claro que se

tratava de uma exceção, tão exótica que o jornal não deixaria de publicar, mas ainda assim este relato indica a amplitude e a relativa fragilidade dos valores que amparavam esta mobilização.

E quanto às expectativas dos jovens, o que poderia ser dito? Alunos de uma escola estadual andaram a pé durante quatro horas, da zona leste da capital paulistana até o MASP, para participarem de uma passeata. Outros, apesar de virem de colégios particulares próximos do MASP, iriam ter também a mesma determinação, caso necessário. Mas, quantos não vieram apenas "na onda", mais interessados na "farra" ou em "matar" aula? Além disso, o que não dizer das paqueras que se tornaram romances, em plena passeata "política"? E dos namorados ciumentos, que só vieram para acompanhar as suas amadas?

Sobre o movimento estudantil pelo impeachment, em especial nos casos das passeatas dos secundaristas em São Paulo, pode-se dizer que as ruas foram espaço múltiplo de manifestação política (institucional ou não), social, cultural e até afetiva. Do discurso dos líderes estudantis à satisfação de "matar" aula para "cair na farra", tudo teve seu espaço, seu lugar e sua legitimidade. Não sei se se poderia ser dito de modo taxativo que o objetivo político concreto do Movimento pela Ética fosse o mais importante, ou que fosse o mais característico ou o mais representativo. É que parece precipitado considerar que o bom humor, a criatividade, a guache nos rostos, as aulas "matadas", as paqueras e os namoros sejam meros detalhes ou substratos deste fenômeno social.

De um certo ponto de vista, a partir do que foi mostrado, as passeatas poderiam ser chamadas de generosos espaços de manifestação dos mais diversos valores, sub-culturas e expectativas. Não tão amplos para envolver simpatizantes de Collor ou mobilizar parte importante das classes trabalhadoras e idosos, mas nem tão restritos para exprimir com legitimidade apenas o radicalismo *stricto sensu* tradicional do movimento estudantil.

Referências

Folha de S. Paulo. 26/ago./1992.

_____. 26/ago./1992, Folhateen, p. 1.

- _____. 12/set./1992, p. 1-4.
 - _____. 16/set./1992.
 - _____. 19/set./1992, p. 1-10.
 - _____. 26/set./1992, p. 1-10.
 - _____. 28/set./1992, Folhateen, p. 1.
 - _____. 29/set./1992, p. 1-12.
 - _____. 29/set./1992, ed. Extra, p. 1.
 - _____. 5/out./1992, Folhateen, p. 1
- Jornal do Campus*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 19/ago./1992.
- _____. Mudanças sem memória, p. 2.
- Veja*. 19/ago./1992, p. 22.
- _____. 26/ago./1992, p. 23.
 - _____. 23/set./1992, p. 30.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO: DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990 A 2001

Andreza Barbosa

Introdução

A pesar de existir desde os anos 30, o movimento estudantil brasileiro ganhou força na década de 60, devido ao contexto sócio-econômico e político da época. Nesse período, inicialmente, os estudantes lutavam pela Reforma Universitária e por mais verbas para a educação, posteriormente, acabaram se aliando a outros setores da sociedade e se envolvendo com causas políticas mais amplas, como a luta pela derrubada da ditadura militar, implantada no país através de um golpe de Estado a partir de 1964.

O movimento estudantil atingiu um alto nível de organização em 1968, tendo a partir dessa época sofrido um processo de desarticulação, sobretudo a partir da chamada “queda de Ibiúna”, com a prisão das principais lideranças do movimento estudantil no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em 1968 na cidade de Ibiúna-SP. Essa desarticulação se agravou, principalmente, depois do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em dezembro de 1968, e do Decreto-Lei n.º 477, de fevereiro de 1969. O primeiro, dentre outras coisas, suspendia todas as garantias constitucionais e individuais e desencadeava uma violenta campanha repressiva; e o segundo, proibia toda e qualquer manifestação política ou de protesto no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.

Assim, quase sempre, quando pensamos em movimento estudantil nos vêm à mente a imagem dos estudantes da década de 60 lutando contra a ditadura militar. No entanto, por que praticamente só nos recordamos dessa fase do movimento estudantil? O que teria acontecido ao movimento estudantil nos anos subsequentes e, principalmente, a partir da década de 90? Teria ele se desarticulado ou desorganizado? Quais as causas responsáveis por sua desarticulação? A indignação cedeu lugar ao conformismo? Onde foi parar a utopia, tão necessária para o caminhar da história?

O presente texto está fundamentado em uma pesquisa realizada entre 1999 e 2001 que buscou identificar as causas desta aparente desarticulação do movimento estudantil, tentando ainda identificar o

que aconteceu com o movimento nesse período. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, foram utilizados documentos sobre as manifestações e organizações estudantis mais recentes das décadas de 80 e 90. Para isso, configurou-se como principal fonte de pesquisa o acervo sobre o movimento estudantil que se encontra no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, e, além disso, também foram coletados dados sobre o movimento estudantil mais recente (de 1999 a 2001).

Para analisar o material encontrado, detenho-me mais no movimento estudantil geral, isto é, o movimento que congrega os interesses dos estudantes independentemente do curso que façam. Também me detenho na UNE. Devido ao fato de ela ser a entidade máxima de representação dos estudantes no Brasil, o material encontrado sobre ela é mais freqüente. Neste texto também buscarei me ater mais ao período compreendido após a década de 90.

O Movimento Estudantil brasileiro: do início da década de 1990 a 2001

Apesar de a UNE ter sido reconstruída em 1979, o movimento estudantil, nesta época, já começava a apresentar sinais de declínio e, desde então, assistimos a uma crescente despreocupação e desarticulação dos estudantes. Nas décadas de 80 e 90, o movimento estudantil tornou-se totalmente fragmentado e desarticulado. As organizações estudantis, na atualidade, estão quase sempre, ligadas a partidos políticos, deixando de lado seus interesses para assumir os interesses do partido ao qual se aliou.

Entretanto, o ano de 1992 parece ter sido um importante exemplo da reaproximação efetiva dos jovens da política, através da participação no processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, incluindo a participação dos jovens em uma das maiores manifestações políticas da história do país. Em todas as capitais houve protestos contra a corrupção, pela ética e a favor do *impeachment*.

O movimento estudantil parecia ressurgir, no entanto, com características muito diferentes do movimento das décadas anteriores. Apesar de ainda ser comparado às décadas de 60 e 70, várias características os diferenciam. Nesses períodos, os estudantes enfrentavam uma ditadura militar altamente repressiva e violenta. Na década de 90, os estudantes encontravam, geralmente, nas ruas a aceitação do seu protesto, e as forças policiais agora os protegiam,

organizando o trânsito para as suas manifestações. Ao contrário do movimento estudantil de 20 anos antes, os estudantes pareciam ter ganho a simpatia da grande maioria da população, dando margem à participação de outros setores que aderiram ao movimento pró-*impeachment*. As passeatas lideradas tanto por estudantes secundaristas como universitários eram caracterizadas por um misto de repúdio, saudosismo e irreverência, ao som de músicas que mobilizaram os estudantes em anos anteriores e também levando faixas que continham críticas ferozes ao presidente e seus assessores diretos. Os rostos foram pintados, num gesto simbólico, com as cores verde e amarela, ficando essa manifestação conhecida como o movimento dos caras-pintadas (SOUSA, 1999).

Tudo isso remetia a pensar que o Brasil contava com o renascimento político do movimento estudantil, mas isso não aconteceu de fato, visto que essas manifestações foram episódicas, caracterizando alguns momentos de euforia coletiva sem muita articulação sólida de sustentação, ou ainda, sem perspectiva de se manter como forma organizativa mais permanente ou como eventual possibilidade de interferência histórica nos processos que se seguiriam.

Ainda de acordo com Sousa (1999), os estudantes, assim como a juventude no geral, não pareciam querer se envolver mais efetivamente com questões políticas e sociais, estavam muito influenciados pelo espírito individualista da sociedade, não vendo espaço para esse tipo de participação, pois agora seus interesses pareciam ser outros, como a carreira profissional e sua inserção no mercado.

Essa mesma autora ainda faz a seguinte referência aos jovens nesse período:

A geração indefinida, chamada pela mídia de geração X, que é uma parte desse segmento de jovens, começa a se definir na relação com a tecnologia. As maiores evidências, no entanto, estão no campo cultural, na linguagem direta da música. Veja-se, por exemplo, a "cultura clubber", em que a música tecno substitui, pela batida do som forte e excitante, a dificuldade de comunicação entre os jovens. Eles se unem em torno dessa música, que adquire contornos de cultura "underground dos anos 90", estimulando a sensação de pertencimento a um grupo ou núcleo, a um "nós", por intermédio da condição de um individualismo coletivo. Parece impossível reagir ao autoritarismo, que obriga tudo a se uniformizar, aproximando as pessoas, os jovens, a ponto de criar, em qualquer parte do mundo, e ao mesmo tempo, uma só necessidade, bastando estar "conectado" (SOUSA, 1999, p. 54-55).

Os documentos encontrados sobre o movimento estudantil na década de 90 são escassos, e quase sempre se resumem em jornais de centros acadêmicos. Pode-se perguntar pelas razões dessa “lacuna”: desorganização e ausência da preocupação com os registros ou ausência do movimento nessa época? Independente da razão responsável, o que fica claro, pelos poucos documentos encontrados, é que o movimento estudantil, nessa época, assumiu características bem diferentes do movimento das décadas de 60 e 70.

Devido à diferença do contexto sócio econômico, como já foi mencionado, pode-se notar que as preocupações estudantis estavam mais individualizadas. Os estudantes envolviam-se, com menos frequência, em questões de ordem política. As discussões passaram a girar mais em torno de questões específicas dos cursos. Um exemplo disso, pode ser dado com o jornal “A cachaça operária”, do Centro Acadêmico de Ciências Humanas, da UNICAMP que, em 92, no início das críticas ao atual presidente Fernando Collor de Melo, limitava-se a apresentar eventos culturais, discussões específicas da área de História e, em um texto apenas, uma crítica ao presidente Collor. Essa crítica ocorre de maneira equivocada, pois ao invés de argumentos de natureza política, apela para xingamentos e agressões, resumida na seguinte frase “Collor: você já encheu o saco!” (A Cachaça Operária, mar/92. s/p.).

Como já foi apontado, em 92, durante o movimento pró-*impeachment*, do presidente Fernando Collor de Melo, os estudantes vão às ruas juntamente com outros setores da sociedade. No entanto, a ênfase é dada mais sobre os estudantes quando se aborda esse episódio. Isso talvez se deva ao estranhamento das pessoas em ver os jovens nas ruas no mês de agosto de 1992, protestando contra a corrupção no governo, visto que o país acostumou-se a ver os jovens sob os tetos de shopping-centers. (MATTOS, 1993).

Sobre o movimento dos caras-pintadas, esse mesmo autor ainda afirma:

O que ficou de concreto, é que os jovens quebraram uma letargia de 20 anos e arrancaram a classe média de uma submissão fatalista na qual estava submetida. (...) Os caras-pintadas lotaram praças e ruas, empunhando faixas de todas as cores, gritando slogans e palavras de ordem, não muito criativas, mas marcadas pela irreverência. Os filhos da geração que em 1968 foi reprimida duramente pelo regime militar fazem hoje seu protesto de forma mais livre e alegre, numa salada de

tendências composta por bandeiras e camisetas que vão do PC do B ao PDS. (MATTOS, 1993, p. 79).

Rodrigues (1992) afirma que, apesar da importância do movimento dos caras-pintadas, este não pode ser compreendido como um indicativo do renascimento do movimento estudantil na década de 90. De acordo com esse autor, o contexto da época era pouco favorável às manifestações de rua e uma das razões responsáveis por essa situação era o fato de o país encontrar-se na vigência de um regime dito democrático com o pleno funcionamento das instituições políticas e de imprensa.

Novamente, é importante destacar que os estudantes, durante as manifestações contra o governo Collor, não estavam sozinhos, constituindo-se parte de uma ampla mobilização da sociedade civil e política e contando com o apoio dessas. Segundo Mische (1997, p. 47),

Nesse clima, a participação entusiasmada dos jovens nas passeatas pelo impeachment – organizados pelas entidades estudantis, apoiados pelos partidos e entidades civis, e divulgados pela grande imprensa – não pode ser chamada de ‘independente’ ou ‘espontânea’, pois eles receberam amplas formas de apoio oficial e não-oficial ...

Após o movimento pró-impeachment, o movimento estudantil parecia ter desaparecido. Poucas foram as manifestações e lutas. Apresenta-se novamente uma grande lacuna, que só deixará registros novamente a partir de 99, conforme será discutido adiante.

Os poucos documentos encontrados até 99 referem-se apenas às questões culturais, eventos científicos, discussões específicas de área. Dificilmente fazem menção à situação política e social do país. Parece mesmo que a geração pós-ditadura tinha motivos muito fortes para não se envolver com as lutas políticas mais amplas. Diante desse fato, algumas questões podem ser levantadas: Será que agora não se tem mais motivos para lutar? Serão as marcas do medo? Será a individualização da sociedade brasileira? Será o equívoco de tomar como modelo o movimento estudantil do passado e não conseguir adequar-se a ele? Ou será ainda um pouco de tudo isso?

O contexto sócio-político vivido então nos dá pistas para encontrarmos essas respostas. Desde meados da década de 90, o Brasil é regido por uma política em que o Estado passa a se desresponsabilizar por alguns setores da economia. Tal política, conhecida como neoliberalismo, contribui para a “desagregação” dos indivíduos, provocando a reconstrução do panorama do período. Trata-se, segundo

Silva (1995), da presença do neoconservadorismo atrelada ao neoliberalismo. Veja-se:

Apesar da centralidade da ofensiva neoliberal, não se pode esquecer de uma possível aliança entre liberalismo (econômico) e conservadorismo (cultural). (...) O neoconservadorismo é constituído por aqueles grupos que pregam uma volta aos antigos, tradicionais e "bons" valores da família e da moralidade. (...) Neoliberalismo e neoconservadorismo convergem então para moldar um cenário educacional em que as possibilidades de construir uma educação pública como um espaço público de discussão e exercício da democracia ficarão cada vez mais distantes. (SILVA, 1995, p. 26).

Assim, não somente na esfera da educação, o que vemos é a crescente apatia e desarticulação da esquerda e dos movimentos sociais, como, por exemplo, o movimento estudantil. Muitas causas possíveis são levantadas quanto a isso. Segundo Sousa (1999), a razão autoritária aparece contemporaneamente com seus elementos anticivilizatórios na sociedade da globalização, o que, por sua vez, dificulta a organização dos indivíduos de forma coletiva:

Declínio da individualidade, predomínio da ideologia subjetivista que estimula os indivíduos a se voltarem para si mesmos e responderem a suas angústias, impotência diante da massificação, subordinação ao consumo, burocratização da vida, submissão à tecnologia, reificação da consciência, são algumas das conseqüências da sociedade globalizada que não são questões que podem ser solucionadas a partir dos indivíduos, mas sim da sociabilidade que ele vive. (SOUSA, 1999, p. 75).

A participação do povo nas esferas coletivas torna-se muito escassa e, no caso do movimento estudantil, quase sempre ocorre sem fundamentos teóricos que permitam a compreensão maior da conjuntura econômica e política em nível mundial e nacional. O então presidente, Fernando Henrique Cardoso, reeleito em 1998, deu continuidade a um governo de privatizações e acordos com entidades internacionais, de acordo com essa política neoliberal que, por sua vez, foi tantas vezes denunciada pelos estudantes sem que, no entanto, as argumentações fossem além do "Fora FHC e FMI".

Esse mesmo contexto que dificulta a organização dos indivíduos é gerador de desigualdades, injustiças e sucateamento da educação, elementos esses que, bem fundamentados ou não, constituem-se em motivos para manifestações e protestos por parte dos estudantes. É

assim, em torno de questões como essas, que o movimento estudantil passa a fixar seu alvo, porém de forma ainda muito fragmentada.

Assim, no período de 1999 a 2001, de acordo com alguns jornais, as causas com as quais a UNE se envolveu foram: a emissão de carteira de identidade estudantil da UNE, o Exame Nacional de Cursos ou "Provão", a Lei do Senador Antero de Barros que visava a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos oriundos das escolas públicas e o apoio à greve das universidades públicas realizada em maio de 2000. Além disso, em aspecto mais geral, reivindicou-se Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar as denúncias de corrupção no governo federal.

As manifestações desse período ocorreram de forma esparsa, quase sempre fazendo reivindicações pontuais e das mais diversas naturezas: protestos no Dia do Estudante; manifestações contra o crédito educativo do governo; protestos contra cursos que não foram reconhecidos pelo MEC; campanhas contra o trote violento; pedido de *impeachment* do prefeito de São Paulo, Celso Pitta; protestos contra a reforma do ensino médio; passeatas por redução de mensalidades, passe livre e mais verbas para as universidades; ações de apoio a entidades filantrópicas; manifestações em favor da paz no mundo; greves em algumas universidades; participação no Fórum Social Mundial ocorrido em janeiro de 2001; participação em eventos internacionais como o 12º Congresso da Organização Continental Latino-Americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE). Apesar de haver essa grande diversidade de reivindicações, as mais constantes foram realizadas contra o governo de Fernando Henrique Cardoso e os acordos com o Banco Mundial, expressas através da palavra de ordem que ficou famosa: "Fora FHC e FMI".

De qualquer forma, o movimento estudantil nesse período (1999-2001) deve ser pensado, novamente, de forma muito diferente da década de 60 ou ainda 70. Além das diferenças dos contextos nos quais se inseriam, também há um sério agravante: encontra-se muito dividido, principalmente o movimento estudantil geral. Essa divisão é, quase sempre, devida à diferença entre os partidos políticos aos quais as diferentes "tendências" do movimento estudantil estão vinculadas. Geralmente, são partidos "de esquerda" e, às vezes, têm o mesmo objetivo. No entanto, discordam terminantemente da forma de se conduzir o movimento. Nos últimos congressos da UNE, por exemplo, podemos observar a disputa de alguns partidos políticos pela diretoria da entidade (PC do B, PSTU, PT, PCB, PSB, PCO, PTB, PFL, PDT, PPB, PPS, PSDB, PMDB e outros). As teses para a diretoria da entidade são

apresentadas e sempre estão relacionadas a algum partido político. Essa presença dos partidos é tão marcante a ponto dos estudantes se referirem uns aos outros como militantes do partido X ou Y sem, às vezes, citar sequer o nome da entidade que o estudante representa. Esses mesmos estudantes, que às vezes recebem o título de "militantes profissionais", quando saem da universidade e do movimento estudantil, continuam militando no partido, alcançando, algumas vezes, cargos na política.

As divergências são muitas: ideológicas, políticas e estruturais. Em reportagem ao jornal "O Globo", Vilhena (Mídia Impressa, jun/2001, s/p.) comenta as novas táticas do que chamou "moderno movimento estudantil" que, numa estratégia da União Estadual dos Estudantes (UEE) do Rio de Janeiro, durante manifestação dos estudantes do Rio, distribuiu cerveja no campus e jornais que tratavam tanto de funk e rap como de política. Frente às críticas recebidas, o tesoureiro-geral da UEE, Fabrício Marchi, filiado ao PC do B, argumenta: "Temos que evitar o discurso carrancudo. Não adianta mais subir na cadeira e falar alto. A forma do discurso tem de interessar aos estudantes". (O Globo, 20/06/00, p. 4, In: Mídia Impressa, jun/01).

Em contraposição, o então vice-presidente da entidade, Carlos de Souza, filiado ao PT, é a favor de palavras de ordem e ações mais agressivas: "Temos de ocupar as ruas. Desde 92, ficamos no conchavo político". (O Globo, 20/06/00, p. 4, In: Mídia Impressa, jun/01).

Dessa forma, muitas vezes, as discussões acabam se desviando de suas intenções iniciais, como a defesa dos interesses dos estudantes em geral, para se deslocarem para o campo político partidário, originando quebras, discrepâncias de idéias, rivalidades, impedindo que o movimento estudantil se articule em favor de suas lutas específicas.

A estreita vinculação do movimento estudantil aos partidos políticos atingiu tal nível que até mesmo alguns membros da antiga diretoria da UNE começam a acreditar que todo movimento estudantil deve ser apartidário, com ações voltadas para ideais conjuntos dos jovens, como o ex-diretor de universidades públicas da UNE, Almir Ribeiro, que, mesmo sendo filiado ao PSB, defende: "O jovem quer lutar por uma sociedade feliz, independente, quer garantia de moradia e do primeiro emprego. E tudo isso não está ligado a partidos políticos." (Diário de Natal, 30/03/00, p. 10, In: Mídia Impressa, jun/01).

Os dois congressos realizados pela UNE no período de 1999 a 2001, o 46º e o 47º, por exemplo, mostraram a extrema partidização do movimento estudantil, principalmente durante o processo eleitoral

da entidade. Cabe salientar que, nesses congressos, apesar das discussões (e até mesmo brigas e pancadarias) terem como motivo central a eleição da nova diretoria, também se discutiam questões mais gerais da política nacional e, até mesmo, mundial. A amplitude que se buscava atingir com as discussões era muito grande e, somadas ao imenso número de participantes de cada um desses congressos (em torno de 10 mil estudantes) e, também, às brigas internas relacionadas aos partidos políticos dificultava e, praticamente impossibilitava, qualquer tentativa de debate.

Ambos os congressos citados decorreram em clima extremamente tenso. O ambiente era carregado de bandeiras de partidos políticos, o espaço interno do ginásio onde se realizaram as plenárias era dividido entre as teses e partidos políticos diferentes. Vários conflitos surgiram durante esses congressos. Como exemplo, pode-se citar um ocorrido no 47º Congresso da UNE onde os representantes da tese “Rompendo Amarras”, de oposição e ligada ao PSTU, que haviam chegado atrasados e não cabiam mais nas arquibancadas, resolveram ocupar parte da arena central do ginásio, que era ocupada por milhares de militantes defensores da tese “Agora Só Falta Você”, ligada ao PC do B e União da Juventude Socialista (UJS). Quando conseguiram entrar na arena, travou-se um violento conflito entre os estudantes representantes das duas teses. Os estudantes da tese “Agora Só Falta Você” deram os braços, formando um cordão humano de isolamento impedindo os militantes da “Rompendo Amarras” de se juntarem a eles. Para solucionar o impasse, formou-se um corredor que separava as duas teses. Frente a esse episódio, pode-se questionar todo o discurso de democracia e união que a maioria desses estudantes apregoa em suas falas, visto que nem o mesmo espaço físico são capazes de dividir.

Muitas palavras de ordem, agressões verbais, físicas, discursos inflamados deixavam transparecer claramente a influência dos partidos políticos no movimento estudantil. Em alguns momentos, as discussões giravam somente em função dos partidos, como pode ser comprovado por meio das palavras de ordem abaixo, que eram gritadas incessantemente no ginásio: “PC do B só se resume a um partido conduzido pela UNE!”, “Juventude Petista, de esquerda e socialista!”, “Tá na hora, tá na hora, da lavagem cerebral, militei na UJS e fiquei débil mental!”, “Não adianta, PC do B, ano que vem, vai votar no PT!”, “Essa aliança, ninguém esquece, PFL e UJS!”, “PC do B, que papelão, fugindo da votação!”, “Oposição, eu quero ver, unificar pra derrotar o PC do B!”, “Partido, partido, é dos trabalhadores!”.

Além dessas, muitas outras palavras de ordem que se referiam diretamente aos partidos políticos mais envolvidos com o chamado "aparelhamento" do movimento estudantil eram gritadas à exaustão durante a realização do Congresso. A maior parte dos assuntos discutidos não era de interesse dos estudantes, mas ao contrário, ficavam restritos à disputa partidária.

Sobre a partidarização do movimento estudantil, o jornal "Folha de S. Paulo", de 6 de julho de 1999, veiculava a notícia sobre o resultado da eleição para a presidência da UNE. Na reportagem intitulada "UNE recusa proposta de eleições diretas", o jornal noticia que foi eleito o mineiro Wadson Ribeiro, da chapa da "situação". Ainda de acordo com esse jornal, essa foi a quinta eleição vencida por uma chapa com o apoio do PC do B, que domina a entidade há oito anos. A nova diretoria da UNE contava com 51 delegados de vários estados brasileiros, sendo que 11 faziam parte da executiva, com sede em São Paulo. Do total, pelo menos 18 são da chapa "Refazendo" que integra a União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PC do B. (Folha de São Paulo, 06/07/99, p. 3, In: Mídia Impressa, jun/01). Segundo o jornal "Estado de Minas", de 13 de julho de 1999 apesar de todas as críticas a UJS, que comanda a UNE, juntamente com o PC do B, desde 1991, Wadson garante que a entidade não representa partidos políticos. Veja-se: "Ter opção partidária é saudável e emancipa as pessoas. Não dá para fazer debates despolitizados. O que não dá é transformar a UNE em expressão de partido político". (Estado de Minas Gerais, 13/07/99, p. 4, In: Mídia Impressa, jun/01).

Ora, fazer debates politizados não requer filiação partidária. Aparentemente, há aí um equívoco acerca do conceito de política. Assim, se o caráter transformador do movimento estudantil já fora questionado em outras épocas, até mesmo na década de 60 em que, apesar das divergências, alcançou-se uma unidade aparentemente maior dos estudantes pelos seus interesses e causas, agora então, com rupturas ainda maiores, esse caráter pode ser colocado, mais do que nunca, em dúvida.

Considerações finais

Retomando as questões feitas inicialmente "O que teria acontecido ao movimento estudantil a partir da década de 90? Teria ele se desarticulado?", podemos, com base na coleta de dados realizada, dizer que o movimento estudantil se desarticulou, ou seja, quase não se fez presente (pelo menos não de forma significativa) na vida política

do Brasil nesse período. Pode-se, contudo, considerar-se ainda alguns fatores que teriam contribuído para a desarticulação do movimento estudantil a partir da década de 90.

O primeiro deles diz respeito à apatia que se abateu sobre o meio estudantil e sobre a população brasileira como um todo após o ano de 84, com o término do regime militar. Essa apatia pode ter ocorrido em decorrência das marcas de medo que a ditadura deixou muito fortes nas pessoas que viveram essa época. No entanto, o que me parece mais provável é que, nesse período, predominava a sensação de que não se tinha mais pelo que lutar. Os estudantes estavam acostumados a uma forma de organização do movimento estudantil que só cabia no regime militar e, por isso, não se encaixava no novo contexto político brasileiro.

O segundo motivo que poderia ter causado o desaparecimento do movimento estudantil das ruas é o individualismo da sociedade brasileira que vem como uma consequência da política neoliberal e globalizante que vivemos. De acordo com Saliba (1999), os jovens vão às universidades buscando uma formação que lhes permita exercer uma profissão reconhecida e, assim, possam sobreviver e obter êxito pessoal. A preocupação com o coletivo quase sempre se resume a atitudes de solidariedade e filantropia. O afastamento das questões políticas indica um conformismo e uma passividade de quem já não se vê mais como sujeito da história, mas sim, como objeto passivo dela.

Por fim, a terceira e última hipótese da desarticulação do movimento estudantil a partir da década de 90 e, talvez, a mais forte delas, é a partidarização do mesmo. Apesar de os estudantes formarem uma categoria que, inicialmente, teriam os mesmos interesses e objetivos, sua conduta não condiz com a de uma classe unificada, conforme exposto aqui anteriormente. Muito pelo contrário, muitas das lutas maiores e mais abrangentes que o movimento estudantil se propôs nesse período parecem não ter vingado, devido às muitas brigas internas causadoras de muitas cisões no movimento.

A relação dos estudantes com partidos políticos, no entanto, não é necessariamente uma coisa negativa. O que não é adequado é o "aparelhamento" do movimento estudantil aos partidos políticos, ou seja, quando os interesses do movimento estudantil são deixados de lado para se assumir a disputa entre os partidos que assumiriam as lideranças estudantis. Essa relação já vem sendo percebida há muito tempo pelos estudantes; no entanto, o afastamento do movimento estudantil dos partidos políticos se torna cada vez mais difícil. A militância nem sempre precisa ser partidária. A política no movimento

estudantil não precisa ser partidária. Aí, uma das justificativas dadas pelos dirigentes de entidades estudantis do movimento geral, hoje, é que a relação com os partidos políticos é necessária, pois o movimento estudantil não tem condições estruturais de se manter sozinho, visto que com a expansão do ensino superior ocorrida nas últimas décadas, o número de universidades no país cresceu muito. Por isso, a estrutura atual do movimento estudantil não tem condições de atender a todos os estudantes.

Se este argumento é verdadeiro, pode-se colocar outra questão: será que a estrutura do movimento estudantil não precisa ser revista? Se a UNE, por exemplo, não tem condições de se manter como um órgão central de representação dos estudantes de todo o país, como fora na década de 60 e até mesmo na de 70, não seria necessário pensar a estrutura do movimento estudantil de outra forma, por meio de organizações menores que possam abranger todos, ou ao menos, grande parte dos estudantes, com suas discussões? O chamado "movimento de área" tem se constituído, na prática, em um exemplo dessa forma de organização, uma vez que vem conseguindo congrega estudantes por áreas de estudo para sustentar discussões relativas às suas áreas, além de discussões mais gerais em uma estrutura possível e não em uma estrutura gigante que acabe inviabilizando o aprofundamento das discussões.

Até quando o movimento estudantil continuará insistindo no antigo modelo de organização central liderado pelas chamadas vanguardas? Não vivemos mais o regime militar, mas vivemos formas mais sutis de opressão das quais os estudantes precisam se dar conta sem, contudo, perder de vista seus limites e sua condição de estudantes que vivem um novo contexto, no qual não se encaixam mais os antigos parâmetros de movimento estudantil. Além disso, a militância precisa ser repensada para além da militância partidária, como expressão real dos interesses dos estudantes.

Referências Bibliográficas

- MATTOS, A. L. Ressurgimento do Movimento Estudantil: Realidade ou Ficção. Educação, Porto Alegre, v. 16, nº 25, p. 79-91, 1993.
- RODRIGUES, L. M. As Manifestações Pró-*Impeachment* Apontam para o Renascimento do Movimento Estudantil no País?. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 ago. 1992, p. 3.

- SALIBA, E. T. A Utopia Possível nos Tempos dos Jovens caras-pintadas. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19 jun. 1999, p. 5D.
- SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SOUSA, J. T. P. *Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker; FAPESP, 1999.

Periódicos Estudantis:

- A Cachaça Operária - uma publicação revolucionária do CACH. Março de 1992.
- Mídia Impressa - Gestão 1999-2001. Diretoria de Comunicação da UNE. São Paulo. Junho de 2001.

MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTEMPORÂNEO: TEMAS MOBILIZADORES E FORMAS DE ATUAÇÃO

Carla de Sant'Ana Brandão

Introdução

Quase quarenta anos se passaram desde o ápice das manifestações estudantis no Brasil e no mundo. Porém, pensar sobre a atuação do Movimento Estudantil contemporâneo no Brasil nos remete, necessariamente, aos fatos marcantes da história estudantil durante a década de 1960, a fim de compreendermos as inspirações dos mais recentes líderes estudantis na reformulação das suas práticas frente aos problemas e preocupações estudantis no atual cenário brasileiro.

As divergências e conflitos políticos, perceptíveis desde a década de 1940, conseqüências da 2ª Guerra Mundial, e o clima repressivo que permeava as relações entre Governos e sociedade, exacerbaram-se na década seguinte e culminaram na década de 1960, especialmente com as minorias que foram mais afetadas negativamente pelas mudanças sócio-políticas. Em 1968 o Brasil, assim como vários outros países da América e da Europa, sofria grande pressão social decorrente de medidas implantadas por governos repressivos – no caso brasileiro, pelo Governo Militar instaurado desde abril de 1964. Os estudantes de vários países há algum tempo se mobilizavam contra o modo com que os seus Governos conduziam determinadas questões, as quais, na maioria dos casos, eram convertidas no aumento das diferenças sociais e econômicas entre grupos e na perda da liberdade de expressão e de associação.¹

¹ A primeira revista de esquerda da Alemanha Ocidental foi fomentada por temas como "sexualidade e dominação, fascismo e anti-semitismo, problemas dos países subdesenvolvidos, educação e escola, meios de comunicação de massa e manipulação" (Haug, 1999, p. 31). Na França, o retorno do General De Gaulle ao poder, em 1958, impulsionou a tensão no País devido à crise da Argélia; a adesão à OTAN; a nova Constituição, caracterizada como de centro-direita autoritária; a redução da atuação dos partidos e sindicatos e as punições às mobilizações estudantis (Martins Filho, 1996). Nos Estados Unidos ocorreram várias marchas contra a discriminação de minorias (negros, índios e porto-riquenhos) e contra a Guerra do Vietnã. Conflitos entre estudantes e a polícia fizeram parte do cenário social em La Plata, na Argentina; na Bélgica, durante a ocupação da Universidade Livre de Bruxelas pelos estudantes; e em Roma, quando da ocupação policial da Universidade (Martins Filho, 1996; Couto, 1999).

No Brasil, de modo mais patente a partir de 1966, inúmeros estudantes não podiam ingressar nas faculdades devido ao número restrito de vagas. Em função disto, estudantes de diversas capitais promoveram várias manifestações reivindicando o aumento do número de vagas e a absorção daqueles que, desde 1967, aguardavam uma decisão da justiça para ingressarem na faculdade, bem como dos novos excedentes de 1968. As críticas estudantis à ineficiência da universidade e ao desrespeito aos direitos dos trabalhadores aumentaram o apoio popular aos estudantes, especialmente após o incidente que levou à morte o secundarista Edson Luis, em março de 1968, no Rio de Janeiro, durante conflito entre policiais e estudantes. Apesar das leis e decretos² que dificultavam a organização estudantil e as manifestações públicas, após este evento as lutas estudantis, fomentadas inicialmente pelos problemas do ensino superior da época e as questões sociais de classe (Foracchi, 1977), foram intensificadas em todo País contra os atos violentos da polícia (*Correio da Manhã*, 30/mar./1968; Cardoso, 1998; Ridenti, 1999).

A rápida passagem pela década de 1960 com foco dirigido ao cenário social e estudantil durante o ano de 1968 possibilitará a observação da âncora estabelecida por representantes estudantis nos últimos anos para repensar as práticas contemporâneas através da memória do Movimento. Aliada à memória de 1968, manifestações estudantis ocorridas a partir da década de 1990 também são constitutivas do discurso de líderes estudantis contemporâneos como meio de inspiração, discussão e comparação entre suas mobilizações mais recentes diante dos problemas sociais e estudantis neste início de

² Sob a justificativa de manutenção da ordem e da segurança nacional, várias leis, decretos e serviços de proteção foram instituídos. Dentre as principais, a Lei Suplicy, (Lei 4.464, aprovada pelo Congresso Nacional em 27/out./1964 e que entrou em vigor em 09/nov./64), que aboliu a UNE e a substituiu por um Diretório Nacional de Estudantes, com sede em Brasília, para a realização das reuniões estudantis que só poderiam ocorrer no período de férias escolares (Poerner, 1968). O SNI (Serviço Nacional de Informação), criado em 13/jun./1964 pelo Decreto-Lei nº 4.131, tinha como fim investigar e coletar informações cabíveis à segurança nacional e à subversão no País. Também em 1964, foram instituídos os IPMs (Inquéritos Para-Militares), com a função de formar comissões nos órgãos do Governo a fim de identificar pessoas ligadas a atividades subversivas. Em 27/out./ 1965 foi instaurado o Ato Institucional nº 2 que, entre outras coisas, extinguiu o pluripartidarismo e concedeu ao Governo o poder de cassar mandatos e direitos políticos, permitiu a edição de decretos-leis ligados a assuntos considerados de segurança nacional e estabeleceu eleições indiretas, pelo Congresso, para Presidente e Vice Presidente da República. Em 22/maio/68 entrou em vigor a Lei 5.439, que responsabilizava "criminalmente menores envolvidos em ações contra a segurança nacional" e, em 13 de dezembro do mesmo ano, por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi instituída a censura à imprensa e qualquer manifestação pública contra o Governo passou a ser considerada ilegal (Couto, 1999).

século e as de momentos anteriores. Dentre os fatos mais recentes na história do Movimento Estudantil brasileiro, o movimento "carapintada" pelo *impeachment* do então Presidente da República, Fernando Collor de Melo, em 1992, representa um dos fatos mais mencionados pelos representantes estudantis atuantes no período entre 2002 e 2004.

O Cenário sócio-educacional brasileiro a partir da década de 1990

De acordo com Alzira Abreu (1997), a explicação para o fato de, em um determinado contexto histórico, jovens se tornarem ativos participantes de grupos políticos de oposição somente pode ser compreendida através das redes sociais e políticas das quais estes participam e das motivações contextuais características de situações de crise social. Neste sentido, não cabe estabelecer comparações entre a atuação do Movimento Estudantil contemporâneo e aquelas ocorridas durante a década de 1960. O espaço e o tempo que separam as duas gerações do Movimento Estudantil são permeados por grandes mudanças contextuais, principalmente no campo político e educacional que, inevitavelmente, possibilitam novas formas de intervenção social por parte dos estudantes. Assim, compreender as mudanças sociais ao longo dos últimos 40 anos, as quais também interferiram no sistema de ensino superior e, conseqüentemente, nas preocupações e necessidades dos estudantes auxilia no entendimento acerca das preocupações e das ações do Movimento Estudantil (ME) contemporâneo.

Conforme Cardoso e Sampaio (1994), mudanças que geraram oscilações no padrão de vida das famílias de classe média brasileira interferiram nas novas demandas para o ensino superior. O acelerado processo de urbanização e industrialização propiciou a ampliação da procura pelo ensino superior³, que passou a atender não apenas as elites, mas também a alunos procedentes de famílias com menos recursos. Além da ampliação das vagas, da criação de novas instituições de ensino e da heterogeneidade entre os estudantes universitários, as mudanças ocorridas nos últimos tempos também impulsionaram a criação de novas profissões e novos campos de atuação para as profissões já existentes. A reordenação do sistema de ensino superior tornou-se necessária, a fim de atender as novas demandas profissionais

³ Dados acerca das matrículas no Ensino Superior no Brasil informam o crescimento de aproximadamente 191% no período de 1971-1975 e de cerca de 304.1% entre 1971 e 1980 (Gomes, 1982). Em termos mundiais, as matrículas cresceram de 28 milhões de estudantes em 1970, para mais de 60 milhões em 1999 (Delors, 1999).

e campos de atuação em expansão. Estas mudanças locais, de certo modo, expressam as novas necessidades sociais decorrentes de um processo de transformação social que têm se acentuado em esfera mundial cuja "idéia-força" encontra-se associada ao entendimento do processo hodiernamente nomeado de "globalização".

A interferência de certos elementos do processo de globalização no sistema ensino superior brasileiro merece especial atenção se considerarmos a Universidade como uma instituição formadora cidadãos que constituem a sociedade e nela interferem diretamente através da formação e dos conhecimentos profissionais e técnico-científicos obtidos através desta.

No campo educacional, segundo Souza (1994), a principal preocupação dos países mais ricos encontra-se voltada para a "eficiência na qualidade da educação" e na educação continuada, com o objetivo específico de obtenção de sucesso econômico. Uma das conseqüências desse processo é que, a despeito das contrastantes diferenças culturais e sociais existentes entre os países de primeiro e terceiro mundos, são aplicadas as mesmas regras em sistemas educacionais de países ricos e de países como o Brasil, através de órgãos multinacionais de financiamento da educação. A competitividade internacional, gerada por critérios educacionais, nos remete a uma nova fase do mercado de trabalho, na qual se observa a alta rotatividade de mão-de-obra, a instabilidade e a insegurança dos empregados.

O Relatório para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (Delors, 1999) ressalta o papel da universidade como formadora de futuros profissionais para intervir em problemas sociais e tomar decisões políticas a serviço da sociedade e em questões éticas e científicas articuladas com os demais níveis educacionais, atuando como um centro de estudos, preservação cultural e de reciclagem profissional. Contudo, sabemos que atender as demandas sociais e contribuir para o desenvolvimento do país não é fácil, e muitas vezes ineficiente, haja vista as múltiplas exigências do mercado e a necessidade de uma rápida adequação a estas. A pressão social para que a universidade cumpra a diversidade de funções que a ela é atribuída e a necessidade de expansão das vagas no ensino superior público nas últimas décadas tem restringido o orçamento governamental para a educação superior, gerando, entre outros efeitos, a escassez de recursos para investimento nas instituições de ensino superior públicas; a ampliação das vagas e das instituições de

ensino de superior privado; a fragmentação e heterogeneidade das instituições de ensino superior (Dias Sobrinho, 1999). Estes assuntos, constituintes das principais preocupações dos estudantes na última década, tem sido tema de reflexão e debate no ME a fim de viabilizar meios para intervenção eficiente nas questões pertinentes sobre o ensino superior.

Movimento Estudantil contemporâneo: preocupações e temas mobilizadores.

A partir do cenário sócio-educacional apresentado surgiu a necessidade de entender quais as preocupações das lideranças do Movimento Estudantil e quais as formas de mobilização que estes têm buscado para intervir sobre os problemas que os afetam. Tal compreensão tomou como objeto de análise um conjunto de entrevistas realizadas com lideranças do Movimento Estudantil Universitário brasileiro entre os anos de 2002 e 2004⁴. As entrevistas, realizadas individualmente (com base em um roteiro de entrevista) em espaços da vida acadêmica dos estudantes (universidade e congressos estudantis) foram analisadas à luz da hermenêutica, enquanto método de análise de conteúdo.

Vários temas foram ressaltados pelos representantes do ME como preocupações fundamentais que conduzem suas mobilizações, desde a necessidade de maior participação social e política às questões ligadas à qualidade do ensino e ao mercado de trabalho. Contudo, o distanciamento percebido entre as bases e a liderança estudantil, associada à ausência de credibilidade no ME, foi apresentada como a principal preocupação do ME neste período.

Este distanciamento foi apontado como a consequência dos estudantes não se sentirem representados pelo ME devido,

⁴ Os 15 representantes estudantis que constituíram a amostra tinham, na época, entre 19 e 28 anos de idade e cursavam as faculdades de Ciências Sociais (2), Serviço Social (2), Psicologia (3), Filosofia (2), Jornalismo (1) Direito (2), Administração (1), Matemática (1) e Farmácia (1) de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, de vários estados do Brasil. Os estudantes eram vinculados às seguintes entidades de representação estudantil: Diretorias da UNE (União Nacional de Estudantes), Presidência e Secretarias dos DCE (Diretório Central de Estudantes) da UFPB (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa), do UNIPE (Centro Universitária de João Pessoa), da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco, Recife) e da FUNESO (Fundação de Ensino Superior de Olinda/PE); Representantes dos DAs e CAa (Diretórios Acadêmicos e Centros Acadêmicos) dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco, Recife), de Psicologia e Serviço Social da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo); Representantes da UEE (União Estadual de Estudantes) do Rio de Janeiro e de São Paulo.

principalmente, a dois aspectos: a) a presença de bandeiras partidárias no ME e suas lutas ideológicas; b) ausência de interesse dos estudantes pelos temas abordados pelo ME.

Para os representantes estudantis, o afastamento dos estudantes reflete a “fragmentação do Movimento Estudantil” decorrente da influência interna de partidos políticos e a perda de espaço do Movimento em relação à atuação de outros períodos:

A maior preocupação hoje do ME é rever a sua legitimidade junto aos estudantes e sua representatividade. Outra preocupação é a forma que ele atua. [...] Nós, o Movimento Estudantil até 1964 vai ter uma atuação incrível durante o período da Ditadura, mas a partir daí ele sofre um refluxo imenso por causa da vinculação dele aos partidos [...]. Os estudantes não se vêem mais representados pelo ME. Esse é um dos maiores problemas do ME (Representante Estudantil 2 - UFPE [Universidade Federal de Pernambuco]).

Muitas vezes, essa disputa política colocada acima das bandeiras centrais do movimento [...] inibe a participação de uma parcela dos estudantes que não estão identificados (Representante Estudantil 11 - PUC-Camp [Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP]).

Apesar da inserção de partidos políticos no Movimento Estudantil ser apontada pelos representantes estudantis como um acontecimento que vem se desenrolando desde há muito tempo, inclusive durante a década de 1960, é importante destacar que ao longo da história do Movimento Estudantil esta presença e interferência das bandeiras partidárias nas decisões do ME sempre serviu também para gerar distância entre os estudantes e seus líderes. Estes últimos, muitas vezes criticados pelos primeiros. Ilustrando alguns momentos, cabe lembrar a crise pela qual passou a UNE em 1949, devido a mudanças na liderança da entidade, antes representada por um estudante socialista (Poerner, 1968).

Sobre as bandeiras partidárias, vale salientar que as relações internas no Movimento Estudantil também são fragmentadas devido às cisões em virtude de ideologias partidárias. Assim, não há apenas o distanciamento entre as bases e lideranças, mas, também, entre os próprios líderes e entre os órgãos de representação estudantil. Por um lado, os estudantes se mostram insatisfeitos e não se sentem representados por seus órgãos representativos de base – CAs, DAs e DCEs devido ao exacerbado enfoque político destes, por outro, os membros destes órgãos também reagem com críticas à entidade maior

de representação estudantil – a UNE, criticando os conflitos internos decorrentes da dominação partidária.

A UNE, hoje, por estar faltando representatividade, os estudantes começaram a se organizar por partidos e, através dos partidos, tentar intervir nos movimentos de base, como CAs e DAs e DCEs. Dentro disso aí, tem gente que não se sente representada, aí vem a questão dos independentes. [...] tem um grupo de pessoas que não se vinculam nem ao PT, nem ao PSTU, nem ao PCR e PCdoB, que são as correntes mais fortes. [...]. Geralmente são pessoas que participam de DAs e DCEs, mas não têm uma organização estruturada nacionalmente (Representante. Estudantil 2 - UFPE).

Semelhantemente à década de 1960, os mais recentes representantes estudantis preocupam-se com a inserção de bandeiras político-partidárias no ME, haja vista a dificuldade em tomar decisões quando estas são orientadas por posicionamentos de partidos políticos e pouco priorizam as preocupações estudantis e as necessidades emergentes no ensino superior. A falta de interesse dos estudantes em participar das atividades promovidas pelos ME, sob a alegação de que estes não discutem os temas do cotidiano estudantil e de interesse mais imediato dos universitários, contribui para a falta de apoio ao ME e a desarticulação na organização de suas atividades.

Ambos aspectos – presença de partidos políticos e desinteresse pelos temas em debate no ME – contribuem para a crescente falta de credibilidade dos estudantes na representatividade do ME. Vários representantes expõem a dificuldade de levar as discussões da UNE para os estudantes devido ao distanciamento e a “falta de interesse dos alunos em participar das atividades”.

A preocupação primordial é a participação do corpo discente. As pessoas não têm interesse em participar das atividades do DA [...] (Representante Estudantil 1 - UFPE).

Nosso grande desafio é como chegar aos estudantes. (Representante Estudantil 6 - UFES [Universidade Federal do Espírito Santo] e diretor da UNE).

O principal motivo do desinteresse dos estudantes pelos debates e atividades promovidas pelo ME é o entendimento de que temas que abordam questões sociais, econômicas e da política nacional não pertencem à esfera de interesses especificamente estudantis. Temas como o mercado de trabalho, por exemplo, foco de interesse de muitos estudantes, são, segundo os representantes estudantis, percebidos

pelos estudantes em geral de modo descontextualizado, “desarticulado de questões sociais”. Em declarações ao *Jornal do Brasil* (1997) sobre o papel da UNE, os estudantes apontam este tema como sendo um dos que deveriam ter maior atenção do ME.

O que preocupa o estudante hoje? É o mercado de trabalho. A maioria sabe que vai sair da faculdade e não vai ter onde trabalhar. Mas a UNE permanece impassível a esta inquietação (Marcelo Costa, Universidade Santa Úrsula).

Muitas empresas exigem experiência profissional para aceitarem estagiários. A UNE poderia fazer um carnaval sobre isso, mas prefere falar sobre a Vale do Rio Doce para a parede das escolas (William Campos). (apud Jornal do Brasil - Caderno Brasil, 06/jul./1997).

A necessidade de aproximação dos estudantes e de participação destes nas atividades promovidas pelo ME conduziram a adoção de estratégias pelos líderes estudantis. A primeira delas foi a revisão das pautas do ME, vislumbrando uma maior atenção às questões de interesse dos estudantes em geral. Na organização de atividades estudantis – comumente planejada a partir de *pautas gerais*, que traçam as ações do ME frente a questões nacionais amplas que afetam a sociedade em geral, e aos estudantes das diversas regiões e instituições; e de *pautas específicas*, que discutem e planejam estratégias para os problemas mais particulares de cada região, estado e instituição de ensino – as lideranças passaram a enfatizar estrategicamente *as pautas específicas* nos seus debates a fim de discutir e planejar formas de reivindicação para a solução dos problemas mais particulares de cada região, estado e instituição de ensino, por serem estes assuntos mais atraentes ao público estudantil. A necessidade de abordar temáticas mais específicas para atrair o interesse dos estudantes é considerada pelos representantes estudantis como uma consequência da insuficiente compreensão dos estudantes sobre a relação direta entre as questões locais e as nacionais, atreladas à política do país. Para as lideranças estudantis, uma das grandes dificuldades do ME é “demonstrar a relação entre os problemas específicos da universidade e a política nacional” (Representante estudantil 1 - UFPE).

Do ponto de vista dos representantes estudantis, a inserção no mercado de trabalho, enquanto um dos temas de *pauta específica* representa uma incerteza decorrente das mudanças sociais e a forma de intervir sobre este problema, apesar de não assegurar o futuro,

seria a melhoria das condições de ensino, enfocando, inclusive, os benefícios deste para a sociedade. Melhor condição de ensino depende da liberação de verbas para a educação, o que situa as questões da qualidade do ensino e do mercado de trabalho no amplo campo das políticas educacionais.

[...] a gente reivindica a melhoria das condições de ensino, contratação de mais professores, bolsa obedecendo ao critério sócio-econômico para os estudantes que tem condição sócio-econômica dificultosa, laboratórios bem equipados. [...] É preciso formular o que nós queremos de ciência ou tecnologia e qual o papel da universidade na formação de pesquisadores, de professores pra rede pública de ensino e etc. (Representante Estudantil 8 - USP [Universidade de São Paulo]).

Enquanto órgão representativo dos estudantes, a preocupação hoje é a questão do mercado de trabalho. Antes você não se preocupava, mas hoje, paralelamente aos estudos a gente se preocupa com o que fazer quando sair da universidade. [...] às vezes o aluno é bom, mas o mercado de trabalho pode também excluir. Não temos garantias do futuro (Representante Estudantil 3 - UFPB [Universidade Federal da Paraíba]).

A menção ao passado parece guiar-se pela suposição de que em outros períodos havia maior garantia quanto à ocupação e exercício profissional de nível superior. Contudo, sabemos que ensino, formação profissional e trabalho são temas recorrentes nos debates e manifestações estudantis ao longo de várias décadas. A escassez de vagas nas universidades e a busca de garantias em relação a uma formação para o trabalho, algo bastante presente nas sociedades modernas, não é uma preocupação estudantil recente. Na década de 1960 foi esta preocupação que mobilizou os primeiros protestos estudantis, visando à conquista de vagas no ensino superior, considerado como meio de ascensão social (Foracchi, 1972, p. 1977). Hoje, porém, não se trata meramente da busca de ascensão social, mas, da preocupação com uma formação que atenda as necessidades do mercado de trabalho, possibilitando ao estudante mais "garantias" através da capacitação adequada e, conseqüentemente, mais oportunidades de trabalho.

A insegurança referente ao mercado de trabalho é um dos assuntos que mais chama a atenção dos estudantes em geral e representa um dos principais aspectos da incerteza social nos dias atuais. A incerteza social, decorrente de constantes e aceleradas

transformações sociais relacionadas ao processo de globalização encontra-se atrelada a questões amplas como a “tecnologização”, a necessidade de conhecimentos cada vez mais específicos e as exigências do mercado. Frente a incertezas sociais, uma das possibilidades de ação postulada por Giddens é a “oposição às fontes de perigo”, ou seja, a organização de metas e ações que possibilitem intervir ou reagir sobre possíveis problemas, em geral, estimuladas pelos movimentos sociais (Sztompka, 1998). Neste sentido, a preocupação do ME em mobilizar os estudantes para questões sociais mais amplas para se conscientizarem das relações entre problemas locais e globais, parece indicar um incitamento à mudança através da reação às fontes de risco.

Notamos que, semelhante a outros momentos, como na década de 1960, os líderes estudantis apresentam um empenho em conscientizar os estudantes acerca da importância da participação nos debates e decisões de assuntos da sociedade. Porém, há dificuldade entre os líderes estudantis para demonstrar aos estudantes a relação entre o que estes denominam de problemas específicos da realidade estudantil e o contexto sócio-político e econômico do País.

Uma das preocupações que o ME tem tido, muito freqüentemente, é garantir uma formação de qualidade, pluralista [...]. Tem tentado extrapolar esse limite, esse individualismo [...] chamar a atenção dos estudantes em geral que a preocupação tem que ser mais macro. [...] Talvez seja esse o problema de relação entre bases e lideranças, as bases não se sentem representadas, já que elas têm essa percepção individualista e o ME não tem conseguido traduzir aquilo que acredita para o estudante. Acho que esse é um problema (Representante Estudantil 2 - UFPE).

O envolvimento da juventude estudantil em questões sociais é, de fato, algo revelado em diversos momentos da história nacional, como na participação na Inconfidência Mineira, (1789), nas lutas abolicionistas (1870-1888), nas campanhas desenvolvidas pela UNE durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e nas campanhas do ME contra o analfabetismo durante década de 1960 (Bahia, 1954; Poerner, 1968). A preocupação do ME em ampliar o debate entre os estudantes, articulando os problemas específicos do cotidiano estudantil com aspectos da conjuntura política nacional e global, além de visar atrair os estudantes para as amplas lutas estudantis, tem, também, o objetivo de conscientizar o estudante da importância do seu

engajamento na sociedade, através da participação ativa nas decisões e ações mobilizadoras.

A grande preocupação do Movimento Estudantil hoje é a consciência de luta (Representante Estudantil 9 - PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]).

Querendo ou não, o Movimento Estudantil é um movimento político, quando surgem os problemas, como as greves, a falta de verbas etc. nós temos que resolver estas questões com os políticos. [...] No CONEG, nós vamos discutir os efeitos da situação internacional no Brasil, sobre um projeto de ciência e tecnologia para o Brasil, vamos ter debates com cientistas políticos da USP, debater sobre o papel da educação na universidade na Constituição nacional. Qual o papel que nós, da universidade, temos, junto à sociedade? A universidade tá isolada! Temos que mostrar a sociedade o que nós fazemos aqui e fazer também nas comunidades, através dos programas de extensão [...] (Representante Estudantil 12 - UEE-RJ).

Conforme Abramo (1997), a ausência de temas vinculados aos interesses específicos dos jovens é o principal motivo de afastamento destes das organizações e movimentos políticos e sociais. De fato, o distanciamento entre estudantes e lideranças do ME e a não compreensão de algumas "bandeiras" do Movimento como representativas de seus interesses, não favorece a conscientização estudantil sobre a importância da atuação enquanto agente social transformador. Além disso, as questões partidárias inseridas no ME com maior destaque do que os problemas estudantis contribuem para a construção de uma imagem eminentemente político-partidária sobre o Movimento. Isto afasta os estudantes, inclusive, dos debates sobre assuntos diretamente vinculados aos seus interesses. Em estudo sobre socialização política, realizado com 550 universitários, verificamos que, apesar de a maioria destes considerarem o cotidiano acadêmico como principal fonte de informação sobre política, estas advêm, principalmente, das relações interpessoais em sala de aula e, minimamente, das atividades constituintes da política universitária (colegiados, organizações estudantis e eventos promovidos pelo ME) (Brandão, 1999).

O sociólogo Jairo Nicolau, ao abordar novas formas de organização estudantil dissociada das lideranças, afirma ser esta "uma reação natural ao afastamento da UNE e de outras associações estudantis das salas de aula", as quais "acabaram se voltando mais para as questões políticas" (*Jornal do Brasil*, 09/ago./1998, p. 36).

Neste sentido, podemos compreender que o afastamento de questões político-partidárias, imposto pelos estudantes como necessário para o direcionamento à bandeiras estudantis ligadas aos problemas da universidade, não deve ser considerado, neste caso, como um posicionamento apolítico dos estudantes, mas, uma reação à necessidade de focar temas específicos que, em virtude da presença de bandeiras partidárias, são diluídos e pouco focalizados.

Reorganização das ações do ME: atendendo a necessidade das bases e das lideranças

O foco das preocupações enfrentadas pelos líderes estudantis, inclusive o distanciamento e desinteresse dos estudantes para com as atividades promovidas pelas entidades estudantis, conduziu mudanças nas formas de organização e de ação do ME. O primeiro passo dessas mudanças foi evitar a influência das ideologias partidárias nas propostas e decisões; e solucionar o problema da falta de unidade dentro do ME através de encontros regionais e de área para discussão sobre os projetos de ação e tomada de decisões sobre estes, de modo horizontalizado, independente do posicionamento da entidade maior estudantil - UNE.

Uma das formas que o ME tem utilizado para rever isso tem sido através dos movimentos de Área. [...] por exemplo, as Federações... então começa a haver uma articulação por área [por curso], como uma forma de quebrar a hegemonia da UNE. [...] A UNE, com sua centralização, não trouxe a unidade que se esperava para o Movimento. Ela trouxe uma hierarquia que tem quebrado o Movimento, fraturado. Então, uma das formas que o Movimento tem tentado quebrar isso é a articulação por área e a maior distribuição de tarefas, por espaços.[...]. Cada Federação dessa tem, geralmente, um Fórum. Nós temos o Encontro Nacional de Estudantes [...]. A UNE faz um tipo de projeto, o DCE acaba reproduzindo, o DA também, e nós estamos tentando mudar isso por baixo, através dos Diretórios [...] (Representante Estudantil 2 - UFPE).

Dado o caráter heterogêneo dos interesses e preocupações do ME, além das Federações que passaram a rediscutir a função da UNE e suas propostas, outras formas de atuação foram organizadas a fim de atender as preocupações estudantis com o mercado de trabalho, favorecer o envolvimento dos estudantes nas atividades promovidas pelos representantes e viabilizar formas de conscientização sobre a importância da participação estudantil na sociedade.

Hoje temos os Centros Integrados de Estágio, as Empresas Juniores [...]. A gente tenta atualizar o estudante tanto sobre o mercado de trabalho quanto sobre outras questões que estão envolvidas neste aspecto [...]. Para conscientizar os alunos é preciso, primeiramente, que eles nos respeitem e isso nós conseguimos através da organização interna e da integração entre os CAs (Representante Estudantil 3 - UFPB).

A gente quer realizar mais palestras, debates, ir às salas. Queremos reabilitar a Rádio universitária para conscientizar os estudantes que é preciso trabalhar juntos. Queremos ter uma gestão apartidária (Representante Estudantil 4 - UFPB).

O estudante tem que participar e o primeiro passo para isso é a conscientização dele e a integração com seus representantes. Nossa proposta é debater tudo que for de interesse do estudante e da sociedade mais ampla, por que o debate é interessante. [...] É preciso que o estudante em geral também atue e tome consciência da importância do seu papel. (Representante Estudantil 12 - UEE/RJ).

Apesar dos diferentes temas que mobilizam os representantes estudantis, o maior foco de atuação na época foi a conscientização e participação dos estudantes em geral, tendo como suporte os debates e discussões, considerados um meio de envolvê-los e de prestar esclarecimentos sobre os temas abordados. A resolução dos problemas internos do ME e o debate sobre temas de interesse dos estudantes foi a estratégia "mobilizadora" mais praticada com vistas à reorganização do ME e a reaproximação dos estudantes. Aliás, a reaproximação entre os estudantes e seus representantes, bem como a conscientização da relevância da participação estudantil nas questões levantadas pelo ME foi condição *sine qua non* para a efetivação de mobilizações e a realização de projetos de ação do Movimento Estudantil frente às políticas educacionais, especificamente aquelas direcionadas ao ensino superior.

A reformulação das práticas de mobilização estudantil, além de possibilitar a abertura de novos espaços para o intercâmbio entre estudantes e representantes estudantis, também favoreceu ao surgimento de "novas" perspectivas para o Movimento Estudantil contemporâneo, inclusive, por intermédio do resgate de eventos e espaços para práticas artístico-culturais que historicamente se consolidaram como, por exemplo, os CPCs (Centros Populares de Cultura).

[...] a Bienal, os Jovens Cientistas e etc., foram formas que a gente encontrou prá tá tentando propiciar espaços para as diversas "tribos" que tem dentro da universidade (Representante estudantil 6 - UFSE [Universidade Federal do Sergipe, diretor da UNE).

As práticas atuais não são novas. Hoje falamos muito de cultura, mas já havia no período da ditadura o CPC da UNE. A bienal de Cultura da UNE é "nova", mas é um retorno a algo que havia deixado de ter nos anos 80 e início dos 90. A grande diferença é que hoje a questão da cultura e da comunicação são os eixos centrais do ME para buscar a mobilização (Representante estudantil 12 - UEE -RJ).

Por motivos distintos dos que deram origem aos CPCs, o investimento em atividades culturais no atual momento decorre do interesse e necessidade de integração dos estudantes ao Movimento Estudantil, a fim de fortalecê-lo. A emergência destas "novas" práticas e a adequação de outras mais "tradicionais", não por acaso, começaram a se firmar no momento que, segundo alguns representantes, era *"preciso repensar as formas de intervenção"* do Movimento Estudantil.

Apesar das formas de atuação do ME contemporâneo representarem a reformulação das práticas tradicionais já executadas em outros períodos, como os debates, panfletagens, passeatas e os movimentos culturais, observamos a clara necessidade de contextualização indicada por vários representantes, inclusive, apontando para canais democráticos antes impossíveis de serem tomados como alternativas para discussão das necessidades estudantis e a reivindicação de projetos educacionais.

Uma arma importante é participar, fazer movimento. E o Governo acena para várias questões positivas que a gente pode construir coletivamente. [...] E a gente só vai conquistar isso se tiver organizado, se a gente tiver mobilizado nas universidades [...] (Representante estudantil 11 - PUC-Camp, UEE/SP).

O contexto político-social do Brasil nas últimas décadas, em contraste com o da década de 1960, é um dos fatores que subsidiam a compreensão dos líderes estudantis sobre as necessárias mudanças no Movimento Estudantil, inclusive, a *"falta de integração"* no Movimento Estudantil é compreendida como uma consequência das transformações sociais.

Houve a época da ditadura, onde realmente precisava de um ME muito mais forte por conta da censura e de tudo que aconteceu. Não vou

dizer que ele agora esteja fraco. O que acontece é que não há nada tão urgente quanto na ditadura (Representante estudantil 1 - UFPE).

[...] a grande referência que eu faço agora, é que a ditadura militar foi um ano de repressão, foram anos de perseguição política [...] as pessoas lutavam insistentemente pela liberdade de se expressar, a liberdade democrática [...] o que foi acontecendo aos poucos é que essa liberdade se restaurou, você pode falar o que você quer, você pode pensar o que você quer, mas também se instalou uma liberdade econômica total, a ponto de mercantilizar tudo [...] então as pessoas estão mesmo perdendo a perspectiva da coletividade que se tinha antes (Representante estudantil 9 - PUC-SP).

Na ótica dos representantes estudantis, a abertura política representa o principal fator das mudanças no Movimento, em virtude dos desdobramentos possibilitados por esta. A conquista de direitos sociais, reivindicados durante o período militar, e garantidos a partir da mudança política, é compreendida como um fator que contribuiu para a flexibilização das lutas estudantis.

No entanto, fazendo referência a um período mais recente, muitos ressaltam o empenho e união dos estudantes no *impeachment* do Presidente Collor de Mello, no ano de 1992.

Na época do "Fora Collor", os estudantes foram às ruas e lutaram pelo impeachment. (Representante estudantil 1 - UFPE). [...] os estudantes lutavam pelo impeachment do Collor é porque eles sabiam que precisavam mudar o rumo do País, de impedir que o Collor representasse o neoliberalismo e impedir também as diversas maracutaias que existiam no Governo (Representante estudantil 11 - PUC-Camp, UEE/SP).

Considerado pelos estudantes como um marco histórico da atuação estudantil dos anos 90, o movimento dos "caras-pintadas" é reverenciado pelos estudantes como uma demonstração do "poder" da juventude estudantil para intervir na sociedade. É nítida a importância da memória do Movimento Estudantil na reflexão dos seus líderes sobre as práticas recentes, sendo dois os momentos históricos bastante salientados pelos representantes estudantis.

O momento mais longínquo, porém mais presente no discurso dos líderes estudantis, remonta as ações estudantis na década de 1960, as quais fundamentam o alicerce do papel do Movimento Estudantil na sociedade e o ideal de luta juvenil. Já o marco histórico mais recente, popularmente conhecido como movimento dos "caras-pintadas" (1992),

renovou e revigorou as lutas estudantis que, desde o final da década de 1960, não tinham tamanha visibilidade nas suas ações.

O contraponto entre ambos os períodos é fundamental como forma de compreender as práticas do Movimento Estudantil nos últimos anos a partir da (re) criação de novas formas de atuação por meio da adaptação das práticas consideradas pelos estudantes como tradicionais, visando a adequação às necessidades do contexto. A revisão de conhecimentos com a finalidade de adequar as práticas estudantis conforme as necessidades emergentes na sociedade, denominada por Giddens (1991) de *conhecimento reflexivo*, indica a relevância de revisão das práticas sociais a fim de intervir sobre os problemas de modo coerente com as possibilidades de ação. Seguindo essa proposta, os representantes estudantis buscaram “novas” formas de atuação mais condizentes com contexto brasileiro do século XXI, reestruturando as formas de mobilização antes utilizadas e sugerindo outras práticas:

Hoje vivemos numa democracia, por isso o estudante se preocupa com seu futuro emprego, por isso surgem estas novas práticas. Mas também têm as antigas, como as manifestações de greve, as assembleias. São práticas políticas ainda importantes, mas não podemos ficar só nelas porque outras questões falam mais alto (Representante Estudantil 3 - UFPB).

Conforme os representantes estudantis, paralelamente às garantias atreladas aos direitos sociais característicos do Estado democrático, emergiram as *incertezas sociais*, características das sociedades modernas e, por conseguinte, as dúvidas em relação à inserção no mercado de trabalho, as exigências e necessidade de conhecimentos especializados e maior competitividade, suscitando preocupações menos coletivas entre os estudantes.

O distanciamento entre estudantes e lideranças estudantis, desdobramento das mudanças sociais e da propagação dos partidos políticos dentro do ME, impôs a necessidade do Movimento se reorganizar, reconquistar a representatividade junto aos estudantes através de eventos mais atraentes aos diversos perfis, para, somente então, conscientizar e conquistar os estudantes em geral sobre o seu papel na sociedade e a importância de sua participação na intervenção dos problemas emergentes.

No enfrentamento aos problemas emergente no Ensino Superior, a manutenção das ações considerada pelos representantes estudantis como “formas tradicionais de mobilização” (passeatas, palestras e

debates) foi necessária como meio de alcançar um maior número de pessoas e garantir visibilidade das questões emergentes na educação. Entretanto, o uso de "canais" para a abertura de diálogo, proposição e negociação com representantes do Governo Federal, em um propício momento de transição governamental, foi uma estratégia inovadora, condizente com o momento político do País, haja vista a eleição de um líder político de esquerda para Presidência da República - a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* nº [especial] 5 e 6, maio-dez./1997.
- ABREU, Alzira. Quando eles eram jovens revolucionários. In: Hermano VIANNA (org.), *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BAHIA, Renato. *O Estudante na História Nacional*. Salvador: Progresso, 1954.
- BRANDÃO, Carla de Sant'Ana. A Socialização Política dos Estudantes Universitários na Perspectiva Psicossociológica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, UFPB, João Pessoa: 1999.
- CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena. Estudantes Universitários e o Trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 26, p. 30-65, 1994.
- CARDOSO, Irene de A. Ribeiro. Maria Antonia: o edifício de nº 294. In João R. MARTINS FILHO (org.), *1968 faz 30 anos*. São Paulo, Fapesp/ UFSCar/ Mercado das Letras, 1998.
- COUTO, Roberto Costa. *História Indiscreta da ditadura e da abertura: 1964 - 1985*. São Paulo: Record, 1999.
- DELORS, Jacques (org). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez/ Brasília: MEC/UNESCO, 1999.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- FRITZ HAUG, Wolfgang. 1968 na Alemanha. In Garcia, M.A. e Viana, M.A. (org.), *Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GOMES, Candido A. Costa. Modelos de Mobilidade Social no Brasil: educação acadêmica e profissionalizante em perspectiva histórica. *Cadernos de Pesquisa*, nº 40, p. 23 -33, 1982.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *A Rebelião Estudantil*. São Paulo: Mercado das Letras, 1996.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RIDENTI, Marcelo. Breve Recapitulação de 1968 no Brasil. In: GARCIA, M.A. & VIANA, M.A. (org.), *Rebeldes e Contestadores: 1968 - Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- DIAS SOBRINHO, José. Concepções de Universidade e de Avaliação Institucional. In: HÉLGIO TRINDADE (org.), *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes/ CIPEDES, 1999.
- SOUZA, Maria Inês Salgado. Educação e poder: a nova ordem mundial e seus reflexos no âmbito educacional - possibilidades e alternativas. *Revista Universidade e Sociedade*, nº 06, 1994.
- SZTOMPHA, Piotr. *A Sociologia da Mudança Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Documentos Consultados

- JORNAL CORREIO DA MANHÃ*. Crise Estudantil alastra-se s principais cidades do país. Edição de 30/mar./1968.
- JORNAL DO BRASIL*. Crise no Movimento Estudantil. Caderno Brasil, p. 2-7. Edição de 06/ju./1997.
- JORNAL DO BRASIL*. Fome de Educação Adota Bandeira da Criatividade. Caderno Cidade, pg. 36. Edição de 09/ago./1998.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS QUESTÕES DE GÊNERO E DE DIVERSIDADE SEXUAL: O DESAFIO DE RECRIAR A MILITÂNCIA

Marcos Ribeiro Mesquita

Introdução

A temática da juventude – por muito tempo esquecida – vem conquistando importante espaço e destaque nos últimos anos. Sua visibilidade, em grande medida retomada através da mídia e do mercado que percebe no setor juvenil um potencial consumidor, é reforçada também pelo aparecimento do protagonismo de novos movimentos juvenis, como os jovens da periferia, os jovens rurais, os jovens negros, entre outros que, num cenário recente, mostram sua vitalidade. Além disso, observamos ainda que houve uma importante ascensão dos movimentos juvenis de cunho internacionalizado notabilizada pelos movimentos altermundistas¹ que ensaiaram sua atuação nos anos 1990 e explodiram no final desta mesma década.

Com o aparecimento destes novos atores, ganham fôlego também os movimentos juvenis clássicos como as juventudes partidárias, as pastorais e o movimento estudantil que voltam à cena retomando seus discursos tradicionais, mas também renovando seus interesses e incorporando outras pautas no seu campo de intervenção. Este último, em nossa compreensão, continua apresentando-se como um importante espaço de formação entre os jovens estudantes, mesmo considerando a sua já não exclusividade em termos de expressão política.

Sendo um dos mais clássicos movimentos juvenis – e por muito tempo, seu termômetro – o movimento estudantil conseguiu visibilidade por ter tido, em vários momentos, a capacidade de catalizar os anseios da sociedade e ter conseguido ser porta-voz da mesma, desenhando um amplo histórico de participação. Atualmente, vem sendo um importante ator social na luta contra as políticas

¹ Movimentos de crítica à globalização.

neoliberais que atingem toda a sociedade e, por conseqüência, as universidades².

Desta forma, as pesquisas em torno da participação estudantil têm sido cada vez mais necessárias no sentido de compreender melhor a participação política de parte importante da juventude. Este texto é compreendido no campo da participação juvenil, e em especial, a universitária. Com ele, queremos dar visibilidade à problemática da realidade estudantil e analisá-la de forma a compreender suas transformações e demandas. Nele, faremos uma análise do movimento a partir dos novos espaços que emergem em seu interior na tentativa de diversificar sua pauta e contemplar parte das atuais demandas estudantis.

Neste sentido, as questões de cunho cultural e identitário têm se realçado como elementos importantes para uma atual agenda política e militante dos estudantes. Considerar estas novas experiências de participação no movimento estudantil é também dar visibilidade a grupos que – na sua luta cotidiana – são, muitas vezes, subsumidos pela representação hegemônica do próprio movimento. Assim, analisaremos dois espaços emergentes de participação, a saber: os coletivos feministas e os coletivos de GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Estas experiências são significativas no que se refere à interiorização por parte do movimento estudantil de pautas e bandeiras de luta advindas dos novos movimentos sociais.

Juventude, identidade e política

Falar em coletivos de gênero no movimento estudantil é uma realidade relativamente recente, quer seja na realização de uma discussão mais concreta acerca das visíveis diferenças no que concerne à representação política, quer seja enquanto um elemento identitário incorporado à cultura política dos estudantes com capacidade de aglutinar pessoas e gerar espaços de participação.

² No final da década de 1990, o crescimento do protesto social se reflete no combate à política de recessão, o crescimento do desemprego e a concentração da riqueza, conseqüências dos modelos de política neoliberal. Os estudantes marcaram presença em várias destas mobilizações e, em especial, no interior das universidades através das lutas contra as políticas de privatização do ensino superior. Aqui destacamos: a) as greves nas universidades federais nos anos de 1998 e 2000; b) as mobilizações e greve ocorridas na Universidade de Buenos Aires, na Argentina, em 1999 e c) a greve na UNAM (Universidade Autônoma) no México em 2000. Realçamos também a recente ocupação da reitoria da USP. É grande sua participação nos movimentos altermundistas (Seoane; Tadei, 2002) e no ativismo contra as grandes corporações multinacionais (Klein, 1999).

Nas últimas décadas, a questão de gênero foi sendo incorporada aos poucos – não sem conflitos – pelo movimento estudantil através de uma mobilização de estudantes que, identificados com esta agenda, começaram a se organizar e colocar para o centro do debate uma pauta que na grande maioria das vezes foi considerada periférica nas discussões estudantis.

Ainda de frágil institucionalização, esses grupos começam a ser desenhados no cenário do movimento estudantil como espaços de socialização, formação e atuação política. Neste contexto emergem tanto aqueles grupos que incorporam a questão feminista, como os coletivos que acenam com a discussão da diversidade sexual.

No primeiro caso, mais histórico no interior do movimento, pelo menos desde a década de 1980, as estudantes tentam pautar uma campanha de visibilidade e participação das mulheres nos espaços internos das entidades estudantis. Sendo maioria numérica dentro das universidades e do próprio movimento estudantil, as estudantes ainda são minoria nos espaços políticos de representação dentro das entidades.

No segundo, os militantes envolvidos e atentos à forte onda de movimentação da sociedade civil em torno da discussão da diversidade sexual, muito recentemente, iniciam um processo de organização contendo uma pauta reivindicativa que reclama a visibilidade e a existência de políticas públicas que atendam as demandas relacionadas à opção e preferência sexual. Neste sentido, reclamam e defendem, no âmbito universitário, uma gama de direitos das minorias sexuais.

Tanto no primeiro caso, como no segundo, foi essencial a existência da participação de militantes estudantis junto a outras redes de movimentos sociais que têm em seu eixo de trabalho a discussão de gênero. Estas redes não só impulsionaram a entrada desta temática no movimento estudantil como também jogam um papel de suporte para sua continuidade.

Aqui iremos mostrar como se deu o processo de incorporação deste eixo temático e interventivo no interior do movimento e como estes grupos vêm se consolidando enquanto espaços de participação. Num primeiro momento, analisaremos a trajetória dos grupos feministas e em seguida os coletivos que discutem a diversidade sexual e a pauta GLBT.

A incorporação do discurso feminista

Com a fusão de redes sociais de interesse, principalmente após o processo de redemocratização no país, os movimentos sociais iniciaram um forte processo de articulação no sentido de redobram suas energias e de construir coletivamente uma nova agenda social. A formação de redes temáticas, de informação e de pressão, amplamente realizada pelo setor popular, colaborou para que houvesse uma certa “migração” de interesses na pauta do movimento estudantil. É nesse contexto que emerge em seu interior, de modo mais organizado, a temática feminista.

É bem verdade que esta temática foi abordada pelo movimento estudantil em outros períodos³, porém devido à escassez de informações e documentos, não saberíamos indicar, ao certo, a origem desta discussão de modo mais sistematizado em seu interior. Sabemos, no entanto, que de forma fragmentada e sem continuidade, a questão feminista teve apoio e guarida no cotidiano de muitos centros acadêmicos e alguns diretórios centrais que – ao estimularam o debate – acabaram por institucionalizá-lo, seja na realização pontual de algumas oficinas e eventos, seja em sua estrutura organizativa com a criação de uma secretaria.

São estes pequenos grupos que no início dos anos 1990 – ao se aliarem com redes do movimento feminista – começam a pressionar o movimento estudantil em nível nacional no sentido de cobrar uma postura e um debate que incluíssem em sua ação política as demandas e reivindicações das mulheres estudantes. Espaços institucionalizados de poder decisório do movimento estudantil como o Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE) começam a refletir esta movimentação expressando em seus documentos e deliberações finais as propostas destes coletivos.

Mische (1997), ao estudar as transformações sociais que levaram os jovens à mudança da identidade de “estudante” dos anos 1960 à identidade mais abrangente e ambígua de “cidadão” nos anos 90, sugere a *identidade* como uma categoria analítica para a compreensão da sociabilidade juvenil. Para a autora, a identidade é um focalizador de projetos que, mais do que servir como fronteira, serve como prisma, para o entendimento da fusão de projetos pessoais e coletivos que atravessam círculos e redes sociais. Pensamos que esta pode ser uma das explicações para o processo que acabou por

³ De forma pontual encontramos documentos estudantis que discutem as questões feministas nos anos 1960 e anos 80.

desencadear no aparecimento de vários coletivos temáticos dentro do movimento estudantil. As estudantes - ao se inserirem em diferentes redes de participação - começam a cruzar interesses que potencialmente podem ser comuns e mobilizar outros espaços militantes.

Através da análise de documentos oficiais das entidades estudantis - que vão da elaboração de jornais às atas finais do CONUNE - Mesquita (2001) traça um panorama das principais pautas do movimento de 1979 a 1997. Neste trabalho, o autor verifica no início dos anos 1990, o aparecimento de inúmeras deliberações sobre a questão feminista.

No 41º CONUNE, realizado em Campinas, a reivindicação para que se realizasse o III Encontro Nacional da Mulher Universitária foi aprovada como uma das deliberações oficiais do congresso que, naquela edição, elegia Patrícia de Angellis como a terceira presidente da história da UNE (União Nacional dos Estudantes). No 42º CONUNE, em 1992, esta reivindicação é retomada, incluída e aprovada na plenária final do congresso para, tão-somente em 1993, ser efetivada. Acontece neste ano, portanto, o III Encontro de Mulheres Universitárias.

Com o lema "Viver as diferenças com direitos iguais", este encontro objetivava discutir o papel e a realidade da mulher universitária, propondo questões como:

[...] o lugar da mulher é na história; a universidade como espaço de construção de conhecimento e reprodução da opressão; saúde e sexualidade; participação da mulher nos espaços de decisão e de poder, além de várias oficinas com conteúdos diversos, as mulheres presentes no III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias demonstraram que estes temas são de grande interesse no meio acadêmico e se inserem na discussão de outras questões dentro da universidade (III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias).

Além disso, foi amplamente discutido o papel da mulher no movimento estudantil. Para as mulheres universitárias presentes,

[...] apesar de sermos mais de 50% dos estudantes universitários e atuarmos no movimento estudantil dentro e fora das entidades, constatamos uma realidade de discriminação e opressão às universitárias, nos mesmos moldes do que se apresenta na sociedade (ibid., p. 2).

Dadas todas estas discussões, as principais propostas retiradas deste encontro foram: a) a implementação, no currículo dos cursos, de disciplinas que tratem da questão de gênero; b) a criação de creches nas universidades que atendam às mães universitárias; c) que o departamento feminino da UNE elaborasse políticas e discussões sobre a questão da mulher, formação e mercado de trabalho nas universidades; d) participação das entidades estudantis de base e da UNE nas campanhas de combate à violência da mulher; e e) pela maior participação das mulheres na diretoria da UNE, tendo como discussão principal a questão das cotas.

A questão feminista volta ao 45º CONUNE, em 1997, junto a outros elementos e categorias identitárias ligadas ao campo das minorias. Com um dia reservado na programação para a organização de grupos temáticos, este congresso assume de vez a luta destes coletivos e incorpora em seu interior a discussão sobre gênero, o que não significa, a princípio, que o movimento estudantil consiga estabelecer e encaminhar políticas que dêem continuidade a estas lutas pensadas à luz da condição estudantil.

Porém, nem sempre (ou na maioria das vezes) o ritmo da militância é acompanhado pelo ritmo das entidades. E apesar da visibilidade conquistada nos espaços institucionais do movimento, a temática feminista passeia num vaivém que acompanha o grau de mobilização dos grupos de base. Em momentos de maior organização a temática aparece com força e capacidade interventiva; em momentos de refluxo, a história de organização e discussão das questões feministas desaparece com a falta de memória do movimento.

A descontinuidade tem sido, portanto, um entrave no sentido de se levar a cabo dentro do movimento estudantil uma intervenção mais sistemática e qualificada. Além disso, ela quebra todo e qualquer processo de acúmulo discursivo e organizativo realizado na trajetória destes grupos. E a precária linha histórica - devido, entre outras coisas, à pouca documentação acerca dos eventos já realizados - se rompe de vez, quando da saída de militantes do movimento.

A fala de duas militantes feministas atuais ilustra a precária informação acerca da história deste tipo de organização no movimento, fruto da descontinuidade destes processos no corpo da militância e do repasse histórico necessário às novas gerações⁴.

⁴ Todos os relatos das militantes feministas e estudantis aqui expressos foram coletados em pesquisa de campo realizada para minha tese de doutorado, intitulada: "Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade".

Eu sei que em 96, se eu não me engano, teve um outro encontro de mulheres estudantes. Agora não existe registro disso na UNE... Teve um em 87, teve outro em 96 e estamos fazendo um agora... Se continuar essa dinâmica de fazer encontro de dez em dez anos, quase, espero que não... Mas não tem muito registro disso (Militante feminista de Brasília). Então, registro mesmo é uma dificuldade porque a UNE não tem, não centraliza os arquivos, e tem muita coisa da UNE nos centros acadêmicos do Brasil, DCEs, um monte. A gente sabe que houve iniciativas... Já houve antes... a gente fez o encontro de mulheres esse ano; teve dois antes desse só que se perderam na história. O último foi 84, provavelmente 87. E não existe nada dele, nenhum relatório, não tem nada, você não acha nada na UNE desse encontro. Ele mostra uma coisa, mostra que houve uma mobilização, houve uma experiência talvez semelhante com o que a gente está fazendo agora. E parece que vem principalmente nos momentos em que o feminismo no geral vai pra ofensiva. Então, quando da década de 70, 80, da organização das mulheres, o questionamento dos valores, da cultura. Isso traz um caldo para o movimento estudantil que se refletem também em outras ações (Militante feminista de São Paulo).

É neste contexto que ressurgiu em meados de 2003 um grupo de estudantes que, descontentes com uma onda de práticas machistas no interior do movimento estudantil, recolocam o feminismo para o centro do debate pressionando as entidades a reverem sua estrutura de poder fortemente ligada à masculinidade. A percepção do preconceito sofrido cotidianamente na militância torna-se, de alguma forma, um dos elementos centrais no processo de reorganização da perspectiva feminista no movimento. Abaixo, segue a fala de uma militante que retrata e denuncia a desigualdade de poder instituído e reproduzido no movimento.

É chocante como a desqualificação das mulheres se dá todos os dias, e assim, não é perceptível pra muita gente... Você chegar numa reunião, senta e a pessoa que pega a ata pra escrever é uma menina, necessariamente é uma mulher, e às vezes vem até, eu já escutei papos assim: "ah, escreve um pouco você" e tal e aí um homem diz, "ah mais é que minha letra é feia", já escutei dessas... "Ah, mas é que sua letra é mais bonitinha, você é mais organizadinha". E a questão dos espaços públicos... quem é que vai dar a cara, quem é que está em cima do carro de som, quem é que vai fazer a negociação com um e com outro... É sempre um homem. E aí assim, quando uma mulher

pega no microfone, tem gente que tapa o ouvido, diz que é histérica, tem aquela voz chata... Eu faço parte de um curso que tem majoritariamente mulheres e você chega no encontro nacional, no encontro regional, quem fala na plenária final são os homens, quem compõe a coordenação nacional, são os homens. Eu acho que eu fui uma das únicas mulheres que pegou no microfone pra falar de temas mais polêmicos. E aí tem muito daquela coisa de "Pô, mas você também não fala!", mas eles não conseguem ver que tem toda uma construção que te faz não querer estar naquele espaço, de você achar que você não consegue, de que você tem a capacidade de pegar num microfone e falar... E pensam: "Não, você não quer, porque você não quer, se você quiser o microfone tá ali. Fala!". Não é bem assim né? É uma coisa que é bem concreta... tem motivos pra você não querer, né? Então, isso é dentro da psicologia. Teve antes do encontro de mulheres... [...] A UNE tratava... o nome da diretoria de mulheres da UNE era Diretoria de Assuntos de Mulher. Era horrível e não respeitava as mulheres; eram poucas as mulheres que compunham a executiva da UNE. Então eu acho que no geral, desde o local até nacionalmente existe toda essa problemática das mulheres nos espaços estudantis (Militante feminista de São Paulo).

Mas se a percepção do preconceito foi importante nesse processo de rearticulação, alguns eventos e momentos específicos serviram de "estopim" para que esta reorganização se desse de forma mais urgente e necessária. Aqui, achamos importante destacar a fala de uma militante que descreve o processo de retomada da questão feminista pelas estudantes. Mais do que uma descrição do processo, esta militante nos fornece um verdadeiro testemunho das dificuldades sofridas na militância advindas da condição de ser mulher.

É interessante também que quando a gente vai desafiar as estruturas, se organizar pra revolucionar tudo isso, a reação no pior sentido da palavra, vem. Os reacionários também se organizam para diminuir a intensidade do que a gente está promovendo. No encontro de direito, por exemplo, tinha uma programação dedicada à questão do feminismo: a Marcha tava numa mesa, tinha uma oficina de gênero. Isso sensibiliza e ajuda a organizar muitas meninas pelo Brasil ou no próprio coletivo da Federação de Estudantes de Direito. E houve um episódio envolvendo um totem da revista Playboy com a Juliana Pais, que virou uma grande disputa entre meninos e meninas ali, porque de um lado eles estavam afirmando, exaltando uma personagem que é tudo aquilo que a gente condena na nossa atitude, na nossa ação. E eles fizeram questão de exaltar isso. E faziam questão de dizer para as meninas: "coloquem-se no seu lugar!". Então, no encontro de história, a mesma coisa... as meninas se organizaram contra uma rifa

que estava sendo promovida... iam rifar duas prostitutas. Ou seja, mais mercantilização do que isso... É literalmente... Objetizando uma mulher. E foram esses episódios todos que deram suporte pra gente se organizar, foi quando a gente sentou e disse: "não dá mais pra gente continuar achando que são casos isolados". Isso é geral e está refletido no movimento estudantil como um todo. Está na UNE, nas UEEs [União Estaduais de Estudantes], nos DCEs [Diretórios Centrais Estudantis], nas Executivas, está em todo lugar. E aí a gente se deu a tarefa de organizar essa indignação coletiva e de apontar para algum lugar. Então vamos nos formar politicamente para os debates e vamos reagir. E aí veio o encontro de mulheres (Militante feminista de São Paulo).

Percebe-se no relato a frequência de atos sexistas no interior do movimento estudantil e o nível de tratamento dado às militantes no campo da política estudantil. A organização das estudantes, ainda que construída a partir de atos defensivos, começa a se concretizar.

Os espaços e fóruns do movimento começam a testemunhar a gestação e o surgimento de uma nova atuação coletiva e feminista. Os encontros das executivas de curso que foram os principais cenários do "estopim" e de manifestações machistas, acabam por se tornar espaços privilegiados das militantes no processo de retomada. São as executivas que primeiro acolhem a perspectiva feminista e iniciam um trabalho de divulgação e espaço de encontro e auto-organização das mulheres estudantes (mesmo que com diferentes níveis de inserção e organicidade), como veremos abaixo - a título de ilustração - a partir da fala de uma militante da Direção da Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM).

O movimento estudantil de medicina nunca discutiu gênero, desde que foi criada a DENEM. Existem vários médicos e médicas no Brasil que durante a sua graduação e como militantes de esquerda, discutiram a questão da mulher, até porque isso envolve a questão da saúde, mas nunca dentro da DENEM. Militam no coletivo de saúde estadual, no Partido dos Trabalhadores (PT) que compõe o grupo de saúde da mulher, que tem secretaria, que propõe políticas de saúde, mas nunca levaram isso pra dentro da executiva. Eu por exemplo, tenho contato com essas discussões no PT, que é ligado a entidades que discutem a questão da mulher, a questão da saúde, a questão econômica, das opressões várias que nós mulheres sofremos e aí eu tinha muita vontade de levar isso pra executiva, mas eu era uma voz sozinha. Então a gente está num momento muito interessante e cabe ao estudante de medicina que começa a participar da DENEM estar multiplicando essa inquietação e esse debate. E cabe a DENEM colher

isso aí. Então é o primeiro ano desde que a DENEM foi criada em 86, que muita gente começa a discutir gênero. Foi o primeiro encontro que a gente deliberou de ajudar a UNE a construir o encontro de mulheres que agora que está se realizando. E aí a gente vai discutir várias coisas, como por exemplo, o aborto. Como que os estudantes de medicina organizados não têm posicionamento sobre a questão do aborto? É muito grave, né? [...] E pra discutir o aborto, se a mulher tem que decidir, você tem que ver a mulher como sujeito oprimido, que não tem autonomia sobre o seu corpo, sobre sua vida e tal, e tem que ser um debate feminista. É um debate novo pra gente. É novo, a gente não formula, não tem texto da DENEM sobre isso. A DENEM não tem política. A gente tá abrindo esse espaço pra aprender. Mas a partir daí deve sair algo novo, como um coletivo de mulheres em defesa da vida. Mas agora esse nome precisa de mais conteúdo. A gente vai ter que encher isso aí, colocar alguma coisa dentro (Militante da DENEM).

Foi nesse continuum de organização que no Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), militantes de todo o país realizaram uma plenária de mulheres em que o aspecto da partilha de experiências e do cotidiano foi realçado. Este foi um dos momentos-chaves no processo de reafirmação de uma idéia onde a necessidade de discutir o papel da mulher dentro das entidades e sua auto-organização tornou-se central.

Além disso, a assembléia gerou uma expectativa de continuidade de ação. Com um cenário favorável, as militantes colocaram como prioridade no horizonte de realizações a organização de um Encontro Nacional de Mulheres Estudantes⁵. Abaixo, segue novamente, uma descrição desse processo.

Então no final do ano passado, acho que outubro ou novembro, teve um CONEG da UNE em que a gente aprovou a realização, entre as propostas consensuais, a realização de um encontro de mulheres estudantes da UNE. Daí organizamos e tal. Na medida em que essa conjuntura se colocou algumas meninas se preocuparam mais em debater o assunto. Algumas executivas incorporaram isso com mais seriedade e isso certamente reverbera nos centros acadêmicos. Desde 2001 pra cá o que aconteceu foi um processo. Hoje nenhuma executiva de curso, esse ano a gente vai poder observar, na programação de seus encontros de área, nenhuma delas vai deixar de colocar o tema

⁵ Como veremos a seguir, é sintomática da falta de continuidade e acúmulo destes processos de organização a reivindicação por parte das militantes, de um I Encontro Nacional de Mulheres Universitárias. Como vimos anteriormente, em 1993 havia sido realizada já a sua terceira edição.

das mulheres, opressão de gênero... Alguma coisa relacionada vai haver. No ano passado, várias já organizaram e esse ano com certeza nenhuma delas vai deixar de organizar. Por quê? Porque existe uma demanda na base do movimento. Foi criada uma demanda a mais na base do movimento. Em 2001 a gente tinha um debate quase zero, não tinha nenhuma mulher na executiva da UNE, não tinha nenhuma intervenção pela diretoria de mulheres na UNE. Voltando um pouco, foi no CONEG eleitoral de 2003, antes do Congresso da UNE, que se organizou uma plenária de mulheres. Então tinham várias meninas de DCEs e tal. Havia alguns meninos na plenária, o que é muito engraçado porque na hora do debate só os meninos falavam e as meninas começaram a se incomodar com aquilo, a achar estranho. Porque em tese era uma plenária para as mulheres. Porque os homens foram? Vamos combinar!!! Ai o que acontece é que no Congresso da UNE tem uma discussão em torno disso. Alguns campos, na época os campos da "Reconquistar a UNE" e o campo "Kizomba", pautam essa discussão nas suas teses, os outros campos não, e depois do Congresso de 2003 a gente assume a diretoria de mulheres. Então começa a ser pautada recorrentemente essa questão nos fóruns do movimento, tanto nos fóruns da UNE como – e de uma maneira mais espontânea – nos fóruns das executivas de curso (Militante feminista de Brasília).

Articuladas com outros movimentos⁶ – principalmente com a Marcha Mundial de Mulheres – estas militantes refazem também uma trajetória marcada pela ausência de memória histórica e secundarização/marginalização em termos de prioridade no movimento. Necessário se faz realçar a importância de campos organizados do movimento estudantil nesse processo. Como dito acima, os campos "Kizomba" e "Reconquistar a UNE" foram essenciais na reverberação da temática. Não por acaso, as principais militantes participam destas duas tendências⁷.

⁶ Consideramos nesse processo de rearticulação interna, o papel da militância múltipla. Ela tem a capacidade de costurar identidades coletivas (e de fronteira) e organizá-las num novo desenho, sobrepondo-as, cruzando-as, interconectando-as. Esta militância é, em boa medida, responsável pelo "leva e traz" de discussões e serve de prisma, refratando sua ação para a realização de projetos diversos; além disso, articula redes que dão sustentabilidade aos grupos.

⁷ A título de ilustração no que concerne a importância de campos como esses enquanto pertencentes a uma rede de apoio, segue a fala de uma das militantes: "Existe um campo dentro do movimento estudantil que é um campo que eu faço parte que é o grupo Kizomba. Dentro dele a gente tem um coletivo que se chama Kizomba Liás, que é o único campo dentro do movimento estudantil que tem uma organização feminista no seu interior. E aí tem um processo de... Tem dois anos que o nosso grupo, que sempre entendeu essa pauta com uma centralidade, está na frente da diretoria de mulheres da UNE. Vai fazer dois anos agora. A gente, a partir desse espaço aproveitou para pautar essa discussão pra todo o movimento. A

Com uma discussão assumida em torno da opressão das mulheres nos espaços de participação, as militantes resgatam a luta por visibilidade e pela não-secundarização de sua força política. Na carta de convocação para o encontro, as militantes realizam a crítica ao cotidiano machista e chamam à participação todas aquelas que se identificam com a proposta feminista. Abaixo segue o eixo central desta discussão em pequenos trechos da convocatória:

Muitas vezes, as mulheres somos invisibilizadas, limitadas ao espaço privado da política, deixando de ocupar espaços que devem ser nossos também. Somos rotuladas e agredidas por sermos mulheres e, principalmente, por não admitirmos subordinação ou conformismo. Mas diante dessa ofensiva machista, não ficamos caladas. Em todos os momentos em que se tentou exercer um controle sobre as mulheres através de agressões ou imposição de falsa autoridade, as mulheres reagiram. Não vamos pedir para não sermos oprimidas. Não vamos pedir licença para passar. Não vamos pedir desculpas por nosso discurso incomodar. Ao mesmo tempo, o movimento de mulheres segue ganhando um novo fôlego, seja pela crescente identificação das jovens com o feminismo, seja pela sua inserção nos mais diversos momentos de luta contra a dominação num plano mais geral. Nesse contexto é que surge o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. [...] o encontro vem com a intenção de ser um instrumento contra o machismo presente no ME, mas mais do que isso: ter política para o enfrentamento cotidiano à opressão das mulheres, abordar a universidade e a educação no país também numa perspectiva de gênero. Nosso adversário é o machismo tão presente na sociedade, na universidade e no ME. O movimento estudantil também precisa ter uma perspectiva feminista da disputa que tem pela frente, e a UNE vai garantir o espaço para que essa formulação coletiva tenha lugar (Carta de convocação para o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE).

Não nos ateremos à realização do encontro acima citado, porém, não podemos deixar de chamar a atenção para o fator organizativo e estrutural do evento que anuncia, desde já, a promessa de uma articulação mais horizontal e segmentada.

Um encontro *de* e não *para* as mulheres reforça a necessidade de um espaço próprio para as militantes que – ao compreenderem que as relações de gênero são relações de poder – delimitam e demarcam

gente não queria que fosse um debate só nosso, mas um debate de todos os campos do movimento estudantil. Então eu acho que tinha essa iniciativa e aí a gente experimentou uma determinada conjuntura no ano passado" (Militante feminista de Brasília).

o perfil de quem pode participar do mesmo. Além disso, compreendem que este espaço segmentado (e de auto-organização) é fundamental no processo de construção de uma identidade coletiva.

Esta forma de organização expressa um aprendizado da prática dos movimentos e organizações feministas e advém de um profundo diálogo existente entre estas e as militantes estudantis. Como já realçamos, a participação de estudantes na Marcha Mundial das Mulheres foi um importante canal de revitalização da perspectiva feminista dentro da universidade e do próprio movimento estudantil.

E se as reivindicações realizadas no III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias (1993) – que continham um caráter fortemente ligado às demandas estruturais e políticas da realidade da mulher estudante – continuam atuais e pertinentes, muitas outras pautas entraram no campo de luta e reivindicação: a questão GLBT e a defesa da livre orientação sexual, a luta pela autodeterminação do corpo, a luta contra o racismo (e a proposta de institucionalização de cotas que permitam um aumento expressivo de mulheres negras nas universidades) e a luta por uma produção de conhecimento que contemple e dê visibilidade às questões de gênero, são algumas destas.

Para as militantes, são reivindicações destes coletivos discutidas e tiradas no encontro de mulheres da UNE realizado em 2005,

[...] Indicar para as entidades estudantis cumprirem cotas nos espaços de direção de 30%; que os CAS [Centros Acadêmicos], DCEs, UEEs, crie secretaria de mulheres no seu interior; que o movimento como um todo possa discutir de maneira mais séria o tema do aborto, da legalização do aborto. O aborto é um tema que entre a juventude precisa ser compreendido com mais seriedade. Além disso, reafirmar que a luta pela universidade também é uma luta das mulheres, não só do movimento estudantil, mas de outros movimentos sociais, entre eles o movimento de mulheres (Militante feminista de Brasília).

Mas se a discussão foi fortemente retomada no interior do movimento – e incorporada pelos diferentes grupos políticos em suas teses relativas à atuação na universidade e no movimento estudantil – em termos organizativos ainda existe uma grande fragilidade.

A existência de uma rede de militantes – articulada a partir do encontro e das reuniões do movimento geral – parece não ser suficiente para deixar viva a trajetória de participação e o acúmulo realizado nestes anos de retomada. Neste sentido, torna-se importante a formatação de um modelo organizativo que fosse suficientemente forte para pressionar as entidades a se comprometerem com a pauta

feminista e suficientemente fluida para não enrijecer a dinâmica do movimento.

O frágil nível de institucionalização, a ainda falta de apoio por parte das entidades, a existência de práticas machistas e o fluxo/refluxo da discussão de gênero dificultam a criação de uma consciência maior entre os estudantes e a formação de uma força que garanta na prática uma luta pela participação mais efetiva das mulheres nas instâncias do movimento.

Os estudantes e a diversidade sexual

Numa lógica muito semelhante a dos grupos feministas, começam a surgir no interior do movimento estudantil coletivos que colocam na agenda do dia a discussão relativa à diversidade sexual. Como no caso das estudantes, estes grupos também iniciam suas trajetórias exigindo das entidades estudantis apoio, visibilidade e uma forte intervenção no sentido de fomentar no meio universitário o debate acerca das questões da diversidade sexual. Além disso, cobram uma intervenção concreta do movimento no sentido de encaminhar junto aos espaços de poder, políticas públicas que contemplem as demandas relacionadas ao debate organizado por estes.

Expressões de um tempo em que o tema da identidade tem tido destaque, estes coletivos emergem e se fortalecem enquanto espaço político de ação estudantil tornando-se porta-vozes de um número expressivo de estudantes que – de modo organizado – começaram a compreender que a *diversidade sexual* pode ser sim, uma das bandeiras levantadas pelo movimento estudantil.

Podemos afirmar também que, se o surgimento destes coletivos se deu através da compreensão – entre os estudantes – da necessidade de se realizar um debate franco acerca das questões GLBTs, foi também uma reação às práticas discriminatórias e homofóbicas na universidade⁸.

O movimento estudantil é extremamente homofóbico, racista, machista, como a sociedade. Isso sem dúvida nenhuma. E eu sei que me respeitam nesse ambiente político por eu não ser afeminado, por eu não chocar a lógica divisão de gênero, em nenhum momento eu incitar uma transgressão do meu papel masculino, por eu ser homem, e por eu me impor politicamente... e por eu fazer parte de uma organização política. Eu sei que é isso que faz com que me respeitem

⁸ Os relatos dos militantes GLBT e estudantis aqui expressos também foram coletados em pesquisa de campo realizada para a tese acima citada.

e não a superação do preconceito. [...] Na militância do movimento, muitas vezes o preconceito é sutil, mas no congresso da UNE a gente percebeu que muitas vezes ele era explícito. "Ah que absurdo, o que é que vocês estão fazendo aqui?". Mas muitas vezes é sutil. Sutil na hora em que se dá menos importância, na hora em que te dão menos valor na contribuição que a gente tem pra dar, na hora em que a gente fala (Militante de coletivo GLBT).

Sem uma trajetória de continuidade e memória, os coletivos GLBTs surgem quase sem ligação entre si. Nasceram da necessidade organizativa, combativa e da articulação de militantes que – dispersos nas diferentes universidades – se propõem a realizar um tipo de intervenção ainda marginalizada no meio estudantil.

É neste contexto que podemos verificar já no início dos anos 1990 a existência de coletivos GLBTs pelo país⁹. Porém, num primeiro momento, não conseguem concretizar uma rede que sustente suas campanhas de visibilidade e a própria história/acúmulo de discussão realizada por estes grupos.

Mas se nessa década tanto os grupos como a discussão realizada por estes se caracterizaram por sua fragmentação e ainda invisibilidade, no início do século atual, impulsionados por um cenário mais favorável e uma articulação mais fortalecida, estes coletivos emergem e conseguem importantes conquistas no interior do movimento estudantil. E a ação mais pontual dos anos 1990 (que foi importante no sentido de trazer à consciência o debate da *diversidade sexual* através da intervenção nos variados espaços de organização e decisão do movimento como os CONUNEs) se multiplica e se transforma numa ação mais organizada e nacionalizada qualificando um processo e trajetória de participação/intervenção e colocando num horizonte de continuidade vários sinais e desafios concretos de atuação.

São expressões deste movimento – que possui diferentes formas de se organizar a depender da região – os grupos PRISMA na Universidade de São Paulo (USP), Diversidade na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e CELLOS (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outros.

Como descreve um dos integrantes do grupo PRISMA, acerca de seu surgimento:

⁹ Entre estes destacamos o Movimento do Espírito Lilás (MEL) localizado em João Pessoa na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que atualmente atua como ONG (Organização Não-Governamental) na área de direitos humanos e tem como objetivo promover os direitos e a cidadania dos homossexuais e bissexuais.

O PRISMA, segundo nossos conhecimentos históricos, é o primeiro grupo com esse caráter. Porque antes teve o CAEUSP, mas este era muito mais um grupo de estudos do que de militância mesmo. Mas o PRISMA surgiu de uma necessidade, assim como boa parte dos grupos, de uma auto-organização de gays e lésbicas contra a opressão sofrida nas universidades. Mas querendo ou não, a percepção que eu tenho é que eles surgiram com essa idéia de "precisamos nos juntar" contra a homofobia dentro da universidade. O PRISMA teve uma influência muito grande na organização dos outros grupos que surgiram na seqüência, tirando um grupo que existia em Campinas e que não existe mais - que é o DIVERSIDADE da Unicamp, que surgiu logo após o PRISMA mas que não teve relação direta e pouco tempo depois morreu. E aí dentro da dinâmica do PRISMA houve automaticamente uma associação da necessidade de discutir a diversidade sexual dentro do movimento estudantil... Era isso. A gente não tinha muita clareza de como, do que, mas precisava discutir diversidade sexual dentro do movimento estudantil. É isso, precisava discutir diversidade sexual na academia. Então havia esse paralelo: o movimento e a academia (Militante de coletivo GLBT).

Mas foi num ato contra a homofobia, nos fóruns do movimento estudantil, realizado no 49º CONUNE, que esses coletivos começaram a pensar numa lógica de organização nacional¹⁰.

Inicialmente, com o objetivo de protestar, estes estudantes perceberam que era necessário (e muito viável no cenário que se apresentava) criar uma rede mais ampla que tivesse como eixo o debate e troca de experiências, na qual coletivos e militantes pudessem ampliar e realizar uma intervenção mais organizada. Foi assim que surgiu a proposta da criação do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES) que serviria tanto como um espaço/fórum de discussão como de articulação destes grupos na realização de projetos coletivos.

Como lembra um dos coordenadores do PRISMA,

No ano seguinte que o PRISMA surgiu houve um congresso da UEE de São Paulo. E no congresso da UEE de São Paulo, um militante do

¹⁰ Como constatado em documento e memória destes coletivos, foi um ato homofóbico realizado no 24º Congresso da União Estadual de Estudantes por um dos dirigentes da entidade que, de alguma forma, serviu de cenário catalisador para uma ação mais organizada e qualificada (em termos nacionais) destes coletivos. Foi para protestar contra este ato em particular e por uma práxis homofóbica dentro do movimento que estes coletivos se organizaram no 49º CONUNE acontecido em Goiânia e realizaram uma oficina sobre diversidade sexual que contou com a presença de 300 estudantes, bem como, uma manifestação na plenária final do congresso.

PRISMA propôs que houvesse um grupo de trabalho sobre diversidade sexual. O grupo não aconteceu. Na época um dirigente da UEE quis ceder o tempo para que esse militante do PRISMA fizesse uma fala na plenária final sobre o tema, sobre a questão, enfim, e parece que essa fala foi boicotada. Não deixaram ele falar. O congresso da UEE acontece poucos meses antes do congresso da UNE. Chegando no congresso da UNE houve uma discussão ampla que envolveu vários setores do movimento, algumas entidades do movimento estudantil. O PRISMA tava presente e fizeram um ato no congresso da UNE contra a homofobia dentro do movimento estudantil. Das pessoas que se reuniram nesse congresso, que fizeram esse ato, surgiu uma lista de discussão - que na época se chamava ato CONUNE - e se resolveu fazer um pré-encontro nacional estudantil GLBT. Foi aqui na USP e foi o PRISMA que sediou. Tinha muita gente de Campinas, de São Paulo, de Belo Horizonte. Foi basicamente isso. Não sei se tinha gente de outros estados. E aí se resolveu fazer um encontro nacional. E o primeiro foi o que se chamou de ENUDS (Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual). O ENUDS surgiu como um espaço pra se fazer essa discussão na universidade. Então ele surgiu com um caráter universitário muito forte que ia para além do movimento estudantil (Militante do coletivo GLBT).

Este espaço privilegiaria em seu caráter político a discussão e fortalecimento da luta contra os preconceitos de gênero e sexualidade no âmbito universitário, bem como a proposição de formas coletivas de intervir nas universidades de modo a dar visibilidade às questões relativas à diversidade sexual.

Além de sua dimensão política, o encontro também teria uma dimensão acadêmica contemplando um espaço onde fossem partilhadas pesquisas na área de gênero e sexualidade de modo a fortalecer/visibilizar esse campo e estimular uma produção de conhecimento comprometida e não preconceituosa.

Por fim, este espaço se caracterizaria por ter também um caráter organizativo. Este, como já realçamos anteriormente, se constituiria num espaço articulador das diversas experiências de organização GLBTs e, de alguma forma (por sua periodicidade), estimularia e alimentaria esta rede de coletivos. A própria discussão acerca da realização do ENUDS a cada ano (metodologia, tema, entre outros), já cumpriria por si esse papel.

Um dos militantes da temática GLBT no movimento estudantil resume um pouco essa dinâmica que o ENUDS vem produzindo no interior do movimento enquanto espaço articulador e criador de grupos GLBTs nas universidades de todo o país. Para ele

Muitos grupos surgiram a partir do ENUDS. Em Recife tem um grupo que se chama ARRECIFES que é da Universidade Federal de Pernambuco e da Federal Rural. O ARRECIFES surgiu depois que eles foram para o I ENUDS em Belo Horizonte. O KIU que também é um coletivo que junta três universidades de Salvador (da Católica, da Federal e de outra que eu não lembro o nome, não sei se da Estadual) também surgiu depois que eles foram pro ENUDS de Recife. Depois do encontro de Recife também surgiu o PLURAL que é da Federal do Espírito Santo. Depois do encontro de Recife surgiu o COLCHA DE RETALHOS, de Goiás. E o DIVERSIDADE/UFF da Federal Fluminense. E agora está se criando um grupo na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) junto com a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e provavelmente vai se fazer um também na UnB (Universidade de Brasília), depois do terceiro ENUDS. Então, os grupos começaram a surgir depois do espaço do ENUDS. E o espaço do ENUDS foi quem conseguiu uma visibilidade porque foi o encontro do ENUDS que conseguiu uma mobilização grande no congresso da UNE, que reivindicou a criação de uma diretoria GLBT na UNE e tudo mais (Militante de coletivo GLBT).

Tendo a sua primeira edição no ano de 2003, em Belo Horizonte, o ENUDS vem se fortalecendo a cada ano como um espaço alternativo para os estudantes que buscam uma participação/militância de base GLBT no meio universitário. Como citado em artigo, “em todo o país, há cerca de 20 grupos organizados dentro das universidades, alguns vinculados aos centros acadêmicos e diretórios estudantis e outros independentes”¹¹.

O número expressivo de participantes nestes encontros e o apoio recebido (e conquistado!) por outros setores estudantis (executivas de curso, diretórios centrais e a própria UNE), certamente, tem facilitado esse processo de *cotidianização* do tema no meio estudantil, apesar da ainda resistência no meio universitário. Para o atual diretor da secretaria GLBT da UNE:

A principal tarefa é colocar a discussão pra dentro da entidade, pra dentro da diretoria, a construção de mecanismos de respostas... A gente sabe que boa parte da discriminação se dá através de piadinhas e de comentários naturalizados. Isso é uma tarefa também dentro da diretoria. A construção de espaços pra discussão sobre diversidade sexual em todos os eventos, em todas as atividades da UNE; e o fomento da criação de núcleos GLBT... isso foi o termo genérico que eu

¹¹ http://www.mixbrasil.uol.com.br/pride2005/militantes_universitario/militantes.html, acessado em julho de 2007.

dei. O que é o PRISMA, o PLURAL, o KIU nas diversas universidades. Eu acho que isso é a principal tarefa. Se a gente conseguir fazer com que mais campos políticos dentro do movimento estudantil discutam isso, pela lógica nacional pelo qual o movimento funciona hoje, se mais campos políticos discutirem isso de maneira séria, conseqüentemente haverá mais DCEs, CAs, discutindo isso. Porque a gente sabe que o espaço político é duro. Da mesma maneira que as mulheres se sentem intimidadas a entrar no espaço político, gays e lésbicas também. E não têm poucos gays e lésbicas no movimento estudantil porque gays e lésbicas não se interessam por política, mas... inclusive existem muitos, mas que não se declaram, não se declaram em momento algum, com medo do que pode acontecer; tem medo do quanto pode ser minorizada a sua posição política, a sua intervenção, mas também muitos não entram já por conta disso (Diretor da secretaria GLBT da UNE).

Neste sentido, vários avanços foram conquistados desde a primeira tentativa de organização nacional destes coletivos: a maior visibilidade da discussão GLBT, o aumento do número dos grupos nas várias universidades, a entrada (através de oficinas ou debates) da discussão de sexualidade nos encontros das executivas de curso, bem como o reconhecimento destes grupos por parte da UNE.

E foi através destes processos de organização e discussão que os coletivos GLBTs conseguiram a garantia de representatividade na diretoria da UNE através da criação de uma secretaria própria que tem como principal objetivo apoiar o fomento destes grupos e suas atividades em todo o país. De modo gradual, esse processo passou primeiro pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) GLBT na UNE (a partir de resolução no CONUNE em 2003) e depois por sua incorporação enquanto secretaria (resolução no CONUNE em 2005)¹².

Estes coletivos contam com uma extensa rede de apoio e interlocução com outros movimentos GLBTs no país e participam de vários fóruns de discussão, alimentando no interior do movimento os debates e desafios do movimento GLBT nacional. Estas redes – como no caso dos coletivos feministas – desempenham um papel importante de sustentação política e militante na medida em que propiciam um

¹² É simbólico e significativo deste processo a organização, no ano de 2005, de uma ala formada pelos coletivos GLBTs (e assumidas em termos de representatividade pela UNE) na 9ª Parada do Orgulho Gay realizada em São Paulo. Levando uma grande bandeira do arco-íris com o símbolo da entidade no centro, estes contaram com uma expressiva participação de estudantes. Em 2006, a UNE também edita uma cartilha intitulada "A UNE e a Luta GLBT" na qual expõe para o conjunto do movimento estudantil a importância de discutir esta temática e colaborar no sentido de reforçar as reivindicações dos estudantes neste campo.

número infinito de articulações e a realização de parcerias em projetos comuns.

É claro, porém, que estes coletivos contam ainda com muitas dificuldades, desde a existência cotidiana de práticas homofóbicas dentro do movimento às tentativas de colonização partidária no interior de seus fóruns¹³.

Considerações

Como já nos referimos neste trabalho, o debate acerca da participação juvenil parece voltar com força nos círculos acadêmicos e na sociedade civil em geral. O aumento no número de pesquisas que analisam a condição juvenil no país – realizadas tanto pelas universidades como pelas Organizações Não-Governamentais – é expressivo no que diz respeito ao interesse social que este tema alcançou. A reflexão sobre a condição juvenil ressurgiu num momento em que os movimentos de juventude no país se fortalecem e se organizam, dando visibilidade às suas próprias práticas, demandas e formas de associação.

Um dos mais clássicos movimentos de juventude do país, o movimento estudantil, atualmente, parece mesclar em seu interior, ideários e práticas políticas advindas dos diferentes grupos que o constituem. Para nós, analisar o movimento estudantil hoje é, antes de tudo, percebê-lo como um movimento plural, capaz de se manifestar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil (Mesquita, 2001).

Compreendendo que este movimento vem passando por um processo de diversificação na sua atuação, principalmente através da inclusão de pautas transversais – como a cultura e a identidade de gênero, por exemplo – queríamos, ao iniciar este trabalho, perceber como esse processo foi se realizando no cotidiano da militância estudantil e de que maneira o mesmo interferiu na *identidade coletiva* do movimento.

¹³ A tese do coletivo Diversidade para a realização do II ENUDS parece indicar um certo receio no que diz respeito à reprodução de práticas existentes no movimento estudantil de colonização por parte dos partidos políticos. Como afirma o documento, "a expectativa do Diversidade é que nesse encontro seja possível superar o atraso da pauta dessa discussão no movimento, e que diferentemente de outros encontros nacionais, o ponto central da discussão seja a livre expressão sexual, as reivindicações históricas da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais e não simplesmente a disputa partidária existente no movimento estudantil, com o surgimento de um novo paradigma no tratamento dessa questão".

Desta forma, analisamos dois grupos constitutivos do movimento estudantil, com trajetórias distintas e demandas específicas, na perspectiva de que nos pudessem “mostrar” ou sinalizar as diferentes formas de pensar a participação política dos estudantes hoje. Para nós, fica claro em nossa pesquisa, que o movimento estudantil – em seu processo de contínua transformação – tem cruzado duas dimensões importantes na atual configuração de sua identidade coletiva e da participação juvenil: a *cultura* e a *política*.

Intrinsecamente ligadas, estas duas dimensões têm dinamizado os distintos grupos no interior do movimento estudantil de modo a construírem experiências que extrapolam a forma tradicional da militância política dos estudantes.

No artigo “Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos”, Alvarez, Dagnino e Escobar (2001) desenvolvem alguns conceitos que podem nos ajudar a perceber como os movimentos sociais articulam em suas práticas essas duas dimensões. Neste sentido, aproximam duas categorias, que denominam de *política cultural* e *cultura política*, na tentativa de mostrar que as mesmas são complementares e interdependentes. Estes autores enfatizam a ação dos movimentos sociais como agentes de transformação e mudança da cultura política dominante, a partir do que eles denominam de política cultural.

No rol de exemplos que dão, estão vários dos movimentos sociais que, ao conceberem outras formas de ação política e ao se apropriarem de outras compreensões do mundo da vida, redefinem o poder social e a concepção do que é político. A manifestação de movimentos juvenis que – ao proporem a ação direta como intervenção visando uma democracia mais participativa – questionam a política e a democracia fortemente representativa; o movimento feminista que, ao considerar importante a redefinição do uso da palavra e do léxico na reconfiguração do imaginário social, marcadamente masculino; entre outros, são alguns dos exemplos de práticas da política cultural dos movimentos sociais. Os autores ainda afirmam que “os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática” (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2001, p. 13).

Neste espaço, onde cultura e política se intercomunicam e são faces de uma mesma moeda, torna-se importante perguntar: em que medida o movimento estudantil, a partir dos grupos aqui analisados, está conseguindo construir uma política cultural capaz de transformar

sua cultura política? O que articula essas duas esferas, cultura e política, na militância política destes estudantes?

Certamente, os coletivos feministas e GLBTs que surgem no movimento estudantil são expressão do que Alvarez, Dagnino e Escobar (2001) chamam de política cultural. Articulada às questões de identidade, estes coletivos colocam para o centro do movimento estudantil, um debate muitas vezes subsumido pelas temáticas políticas mais tradicionais do movimento. Compreendendo esta pauta como complementar daquelas já existentes, os militantes reivindicam espaço, visibilidade e direito à diversidade.

Nesse sentido, a luta dos estudantes passa, necessariamente, pelo plano da cultura militante. Reivindicar uma postura militante que incorpore a questão da identidade como elemento importante da condição juvenil e presente no cotidiano destes se faz necessário, portanto. A desnaturalização de conceitos, a desconstrução de práticas desagregadoras, a afirmação de espaços militantes que discutam, permanentemente, esta questão, são alguns elementos que podem construir uma nova cultura política entre os estudantes. Uma cultura política que leve em conta as questões de identidade tão presente enquanto demanda real da condição estudantil.

Para tanto, os coletivos feministas e GLBTs devem seguir reforçando a identidade coletiva do grupo no interior do movimento estudantil. A realização dos encontros nacionais (como o EME e o ENUDS) desenvolve um importante papel nesse sentido. Fortalecer esses espaços coletivos e de visibilidade entre os estudantes é também reforçar a própria luta que ainda segue inicial.

Mas se as questões de identidade são importantes na redefinição de uma prática militante no interior do movimento estudantil, estas também só farão sentido se articuladas com a própria realidade dos estudantes. A discussão, portanto, passa pela conexão da pauta de gênero com a pauta estudantil e universitária. O eixo da discussão identitária deve estar localizado no plano da condição estudantil e de seus limites.

Isso parece estar claro para os estudantes que, em sua militância, reivindicam bandeiras que atravessam esses dois campos. A reclamação por uma reforma universitária que contemple a realidade das mulheres, por exemplo, é uma das pautas do coletivo feminista que quer expressar e comunicar um outro olhar sobre a universidade.

Novamente, podemos perguntar: qual o componente da política presente na manifestação das reivindicações destes coletivos? A política aqui parece se apresentar através de uma expressão cultural

que se visibiliza, nos últimos anos, de modo mais forte no cotidiano estudantil.

A reivindicação de reconhecimento e respeito no meio militante para aqueles que participam destes coletivos mostra o quão significativo têm sido as lutas de cunho cultural em nossa sociedade. A incorporação destas pautas pelo movimento estudantil reflete, de algum modo, que os estudantes em suas experiências também sentem a necessidade de colocar esta discussão na agenda de suas entidades.

Percebemos que o movimento estudantil “*se movimenta*” num ziguezaguear que, ora realçando sua identidade mais tradicional, ora realizando um movimento de incorporação de novas temáticas e pautas em seu interior, abre-se para aquilo que o cotidiano estudantil traz de novo. Desta forma, passeia entre as dimensões da cultura e da política “costurando-as” quando acha necessário. Porém, não o faz se os estudantes não exigem, não reivindicam que estas pautas sejam inseridas. As entidades por si só já não conseguem ser espaços onde as expressões das demandas estudantis sejam discutidas e pautadas.

Não se sabe se esses coletivos sobreviverão no cenário e campo políticos do movimento estudantil; nem podemos afirmar que a intervenção que realizam é mais ou menos qualificada que a do movimento estudantil clássico. O que podemos sim dizer, é que são expressões de um tempo em que as demandas culturais, identitárias e associativas têm tido uma importância central na dinâmica da sociedade. Além disso, tornaram-se espaços de *política do cotidiano* e de *cotidianização da política*.

Possibilitar a existência de espaços onde surjam outras possibilidades de atuação no interior do movimento estudantil que recuperem o sentido da política entendida como *emancipação social e crítica ao instituído* (Sousa, 2002), se faz fundamental para a revitalização das entidades estudantis como movimento.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, S; DAGNINO, E; e ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte. UFMG, 2001.
- KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2002.

- MESQUITA, M. R. *Juventude e movimento estudantil: o velho e o novo no movimento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: Redes de Jovens e Participação Política. S. Paulo: *Revista Brasileira de Educação*, ANPED, 1997.
- SEOANE, J. & TADDEI, E. Os jovens e a antiglobalização. In: FEIXA, Carles; COSTA, Carmen & SAURA, Joan (orgs.). *Movimentos Juvenis: da globalização à antiglobalização*. Barcelona: Ariel, 2002.
- SOUSA, J. T. P. de *As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído*. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº 32, 2002.

Documentos e publicações estudantis:

- III Encontro Nacional de Mulheres Universitárias. 1993.
- Carta convocatória para o I Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. 2005.

Site da Internet:

- Site sobre participação de estudantes em causas GLBTs:
http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes_universitario.html

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS COTAS NA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO: UMA BREVE REFLEXÃO

Francisco Jatobá de Andrade

O presente capítulo trata sobre o processo decisório e a implementação do programa de reserva de vagas na Universidade de Pernambuco (UPE), aprovado em julho de 2004 e iniciado no vestibular de 2005 da referida instituição. Busco realizar uma breve reflexão sobre como o movimento estudantil esteve envolvido nesse processo, assim como as dificuldades estruturais que contribuíram para um possível enfraquecimento nas articulações entre este movimento e outros atores sociais envolvidos, culminando numa decisão estratégica de apoiar o projeto de cotas para alunos oriundos de escola pública aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN) da UPE.¹

Cotas: entre a raça e a escola pública na Universidade de Pernambuco

De acordo com os argumentos em defesa das cotas, as políticas universalistas podem servir para diminuir o grosso da desigualdade, mas não são suficientes para reduzir a distância da desigualdade racial. Segundo Edward Telles, em caso de uma política de cotas para estudantes de escola pública, os estudantes brancos acabariam por se beneficiar mais que os alunos negros, uma vez que as escolas majoritariamente brancas tendem a ser mais bem equipadas que as escolas de maioria negra (Telles, 2003, p. 276).

De modo geral, a opinião pública mostra-se menos crítica à reserva de vagas para a escola pública, de maneira que podemos assumir que o elemento que causa a maior exaltação e polêmica no discurso de implementação das políticas de reservas de vagas nas universidades públicas é a questão racial, uma vez que a reserva de

¹ Este capítulo surge como uma reflexão acerca de informações e entrevistas coletadas para minha dissertação no Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco: ANDRADE, F. J. *Relações Raciais, Multiculturalismo e Ações Afirmativas: As Cotas na Universidade de Pernambuco (UPE)*. 2007. Os relatos e informações citados sobre membros do movimento estudantil e movimento sindical foram retirados de entrevistas realizadas por mim no ano de 2006 e constam em minha dissertação.

vagas em si, quando voltada para uma perspectiva de apreciação da "classe social"², não produz o mesmo impacto moral.

Antes de continuarmos, faz-se necessário abordar, de forma sintetizada, algumas questões fundamentais a fim de introduzir o debate sobre o processo de implementação da política de cotas na UPE. Em função de uma possível crise paradigmática em nossa identidade nacional/racial, o ataque ao mito da democracia racial e os crescentes estudos que demonstram a existência de desigualdades especificamente raciais entre na população brasileira, coloca-se a pergunta: como operacionalizar um sistema objetivo de identificação étnico-racial (no qual a cor e o fenótipo são elementos fortíssimos) legal e legítimo, numa sociedade que, via de regra, acredita-se como "miscigenada"?

Levando em consideração que a análise das condições sociais do indivíduo pode possuir um caráter mais objetivo e universalista – colocando raça como um elemento secundário ao processo seletivo de determinadas universidades públicas – como se dá o processo de operacionalização do reconhecimento racial nas instituições que, em teoria, adotaram um sistema de priorização da classe em detrimento da raça?

O processo de elaboração e implementação das cotas, sua operacionalização e princípios ideológicos e políticos, agrega em si mesmo um leque de fatores que representam um microcosmo de aspectos fundamentais das relações raciais e de classe na sociedade brasileira e as tensões decorrentes da politização da temática.

Para o desenvolvimento desse capítulo, utilizei o caso da Universidade (Estadual) de Pernambuco (UPE). No ano de 2004, a UPE aprovou uma política de reserva de vagas (20%) destinadas a alunos oriundos de escolas públicas estaduais ou municipais, que tivessem cursado todo o ensino médio nessas mesmas instituições.

O critério de apreciação racial foi debatido durante reunião do Conselho Universitário, de onde se concluiu que:

- Uma das causas das injustiças sociais no Brasil é a má qualidade do ensino público;
- A exclusão étnica é outra causa da injustiça social;³

² Conceito popularmente associado a condições de vida. Nesse caso, parâmetros como baixa renda e iniquidades na educação proporcionariam uma maior flexibilidade na meritocracia do vestibular, propiciando uma maior legitimidade a cota.

³ De acordo com o manual do candidato do vestibular 2006 (realizado no final de 2005) a autodeclaração do concorrente como "negro ou pardo" pode servir como critério de desempate. www.upe.br

- Cerca de 80% dos alunos de escolas públicas são afro-descendentes ou oriundos de famílias em situação de carência social.⁴

Estabeleceu-se que:

- As Unidades de Ensino que constituem a UPE reservarão para o ingresso nos seus cursos 20% de suas vagas para estudantes que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas municipais e estaduais de Pernambuco.
- O vestibular será igualitário para todos os candidatos com a comprovação das informações relativas às cotas, feitas no ato da matrícula.

De forma a complementar e contrastar alguns dos princípios norteadores das políticas de vagas da UPE, recorro ao exemplo da Universidade de Brasília (UnB), cujas cotas possuem um caráter especificamente racial.

*As políticas de ações afirmativas, entre elas as cotas raciais, comprometem-se com a promoção de grupos não atingidos pelas políticas de caráter universal, em nome da efetivação do princípio constitucional de igualdade. O Sistema de Cotas para Negros adotado pela Universidade de Brasília - UnB, além de ser uma iniciativa importante e inovadora em nível institucional, é, assim, o resultado de esforços históricos dos Movimentos Negros.*⁵

Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em 06 de junho de 2003, foram destinados 20% (para estudantes negros) do total de vagas de cada curso oferecido no 2º vestibular de 2004.

Partindo do pressuposto de que a proposta de cotas da UPE prioriza a classe social em detrimento da raça, considero que tal decisão é fruto de uma perspectiva universalista de políticas públicas na qual a questão racial seria, quando muito, um elemento subordinado a uma condição socioeconômica iníqua. Dessa forma, as reservas de vagas deveriam fundamentar-se no pressuposto das desigualdades de

⁴ Fonte: Universidade de Pernambuco; Resolução do CONSUN No 10/2004. Ementa que estabelece sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas nas Unidades de Ensino que compõem a UPE.

⁵ Texto disponível em: http://www.unb.br/porta/admissao/sistema_cotas/index.php Acessado em 04 de abril de 2007.

oportunidades e em fatores que constituem a classe social do pleiteante. Tal orientação está em consonância com a ideologia racial dominante, segundo a qual as desigualdades entre negros e brancos seriam conseqüências, majoritariamente, de suas origens sociais e não de seu pertencimento racial, tomando este último como um elemento secundário e de menor importância no debate.

Dessa forma, com a política de cotas da UPE priorizando a classe social e não a raça, ela acaba por perpetuar, em certo nível, o discurso de democracia racial, ao mesmo tempo em que não se coloca em conflito direto com os princípios morais associados às cotas raciais, uma vez que opta pela saída mais “legítima” de reconhecer como fator determinante de desigualdades de oportunidades a questão de classe e não de raça.

Considerando o atual debate sobre políticas universalistas e focalizadas e sobre as inter-relações de classe e raça, bem como as políticas públicas de ação afirmativa com ênfase racial - tais como as cotas da UnB -, a UPE estaria numa posição pseudo-progressista, uma vez que implementa uma política de cotas num contexto de não rompimento com certos padrões e processos raciais de dominação. Podemos concluir que as idéias de democracia racial, miscigenação e desenvolvimentismo estão ainda presentes de forma contundente na sociedade brasileira, reproduzindo até o presente momento, conflitos ideológicos e explicativos das origens das desigualdades raciais, no caso dos dois primeiros (o mito e a miscigenação), negando a existência de discriminações raciais de fato e, no caso do segundo (desenvolvimentismo), atrelando o fim dessas desigualdades ao desenvolvimento social universalista, e não pela apreciação de suas especificidades.

Dessa forma, as políticas de cotas raciais e sociais reproduzem um conflito explicativo de interpretações das relações raciais brasileiras, oriundo de meados do século XX e que, apesar de tomar novas dimensões e características em função da transição de gerações de pesquisadores, da redemocratização, globalização e outros fatores de influência no debate, ainda se encontra em questão qual o ângulo que devemos utilizar para enxergar as relações e hierarquias raciais existentes no Brasil.

Nesse sentido, o conflito entre raça e classe na explicação das desigualdades entre negros e brancos encontra-se sintetizado tanto na dicotomia entre políticas universalistas e políticas focalizadas, como no contraste entre políticas de reservas de vagas raciais e sociais.

O período em que se iniciou o debate na Universidade de Pernambuco não é muito preciso, todavia, os movimentos de implementação de cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (entre 2001 e 2002) e na Universidade Estadual da Bahia (entre 2002 e 2003) são utilizados como referência temporal para as primeiras repercussões na Universidade de Pernambuco.

O Movimento Estudantil e as Cotas na UPE

Durante o processo de debate acerca da política de cotas na Universidade de Pernambuco, três seminários temáticos foram realizados, ao que tudo indica, entre os anos de 2003 e 2004⁶. De acordo o depoimento de um membro do movimento estudantil, tais seminários serviram para amadurecer o debate e abrir os horizontes sobre questões racial e de gênero, entretanto, em função de uma baixa mobilização e engajamento deste movimento no tocante a decisão final do CONSUN, não foi apresentada nenhuma proposta concreta por parte do corpo discente.

De forma semelhante ao restante do processo decisório e de construção da proposta de cotas, não existe um grande acervo de material institucional sobre a participação do movimento estudantil ou de outros movimentos sociais como um todo, o que, de certa forma, acaba por corroborar a hipótese de que a temática não foi colocada como elemento central de debate. Acredito que essa ausência do movimento estudantil na Universidade de Pernambuco, tanto no processo de elaboração das cotas, quanto na não priorização de tal política como foco de debates e reivindicações, pode ser interpretada como fruto de uma estrutura mais ampla de desarticulação, presente na referida universidade.

A Universidade de Pernambuco (UPE) foi criada em 1991, a partir da antiga FESP (Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, criada em 1965). A UPE possui uma estrutura *multicampi*, totalizando um número de sete *campi*, dos quais quatro estão localizados no interior de estado e três na capital e região metropolitana. A instituição conta com um total de 808 professores, 4432 servidores, 13209 estudantes de Graduação e cerca de 9300 alunos de Pós-Graduação.⁷

⁶ Não existem informações institucionais disponíveis sobre a realização dos seminários. Sua existência foi confirmada por meio de entrevistas

⁷ Disponível em www.upe.br

A UPE é uma universidade jovem, tendo sido criada de forma a agregar um conjunto de diferentes faculdades e instituições de ensino superior ligadas ao estado de Pernambuco. Por sua vez, a união destas diferentes instituições não propiciou a formação de um corpo universitário coeso política e ideologicamente, uma vez que o processo de integração do corpo docente e discente da Universidade de Pernambuco encontra-se separado tanto por barreiras físico-geográficas (por ser *multicampi*), quanto por estruturas socioeconômicas específicas. Em outras palavras, a estrutura *multicampi* contribui para uma distribuição territorial de *status*, se considerarmos as divisões socioeconômicas refletidas nos chamados cursos de “alto” e “baixo” prestígio. Nessa dicotomia, pode-se situar, por exemplo, os cursos de medicina, administração e odontologia de um lado, e os cursos de formação de professores – estes totalizando três diferentes *campi* – e enfermagem do outro. Posto isto, soma-se o fato de que os cursos de alto prestígio localizam-se em Recife e região metropolitana, diferentemente da maioria dos cursos de baixo prestígio, principalmente os de formação de professores, que estão localizados em cidades do interior do estado (Nazaré da Mata, Petrolina e Garanhuns).

Como um reflexo dessa atomização dos cursos e instituições, forma-se um terreno fértil para uma tendência desagregadora entre os diferentes cursos da universidade, contribuindo não apenas para a formação das chamadas “ilhas de saber”, mas também uma desarticulação, ou no mínimo, uma fragilização estrutural entre os diferentes “movimentos estudantis” surgidos na UPE.

O início dos debates sobre cotas na UPE – ao que poderia se esperar – propiciaria o surgimento de um espaço político interseccional entre os cursos, os *campi*, os diretórios acadêmicos, os movimentos estudantil e sindical, entre outros atores sociais envolvidos, uma vez que tal medida atingiria toda a universidade. Todavia, a maneira como se deu o surgimento e elaboração da proposta, a postura institucional acerca da temática, juntamente com a baixa articulação e mobilização dos referidos movimentos internos da UPE, contribuíram para uma fraca mobilização política no tocante à temática.

De acordo com os relatos de membros do movimento estudantil e do sindicato dos professores da UPE, os seminários temáticos foram importantes para o amadurecimento do debate sobre a questão racial e o papel da universidade na superação das desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Entretanto, a participação de estudantes e professores na ampliação e desenvolvimento do debate sobre as cotas

na UPE foi baixa, contribuindo para o não enfrentamento da questão racial. Em função disso, a postura institucional que *a priori* parecia acenar para a cota racial, acabou por voltar-se para os estudantes de escola pública.

Segundo o representante do sindicato docente, durante o debate sobre as cotas, ocorre um racha entre a categoria dos professores no tocante à implementação de cotas raciais ou sociais (escola pública), agregando-se a esse fato a falta de articulação com outros movimentos sociais e as dificuldades de mobilização intercampus. Como resultado, essa junção de eventos acabou culminando na ausência de “eco” das propostas apresentadas pelo grupo defensor da reserva de vagas raciais.

O movimento estudantil da UPE, por sua vez, apesar dos esforços de articulação e promoção de debates sobre o tema, ao que se observou no final do processo, não obteve força política para pressionar a instituição na decisão final sobre as cotas. De acordo com um de seus integrantes, os seminários foram importantes para ampliar o debate, todavia, uma série de fatores contribuiu para o enfraquecimento do movimento como grupo de pressão pela implementação das cotas raciais na Universidade de Pernambuco. Entre tais fatores, podemos identificar as barreiras ideológicas sobre o mérito do vestibular, o mito da democracia racial e a pouca articulação entre os cursos e *campi*.

Além dos elementos citados anteriormente, ainda segundo o estudante, a instituição inicialmente apontara, de fato, para as cotas raciais, todavia, posteriormente, a Universidade optou pela escola pública e subsumiu o elemento racial a esse tipo de política, alegando que essa modalidade de cotas incluiria automaticamente a população negra. Segundo relatos, essa mudança de rumo foi precedida por um período de silêncio institucional sobre o tema e, após alguns meses, durante o período de férias (julho), a votação do CONSUN ocorreu e optou pelo atual modelo de cota para estudantes oriundos de escola pública municipal e estadual.

Como consequência dessa série de fatores, a proposta de cotas para alunos da escola pública, elaborada por uma comissão ligada à reitoria, foi aprovada pelo CONSUN com o apoio do movimento estudantil e do sindicato dos professores. Ao que podemos compreender, várias decisões estratégicas foram tomadas com o intuito de garantir uma conquista mínima, ou seja, um determinado tipo de cota, e possivelmente ampliá-la no futuro.

Para finalizar, podemos considerar que as dificuldades estruturais enfrentadas pelos movimentos internos e pró-cotas raciais, na UPE, foram determinantes para a fragilização de um espaço político entre os diferentes setores que poderiam influenciar as esferas decisórias institucionais. Outros fatores também contribuíram para o enfraquecimento acerca da temática, como a priorização de outros debates considerados de maior urgência para os movimentos envolvidos, como os perigos de uma possível privatização e a luta pela isenção das taxas mensais para todos os alunos, uma vez que a UPE, apesar de pública, cobra mensalidade.

Bibliografia

- ANDRADE, Francisco Jatobá de. *Relações Raciais e Ações Afirmativas: Classe, Raça e Estruturas de Dominação e Exclusão Históricas numa Comparação Brasil x Estados Unidos*. Monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais; Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- _____. *Relações Raciais, Multiculturalismo e Ações Afirmativas: As Cotas na Universidade de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em Sociologia; Universidade Federal de Pernambuco, 2007
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (orgs.). *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. UNESCO- ANHEMBI, São Paulo: Editora Anhembi, 1955.
- BELCHIOR, Ernandes Barboza. *Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, 2006.
- BERNARDINO, Joaze & GALDINO, Daniela (orgs.). (2004), *Levando Raça a Sério - ação afirmativa e universidade*. Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro, Ed. DP&A. 2004.
- BERND, Zilá. (1988), *O que é Negritude?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, José Jorge. Exclusão social na universidade brasileira: Um caso de Ação negativa. In: Queiroz, D.M. (coord.), *O Negro na Universidade*. Salvador: Novos Toques, 2002.
- _____. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil: A Questão das Cotas no Ensino Superior*. São Paulo: Attar, 2005.

- COSTA PINTO, L.A. (1952), *O Negro no Rio de Janeiro. Relações Raciais numa Sociedade em Mudança*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.
- DUARTE, Rebeca Oliveira. *Nos Alicerces do Mundo: O dilema e a dialética na afirmação da identidade negra*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFPE, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classe*. Vol. 1 São Paulo: Dominus, 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- FRY, P. & MAGGIE, Y Cotas raciais - construindo um país dividido? *Econômica*, v. 6, n.1, Junho de 2004, p.153-162.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (1999), *Ainda ações afirmativas: desigualdades contra desigualdades*. In: _____. *Racismo e anti-racismo*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. (2002), *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HENRIGER; Rosana. *Desigualdades raciais no Brasil*. Brasília: Escritório Zumbi dos Palmares, 2000.
- TELLES, Edward. *Racismo à Brasileira*, São Paulo: Relume Dumará, 2003.
- THEODORO, Mário & DELGADO, Guilherme. (2003), Política social: universalização ou focalização - subsídios para o debate. In: *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. IPEA, 2003. Disponível em www.ipea.gov.br

OS JOVENS CONTEMPORÂNEOS E A POLÍTICA CONTRA O INSTITUÍDO¹

Janice Tirelli Ponte de Sousa

1. As gerações, o tempo e a experiência

Ser jovem é viver sob as regras de um mundo já definido. Pode-se acrescentar a essa afirmativa que tais normas apresentam dimensões materiais e simbólicas que, na modernidade industrial, assumem a forma de uma intervenção gigantesca na vida desse jovem, como coerção, com o objetivo de contê-lo, discipliná-lo, definir suas energias para socializá-lo, geralmente, com fins de reprodução social. A própria concepção do que se entende por juventude hoje está definida por essa intervenção, que não deve ignorar os dilemas, sofrimentos, carências, esperanças e urgências sociais como expressões da contemporaneidade a que ele pertence.

A adaptação que se exige do jovem, embora implique ações aparentemente coesas para absorvê-lo na estrutura social, não elimina as contradições decorrentes do processo de sua formação identitária no interior de um grupo social próprio e de alguém que, ao mesmo tempo, vive as dificuldades e dilemas humanos sofridos como indivíduo. É nesse sentido que a atuação livre e a manipulação externa se tornam a marca contemporânea da relação do mundo adulto com a(s) juventude(s), quer dizer, a sociedade moderna hesita entre aceitar a capacidade autônoma de revolta e contestação de valores desses jovens, de rejeitar tudo o que é “velho”, e integrá-los em grupos controlados por adultos ou instituições hegemônicas da sociedade (Groppi, 2000).

É na geração de jovens da última década, fortemente socializada sob o consumo sedutor e apelativo da marca (Klein, 2004), que o signo passa a ser absorvido como um valor, até mesmo no campo das suas contestações, o que indica uma sociabilidade produzida numa geração de jovens “sobredeterminados por motivações imateriais de

¹ Este capítulo foi publicado originalmente em forma de artigo sob o nome “As Insurgências Juvenis e as Novas Narrativas Contra o Instituído”, publicado na revista do Centro de Investigação e Estudos sobre Juventude, do Instituto Mexicano de Juventude, *JOVENes*, Cidade do México, ano 9, n. 22, 2005. Trata-se aqui de uma versão atualizada que incorpora dados mais recentes da pesquisa da autora sobre as ações coletivas juvenis.

participação, expressão e controle sobre a vida, entre outras” (Liberato, 2006, p. 232). O que temos observado é que, mesmo sob essas condições aparentemente distantes do campo da política, os jovens encontram formas de inventar a dissidência e a desobediência contra a ordem instituída.

A problematização do debate atual deverá considerar a necessidade de uma definição mais precisa de conceitos auxiliares que, na nossa compreensão, darão suporte aos nossos estudos, quais sejam: o conceito de política – a ser observado a partir da maleabilidade, da estratégia de reencontro da capacidade do grupo de se constituir e compreender a mudança social; a matéria da política que orienta suas ações, que muitas vezes revelam-se como uma luta contra a política como tecnologia e poder (Negt; Kluge, 1999); as expressões escolhidas como forma de recusa institucional da juventude contestadora nas experiências inovadoras de autogestão (Liberato, 2006); a herança geracional, que mobiliza um inventário de significados definidores de uma possível identidade juvenil contemporânea (Mannheim, 1982), bem como outros que serão identificados.

A experiência é um elemento único e fundamental a balizar o processo de socialização dos jovens e da própria sociedade, como expressão atribuída pelos grupos sociais que dela fazem parte. A experiência dos jovens é tomada, aqui, como fator propulsor da dinâmica da sociedade e, muitas vezes, constitui-se no canal de introdução de mudanças, o que faz com que a qualificação do termo seja imprescindível quando estamos tratando de uma realidade complexa, em que as experiências acontecem de forma diversa e estratificada, entre os membros de qualquer uma das gerações.

Os movimentos juvenis, tanto no âmbito da política como no da cultura, se compõem sempre da incontestável característica histórica dos sujeitos que empreendem as ações, ou seja, da geração a que pertencem. Quer dizer, estar jovem num contexto movimentalista é constituir-se como sujeito favorecendo-se pela forma transitória que potencializa suas possibilidades e, por outro lado, traz para a relação o caráter experimental do “contato original” sob o qual dimensiona o seu aprendizado da vida social.

É nesse sentido que a ação juvenil autônoma em relação às instituições, ou o acolhimento institucional da crítica dos seus membros mais novos, permitem que a conflitualidade emerja como experiência. Possibilitam ainda, a confirmação de que a absorção da cultura em todas as suas dimensões tenha, nos mais novos, a única geração capaz de começar “a vida do zero”, “que pode rejuvenescer a sociedade”,

porque permite o surgimento de um “novo quadro de antecipações” (Mannheim, 1982).

2. A emergência do estudo da participação política juvenil

Um balanço histórico da presença social juvenil implica a consideração dos fatos sociais, econômicos, culturais, estéticos que permitem distinguirmos, nas últimas quatro décadas na América Latina, os significados da atuação entre gerações de jovens contestadores, segundo Urresti (2000). As juventudes não são suscetíveis de comparação, pois, ao viverem épocas históricas diferentes, têm definidos seus conflitos e vivência social de maneira, também, diferente. Mais que comparar gerações, segundo o autor, tem-se que comparar sociedades em que convivem gerações diferentes, ou seja, de forma ilustrativa haveria um equívoco na afirmação de que hoje os(as) jovens sejam consumistas e os (as) dos anos 1960 sejam politizados (Urresti, 2000, p. 178).

As pesquisas sobre a participação política e as ações coletivas juvenis, que constituem parte do campo da sociologia da juventude, têm constatado nos últimos anos o caráter volátil do envolvimento do jovem em causas e projetos. Recorrentemente, constata-se a discussão sobre o afastamento do jovem das instituições políticas, exposta em diversos trabalhos focados em experiências regionais ou processos participativos que envolvem os jovens.

Os pontos que se destacam nesses trabalhos, ainda que abordados analiticamente de modo diferenciado, se aproximam nos seus resultados quando contextualizados no conjunto histórico das práticas institucionais em nosso país. Podemos considerar que eles convergem nas seguintes conclusões, mesmo que provisórias, de uma conjuntura: o desinteresse pela política; a pouca confiança nos políticos; o descrédito nas grandes transformações; alguma importância atribuída, ainda, ao voto; a despolarização generalizada no contexto da sociedade brasileira e que repercute diretamente entre os segmentos juvenis; a apatia, o distanciamento e a desconfiança entre o próprio grupo; a rejeição, e até aversão, quase generalizada sobre os assuntos políticos, quer de participação direta ou de caráter informativo; a crise da política afasta os jovens, o que os leva à busca do reconhecimento social por meio do consumo ou de ações voluntárias de ajuda social, um engajamento produzido “fora das cores da política”, visando nele sua integração e criando novos territórios de pertencimento (Keil, 2004, Abramo; Branco, 2005); um sentimento antipolítico existente na

juventude contemporânea, mesmo entre aqueles que estão expostos a experiências que envolvem a população, o que permite inferir que, apesar das organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, clubes de diversas naturezas), de acordo com processos internacionais, existe uma erosão das bases democráticas e políticas existentes na cultura política (Lucas, 2004, p.204); um descompromisso com as causas sociais mais amplas; o sentimento anticapitalista; a busca do grupo como elaborador das alternativas possíveis; as articulações e organizações autônomas e independentes da ordem constituída (Sousa, 1999, 2002, 2004, 2006).

As ações coletivas juvenis dos últimos anos indicam que a fragmentaridade e a descontinuidade são referentes importantes que estão compondo a cultura política e a formação da consciência social das novas gerações, e sinalizam formas de contestação de uma institucionalidade que não responde a expectativas dos jovens contemporâneos (Mellucci, 1997).

Assim como as pesquisas dos anos 1960 se debruçaram sobre a juventude e confirmaram a sua referência num projeto que problematizava o futuro, auxiliando-se de uma teoria da transformação social e da crítica histórica, a pesquisa social do presente vive a necessidade, e também a dificuldade, de relacionar-se multidisciplinarmente para compreender as formas que assumem a contestação e a recusa dos jovens que se insurgem contra as relações que transformam o indivíduo na negação de si próprio através da idéia de que cada um pertence a si mesmo, enquanto a coletividade manipulada é a própria negação do indivíduo (Horkheimer, 1976).

Se as pesquisas têm demonstrado a incipiência do envolvimento juvenil com as instituições de natureza política, certamente não será nesses espaços que encontraremos um “padrão” de referência da atuação juvenil, espaços que se revelem propositivos e orientados por uma teoria da ação. Ou seja, ou abrimos as perspectivas e o alcance de nosso campo de observação, ou, com grande probabilidade, podemos estar procurando o objeto do pensar e do fazer política para o jovem contemporâneo fora do lugar.

3. A juventude e as novas linguagens – ou o que há de político nas ações coletivas juvenis?

Ao procurar demarcar uma distinção necessária na qualificação do debate sobre o comportamento político dos jovens, é interessante distinguimos a compreensão do conceito de política na dimensão da

esfera institucional – onde ela (a política) se realiza, a partir de ações de interferência no âmbito do poder institucional, formal – daquele desenvolvido nos espaços da experiência social, que instaura outra dimensão da sociabilidade contestatória. Apesar de mais vago e até impreciso, esse conceito de política qualifica o elemento político da ação coletiva juvenil contemporânea, cuja tendência vem adquirindo contornos mais nitidos nos últimos anos através de *insurgências juvenis* indicadas em ações *contra o instituído*. Os jovens estão gestando novos modos de organização da vida cotidiana de negação institucional, novas formas sociais contra-institucionais de enfrentamento contra a ordem. A maleabilidade, a capacidade de mudança, a adaptação das expressões escolhidas como formas de recusa das instituições são atravessadas por experiências tênues de autogestão, questionamentos do princípio jurídico-político da ordem institucional que orienta a lógica do convívio social moderno (Lourau, 2000). A matéria da política parece estar orientada pela ação antiinstitucional, que se revela como uma luta contra a política como tecnologia e poder deslocada de sua disposição emancipatória.

As manifestações juvenis contemporâneas se qualificam como atividade política diferenciada daquela de que se ocupa a esfera institucional, com um sentido singular, não menos comprometida como instrumento de uma coletividade. Nas ações de uma parte dos jovens contestadores contemporâneos estará indicado o reavivamento do valor de uso da política, o reencontro da convicção sobre a ação, o exercício do discernimento? Nos jovens estará o reencontro da política na política, a expressão das aspirações cotidianas, do mundo do seu trabalho, do seu lazer, da sua sobrevivência, enfim? Sua forma de agir permite a interiorização subjetiva de questões e passaria a ser o próprio exercício da democracia como valor ético a orientar o comportamento dos indivíduos, como visão de mundo, dando sentido à afirmação de que tudo é política quando ela se cotidianiza?

É pertinente, então, tendo em vista a problematização da atuação política juvenil no quadro social atual, discutir o que há de político nos seus movimentos, ou onde é possível identificar a transferência do elemento político como “resposta humana” dos jovens, uma vez que a política, pensada apenas no universo da disputa, limita a sua expressão contestatória.

4. Em busca do elemento da política: notas para a compreensão dos gestos políticos contemporâneos

Os elementos que constituem o agir político na modernidade são uma pista para qualificarmos o debate sobre o que os jovens querem, o que pretendem e de que modo agem para mudar o mundo contemporâneo.

As perguntas sobre o sentido da política e a desconfiança em relação a ela, diz Arendt (1999), são muito antigas. São clássicas. Apreendida como necessidade imperiosa da vida humana, em cada período da vida em sociedade, o recurso de significar a política como algo "natural", como conduta de convívio humano, impede-nos de reconhecê-la como atributo de poder e exclusão, num espaço e tempo determinados. Como meio de possibilitar aos homens a liberdade, uma vida livre, ela sempre esteve subordinada a interesses – "ser livre e viver numa pólis eram, num certo sentido, a mesma e única coisa –, o que excluía, necessariamente, os que não podiam, à época, ser cidadãos" (Arendt, 1999, p. 50).

A modernidade apreendeu o conceito de política como uma atribuição profissional que ocorre no espaço institucional, como uma administração própria e que legitima a representação da cidadania nas chamadas sociedades democráticas. Desenvolvida na lógica da divisão social do trabalho, ela foi consagrada ao longo dos tempos como uma conquista pelo seu campo de conhecimento da sociedade e pelos seus efeitos práticos de proteção. Sua definição, como forma de atividade ou práxis humana, está estreitamente ligada ao conceito de poder – como meio de domínio entre os homens, fazendo do elemento político um ramo da administração no qual os indivíduos agem como autoridade e dinamizam instituições.²

² A compreensão do elemento específico do poder, para Bobbio (2000, p. 162-165), aparece quando se busca o critério de classificação das suas várias formas fundadas sobre os meios dos quais se serve o sujeito ativo da relação para condicionar o comportamento do sujeito passivo. Essas formas se explicitam no poder econômico – quando um sujeito econômico se vale da posse de certos bens necessários, ou de uma situação de escassez, para induzir aqueles que não possuem a ter uma determinada conduta. Assim é que a posse dos meios de produção, por exemplo, é uma fonte enorme de poder para quem lhe é proprietário. Igualmente, o poder ideológico, fundado nas idéias "formuladas de um determinado modo" em uma "determinada circunstância" e "difundidas por determinados meios", se exercido por uma pessoa investida de alguma autoridade, influencia a conduta dos outros. O poder político, por sua vez, fundado na posse de instrumentos através dos quais é exercida a força física, institui e mantém junto com as demais formas a sociedade desigual dividida entre ricos e pobres, sábios e ignorantes, fortes e fracos, superiores e inferiores.

A trajetória do conceito moderno de política vai resultar num saber técnico, no uso de instrumentos para a ampliação do poder associado ao surgimento da burguesia e da produção capitalista, fortalecendo-se nas relações de conteúdo que a coletividade desenvolve no estabelecimento dos estados territoriais, que adquirem diferentes formas políticas. “À medida que o princípio desse estado territorial ocupa tudo o que poderia ser política dos diferentes componentes da coletividade, a ação política se reduz às regras de conquista de poder e da manutenção do poder” (Negt; Kluge, 1999, p. 57).

A falta de medida dessas relações de conteúdo, nesses termos, resulta da ausência de preocupação com a comunidade, porque o elemento político, como ato livre, torna-se cativo de uma relação reduzida à troca. A política, que está ligada nos tempos recentes à idéia de liberdade, como lembra Arendt (1999), perde sua positividade quando os meios utilizados para proteger o seu espaço, ou mesmo para fundá-la ou ampliá-la, como a pressão e violência, passam a significá-la, quando são na realidade “fenômenos marginais” pertencentes ao fenômeno da coisa política, mas “não são ela” (Arendt, 1999, p. 61).

A possibilidade da ressignificação do sentido da política na recuperação do seu “valor de uso” só pode ocorrer quando apontar além dos limites técnicos a que ela se reduziu e esclareça o lugar social para onde ela tem se transferido. Essa recuperação implica, por um lado, dar vida à sua “matéria-prima” que está presente em alguma coisa oculta, esporádica, passiva, cotidiana, numa constelação de sentimentos cotidianos que conseguem ter expressão política pública, numa relação que começa a ter uma duração ou a engendrar um processo produtivo de reafirmação de uma vontade própria. Assim, o agir político em sua forma elementar não é o pólo oposto da intimidade ou da privacidade, nem tampouco da substância social encontrada ou daquilo que é excluído; ao contrário, tudo isso pode se politizar (Negt; Kluge, 1999).

As “matérias-primas” da política seriam, então, os sentimentos, os interesses, os protestos, ainda que essa seja uma idéia regulativa de emancipação social. Para os autores citados, ao associar a liberdade individual à força social associativa, forçamos a necessidade individual a se expressar na busca dos direitos, negando o isolamento e a sujeição ao elemento político no sentido tradicional:

[...] não basta ter necessidades. É preciso expressá-las verbalmente a fim de que a simples carência se transforme em direitos [...]. No dia-a-dia, os sentimentos, protestos e desejos podem assumir

intensidades muito elevadas, que também podem ser expressas e repetidas publicamente. Esses tons diferentes têm legitimidade, sobretudo, quando são baixos - baixos em relação ao coro de todas as outras vozes na coletividade, com os quais concorrem e com as quais precisam se unir. Trata-se de contribuições e de exigências fracas que partem de fontes individuais e entram na produção: partem das famílias, da produção industrial, do mundo da esfera pública. São fracas enquanto atos isolados, medidos pelo volume de uma circunstância administrativa, de um estado federativo, de toda a república, de uma capital [...] (Negt; Kluge, 1999, p. 54).

Podemos considerar que a história da sociedade moderna constituiu-se no afastamento entre as fontes do elemento político e os resultados da política, quando as energias foram ofuscadas ao longo da passagem para a política do Estado e se perderam nesse intercâmbio. Ou seja, as respostas políticas são respostas humanas, mas quando absorvidas pelas instituições, tradições do poder do Estado, *realpolitik*, são assaltadas no seu princípio de realidade, provando a inutilidade da política que não produz o durável, não produz a comunidade. Esses aspectos tornam-se visíveis quando organizações fortes surgem como um contrapoder, a partir de agregações de um segmento da população com o mesmo interesse, criadas fora das normas e contribuições do Estado, da sociedade civil "originalmente fraca", e estabelecem outras relações de medida, de contrapoder.

As institucionalidades que surgem daí indicam que a política deve ser refletida em relações de medida sob as quais ela se produz e os elementos, que fazem com que se estabeleçam, compõem, segundo Negt e Kluge (1999), a duração necessária, vontade própria e autonomia subjetiva que se unem para formar a coletividade, a capacidade de expressão e de discernimento que mantêm pública a experiência essencial da vida, a produção de liberdade.

Para os autores, que representam a segunda geração de pensadores da Escola de Frankfurt, é complexo o processo que transforma em elemento político o encontro e a sobreposição de linhas sociais, embora seja possível afirmar que ele se revela quando o seu valor de uso decorre da formação da comunidade, quando é um processo que serve à proteção dessa comunidade e incentiva suas possibilidades.

A maneira pela qual a ação política toma como medida a categoria *comunidade*, hoje, aparece nas demonstrações da vida prática que identificam o quanto ela subsumiu o seu valor de uso no seu valor de troca, e se realiza numa tecnologia eficaz, que procura e

acha talentos políticos não entre os que agem por convicção, e sim entre os peritos do ramo, os pragmáticos. Transformada em técnica, a política se orienta hoje para a obtenção exclusiva da estabilidade do domínio e a criação de instrumentos que auxiliem na ampliação de poderes (o de indivíduos ou de grupos).

4.1. A relação da palavra com a coisa

A modernidade criou um modelo de política cuja aprendizagem se baseia numa linguagem e numa ação que buscam o poder seja para a sua conquista, para sua manutenção ou sua divisão. É importante nesse debate a apreensão do fato de que, no decorrer dos últimos séculos modernos, o agir político, originado no sentido emancipador, firmou-se na tecnologia de ações e linguagens que se tornaram responsáveis pela perda da capacidade transformadora do elemento político.

Hoje, as palavras e os conceitos na discussão política estão sujeitos a se separar do seu significante; torna-se necessário restabelecer seus conteúdos semânticos cunhados historicamente, nos quais foram sedimentados a vontade própria, a coragem e os sofrimentos dos homens, como uma espécie de direito natural: “Hoje em dia, para surtirem efeito, as revoluções têm de se apoderar de conceitos, e não de funcionários dos telégrafos e de estações de trem” (Negt; Kluge, 1999, p. 63-64), ou seja, a linguagem política é um meio de expressão decisivo para a identidade de movimentos de emancipação, e os mecanismos de sua identificação estão na evidência da deturpação ou empobrecimento dos conceitos, no crescimento esmagador da realidade, na privação do reconhecimento público.

Portanto, a política perdeu seu elemento político, seu sentido emancipador, devido a um processo que superdimensiona a importância de certas questões que se medem pela tecnologia criada pelo *habitus* da vida moderna. Ou seja, perdeu-se o vínculo entre a política e a capacidade de discernimento – capacidade de distinguir entre uma prática que leva à emancipação, à organização racional da sociedade e à libertação individual, e outra que é indiferente a ela, quando muito a política profissional. Em síntese, para resgatar seu valor de uso, a política tem que fazer a reapropriação dos conceitos, transformar os significados, para transformar a vida e a linguagem, recuperar a sua dimensão pública para deixar de contribuir para a cristalização das estruturas sociais de privilégios.

Uma linguagem autenticamente política seria aquela que tirasse todo seu conteúdo semântico do movimento de emancipação das

necessidades e interesses das pessoas. Uma linguagem política não é uma substância de que os indivíduos, grupos e coletividades têm a posse e podem usar a seu bel prazer; ela se forma em meio à discussão, à disputa, à expropriação e à reapropriação [...] se a humanidade não formulasse frases, não precisaria de armas [...] (Negt; Kluge, 1999, p. 60).

Há que se considerar, portanto, o desgaste, a desvalorização dos conceitos, uma “luta pela linguagem política” na reapropriação do elemento da política – na relação da palavra com a coisa. Não basta rejeitar ou aceitar o seu significado, mas percebê-lo como expressão ou não do movimento que se processa na realidade. É preciso rejeitar a multiplicidade de sentidos, opiniões que se atribuem à palavra, para o aproveitamento do elemento político, ou seja, retomar-lhe o sentido dialético.

4.2. O “qüiproquó” do agir político atual

As questões sugeridas no debate aqui referido tratam, pois, da explicitação do valor de uso do agir político, que se incorporou num conceito de política no século XX que se provou inútil, não produziu o durável, não produziu a comunidade, serviu apenas a quem interessava. Na crítica da dispersão da “energia política” da natureza humana, aparecem elementos que, no nosso entendimento, dão indicações metodológicas para a investigação social sobre o caráter da ação política de grupos e movimentos, a partir do reconhecimento da precariedade das respostas para a solução das questões sociais, da democracia política e da emancipação individual, questões que mobilizam demandas amplas ou pontuais.

Um primeiro elemento seria a observação das possibilidades de autonomia dos sujeitos da ação e durabilidade das suas experiências no tempo, o que depende do grau de intensidade da politização de cada grupo. Um segundo seria a identificação das relações de medida na temporalidade do tipo de resposta política das ações coletivas que tomam como base o bem-estar da comunidade. O último seria a observação do elemento político contido nas linguagens presentes, nem sempre nítidas – por não estar articulado normativamente na ordem institucional. No caso da observação das experiências coletivas juvenis, significa a busca da transferência da política noutros espaços – noutras linguagens de expressão.

5. Juventude, consciência e participação

A experiência histórica testemunha a ação de muitos jovens para transformar o mundo, não nos autoriza a falar de uma juventude em geral e de uma natureza revolucionária que lhe seja intrínseca. Os números sobre o perfil do jovem brasileiro mostram que grande parte da juventude brasileira vive uma realidade que não faz da política seu objeto de expressão.

São jovens que não se expõem, ou seja, não tornam pública as suas insatisfações privadas. Como segmento social, são tratados, na esfera pública, como um “problema social”, deserdados da atenção do Estado, vítimas do caráter ensaístico das políticas públicas e, apesar de comporem um segmento significativo da população do país, não sentem o resultado da produção de riquezas na sua própria vida. A ausência das manifestações e debates das questões políticas e sociais na vida desses jovens pode ser atribuída muito mais à desinformação e a uma formação educativa precária. Expressam com a sua falta de objetivos coletivos o que mostram as pesquisas: são críticos ao individualismo, são contra o poder dominante, valorizam a família e a carreira como objetivos de vida; encaram a modernidade como avanço, são conservadores em assuntos da vida privada etc. Induzidos a viverem o presente e a se tornar parecidos entre si, sofrem como toda a sua geração a perda do sentido do mundo compartilhado, que é construído a partir de cada um para resultar em uma história comum (Arendt, 1995). Então, raramente agem ou se organizam com seus grupos de afinidade, e restringem suas atividades ao âmbito da vida privada, apesar de todo um esforço das organizações sindicais, movimentos sociais e partidos na sua politização (formando comitês jovens, núcleos de desempregados, entre outros). Em outras palavras, dificilmente assumem um compromisso coletivo, menos por limitação pessoal e mais pelo contexto que lhes educa sob um individualismo exacerbado.

Mas há muitos jovens organizados: tanto aqueles que apostam no alcance sistêmico da segurança e proteção social através das instituições modernas e das suas leis, como aqueles que agem para desmistificar uma dimensão estreita da cultura política e que reduz o conceito de participação política ignorando o gesto político além da visão parlamentar, da luta pelo poder político. São aqueles jovens que estão demonstrando, na procura da expressão coletiva, que a política, no sentido do seu valor de uso, não precisa ocorrer necessariamente no espaço institucional, parlamentar, nos aparelhos políticos, mas nas

aspirações cotidianas ligadas ao mundo do trabalho, do lazer, nas dificuldades do dia-a-dia como forma de ação cujo comportamento político se orienta pelo exercício de valores éticos.

O tratamento analítico do segmento juvenil focado desse modo vai além da própria juventude e refere-se à participação política contemporânea referida na atuação difusa, plural, socialmente desigual dos sujeitos políticos no cenário social.

No estudo das ações coletivas juvenis³, encontramos uma presença política nessa outra dimensão apontada, difusa, mas crescente, de jovens tanto no Brasil como em outros países da América Latina e da Europa. Nos estudos de caso que aqui serão apresentados, procuramos identificá-los sem intenção classificatória, mas visando entender seu comportamento no quadro da emergência da forma, mais aproximada ou distante, de uma nova sociabilidade política.

A classificação é, pois, muito provisória, porém serve de orientação sobre como os jovens estão conseguindo colocar em prática o entendimento de que a política pode tomar dimensões mais abrangentes. Estaremos distorcendo a realidade quando percebermos a incipiência do envolvimento institucional da juventude sem nos debruçar, ao mesmo tempo, sobre o fato de a sua presença chamar atenção tanto pela sua dispersão como pela sua contundência episódica.

Seria preciso, então, partirmos de outros pressupostos, ou seja, percebermos o que há de político no que os jovens fazem, pois hoje não se trata de identificar nas formas da política constituída o pensamento político dos jovens, mas, nas formas e expressões da cultura e da sociabilidade juvenis – portanto, materiais e simbólicas –, a sua concepção e o vínculo desejado como política.

Essa é uma inversão fundamental que nos coloca sob a mira de outros conceitos explicativos que embasem uma teoria crítica da sociabilidade juvenil. Esta última pode nos indicar para onde aponta a participação política da juventude contemporânea, tendo em vista a medida e o sentido que os jovens vêm atribuindo às suas experiências, num contexto de individualismo e indiferença coletiva, e, ainda,

³ Projeto "Ações Coletivas Juvenis, Formação Política e Processos Educativos" desenvolvido na Linha de Pesquisa "Sociabilidade Juvenil, Gênero e Educação", do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, que vem estudando a bibliografia contemporânea especializada sobre o assunto e coletando dados junto a movimentos de caráter cultural e político com participação de jovens ou protagonizados por eles.

elaborando o impacto das contradições sociais nas suas redes de sociabilidade e como as “devolvem” para o contexto, para a sociedade.

6. Os jovens contestadores do hip-hop. Celebração e crítica

Dos jovens que contestam, muitos estão atuando no campo da cultura. Estão presentes nos grupos estudantis universitários, pastorais, raciais, de interesses musicais e afinidades, nos bairros, nas comunidades, nas escolas secundárias. Mas é preciso distinguir o sentido da sua manifestação social, na medida em que provém de segmentos juvenis pertencentes a classes sociais distintas, muito embora haja uma proximidade ideológica e de estilo de vida entre elas. Os jovens dos setores populares urbanos a partir de meados de 1980 vêm identificando a territorialidade das periferias das cidades com uma cultura juvenil detentora de um pensamento social crítico e original.

Invertendo o protagonismo das ações que partiam do centro para a periferia social, em nome de uma perspectiva, instituída pela teoria, do sujeito histórico, as ações e manifestações desses jovens insurgentes nos bairros e comunidades surgem fora do controle centrista e territorial das organizações. Transitam do político ao cultural, alheias à tomada da estrutura do poder, numa multiplicidade de causas incorporadas em redes organizativas difusas e informais (Feixa, 2002).

O Movimento Hip-Hop é parte desse contexto como uma novidade desde a última década e tem modificado o comportamento político de uma geração de jovens da periferia dos grandes centros urbanos, num ritual misto de *celebração e crítica*.

Na junção de quatro formas de arte de rua – o *break* (dança), o grafite (pintura), o *rap* (ritmo e poesia) e o *disc jockey* –, o hip-hop brasileiro, que surge nos anos 1980, afirma-se como um campo identitário e de formação política dos agrupamentos juvenis da periferia que encontram na atuação cultural um espaço de denúncia e alternativa de contestação por melhores condições de vida de uma juventude nascida na periferia – a maioria tem sua origem social na classe trabalhadora e negra. Dá origem a um dos mais significativos movimentos de juventude desta última década, revelando um raio de influência além do universo simbólico da política.

Os saltos do *break*, o colorido gráfico de painéis de rua, a expressão performática de músicas cujas letras apontam, principalmente, o antagonismo das classes sociais e formulam valores de contestação, significam uma cultura de resistência que repercute

como base educativa para a politização de milhares de jovens. Esses jovens vivem a experiência de organização tanto autônoma como aquela que vem da tutela institucional proposta em trabalhos sociais de organizações não-governamentais (ONGs) e governamentais preocupados com o segmento juvenil e representam a voz da periferia dos grandes centros. Emergem da descoberta de que entrar na vida é descobrir que não se pode deixar de dar respostas, qualquer que sejam elas, ao fato de estarem situados numa cultura, num sexo, num sistema social (Lapassade, 1968)⁴, e se articulam para um projeto social para o futuro, numa sociedade que promete e exclui. O hip-hop foi um modo autêntico de os jovens encontrarem e cultivarem o elemento político expressando/denunciando que não basta falarem de suas necessidades, mas que estas, como carências, têm que se transformar em direitos.

O surgimento do movimento promoveu mudanças de comportamento, de hábitos de consumo, de padrões estéticos (a exemplo do estilo de vida de gangues juvenis dos subúrbios dos grandes centros da América do Norte), imprimindo uma ética particular e incentivando a mudança do princípio individualista em suas vidas para o sentido coletivo. O seu caráter político-educativo valoriza a raça negra, incentiva o aspecto reivindicatório por melhores condições de vida, numa movimentação visível do retorno do jovem como ator político – cria um território crítico de ação simbólica e cultural, descobrindo-se socialmente por meio da arte, produzindo uma identificação própria como sujeitos políticos. Dados de pesquisa revelam que o Movimento Hip-Hop não se esgota como manifestação cultural identificada com interesses políticos que o instrumentalizam, mas conferem um papel político à cultura que promovem. A cultura produzida por esse movimento parece conter um sentido mais ampliado, referindo-se ao elemento político que traduz o valor de uso como significado que os jovens tentam recuperar, no interior da relação social. Reside aí a afirmação da “natureza política” do movimento.

Desde o final da década de 1990, o Movimento Hip-Hop no Brasil vem provocando o interesse de estudos das Ciências Sociais como movimento social (Andrade, 1999), bem como dimensionando suas

⁴ O autor, presente no debate da Sociologia da Juventude, no final da década de 1970, questiona as noções de “desvio e delinquência” das abordagens funcionalistas sobre a falta de proposições do comportamento juvenil do pós-guerra e seu caráter destruidor e inconsequente. Advoga a necessidade de um suporte explicativo psicossocial para a compreensão do fenômeno da “rebelião sem causa”, noção que deve ser matizada, no caso do hip-hop, no que se refere à dimensão explosiva da agressividade que exprime, também, os conflitos de maturação naqueles que estão em plena adolescência.

intervenções e militância política no espaço público diante do afastamento das ações institucionais efetivas do Estado para o segmento social juvenil. Tem sido apresentado e analisado nas diferentes dimensões que o caracterizam: como estilo dos grupos musicais de *rappers* integrados a um movimento estético-político, construído no espaço das ruas, não se resumindo para os jovens a uma proposta estética, mas como uma arte engajada (Silva, 1999, p. 23); como um estilo musical que tem como objeto a denúncia das desigualdades e da discriminação (Guimarães, 1999, p. 47); como uma arte integrada ao lazer e à mobilização social, que se pretende formadora de opinião (Tella, 1999, p. 63); como um movimento social dos jovens excluídos, em sua maioria negra, em torno da “cultura hip-hop” (Andrade, 1999, p. 86); como um movimento que afirma a identidade do jovem de periferia, propõe a ação, o auto-aperfeiçoamento, a expressão e o autodidatismo – “uma utopia em meio a uma aridez sem precedentes no espírito mundial [...]” (Pimentel, 1999, p. 106).

Nossa incursão pelo Movimento Hip-Hop⁵ indicou uma trajetória de projetos e mudanças internas na sua organização, mostrando a confluência entre a sociabilidade política e a cultural na vida do jovem da periferia urbana.⁶

6.1. Garimpando a natureza política e a natureza educativa do hip-hop

Os *rappers* se compreendem como ativistas, apresentando o movimento como uma militância, e o seu produto como um objeto pedagógico. Cultivado entre uma geração que lê pouco, ou quase não lê, o disco é como um “livro que instrui” e a música, seu instrumento para educar. Uma retrospectiva histórica mostra que os objetivos do movimento, no início da década de 2000, apontavam para a construção de um movimento nacional surgido da realidade da rua e desenvolvido na rua, para aqueles que foram jogados nela. A sua criação “oficial” num show no Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo, identifica o marco divisor (Andrade, 1996) entre a velha e a nova tendência do hip-

⁵ Em dados coletados junto aos membros do movimento no Ceará, no final de 1999, 2002 e, novamente, no início de 2006.

⁶ O depoimento, em entrevista (dezembro de 1998), de Milton Salles, articulador da velha guarda do Movimento Hip-Hop e idealizador de diversos grupos de rap como o Racionais MC's, é contundente nesse sentido quando afirma que “a revolução pretendida tem como arma a palavra conduzida pela música, para ganhar a força do consumo da massa de jovens”.

hop nacional, consolidando o *rap* como voz da juventude da periferia e veículo das idéias que se espalharam para muitos pontos do país: Maranhão, Piauí, Ceará, Porto Alegre, Recife, Natal, ou seja, várias capitais mobilizadas, via notícias de jornal, grupos independentes organizados em cooperativas através da sua produção musical.⁷ Propunha-se, então, um trabalho para a autonomia dos artistas em relação à indústria musical, tomando como princípio sua desvinculação da imposição das grandes gravadoras e do monopólio do consumo musical de massa, visando a estratégia de manter na periferia a fonte da criação desses grupos musicais.

A formulação de um projeto próprio para o movimento, portanto, faz parte de um estágio da compreensão coletivo de questões da rede de discussão formada regional e nacionalmente, mas originada das condições de vida das juventudes das periferias urbanas. Seus militantes acentuam o caráter educativo do seu projeto político, levando em conta outras relações de medida que adicionam componentes simbólicos como elementos de contestação. Aqui a política pode ser extraída da absorção ou recusa de modelos de conduta na vida em grupo, alargando o campo de valores e transformando-se em comportamento político.⁸

Paradoxalmente, é discutindo a necessidade de sua organização que esses jovens estão organizados. Criando projetos e veiculando suas idéias por intermédio de rádios piratas, sobrevivem como podem, eventualmente financiados por ONGs ou mesmo projetos sociais de prefeituras, formando núcleos para discussões temáticas sobre a questão da mulher, da ecologia, da autogestão, do hip-hop como reprodutor de um padrão de consumo da indústria da cultura dominante, fazendo a crítica aos intelectuais ou ao poder público que os vêem como objeto.

⁷ O potencial educativo do hip-hop vem sendo observado pelos cientistas sociais desde o começo da década de 1990, quando um projeto da Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, "Rap... Pensando a Educação", que propunha uma série de palestras e debates em escolas públicas com a participação de grupos de *rap* dos bairros, alunos, professores e membros da comunidade, mostrou a capacidade de auto-reflexão dos jovens. Discutindo pautas comuns relacionadas à educação popular, à cultura musical da periferia, problemas sociais e raciais vividos pelos jovens da periferia, o "mundo da rua" adentra a escola, que se percebe alheia à realidade da cultura juvenil. O resultado foi a rematrícula de muitos jovens que haviam abandonado os estudos, por desinteresse ou dificuldades pessoais: "Os debates ajudaram os educadores a perceberem os problemas do sistema escolar tradicional, que são na verdade a causa do fenômeno: um currículo distante da realidade do aluno, pois não considera as dificuldades cotidianas por que passa o jovem da periferia, quase sempre negro e discriminado" (Pimentel, 1997, p. 55).

⁸ Z. e W., militantes do Movimento Cultura de Rua do Ceará - MCR, em entrevista de 1999.

6.2. A sociabilidade contestatória da cultura hip-hop

A experiência do Movimento Hip-Hop do Ceará, como projeto político, pode ser vista como exemplar na organização juvenil contestatória no campo da cultura, pois mostra as faces de um movimento de muitos movimentos, híbrido e bastante diferenciado nas diversas regiões do país.

O movimento, que começa a aparecer em meados dos anos 1980 de forma organizada, desde o início de 1990 reuniu meninos da periferia dos grandes centros urbanos tematizando sua ligação com o bairro e se manifestando no espaço público. Hoje, é mais nítida a existência de um segmento contestador e representativo em seu interior, que se diferencia daquele que se deixou absorver pela indústria cultural e foi divulgado pela indústria fonográfica como estilo e cultura jovem e até de contestação. Preocupado com a formação política dos jovens do movimento, combate a “tutela” do hip-hop pelo movimento estudantil, pelo movimento negro, a produção acadêmica sobre o tema e questionam a legitimidade para a elaboração teórica sobre a construção e significação do movimento. Essa conduta de autonomia resiste à aproximação descomprometida, com fins meramente instrumentais, do “assédio” da imprensa ao dos setores acadêmicos e dos órgãos públicos. Iniciativas autônomas e de autogestão procuram valorizar o grupo e para ele reverter o resultado social das suas criações e das suas experiências culturais e políticas, com programas de rádio, projetos com grupos locais ou de TV de rua, como o da cidade de Fortaleza.

Algumas experiências regionais têm demonstrado que os jovens *rappers* que integram, também, partidos políticos impulsionam o processo organizativo da prática coletiva e contribuem para o fortalecimento do discurso classista contextualizado na cultura *rapper*, como tendência dos setores pobres do Brasil e do mundo. As músicas são contra o “sistema social burguês”; sobre o caráter que o *rap* assume na “luta do povo pobre contra os ricos”; sobre a relação do hip-hop com o mercado de trabalho dos *bboys* cooptados pela fama e o dinheiro; sobre a concessão ao sistema capitalista e outros temas. Mas a relação com os partidos é controvertida, assim como as manifestações juvenis organizadas no espaço da política e no da cultura. Muitas vezes, o partido auxilia nos encaminhamentos do movimento, dá clareza sobre os mecanismos de aglutinação, orienta intervenções pontuais etc., mas também cria dificuldades junto ao

jovem, com sua linguagem hermética e conclusiva das questões.⁹ É exemplar a cisão do movimento em Fortaleza, no final da década de 1990, que contrapõe a ação espontânea do cotidiano da juventude da periferia à da assimilação de práticas organizativas de direção verticalizada e centralista, influenciadas pelos partidos que atuam no seu interior, principalmente no movimento estudantil. Essa diferença de entendimento entre práticas associativas interferiu sobremaneira na forma como o movimento se mantém atualmente e no caráter do envolvimento dos jovens em seu interior.

6.3. O dilema: grupo de estilo, grupo político

A identidade dos grupos no interior do hip-hop contestador parece oscilar, entre um dilema interno que revela contradições inerentes da natureza híbrida, entre um grupo político ou um grupo de estilo e cultura de juventude. Quando nos debruçamos sobre o ativismo social do movimento, percebe-se o seu alcance social: diferentes projetos junto à população jovem e pobre das periferias; intervenções educativas apontando para a importância da instrução, do conhecimento, do acesso à escola, da cultura; a arte sempre acompanhada de um discurso político e uma visão de mundo sem harmonia social e política; o estímulo à indignação com “as coisas erradas”, à solidariedade; a educação política do jovem na valorização do papel da escola, sob a idéia de que a sabedoria da rua não substitui a escola e tem a função de incentivar a reflexão; a cobrança das autoridades; contestação visual pela descontração nas formas de se vestir; intervenção nos espaços e fóruns políticos de discussão com a comunidade para inverter o seu controle social sobre o poder público.

Com um hiper-realismo (Silva, 1999) e a desilusão a respeito da possibilidade de extensão de suas vantagens, conforme as regras estabelecidas pela propriedade privada sobre a produção artística, os *rappers* absorvem os riscos da “concessão” ao mercado capitalista. Vêem a possibilidade de uma alternativa, quando esta se realiza sob os conteúdos de uma contracultura assumida, disciplinada e, conscientemente, alimentada pelos artistas nos moldes de um modelo socializante (falam em socialismo). Justificam, assim, a necessidade da

⁹ No final da década de 1990, dirigentes do movimento em São Paulo denunciaram em documento público a falta de compromisso do PT, através de um vereador de São Paulo (Vicente Cândido), em assumir despesas de um festival, conforme havia prometido, o que deixou o movimento com dívidas que tiveram de ser cobertas pelos próprios militantes (Relatório de promessas feitas pelo PT a M. Sales).

politização e do controle sobre o lucro de seus produtos culturais, enfrentando o afastamento do perigo da “cooptação pelo mercado”. O objetivo final é separar o hip-hop militante do hip-hop comercial.

Ao avaliarmos o percurso no seu conjunto, vemos que desde o início da década de 2000 o Movimento Hip-Hop formou uma geração que hoje é formadora, consegue dar a direção do processo na medida exata em que as condições permitem a sua visibilidade, usam-na e são usados. Processo irremediavelmente condicionado pelos programas culturais e sociais do país e uma política econômica definida nos pressupostos neoliberais - programas apoiados nas iniciativas de base, menos por considerá-las originárias de uma emancipação e mais como oportunidade de ter um “produto” pronto para tornar visível uma política de governo. O movimento conhece esse processo e não se ilude na trajetória, mas enfrenta as contradições que surgem dos seus diferentes entendimentos.

Esses aspectos levantados são importantes na medida em que a trajetória acompanhada do Movimento Hip-Hop do Brasil, num “lugar” de manifestação como o Ceará, revela exemplarmente a dinâmica de outros grupos, movimentos diferentes a partir da forma como suas direções/lideranças se encaminharam no processo prático de intervir na realidade da vida dos jovens.

Segundo a liderança do Movimento Cultura de Rua do Ceará – MCR, em depoimento de 2002, o alcance e a “organicidade local ou nacional” que tomou o movimento desde a década anterior “não mudou, evoluiu”. A dispersão de um projeto de hip-hop concebido como movimento social é superada pela idéia de um movimento que gesta sobre seus produtos (disco, roupas, bonés etc.) de forma autônoma e independente. A partir da organização dos bairros, das posses, em sistema de autogestão, tem-se a percepção de que a “reprodução sistêmica” continua ocorrendo do mesmo modo através da distribuição desigual da produção, na qual a gravadora é independente, mas continua reproduzindo a lógica de um contrato, o que faz os ativistas perguntarem até quando ignorarão que nada lhes pertence: as gravadoras, as roupas, os discos, os estúdios, as rádios, enfim, todas as suas conquistas e talentos são apropriados por outros e poucos são aqueles que estão construindo posições de força que possam ampliar e dar visibilidade de forma autônoma sem intermediários.

A diferença durante estes últimos anos se afirmou no entendimento de que a cultura hip-hop, enquanto cultura é uma forma de fazer política da juventude. A formação política ganha mais corpo no contato com outros movimentos de expressão, como o MST

(Movimento dos Sem-Terra), a crítica à centralidade do processo organizativo, a visão da *cultura enquanto política* e não a *política como algo externo* ao universo da cultura hip-hop, essencialmente juvenil e que impõe uma formação afastada do próprio hip-hop. Este foi um aspecto que motivou a cisão do movimento em Fortaleza no final de 1990, com a crítica da união do pessoal do *break* com o pessoal do movimento estudantil, concepção que se traduz na crítica de um discurso de formação afastado dos próprio jovens da periferia.

A busca da coerência entre a ação e o pensamento aparece forte com a assunção de novos temas no debate - mulher, ecologia, consumo sustentável, instrumentalização do Movimento Hip-Hop pelos partidos de esquerda. Quanto a este último aspecto, aparece a crítica de que, sob a política de inclusão social, estaria condicionando a juventude a fazer política por dinheiro na medida em que o movimento estaria sendo envolvido em projetos sociais que refletem uma ilusão do hip-hop, e acabaria atuando na lógica das ONGs. Internamente, condenam a incompatibilidade entre um projeto próprio de formação de militância no contexto de um projeto coletivo e a pulverização dos jovens do movimento em projetos sociais, cujo apelo é a garantia de uma renda, capital social que permitiria a inclusão em certos ambientes e setores sociais, mantendo, também, certo status social no interior da classe social de pertencimento sob a idéia do protagonismo, ou mesmo pertencimento a um projeto social.

Esse é na realidade um trabalho de "disputa", segundo os ativistas do movimento. Disputa pelos espaços de influência, disputa pela informação, disputa de corpos, no caso jovem a jovem, e também disputa política de direção ou tutela do movimento. São disputas que vão ficando muito claras na busca da unificação do movimento, para a formação da entidade nacional que represente o Movimento Hip-Hop brasileiro como um todo.

Diante dessas dificuldades todas, principalmente do "mercado", a opção que o Movimento Hip-Hop Cultura de Rua encontra para continuar mantendo seus princípios é apostar no local como fomentador da criação com programas de rádio comunitária, rádio universitária, projeção de grupos locais, gravações independentes, TVs de rua itinerantes em vários bairros, partindo para uma de rede nacional, num trabalho com jovens da base do movimento para formá-los politicamente. Também busca uma aproximação do cotidiano da periferia com iniciativas do movimento sem ingerência externa, utilizadas como "instrumento pedagógico". Aqui o movimento passa a ser um projeto de formação das pessoas, da individualidade

fortalecida, da resistência à carência e sua superação, não pela via do pensamento único “a serviço da acumulação”, como dizem seus representantes. Isso é possível? Eles tentam. Segundo as lideranças, os jovens não querem saber de MTV, de Globo, de sucesso, de nada. Eles só querem ver sua música gravada e o capitalismo não possibilita isso: “[...] qual a função da música? Ela não é mercadoria, não estamos fazendo CD só para vender [...]”¹⁰. As parcerias que o movimento tem, segundo seus membros, são dentro de alguns princípios para que não haja “contaminação”, uma vez que o dinheiro que financia as ONGs é, de certa forma, comprometido com o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional), o que impede uma maior aproximação.

A questão do financiamento dos projetos, se não é um determinante único, é por outro lado um fator importante para a sua efetivação. Para o movimento, a(s) resposta(s) ainda não está(ão) pronta(s), sendo parte das preocupações constantes dos ativistas que não querem se tornar reféns do “sistema”. Para tanto, procurou-se uma alternativa, uma “nova leitura” socioeconômica do povo da favela, “baseada no fato de que os jovens gastam um salário mínimo em gastos pessoais como roupa da moda, consomem os produtos da Coca-Cola, da Parmalat, da Nestlé”, o que revela o poder das indústrias, sua aproximação com o pobre como consumidor. Os ativistas consideram essa interpretação como um colonialismo que reforça a auto-imagem do jovem pobre como feio, ignorante, dependente e que não sabe pensar por conta própria, fixando representações que “foram incorporadas no processo histórico que escravizou o povo africano, subjogou as mulheres, assassinou índios etc.”, o que, segundo os entrevistados, não escapa à percepção do movimento. Querem resgatar essa identidade pela música, com regionalidade, mesmo que seja no contexto e referência de uma cultura juvenil globalizada, com formas de expressão comuns como, por exemplo, a idéia do *break*, do grafite.

Esta é uma discussão que se observa pela rede de relações entre os movimentos juvenis e que tem propiciado não apenas uma informação atualizada pelas novas tecnologias como a internet, a linguagem digital visual, mas a percepção política de que o processo de globalização está colocado como realidade, também, para o cotidiano do jovem, da elite, das classes médias e dos pobres da periferia urbana ou dos morros nos grandes centros urbanos industriais. Os conceitos que antes estavam restritos à discussão acadêmica explodem na vida da periferia, trazidos por jovens ávidos mais que de informação, mas

¹⁰ Z. em entrevista de 2002.

de explicações sobre si próprios e a sua condição e papel num contexto de profundas desigualdades e injustiças sociais, jovens que aparecem em quadros estatísticos como suas principais vítimas.

Viajantes interestaduais e internacionais, os jovens do Movimento Hip-Hop, principalmente aqueles que representam suas posses, comunidades, grupos musicais, são portadores do conhecimento de que o capitalismo é internacional e que, assim como o capital se globalizou, sua luta incorpora essa necessidade como forma de resistência. A luta étnica, de gênero e de classe exige uma releitura, não para ser negada, mas para ser organizada, atualizada, inter-relacionada, compreendida no contexto internacional. Essa luta é vista como condição para ganhar consequência e se colocar na radicalidade exigida pelo rompimento com uma racionalidade imposta e que não pode ser ingenuamente enfrentada, sob pena de servir ao oposto do que se propõe: a sua reprodução. O ponto é: esse segmento do Movimento Hip-Hop político não quer fazer um trabalho social para o jovem pobre, quer fazer militância política para uma mudança da condição social desse jovem.

Os programas institucionais, a instrumentalização imediatista, a criação de expectativas falsas junto à juventude pelos poderes constituídos – quer como governo, quer como entidades, como organizações não-governamentais e até movimentos sociais junto ao Movimento Hip-Hop – indicam ao pesquisador o sentido e o uso da juventude como metáfora, sem o compromisso político de uma intervenção junto a um segmento social em prontidão subjetiva para agarrar-se a uma possível futuridade.

O dilema é grande. De um lado, os amigos do movimento, os ideais que criaram os laços e, de outro, a proposta de engajamento e resultados compensadores individuais justificados numa suposta ideologia partilhada. O resultado chega individualmente e de forma incerta, porque fora do movimento não existe uma base coletiva que a sustente, a não ser como programa de um governo ou como projeto de uma ONG que têm verba e tempo datados. Assim, sem cuidado e sem a análise política da situação, lideranças são cooptadas, suas idéias, gestos, inteligência e conteúdos são instrumentalizados, utilizados como signos, marcas de uma realidade que precisa de argumentos para se manter na memória curta do mercado da indústria cultural. Por esse motivo, Z. é enfático:

[...] ou a gente constrói o movimento, ou o mercado vai sempre ficar utilizando [...]; como não cabe nele todo mundo, ele sempre vai ficar utilizando uns para dizer para os outros que é possível estar dentro. A

inclusão social não tem. Resgate da cidadania no capitalismo? Onde tem capitalismo não tem resgate da cidadania... tem cooptação [...] os meninos estão pichando os muros da cidade num projeto social e deixando eles lindos. Depois voltam para casa, na favela.

Em janeiro de 2006, estive junto com Z. num evento do projeto "Inéditos e Dispersos" promovido pela prefeitura municipal de Fortaleza. Ouvi com muita atenção o que ele dizia e confirmei minha impressão de estar diante de um intelectual sensível, um adulto que, quando jovem, se formou no Movimento Hip-Hop, e popular, assumindo-se como um educador. Ele estava lá para dizer que estava escrevendo, escrevendo muito. Uma escrita que saía da sua vida e da vida que observa com quem vive, com quem educa; uma escrita que sai na corrida de dizer que outros escrevem sobre eles e é preciso colocar-se como uma geração que nestes 30 anos teve um "buraco" de formação, não teve acesso aos livros, à literatura, mas aos produtos da indústria cultural ávida a formar, apenas, consumidores. Esses eram os principais motivos de existir um projeto que soubesse criar cartilhas com letras de *raps*, registrar experiências, contar histórias, fazer a memória daqueles que cantam, dançam, desenham, mas que são colocados como mudos por aqueles que não lhes querem ouvir, pelo que têm a dizer. Ele queria falar para a surdez social que o levava a um projeto que o fazia centrar-se na crítica do que denominou "hip hoplândia" como resultado do mercado em torno do hip-hop.¹¹ O *rap* como um dialeto construído nas ruas, onde a comunicação tem a eficácia do entendimento de um saber que tem uma identidade própria: "[...] não precisamos imitar os americanos porque [...] nós temos nosso James Brown - o Patativa de Assaré!". Dizia que, antes, os textos com conteúdos vinham falando para fora, para mostrar que sabiam pensar; agora viriam para dentro, porque já mostraram que sabiam pensar. A cada momento, um conteúdo que foi formando uma geração que teve a sua função: de pretos que já sabem que são pretos; o que era estima se transformou em estigma, e se tornou uma comunicação carismática; hoje mantêm a denúncia e conseguem aglutinar por serem mais visíveis. A história também deve ser contada.¹²

¹¹ Artigo de Z. publicado no site da Central Única das Favelas de Fortaleza - www.cufa.org.br "Hip Hopismo o cativo mental de uma geração".

¹² Essa perspectiva se traduz na imagem pública dessa liderança que tem entrada em diferentes setores sociais da cidade de Fortaleza. Em artigo publicado como colunista de um jornal da cidade, o ativista mantém seu espírito crítico e pedagógico e destaca sua

Desde 2004, o Movimento Hip-Hop está organizado nacionalmente, bem como as suas tendências políticas no espaço hip-hop nacional com formas de atuação aproximadas pela cultura hip-hop, mas distintas nos encaminhamentos políticos e perspectivas coletivas conforme suas tendências ideológicas e políticas. O seu detalhamento não é objeto de nossa reflexão, apenas a indicação de que o processo que se inicia em São Paulo com forte militância do *rappers* junto ao PT (Partido dos Trabalhadores), com as organizações e coletivos do sul (RS, SC), centro-oeste (MT), sudeste (SP, RJ), norte (MA, PI, RO) e nordeste (BA, CE, PE, AL), no início dos anos 2000 passa a definir-se com mais nitidez no cenário organizativo da cultura hip-hop, diante da possibilidade de espaços criados institucionalmente no contexto de afirmação da democracia representativa.¹³

7. Os jovens contestadores independentes, autonomistas e anarquistas

Os jovens independentes têm visibilidade política por fazerem parte de coletivos que atuam nos movimentos sociais e que lutam por questões variadas, desde as relações políticas nacionais e internacionais até as ecológicas. São jovens que atendem ao chamado de grupos de ação direta, grupos independentes ligados a entidades estudantis, coletivos anarquistas, socialistas, marxistas que acreditam numa sociedade sem classes, mas num socialismo não ditatorial,

personalidade na clareza da análise da situação da juventude ligada ao hip-hop, insiste nos riscos da falta de uma postura política no exercício de sua arte, que deve ser utilizada como um caminho para a liberdade e não um isolamento e distinção cultural. Todo cuidado com o atropelamento da realidade é a mensagem do seu texto (*Hip Hopismo, o cativo mental de uma geração*, 27/out./2006), e na afirmação do hip-hop como uma prática política de militância cultural ou uma cultura que se afirma numa militância política, com a consciência de que não é única no universo das manifestações culturais que têm espaço na periferia do Brasil, agrega outras subculturas e não se contenta com a arte em si.

¹³ No que diz respeito ao nosso campo de investigação do Movimento Hip-Hop, em Fortaleza, pode-se afirmar a grande influência que as lideranças entrevistadas exercem no cenário nacional, com acentuada presença do coordenador, na ocasião das entrevistas, do Movimento Cultura de Rua (MCR) – que em 2005 integrou-se à Central Única de Favelas (Cufa) – em parceria com MV Bill, seu fundador, e que vem realizando um trabalho intenso junto aos jovens através dos projetos dessa iniciativa nacional como representante no Ceará. Apresenta-se, também, como membro do Conselho de Leitores do jornal *O Povo*, de Fortaleza, onde escreve artigos. É, também, suplente do movimento no Conselho Nacional da Juventude. A liderança de maior destaque no período investigado, representante do MH20-CE, Movimento Hip-Hop Organizado do Ceará, ainda continua à frente do movimento como seu coordenador institucional, apresentando-se como Fellow da Rede de Empreendedores Sociais da Ashoka, organização não-governamental internacional que atua no Brasil e promove projetos na linha do empreendedorismo social.

autonomistas de várias tendências, estudantes geralmente não vinculados a siglas partidárias. Ambientalistas, sindicalistas, religiosos progressistas, cada qual com seu motivo de protesto também, ecologistas radicais que aderem em grupo ou individualmente à ação direta como simpatizantes de causas específicas e que não pretendem se identificar com nenhuma tendência política, mas estão presentes em manifestações coletivas de caráter ideológico contra a ordem social.

Diferenciados entre os demais e entre si, esses grupos atuam em rede, são críticos à ação política tradicional e buscam novas formas e espaços de intervenção para contestar a globalização do capital. Pensam globalmente, porém atuam localizadamente. No seu ideário não há a preocupação de se tornarem um espaço organizado com identidade única, mas espaço de encontro que possibilite a atuação em rede de diferentes organizações, grupos, pessoas individuais que tenham pontos mínimos de concordância, conforme a compreensão sobre a emancipação social. Manifestam-se nas datas escolhidas para mobilizações de ações globais como resposta às questões da ordem mundial, como, por exemplo, até início de 2002, as organizadas contra a Área Livre de Comércio entre as Américas (Alca) e aquelas que, desde 1997, no México, seguiram-se como ações de resistência global em Washington, Seattle, Praga, Nice, Davos, Quebec e em Gênova, quando insurgem-se contra os acordos de cúpula internacional do G8¹⁴.

A adesão a ações diretas é um ponto comum entre esses grupos, que as justificam como ação alternativa, como forma possível de manifestação quando outras formas se esgotam, quando os direitos sociais e legais são restringidos pela mercantilização da vida. Daí a necessidade da insurgência como contraponto à naturalização das relações impostas pela economia globalizada, para deslegitimar a instituição, para deslegitimar o capital financeiro representando banqueiros e capitalistas multinacionais através das grandes instituições como a Alca, Banco Mundial, FMI etc. Esses jovens elegeram a ação direta como uma maneira de recusar a violência da força do sistema capitalista globalizado, como modelo de atuação contra o modelo marxista-leninista de organização, a partir da compreensão de que o mundo está num momento de mudança profunda e que a política está sob um novo ciclo. Além da adesão à ação direta, outros pontos unem esses ativistas: a criatividade e a autonomia, que, articuladas, promovem a liberdade e a independência

¹⁴ Reunião dos dirigentes dos sete países mais ricos do mundo mais a Rússia.

de cada sujeito agir e decidir sobre sua ação. Todos esses grupos¹⁵, alguns criados por muitos jovens autônomos ou integrados por eles, organizam-se horizontalmente, questionam a hierarquia, criticam as formas tradicionais de organização política consideradas a serviço das elites de dirigentes políticos, sindicalistas, parlamentares. A horizontalidade é proposta como vínculo com a democracia direta, formação da consciência e da ação autônoma. A afinidade com o socialismo autogestionário pode ser identificada no engajamento em que ninguém se submete a qualquer autoridade ou a algum órgão de direção: os indivíduos estão juntos por partilharem de idéias que os levam ao ativismo de protesto. Assim, individualmente ou em algum grupo de afinidade, os jovens se juntam numa espécie de rebelião aberta, mutante, definida e preparada coletivamente.

A novidade dessa forma e concepção da política, inaugurada em meados de 1990, originou-se nos chamados Dias de Ação Direta, que foram organizados com fins de protesto, ocupação do espaço público, bloqueio de algum evento ou acontecimento etc. no período. A apropriação do espaço público inspirava-se numa observação sistêmica da natureza, estendendo-se numa rede composta de relações

¹⁵ Para uma idéia mais precisa sobre o crescimento desses grupos no Brasil e no mundo, segue abaixo uma relação elaborada por Luciano Pereira, da Ação Local por Justiça Global, divulgada pela internet, dos diferentes grupos anticapitalistas, de desobediência civil, de protestos de rua, de coalizão de esquerdas independentes, e outros que se formaram no final dos anos 1990 e no início do milênio. A ela acrescentei algumas poucas informações durante o processo de pesquisa, sem a pretensão de considerá-la completa e alertando para o fato de que alguns outros já surgiram e outros deixaram de existir. EZLN (Ejército Zapatista de Liberación Nacional) - México: grupo armado que tomou várias cidades no sul do México, no estado de Chiapas, em 1994, e sua luta e os textos de um de seus líderes, o subcomandante insurgente Marcos, são inspiração para diversos grupos anticapitalistas do mundo: "Nós somos um exército de sonhadores, é por isso que somos invencíveis"; Juventudes Libertárias - Bolívia: coletivo anarquista; COPNFEUNASSC-CNC (Confederación Única de Afiliados al Seguro Social Campesino, Coordinadora Nacional Campesino) - Equador; Reclaim the Streets - Inglaterra; Earth First! - EUA e Inglaterra; Direct Action Network - EUA; Ya Basta! - Itália; Tute Bianche - Itália; Arm the Spirit - Canadá; Sans Titre - França; Krisis - Alemanha; Primavera de Praga-S26 - Argentina; Coletivo Contra Corrente: Fortaleza - Ceará; Coletivo Alternativa Verde - Baixada Santista em São Paulo; ANA (Agência de Notícias Anarquista) - Ação Local por Justiça Global - São Paulo; Grupo de Ação Social e Ambiental (GASA) - Iúna no Espírito Santo; Resistência Popular - São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Goiás; Posse Força Ativa - Tiradentes - São Paulo; Coletivo Ruptura - Rio de Janeiro; Comitê Avante Zapatista - São Paulo; Comitê Mumia Abu-Jamal - São Paulo; Centro de Cultura Social - São Paulo; Movimento Passe Livre - São Paulo, Florianópolis, Curitiba, Aracaju, Fortaleza, Belo Horizonte, Joinville, Blumenau, Criciúma, Salvador, Brasília, Santos, Grande ABC Paulista, entre outras cidades do Brasil; Grupos Anti-Globalização - principalmente na Europa; ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão) - originado na França, 50 Years Is Enough; Global Exchange - EUA; Bank Watch - rede de ONGs da Europa Central e Oriental que fiscaliza a atividade das instituições financeiras.

descentralizadas, ligadas na maioria das vezes pela internet, para além das conexões intergrupos, como parte de um sistema de conexões. Segundo Klein (2002), a noção de “eixos e raios” define bem o modelo adotado como tática dos protestos globalizados e que permite a existência da “coalizão das coalizões”. Os raios, diferenciados pela natureza de cada protesto presente em cada manifestação, permitem a expressão de uma visão de recusa, mantendo a alteridade. A idéia central era criar um movimento que envolvesse a todos e permitisse um coletivo que fosse a *expressão e resultado* de uma *conjunção de interesses diversos*, uma exigência dos protestos contemporâneos.

Dedos entrelaçados substituem a tradição dos 200 anos de *punho fechado*¹⁶ para essa nova geração de jovens contestadores. A ação direta, a abertura à mudança, a não rigidez da sua estruturação em grupo, a disposição de admitir erros e aprender com eles marca seu comportamento político. A analogia do movimento com um ecossistema – algo que sempre está mudando e vivendo a sua própria diversidade – , segundo seus porta-vozes, revela seus princípios orientadores: a *diversidade*, que faz com que não seja permanente: morra e renasça sob nova forma conforme as circunstâncias; a *descentralização*, porque não há um centro irradiador de algum princípio único, mas uma *conexão de vários pontos* diferentes entre si; a *interdependência*, que cria a necessidade e a dependência entre as partes do movimento que têm relação com o local, mas conectado com o global; a *interconexão* do particular com o universal, ou seja, os movimentos localizados estão conectados com o global. Decide-se sempre numa *cadeia horizontal de decisão*, a exemplo do processo que ocorreu nos dias de Ação Global em Praga: num círculo que se ampliava em forma de raio, cada grupo de afinidade se enfileirava atrás de um porta-voz, escolhido como seu representante e que levava para o centro do raio as decisões tomadas pela haste/feixe do raio, que é pequeno, coletivo. As decisões são o resultado de uma convergência que não tem centralidades, mas extensões que influenciam para os resultados, das bordas para o centro, do centro para as bordas.

Os grupos discutiam práticas comuns, intercambiavam experiências, sem a intermediação de qualquer organização oficial. A organização desses grupos durante os dias internacionais de protesto global formou um “conjunto pluricelular” que, através de reuniões diárias, discutiam as atividades operacionais e administrativas

¹⁶ Depoimento de John Jordan ativista do movimento, em palestra no Acampamento da Juventude no II Forum Social Mundial, 31/jan. a 5/fev./2002, Porto Alegre.

relacionadas aos eventos, escolhiam alojamento, abastecimento, consultas jurídicas, tipos de ações, intercâmbio de informações. Seleccionavam os lugares onde realizariam certas atividades com as quais concordavam e decidiam por unanimidade; os ativistas mais extremistas podiam optar por fazer o que lhes aprouvesse.¹⁷ Considerado como um ícone da pós-modernidade, *esse movimento dos movimentos*, de ação no plano simbólico, influenciou ideologicamente e teve repercussão em várias partes do mundo cosmopolita.

No Brasil, do final da década de 1990, esses grupos começam a ter visibilidade em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e seguem uma orientação difusa, mas partilhada com os interesses globalistas dos grupos internacionais. Deles participam jovens, geralmente provindos da classe média, alguns de tendências mais à esquerda dos partidos da esquerda tradicional. Familiarizados com a "idéia" da resistência global, em contato com grupos articuladores do Fórum Social Mundial, como o Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão - ATTAC, que conseguiu agregar um núcleo jovem. Outros provêm de grupos punks, anarcopunks, anarquistas, comunistas e socialistas independentes e aqueles que não se definem ideologicamente, recusando qualquer rótulo.

Dentro dessa perspectiva organizativa sem fixidez, esses jovens na organização das ações de protesto procuram expressar o mundo que estão pretendendo criar no futuro, dentro do princípio de que os objetivos e os modos de organizar um movimento não devem ser diferentes, mas relacionados. O ânimo da participação parece recompor, nesses limites, a política no seu valor de uso, num presente que se revoluciona como um cotidiano rebelde, não repetitivo e com perspectivas.

Centenas de jovens estão presentes nos movimentos ou coletivos organizados de caráter globalista (sem ser necessariamente organizações), os quais podem ou não ter alguma ligação com uma coalizão internacional da Ação Global dos Povos - AGP, por exemplo, criada na emergência do grande movimento de resistência ou contra a hegemonia que vem se configurando através de todos esses grupos e coletivos.

Embora não se possa generalizar o manifesto da AGP como fundador desse novo ideário, é possível tomá-lo como uma das medidas

¹⁷ Segundo análise da jornalista M. Mergier, no artigo *El Movimiento Globalifóbico*. Veiculado na íntegra no site do Centro de Mídia Independente www.midiaindependente.org, acessado em janeiro de 2002.

das novas narrativas políticas que conduziram milhares de jovens às manifestações de rua em cidades onde estão instalados os centros financeiros do grande capital, do Brasil e do mundo. A AGP é o espaço de encontro entre vários movimentos sociais, onde cada um a seu modo combate a "destruição da humanidade e do planeta, a exploração e alienação do homem pelo sistema de produção (e consumo) de mercadorias" (Manifesto AGP), sem ser a única iniciativa globalizada que centraliza as insurgências contra o grande capital.

A AGP nasceu em Barcelona, em 1997, quando reuniu entre 3 mil a 4 mil pessoas de 50 países no II Encontro Intergaláctico pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Muitas daquelas pessoas já haviam estado juntas um ano antes no I Encontro promovido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em Chiapas (México). Esse foi o início de um longo calendário que se seguiu até 2001, quando muitas organizações e movimentos se articularam e deram impulso a manifestações anticapitalistas. Fruto da ordem tecnológica imposta pelo globalismo atual, os jovens desses movimentos utilizam os recursos da indústria cultural e tecnológica para se articular e alimentar a rede movimentalista. Comunicam-se e coordenam-se via internet, consolidando laços, conhecimentos entre si e recrutando novos adeptos. As listas de discussão têm permitido dimensionar a informação, a organização, o esclarecimento das ações e, principalmente, o debate dos diferentes pontos entre cada um dos membros da rede. Isso tem feito com que os manifestantes estejam cada vez mais informados com relação às causas que defendem e atualizados com os métodos de que dispõem para o enfrentamento da ordem institucional e seu braço armado. Propõem-se a não agir com violência, mas não negam que ela seja necessária, muitas vezes como defesa, sendo esse debate constante entre ativistas, principalmente entre os latino-americanos, que sofrem ainda com a ação antipedagógica da estrutura das polícias repressivas herdadas dos ex-governos ditatoriais, como no Brasil¹⁸. Por meio dessas ações percebe-se que a política institucional se habilita na criminalização dos atuais movimentos de ação global e direta, para afirmar o monopólio do Estado na neutralização das ações contra a ordem instituída. A vigilância e a disciplinarização das organizações se repetem no presente com a mesma linguagem repressiva do passado.

¹⁸ A repressão explícita aos jovens ativistas autônomos em São Paulo, durante as manifestações contra a reunião do G8 em abril de 2001, evidenciou a preocupação da política institucional com as novas articulações expressas nos movimentos de ação direta que vêm surgindo também nas grandes capitais brasileiras na América Latina.

As observações das últimas experiências de manifestações antiglobalização estão confirmando uma verdadeira tecnologia do protesto global que se contrapõe à criminalização dos movimentos globais emergentes, o que não implica a formação de um aparato instrumental para isso. O *Tutte Bianche*, por exemplo, movimento organizado de ação direta não violenta que surgiu na Itália, herdeiro da tradição autonomista dos anos 1970, simbolizou por um momento a *desobediência civil* na Itália, criando uma tecnologia corporal para enfrentamento do aparato repressivo dos *carabinieri*, tática já assimilada por outros grupos de ativistas. Para esse grupo, a não violência foi um recurso ao princípio de vigilância, controle do aparato das polícias que protegem o Estado capitalista “numa oposição direta à lei e à política de justiça que decretam realidades injustas”¹⁹. Equipes de suporte das manifestações usam telefones celulares que permitem orientar a mobilidade dos ativistas nas ruas, levam panos mergulhados em vinagre para se proteger do gás lacrimogêneo, usam barras de ferro largas e longas para dar pulos e tubos de PVC para levantar barricadas impossíveis de destruir, formam carreiras humanas firmes difíceis de se desfazer.

Um outro princípio que orienta a agenda política dos jovens desses grupos ativistas, que vem alimentando a sua ação por convicção e acompanha o ideário da esquerda organizada, é o *anticapitalismo*. A partir da consideração de que o capitalismo humanizado não conseguirá perder sua face de opressão, alienação e exclusão, esses grupos questionam o sistema capitalista pela sua raiz, o seu objetivo supremo de maximizar o lucro, explorar homens e mulheres, destruir aceleradamente a natureza na sua lógica de funcionamento e aprofundar a desumanização quando impõe o comércio e o lucro como valores maiores da sociedade. O *internacionalismo*, tradição do movimento dos trabalhadores e do movimento revolucionário originário do século XIX, é outro elemento importante da pauta de ação desses jovens: enquanto o capital atravessa fronteiras, livre e impunemente, em busca de maiores lucros, os povos oprimidos não podem permanecer fechados nas suas fronteiras.

O atual internacionalismo, marcado pela diferença de práticas e teorias colocadas num mesmo campo de negação das relações sociais capitalistas, é herdeiro das lutas da classe trabalhadora nas brigadas internacionais, das Internacionais, na atuação dos jovens trabalhadores

¹⁹ Luca Casarini, um dos representantes dos grupos em entrevista a M. Bergel, Gênova, 20/jul./2001.

em solidariedade a muitos episódios históricos importantes como, lembra Michel Löwy (2001), a revolução espanhola, a cubana, o Maio de 1968, a luta contra a guerra do Vietnã. Neles, os jovens estiveram presentes e sempre ajudaram a construir novas realidades. As lutas globais seriam, então, o início de um caminho promissor que pode reverter um ciclo de derrotas populares em uma resistência vitoriosa com a palavra de ordem consigna de que ela “seja tão global quanto o capital”.

7.1 Na França, no Brasil... De que amanhã estamos falando?

Um exemplo vivo das contestações dos jovens contemporâneos contra as políticas institucionais das gerações mais velhas se faz presente nas manifestações políticas tanto na Europa como na América Latina. Mostrando-se como agente revitalizador (Mannheim, 1972) das relações sociais, jovens franceses e brasileiros revelam-se, em meados da década de 2000, contemporâneos da nova cultura política que emergiu com a entrada no novo século.

Refiro-me às grandes manifestações em março de 2006 dos estudantes franceses contra a lei trabalhista de orientação econômica neoliberal, que prevê contratações de jovens de 18 a 26 anos, sem garantias de direitos, por meio de recursos como estágios de experiência e demissões imprevistas, o que atinge uma grande massa que reúne jovens desempregados, descendentes de imigrantes, dos bairros pobres e das classes médias com descontentamentos comuns. E, também, às grandes mobilizações de estudantes brasileiros contra o sistema de transporte público, que reuniu em 2004 e 2005 milhares de jovens nas ruas de várias capitais e cidades pressionando as prefeituras municipais contra o reajuste ou o valor das passagens de ônibus, num movimento pelo passe livre, mobilização iniciada com pioneirismo em Salvador (BA) e Florianópolis (SC).

Ambas as mobilizações conciliaram adesão, radicalidade e organização política. Na França radicalizada houve “[...] a rejeição de toda e qualquer recuperação política, mesmo aquela que preconiza a decapitada esquerda francesa [...], rejeição em bloco sem precedentes dos regimes de esquerda ou direita [...] com avanço nas suas reivindicações e formas de organização” (Machado Pinto, 2006, p. 4). No Brasil, o movimento diferenciou-se “[...] com processo decisório horizontalizado e consciência social que se desdobrou com o envolvimento e simpatia crescente da população pelo movimento, negociação e articulação das forças democráticas institucionais”

(Liberato, 2005, p. 29). Vivendo a sua juventude perto dos problemas atuais (Mannheim, 1982), vivem a sua "modernidade", fruto de seus "contatos potencialmente originais", e pelo fato de estarem, dramaticamente, conscientes de um processo de desestabilização, cujos resultados não são tão fáceis de prever.

Dessa forma, ainda que essa juventude política esteja tomada pela resolução dos problemas do presente, coloca-se também a negação da institucionalidade que deu origem a seus problemas, no caso a recusa dos valores, formas e certezas das gerações mais velhas que, por tudo isso, se agarra à reorientação que foi o drama de sua juventude (Mannheim, 1982).

Nessas manifestações, os jovens estão a indicar que as instituições democráticas não são mais o espaço de participação das pessoas, mas existem para o controle político delas. E denunciam que, juntos, os programas focalizados, que instituem os direitos como benefício público, estão longe de realizar a democracia, porque impõem um limite ao pensamento daqueles que se supõem seus beneficiários.

Sem a pretensão de equalizar o nível das manifestações que guardam suas especificidades, mas com a intenção de estabelecer uma visão aproximativa dos pontos comuns, pode-se dizer que ambos os movimentos se colocam fora da lógica institucional e geracional: (1) seus membros dialogam com representantes institucionais via partidos ou outras entidades, mas não estão envolvidos com eles; (2) recorrem às instâncias de poderes (executivo, legislativo e judiciário), mas não se limitam à obediência a eles, como pode ser testemunhado nos episódios de negociações de ambos os movimentos; (3) se apropriaram da cidade a seu modo, e ganharam a adesão do conjunto da população que vê na juventude a expressão de suas insatisfações; (4) manifestam que as questões pelas quais estão lutando não são de exclusividade do seu grupo social, mas do conjunto da população.

O que parece se evidenciar nessa movimentação dos jovens contemporâneos é um quadro que questiona as políticas sociais em relação aos problemas que lhes dizem respeito diretamente, mesmo que sejam relacionados, também, à sociedade no seu conjunto, como crítica à estrutura de poder que elabora as próprias políticas.

A leitura geracional que as juventudes brasileira e francesa fizeram do cenário urbano, expressa na revolta contra a distribuição dos recursos sociais, contra a política de emprego e contra a política de transporte coletivo, não se resume a elas como fenômeno instaurado. Com seus movimentos ousados, trouxeram à tona quanto a vida

funcional das pessoas na cidade é movida integradamente, quanto um simples equipamento urbano, por exemplo, facilita ou prejudica a realização de interesses e necessidades de cada cidadão e quanto é preciso localizar na críticas das novas gerações a perspectiva do futuro da sociedade.

Para os jovens, certamente, esse futuro não está na proteção ao capital, transformando-os numa mera mão-de-obra dispensável, ou tornando o transporte e outras condições de vida e acesso à cultura as mais lucrativas mercadorias. Segundo as palavras de um manifestante francês, os jovens querem uma lei “não para proteger o capital, mas a juventude”. Essa relação, quando mediada pelo Estado, o coloca em questão. Os jovens do Movimento Passe Livre, também, não querem um Estado protetor do transporte público como capital, como negócio para alguns, mas, sim, como direito para a juventude estudantil e os trabalhadores desempregados. O Estado no Brasil e na França, nesses termos, são distinções de um mesmo conceito, quando protegem o capital de uma geração possuidora de outra geração não possuidora.

O caráter imediato da bandeira do Movimento Passe Livre esteve na luta pela liberação da tarifa, que significaria dar acesso à escola para quem não tem condições de pagar o deslocamento até o local de estudo.²⁰ O ônibus foi colocado como fator de acesso à educação. A feição de insurgência das ações nos bairros e comunidades tomou características fora do controle territorial das organizações políticas institucionalizadas e transitou alheia à estrutura do poder, numa multiplicidade de iniciativas incorporadas por pequenas redes difusas e informais de organização. Nesse caso em análise, os jovens souberam fazer a síntese da insatisfação popular e mostraram como uma política social concebida no gabinete asséptico da burocracia transmuta-se na crítica de uma manifestação das ruas. A compreensão da institucionalidade da geração mais velha expressou-se na criminalização do movimento, no tratamento do jovem contestador como delinqüente.

No caso dos jovens franceses, a defesa do código do trabalho foi a forma de defender leis que garantam a igualdade social demonstrada

²⁰ Em Santa Catarina, há uma demanda grande pelo Ensino Médio, estimulada até mesmo pelo discurso governamental, que reconhece a escola como caminho para a realização pessoal. A realidade dos bairros na Grande Florianópolis mostra que muitos são os alunos que terminam o Ensino Fundamental e não têm dinheiro para cursar o Ensino Médio, pois a rede pública de ensino não cobre os bairros, não há uma descentralização da sua implantação (bem como de outros serviços como saúde e segurança), o que faz com que os estudantes tenham de se locomover no sentido bairro-centro/bairro-bairro.

como expectativa na unidade entre diferentes classes e segmentos sociais – os jovens da periferia e os jovens dos liceus que se manifestavam de formas diferentes, em que a irreverência e o protesto agressivo andavam juntos (Machado Pinto, 2006, p. 5). Segundo o autor, o que estava em questão entre eles era a mesma problemática, a do futuro.

Ao recusar os vínculos e métodos de ação políticos e culturais tradicionais, e ao recusarem conscientemente os pressupostos das políticas decorrentes de uma visão de sociedade que se coloca como certeza diante do mundo, os jovens brasileiros e franceses apontam elementos que mostram o baixo poder convocatório da política institucional herdada da cultura política de uma geração anterior.

Essa é uma questão que leva a pensar que as novas linguagens assumidas pelas novas gerações, no âmbito das manifestações de seus signos políticos, explicitam um conjunto qualitativo de simbologias visuais e lingüísticas muito diferente das gerações anteriores. Que, mesmo consideradas desdobramentos próprios de uma época em que o peso da tecnologia é grande, as contestações não podem ser explicadas em si mesmas. Pelo contrário, devem ser relacionadas como transformações de base material e histórica de uma sociedade que, constantemente, se reafirma sem considerar que os membros de qualquer uma das suas gerações apenas participam temporal e limitadamente dos fatos, em que a transmissão da cultura conta sempre com o surgimento de novos participantes no processo, que serão atores sobre uma realidade reinterpretada.

Portanto, o pensamento insubmisso dos jovens contemporâneos se faz presente menos como um atributo identitário de um grupo, e mais como resposta decorrente da experiência coletiva diante das questões e soluções sociais e geracionais colocadas – e que exigem respostas políticas a partir da sua geração.

O que temos diante dos exemplos recentes que mobilizam milhares de jovens na França contra as políticas neoliberais aplicadas sob a forma de desregulamentação e flexibilização dos contratos de trabalho, que mobilizam centenas de jovens no Brasil contra o sistema público de transporte em muitas capitais, é que os militantes dialogam com as autoridades, mas não colocam esse diálogo como o limite de suas ações e objetivos. Agem a partir da sua pauta política, que tem um sentido emancipatório. Outro aspecto que chama a atenção no caso dos jovens brasileiros, na forma de se articularem, é que procuram uma combinação entre formas organizativas num potencial de contestação a uma injustiça distributiva que não se politiza se não for

organizada numa linguagem, numa polifonia dialógica entre a organização e a população, no reconhecimento das suas necessidades sociais como necessidades políticas. Portanto, trata-se de entendermos esses movimentos juvenis no quadro de um *gesto revolucionário de uma geração* cujo horizonte não se limita ao das instituições. Essa tem sido a fonte e a novidade do seu poder político.

Considerações finais

Os grupos juvenis contestadores do novo século devem ser compreendidos como sujeitos políticos de uma geração de transição (Carminatti, 2006) que herdaram tanto a sociabilidade política do passado, que não se realiza mais como experiência do presente, como aquela adquirida na experiência possibilitada pela autonomia em avaliar o inventário cultural disponível pelas velhas gerações (Mannheim, 1982; Sousa, 2006), dando-lhe outros significados (Melluci, 1997; 1999).

A política hoje está na vida do jovem sob outras exigências. Para muitos deles, ela passa pela cidadania, pelo respeito, pela ética, pela luta contra a intolerância, pelo antidogmatismo, pela participação não excludente, mais ampliada, que inclua aqueles que não são necessariamente revolucionários. A partir das simbologias e ações decorrentes da natureza de cada valor assumido, os jovens de hoje buscam o reconhecimento de sua individualidade, o que equivale a afirmar que esperam que o coletivo incorpore a forma de ser de cada um. Na vida desses jovens, o grupo é uma referência para o seu reconhecimento. A dedicação aos projetos sociais como parte de sua vida dá sentido e atribui um papel social a sua juventude e ao imediatismo juvenil apaixonado. Com uma visão histórica ou uma percepção imediatista da atuação localizada e de horizonte indefinido, esses jovens são a expressão de sua época: não se submetem a verdades inabaláveis, nem a otimismo ou pessimismos destrutíveis. Dão as respostas possíveis dentro do contexto das minorias atuantes (Sousa, 1999; 2002).

Nesta última década, essas ações coletivas preservam um comportamento social de resistência e são outros os elementos que constroem suas relações participativas: a pluralidade, a distopia, as preocupações com as microrrelações e soluções localizadas, que, ainda, carregam a incógnita quanto aos horizontes que poderão alcançar. São os dados dos pesquisadores que se dedicam à observação

da prática democrática das novas gerações que dão materialidade a esses indicadores.

Assim como outros movimentos, o da juventude em suas organizações coletivas se ressentiu dos movimentos da realidade. Uma realidade de grandes dificuldades sociais de caráter étnico, classista e de representação política junto ao poder constituído desse segmento. Vivem sob uma cultura que os exclui a princípio. Portanto, a pesquisa, no nosso entendimento, fica mais complexa por ter de abordar, necessariamente, os aspectos mais amplos dos quais os jovens fazem parte como segmento social presente não apenas por um fator único (ou cultural, ou étnico, ou político), assim como por penetrar no universo das relações internas dos grupos. A história já demonstrou o potencial que significa uma vida juvenil atuante no conjunto das relações sociais. Hoje, a compreensão do elemento político está mediada pelas novas e velhas formas de fazer política, na busca de respostas sobre *quais as possibilidades emancipatórias presentes nas práticas que estão sendo levadas pelas novas gerações em cada espaço de atuação*. Tais indagações carregam uma questão de fundo que é a da educação política como vínculo entre a política e o discernimento. Valores de organizações hierarquizadas e centralistas não fazem mais a "cabeça" de muitos jovens, mas o modo de vida e, ainda, suas dificuldades classistas, matizadas pelas inúmeras demandas que colocam em questão a vida urbana, a forma do trabalho, a degradação ambiental etc. preponderam como as mais relevantes.

Os jovens, na última década, perceberam para onde aponta o pêndulo da participação e o seu questionamento da ordem instituída é o questionamento do valor da política moderna porque transformada no exercício da esperteza e do cinismo. Há uma tendência crescente ao descrédito em relação às instituições políticas e a capacidade de convencimento da democracia representativa no interior das instituições. Longe de uma formulação normativa, poderíamos sugerir, a partir dos dados que vimos coletando sobre o segmento juvenil, que a presença institucionalizada crítica dos jovens pode ser fundamental para a renovação institucional da sociedade. Isso, porém, só vai ocorrer se houver um questionamento interno sobre o que se quer dos jovens a partir da indagação sobre o que eles querem da sociedade. As instituições, porém, não contestam a sociedade, pelo contrário, afirmam-se nela, o que não lhes permite pensar o pensamento que a orienta. Seria possível, por exemplo, o partido político pretender formar revolucionários e admitir que nem todo revolucionário está dentro dele?

Em outras palavras, a reprodutibilidade do espaço público na ordem institucional coloca em questão a sua legitimidade quando os governos não dão conta dos desequilíbrios sociais e ambientais, as empresas não respeitam o consumidor, a imprensa não trata profissionalmente a informação, os educadores não se questionam sobre o que estão fazendo. O que esperar dos jovens nesse quadro nos diferentes espaços? Pelo menos que tenham o direito de tentar fazer um outro mundo. E aí está onde toda a dificuldade inicia. Quais as pessoas e instituições que estão de fato preparadas para ser questionadas, para aceitarem que o mundo muda? Essas questões não competem apenas aos jovens, embora aos poucos eles estejam assumindo tal questionamento, perguntando-se sobre o que estão fazendo para transformar as coisas.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira. Análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005
- ANDRADE, Elaine Nunes. Hip Hop: movimento negro juvenil. In: ANDRADE, Elaine Nunes. *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999, p. 73-81.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. São Paulo. *Revista Tempo Social*, vol.17, n.2, nov. 2005, p.1-4.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- _____. *O que é política? - Fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz*. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política - a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. São Paulo: Vozes, 1998.
- DIÓGENS, Glória. *Cartografias da cultura e da violência - gangues, galeras e Movimento Hip-Hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.
- FEIXA, Carlos et Alii. *Movimientos juveniles de la globalización - a la antiglobalización*. Barcelona: Ariel, 2002.

- FERRER, Christian (org). **El lenguaje libertário: antología del pensamiento anarquista contemporáneo**. Buenos Aires: Grupo Editorial Altamira, 1999.
- GROPPO, Luís Antonio. **Juventude - ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- _____. **Uma onda mundial de revoltas**. Piracicaba: Unimep, 2005.
- GUIMARÃES, Maria Eduardo Araujo. Rap: transpondo as fronteiras da periferia. In: ANDRADE, Elaine Nunes. **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Selo Negro, 1999, p. 39-54.
- HELLER, Agnes; FEHÉR, Ferenc. O pêndulo da modernidade. **Tempo Social**, v. 6, n. 1-2, p. 47-82, 1994.
- HORKHEIMER, Max. **O eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- ISLAS, José Antonio Pérez. Integrados, mobilizados, excluídos. Políticas de juventud en América Latina. In: FEIXA, Carlos et alii. **Movimientos juveniles en América Latina**. Barcelona: Ariel, 2002, p.123-48.
- KEIL, I. M. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na *polis*? In: BAQUERO, M. (org.) **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004, p. 17-48.
- KLEIN, Naomi. **Sem logo - a tirania das marcas em um planeta vendido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- LAPASSADE, George. Os rebeldes sem causa. In: BRITO, Sulamita. **Sociologia da Juventude III - a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 113-123.
- LIBERATO, L. V. Maia. Pouco além do consumo: um breve exercício teórico sobre o anticapitalismo contemporâneo. Mimeo, Workshop, PPGSP- UFSC, 2003.
- _____. **A Guerra da tarifa**. São Paulo: Faisca, 2005.
- LUCAS, João I. P. Orçamento participativo, capital social e antipolítica: um estudo de caso em Caxias do Sul. In: BAQUERO, M. (org.) **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2004, p. 180-207.
- LÜCHMANN, Lígia & SOUSA, Janice Tirelli Ponte. Geração, democracia e globalização: faces e interfaces dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n.84, novembro de 2005.
- LOURAU, René. Instituído, Instituyente, contrainstitucional. In: FERRER, Christian (compilador). **El lenguaje libertário - antología**

- del pensamiento anarquista contemporáneo. Argentina: Grupo Editorial Altamira, 2000, p. 111-123.
- LOWY, Michel. Juventude e internacionalismo. II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, palestra proferida no II Acampamento da Juventude, 2001.
- MACHADO PINTO, Fabio Mãos Sujas: a beleza está nas ruas. Boletim da Apufsc - Associação dos Professores da Universidade Federal de Sta. Catarina. 10 de abril de 2006.
- MARGULIS, Mario. La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- MANNHEIM, Karl. A função das novas gerações. In: PEREIRA, L. & FORACCHI, Marialice. Educação e Sociedade. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977, p. 91-100.
- MANNHEIM, Karl. O impacto dos processos sociais na formação da personalidade. In: MARTUCELLI, Danilo. Figuras e dilemas da juventude na modernidade. Revista Movimento, n. 1, maio 2000.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, n. 5 e 6, maio/dez. 1997, p. 5-14.
- MELLUCI, Alberto. Acción Colectiva, Vida Cotidiana Y Democracia. Cidade do México: Editora El Colegio Del México, 1999.
- NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. O que há de político na política. São Paulo: Unesp, 1999.
- NOVAES, Regina. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, Helena *et alii* (orgs.). Juventude em debate. São Paulo: Ação Educativa, 2000, p. 46-71.
- PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, n. 5 e 6, maio/dez. 1997.
- PIMENTEL, Spensy. Hip-hop como utopia. In: ANDRADE, Elaine Nunes. Op. cit., p. 103-112.
- RIBEIRO NETO, Arthur. Um laço que não une mais. Desvios, n. 4, p. 58-71, 1985.
- SILVA, Maria Aparecida da. Prometo Rappers: uma iniciativa pioneira e vitoriosa de interlocução entre uma organização de mulheres negras e a juventude no Brasil. In: ANDRADE, Elaine Nunes. Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Selo Negro, 1999, p. 93-101.
- SILVA, Franklin Leopoldo. A perda da experiência da formação na universidade contemporânea. Tempo Social, 13(1): 27-37, maio de 2001.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Reinvenções da utopia - a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker/Fapesp, 1999.

- _____. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: Ed. UFSC, n. 26, p. 51-79, out. de 1999.
- SOUSA, Janice Tirelli P.; DURAND, Olga. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. *Revista Perspectiva*. Florianópolis, n.20, n. especial, jul./dez., 2002, 163-182.
- _____. Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas. *Revista de Estudos sobre Juventud*. México: Instituto Mexicano de la Juventud, Ano 9, n.22, jan-jun, 2005.
- TELLA, Marco Aurélio Paz. Rap, memória e identidade. In: ANDRADE, Elaine Nunes. *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999, p. 55-63.
- THIOLLENT, Michel. Reflexões sobre a condição estudantil. In: ZAINDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007, p. 125-138.
- TOLSTÓI, Leon. *A insubmissão*. São Paulo: Imaginário/ Tesão Casa da Soma, 1998.
- VANUCCHI, Paulo; NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade - Trabalho, Educação, Trabalho e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004.
- URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: um balance histórico. In: BALARDINI, Sergio. *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. Buenos Aires: Clasco, 2000, p. 177-205.

Entrevistas realizadas com o Movimento Hip-Hop:

- Milton Salles (São Paulo, 2001); Jonhson Sales (1999) e Conscientes do Sistema, Preto Zezé e Weweto - Comunidade da Rima e Movimento Cultura de Rua - MCR (Fortaleza, 1999; 2006; Porto Alegre, 2002); Claudio Rios e Dag (Florianópolis, 2002).

MOVIMENTO PASSE LIVRE, REVOLTAS E SIMULAÇÕES

Leo Vinicius Liberato

Colocando em discussão o transporte público urbano, sua forma mercantilizada, as lutas e ações protagonizadas por uma juventude em torno da bandeira do passe-livre e da redução de tarifas escaparam à circunscrição de um tema estritamente estudantil, abordando uma questão social que tem afetado duramente, cada vez mais, grande parte da população dos centros urbanos brasileiros¹.

Para além de sua história específica, as práticas e subjetividades da juventude que dá vida ao Movimento Passe Livre ajudam a desenhar questões e fragilidades que parecem acompanhar movimentos e ações coletivas juvenis contemporâneas, e que se pretendem anticapitalistas.

O passe-livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe-Livre (MPL) a partir de 2005, se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude libertária e autonomista² em diversas cidades brasileiras. Particularmente em São Paulo, o passe-livre e o MPL aparecem na descontinuidade das ações antiglobalização³, de alguns coletivos

¹ Os gastos com o transporte coletivo têm pesado cada vez mais no orçamento das famílias. Segundo dados do IBGE ele consome um terço do orçamento familiar. Estima-se que 37 milhões de pessoas que vivem nas cidades brasileiras já não possuem condições financeiras para andar no transporte coletivo (cerca de 35% da população já não teria acesso ao transporte coletivo). As tarifas do transporte coletivo têm aumentado acima da inflação nos últimos dez anos no Brasil. Em Florianópolis, com o aumento que desencadeou a revolta em 2004, as tarifas de ônibus subiram 238% de janeiro de 1997 a junho de 2004, enquanto o salário do motorista subiu 74%, o salário mínimo subiu 132% o ICV-DIEESE alcançou 81%, o IGPM-FGV 138%, o INPC-IBGE 81% e o IPC-FIPE 58%. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, em 2005 o transporte, principalmente devido ao aumento das tarifas de ônibus municipais, foi responsável por 44,68% da inflação em São Paulo. Em Florianópolis, considerando o aumento que levou à revolta em 2004 e em 2005, as tarifas tiveram aumento de 228% desde 1997, ou seja, em média 28,5% ao ano.

² Por "juventude libertária e autonomista" entendemos uma juventude que possui afinidades ideológicas ou práticas com o anticapitalismo e anti-estatismo que caracterizaram o anarquismo histórico e/ou que possuem uma prática política autonomista, no sentido dado à autonomia por Castoriadis: a regulação ou legislação por si mesmo, em oposição à heteronomia, a legislação e a regulação pelo outro; em suma, autonomia seria a capacidade de autogoverno. (Cf. CASTORIADIS, 1982).

³ O movimento antiglobalização pode ser apreendido como um efeito midiático e espetacular, resultante dos chamados Dias de Ação Global, dos quais o bloqueio do encontro ministerial da OMC em 30 de novembro de 1999 em Seattle foi o mais conhecido. No entanto os movimentos

libertários, e da esfera pública que era criada por suas práticas, ao mesmo tempo em que aparecem como continuidade de ação, do fazer, e de constituição de um espaço de atuação e discussão política coletiva.

Histórico

Para chegar à constituição do MPL como movimento minimamente articulado nacionalmente, adotaremos como referência a recente história da Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis. As origens desta remontam a fevereiro de 2000, quando quatro jovens, todos menores de 20 anos e militantes do PT (Partido dos Trabalhadores), a iniciaram através da coleta de assinaturas para compor um abaixo-assinado pelo passe-livre estudantil⁴. Tratava-se da bandeira de luta escolhida pela O Trabalho (OT) – uma corrente trotskista que integra o PT – para ser levantada pela Juventude Revolução (JR) de Florianópolis, a organização de juventude ligada à OT.

A Campanha pelo Passe-Livre pretendia ser uma frente que reunisse em torno dessa bandeira todos os indivíduos e grupos políticos que se identificassem com ela. Mas as dificuldades internas apareciam

sociais, coalizões, grupos, coletivos e redes que produziram esses eventos possuíam vida para além dos efeitos que causavam. Mais do que isso, a idéia de movimento global ou antiglobalização está ligada à reação da mídia do Norte global à ação de alguns movimentos do Norte global (os epicentros do Dias de Ação Global estiveram no Norte: Londres, Seattle, Praga etc.), tendo sido adotada depois pelos movimentos do Norte para se referir aos movimentos do mundo, como bem sublinha João Kipper (*Dias de Dissenso*, 2005. Disponível em <<http://diasdedissenso.blogspot.com>>, acessado em 08/2005). Em São Paulo o MPL surge a partir de um comitê pelo passe-livre criado em 1999, que envolvia juventudes de vários partidos políticos. Para um participante do movimento antiglobalização em São Paulo, o movimento pelo passe-livre teria sua raiz nas diversas manifestações, publicações, centros sociais e coletivos que surgiram em torno do ano 2000, em meio ao movimento antiglobalização e na cola da Batalha de Seattle e da criação do Centro de Mídia Independente (CMI). Embora não tenha participado do MPL-São Paulo, seu entendimento parte não só do fato de vários militantes do MPL-São Paulo terem passado e até mesmo terem iniciado sua participação política através dos espaços autônomos (centros sociais) e das manifestações antiglobalização, mas também da percepção do MPL-SP como uma continuidade ou como portador de uma herança política (autonomista, libertária) do movimento antiglobalização (ou anticapitalista como ele o chama). A relação entre o MPL – sua difusão e constituição – e o CMI corrobora essa percepção. Outros elementos também a reforçam.

⁴ O termo *passe-livre* se refere à gratuidade no transporte coletivo. No estado do Amapá e na cidade do Rio de Janeiro o passe-livre estudantil já era uma realidade, o que teria, segundo o próprio movimento, servido de inspiração para se levantar essa bandeira de luta. Importante frisar que a luta pelo passe-livre não é e não tem sido uma exclusividade do MPL, sendo encampada por outras organizações, formais e informais.

quando militantes de partido buscavam fazer da campanha uma correia de transmissão dos propósitos e bandeiras do partido⁵. Diante disso, os militantes mais envolvidos na campanha, aqueles que tinham passagem pela JR, resolveram apostar nos indivíduos e setores independentes da juventude (isto é, não filiados a partidos políticos). Essa aposta na independência era feita dentro da própria JR de Florianópolis. Os conflitos entre os membros da JR de Florianópolis e os adultos-dirigentes da corrente O Trabalho se acirravam à medida que os primeiros buscavam se autodeterminar, aplicando novas idéias e projetos, que não eram bem vistos pelos dirigentes da corrente, para os quais a juventude, na prática, deveria reproduzir e ser uma correia de transmissão da direção adulta. Em Florianópolis, em 2002, ao "JR" seria acrescentado um "I" de "Independente", formalizando o surgimento uma organização política de juventude bastante singular, a Juventude Revolução Independente.

Mais do que uma mudança de nome, uma própria mudança de metodologia se processava, ao mesmo tempo em que os militantes da campanha e da JR se afastavam de O Trabalho e do PT - sem se aproximar de outro partido ou corrente político-partidária. A autonomia do movimento era método e objeto a ser defendido, em detrimento de toda razão de partido ou de uma organização política sobre o movimento.

A JRI era uma organização que, até mesmo por ter vindo de uma ruptura com concepções arraigadas em partidos de esquerda do qual havia feito parte, se mostrava aberta a novas concepções, sem se fechar em dogmas e doutrinas prontas. Para fazer parte da mesma bastava ter a vontade pela "revolução". A independência e a autonomia da e na organização era evidentemente um diferencial em relação às juventudes partidárias, e em torno desse valor ou perspectiva a unidade dos jovens da JRI ia se formando.

Em junho de 2004, em Florianópolis, as tarifas do transporte foram aumentadas, e após uma semana e meia de intensos protestos nas ruas, reunindo milhares de pessoas, na sua maioria estudantes secundaristas, as tarifas voltaram ao valor anterior⁶. A revolta de Florianópolis havia conseguido retroceder o aumento, algo que a importante *Revolta da Buzu*, ocorrida em Salvador no ano anterior, não

⁵ Por exemplo, militantes do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) queriam colocar "Fora FHC e FMI!" no panfleto pelo passe-livre, o que evidentemente criava desacordo e brigas com militantes do PSDB.

⁶ Sobre essa revolta/movimento contra o aumento das tarifas de ônibus em Florianópolis, Cf. VINICIUS, 2005.

havia conseguido. O acontecimento repercutiria entre jovens militantes de outras cidades, e se tornaria inspirador como a Revolta do Buzu havia sido, principalmente entre jovens libertários, devido ao apartidarismo e ao caráter autonomista – assembleias de rua, democracia direta – com que se dera o movimento.

Pode-se dizer sem receio que a revolta em Florianópolis foi fruto de condições objetivas e subjetivas unidas à preparação e ao trabalho feito pela Campanha pelo Passe-livre para que ela ocorresse, com base numa análise de conjuntura e dessas condições. Não seria coincidência que as manifestações contra o aumento das tarifas, tanto a de 2004 quanto a que ocorreria no ano seguinte, seriam com frequência chamadas retrospectivamente pela imprensa, por entidades ou por indivíduos como atividades e eventos “do passe-livre”.

As condições objetivas para revoltas e formação de movimentos populares em torno do transporte urbano não eram um privilégio de Florianópolis. A própria Revolta do Buzu e as manifestações ocorridas em outras cidades brasileiras em 2004 e 2005, como em Vitória, onde o movimento conseguiu também retroceder o aumento, indicam uma situação mais ou menos comum em respeito ao acesso da população ao transporte urbano.

Em julho de 2004 seria realizado em Florianópolis o I Encontro Nacional pelo Passe-Livre, convocado e organizado pela Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis, numa tentativa de aproximar as iniciativas pelo passe-livre existentes em diferentes cidades. Algumas dezenas de estudantes atenderam ao chamado, de nove diferentes cidades do sul e sudeste. Esse primeiro Encontro, segundo seus organizadores, foi pouco representativo, mas foi bem sucedido nas suas expectativas.

No segundo semestre de 2004 seria aprovado na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei do Passe-Livre, e a prefeitura de Florianópolis sancionaria tacitamente a Lei. Além de intensa mobilização da campanha - embora não se refletindo em grandes números nas ruas - uma conjuntura política favorável, explorada com extrema habilidade, iria ajudar a fazer de 2004 um ano de importantes vitórias para a campanha, com o passe-livre virando Lei⁷. Se Florianópolis já se tornava referência nacional para uma juventude militante, ativista, principalmente a de tendência libertária, devido à vitoriosa revolta contra o aumento das tarifas de transporte e devido à Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis ser vista como a melhor

⁷ Detalhes sobre a aprovação e sanção da Lei do Passe-Livre em Florianópolis, assim como da conjuntura política eleitoral podem ser encontrados na Introdução de Vinícius, 2005.

estruturada no país, a conquista da Lei do Passe-Livre a tornaria uma referência ainda mais forte⁸.

Antevendo a presença de muitos jovens militantes no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis resolveu convocar uma Plenária Nacional do Passe-Livre, a ser realizada durante o V FSM, com a idéia de formar um movimento pelo passe-livre de âmbito nacional (ou ao menos dar os primeiros passos nesse sentido), articulando as várias iniciativas locais. A Plenária foi realizada em dia 29 de janeiro de 2005. Participaram cerca de 250 pessoas, a imensa maioria jovens estudantes. Foram representadas 29 cidades, de 16 estados das 5 regiões do país.

Nascia assim o MPL. Ainda em 2005 ele passaria a ser designado simplesmente "Movimento Passe-Livre" (sem o "pelo"). As resoluções da Plenária de Porto Alegre expressaram o caráter independente, apartidário e autonomista marcante na maioria das manifestações juvenis contra aumentos de tarifa e pelo passe-livre que surgiram em diversas cidades brasileiras nos anos anteriores. Elas foram o primeiro e grande passo na estruturação, ou tentativa de estruturação, de um movimento pelo passe-livre a nível nacional⁹. Esboçavam um movimento construído em forma de rede, para usar uma expressão mais em voga.

O caráter federativo e autonomista do MPL iria ficar mais nítido, mais estruturado e nesse sentido mais avançado, no II Encontro Nacional do MPL, que seria realizado de 22 a 24 de julho na cidade de Campinas/SP, mais precisamente na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Esse Encontro, que poderia ser considerado o primeiro encontro nacional do MPL, contaria com uma participação numérica próxima à da Plenária de Porto Alegre. Compareceram militantes de 20 cidades, do sul, sudeste, centro-oeste e norte do Brasil. Nele o MPL reafirmou

⁸ Nas manifestações preponderantemente estudantis que conseguiram bloquear o aumento das tarifas em Vitória, Espírito Santo, em julho de 2005, muitas foram inspiradas pelo movimento ocorrido em outras cidades, principalmente o de Florianópolis, segundo uma voluntária do Centro de Mídia Independente ativa nas manifestações. Basta notar que um dos slogans cantados nas manifestações era: "Não começou em Salvador, não vai terminar em Floripa", demonstrando haver o conhecimento sobre revoltas anteriores ocorridas em outras cidades, e demonstrando também se colocarem como parte e continuidade de um mesmo movimento. Não deixa de ser também expressivo esse slogan ter sido baseado em um muito usado internacionalmente pelos manifestantes antiglobalização quando de suas manifestações ("não começou em Seattle, não terminou em...").

⁹ As Resoluções da Plenária de Porto Alegre podem ser encontradas em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306116.shtml>>

seu caráter horizontal e independente, e foi formalizado que ele se constituiu nacionalmente através de um pacto federativo, nesses próprios termos¹⁰.

O espírito do tempo

Uma militante do MPL-Florianópolis, na ocasião com 17 anos, estudante do ensino médio iria escrever um relato pessoal do Encontro de Campinas. Nele podemos apreender a perspectiva e visão sobre o MPL vinda de uma militante secundarista que não teve uma formação política anterior e não fez parte de nenhuma organização política - um perfil comum nas mobilizações relacionadas ao passe-livre e aos aumentos de tarifa.

Se nota também que o MPL nasce com uma incrível força mobilizadora de jovens que "não gostam de política". Ou melhor, de jovens que não tem saco para politicagem, que estão cansados dos longos discursos da esquerda que pouco faz, e há tempos não acreditam mais em poses e beijinhos distribuídos para as crianças. O MPL tem essa capacidade de mobilização exatamente por seu caráter apartidário, autônomo e horizontal. A maior parte da base do Movimento do Passe Livre (os secundaristas) quer fazer acontecer, ainda que somente por aquele instante na manifestação. Eles e elas rechaçam partidos e quase nenhum tem uma ideologia política¹¹.

O grito final do seu relato, "Apartidário! Independente! Quem manda no Passe-livre é a gente!", traduz a importância dada à autonomia do movimento, da organização. Quem manda no Passe-Livre é quem faz o movimento, é essa coletividade que dá e deve *dar a lei a si própria*.

Embora se possa ouvir de pessoas-chave do MPL-Florianópolis que o poder político deles é feito nas ruas (mobilizações etc.), o MPL não é por princípio um movimento de ação direta¹². O fato do passe-livre estudantil ser buscado com a apresentação de projetos de lei no Poder Legislativo, com em Florianópolis, demonstra a maior importância dada ao conteúdo, à bandeira de luta, em detrimento da forma da luta; um maior balanço entre conteúdo e forma do que o

¹⁰ Sobre as resoluções do Encontro de Campinas ver <http://www.mpl.org.br/info/relato_trabalhos_resolucao_Zenmpl> (acessado em janeiro de 2006).

¹¹ Enviado à lista de discussão do MPL-Florianópolis em 30/jul./2005.

¹² Entendendo por ação direta o oposto da ação parlamentar, colho na sua origem no sindicalismo revolucionário do final do século XIX e início do século XX.

apresentado, por exemplo, pelo movimento de ação direta britânico¹³ e pelos movimentos conduzidos por jovens libertários de uma forma geral. Na experiência de Florianópolis, a Lei do Passe-livre foi conquistada com ação direta mas também com habilidade nos telefonemas e “mesas de negociação” com vereadores e candidatos a prefeito.

Essa orientação política pragmática, que foca mais a bandeira de luta, o tema, do que a forma do movimento; que apela à mobilização da juventude através de um discurso racional, se mostrou no entanto insuficiente e muito pouco efetiva no segundo semestre de 2005 no MPL-Florianópolis, uma vez que o “trabalho de base” feito nas escolas, e o trabalho de mobilização como um todo, se baseou quase que única e exclusivamente em informar os estudantes sobre a situação da Lei do Passe-Livre e sobre datas e horários de manifestações, através de boletins informativos, cartazes e passagens nas escolas. O nível de mobilização de rua do MPL-Florianópolis foi aquém do desejado e esperado pelos seus militantes nesse período. Uma militante do movimento de 22 anos, não mais estudante, avaliou da seguinte forma as dificuldades do MPL-Florianópolis em 2005:

No Passe Livre parece que falamos um língua diferente da dos estudantes. Passamos nos colégios e não empolgamos ninguém. Quando não parávamos tanto para pensar teoricamente, para discutir em reuniões abertas extensas e chatíssimas, quando a função de pensar era para terceiros, quando éramos movidos pela emoção, chegávamos mais perto das pessoas. É tão triste... [...] EMOCIONANTE, não somos mais emocionantes, somos chatos, chatos e velhos. A juventude quer emoção!!!! É o risco de desobedecer, maconha, cachaça, chá de cogumelo, é descobrir e testar a sexualidade, prazer do sexo, risco de transar sem camisinha, é a roleta russa. É subverter a ordem de alguma forma. As paixões, os medos, é a contestação do “certo”. A gente já não é mais jovem (ou pelo menos afastamos nossa juventude da nossa militância) e continuamos querendo fazer movimento para a juventude. Não permitimos a juventude nem pra nossa molecada, julgamos os lugares que freqüentam, a irresponsabilidade pelo que consomem, ... (porque

13 O autodenominado movimento de ação direta foi o grande impulsionador do ciclo de protestos antiglobalização na Inglaterra no final dos anos 1990. Ele pode ter sua origem remontada ao desenvolvimento na Inglaterra, a partir dos anos 1970, de contraculturas e de movimentos libertários de ação direta predominantemente juvenis, como a contracultura anarcopunk dos anos 1980. Mas ele surge propriamente a partir da criação na Inglaterra do *Earth First!*, um veículo de luta de ecologistas radicais, no início dos anos 1990, e a partir do início de um longo ciclo de lutas que se espalharam pelo país contra a construção de estradas.

*nos afasta da disciplina revolucionária). Vimos parte da sociedade a ser contestada*¹⁴.

O relato expressa a percepção de que a participação política da juventude não se dá com base em uma relação racional com os fins, no qual o fim seria a causa, o tema, a bandeira de luta. A emoção, a excitação, a sensação de subversão movem a juventude a uma ação política mais do que as finalidades declaradas. Exemplo era o desejo constante de ocupar "a ponte" expressado pela multidão de jovens que comparecia aos protestos desde o primeiro dia de manifestações contra o aumento das tarifas em Florianópolis no ano de 2005. Em 2004 a ocupação das pontes que ligam a ilha ao continente, algo inédito em protestos na cidade, acabara ganhando um conteúdo simbólico. Tamanha a vontade da juventude que saía às ruas em ocupar a ponte, apesar do aparato policial para impedir, que não se tornava difícil reparar que o conteúdo simbólico daquela ocupação parecia superar o fim do próprio protesto, seu conteúdo racional, a redução das tarifas. A sensação de subversão da ordem que simbolizava a ocupação daquelas artérias vitais da cidade, a emoção e a excitação, movia de forma geral a juventude presente em vários dias das manifestações.

A contestação e a rebeldia contra o que é estabelecido como correto pela sociedade, o impulso e desejo de quebrar regras, é uma expressão da recusa de um mundo, de que fala Lapassade (1968), próprias do jovem moderno; uma expressão do antagonismo social entre a transcendência de limites e a imposição de limites¹⁵. Afastar a "nossa juventude" da "nossa militância" significaria, portanto, em última análise, perder de vista que a forma do movimento ou do protesto é tão ou mais importante para a mobilização e participação da juventude do que o seu conteúdo; de que a bandeira de luta e o movimento são abraçados pela juventude antes por serem percebidos como um meio de expressar sua rebeldia, de questionar as regras e a sociedade instituída e por proporcionarem uma experiência não apenas política mas cultural, do que pela razão declarada dessa bandeira e movimento.

As ações coletivas dessa juventude autonomista, que tem no Movimento Passe Livre uma de suas expressões, conjugam predominantemente e em linhas gerais impulsos e desejos de

¹⁴ Mensagem eletrônica enviada em 17/nov./2005.

¹⁵ Sobre o antagonismo social como tensão entre transcendência e imposição de limites cf. HOLLOWAY, 2003.

participação política (no poder instituinte), de retomar o controle sobre a própria vida, de expressão política (contestação e posicionamento) ao lado ainda de uma pulsão gregária (de pertencimento), do desejo de experiências extra-ordinárias e de transformação imediata e mesmo que efêmera da vida cotidiana; impulsionado mais pela emoção e pela excitação do que pelas finalidades declaradas, mais pela “estética-afetiva” do presente do que por projetos “racionais” futuros (Featherstone, 1997). Podemos dizer então que as motivações que movem a ação dessa juventude são primordialmente de ordem imaterial. Dando assim o aspecto de que essa ação política nasce de uma escolha e não de uma necessidade, ao mesmo tempo em que se relaciona mais à *forma* do que ao *conteúdo* (tema ou bandeira).

Tal fenômeno foi observado e debatido dentro do próprio movimento de ação direta britânico. Uma questão nesse sentido era levantada e discutida: por que os ativistas desse movimento não voltaram seu ativismo político contra as políticas que estavam cortando e restringindo o *dole*, um benefício pago aos desempregados pelo governo britânico, o qual formava a própria base material dos estilos de vida e ativismo desses jovens? Enquanto protestos vigorosos e a resistência dos ativistas de ação direta – protagonizados por jovens “desempregados” – se direcionavam contra a construção de estradas e davam forma às festas de retomada das ruas do Reclaim The Streets (RTS)¹⁶, o governo cortava os benefícios dos desempregados sem que esses mesmos ativistas-desempregados se levantassem contra. Uma elucidativa resposta a esses questionamentos e críticas levantadas pelo coletivo Aufheben (1998), vinda também de dentro do movimento de ação direta, apareceu na oitava edição da revista *Do or Die*¹⁷. O anônimo interlocutor apontava que os temas e as bandeiras de luta dos acampamentos de resistência ou das festas Reclaim The Streets não eram a principal motivação por trás dos que se envolviam neles. Seria menos ainda os temas ou bandeiras de luta – retomar as ruas, impedir

¹⁶ No segundo semestre de 1991 foi formado em Londres o Reclaim The Streets, no alvorecer de um movimento anti-estradas que iria se opor ao programa *Roads to Prosperity*, o maior programa de construção de estradas desde o Império Romano, lançado pelo governo britânico. Tratava-se de um pequeno grupo de pessoas ligadas à rede *Earth First!* que decidira agir diretamente contra o automóvel. Nas suas próprias palavras, agiam “pelo caminhar, pedalar e pelo transporte público gratuito ou barato, e contra carros, estradas e o sistema que os impulsiona”. O RTS evoluiria no decorrer dos anos 1990 em benefício de uma postura explicitamente anticapitalista. A ação mais característica do RTS eram festas de rua nas quais as ruas eram fechadas aos carros e abertas às pessoas.

¹⁷ *Do or Die* era uma revista editada por ativistas do *Earth First!* britânico, entre 1992 e 2003.

a construção de estradas, salvar florestas – o que faria essas atividades terem sucesso e serem largamente abraçadas. Casas construídas em árvores, festas de rua, por exemplo, expressariam muito mais do que as campanhas contra a restrição do *dole* a necessidade das pessoas envolvidas de transformar suas relações e vidas cotidianas e lutar por si próprias. Aí estaria a chave para se entender a escolha das bandeiras e temas de luta por parte dessa juventude ativista britânica. Quando esta dizia que as campanhas contra o corte do *dole* eram chatas, ela expressaria uma *necessidade real*, e não apenas uma crítica arbitrária. Expressariam exatamente que, embora podendo ser mais radical em *conteúdo* do que os eco-protestos, a campanha contra os cortes do *dole* era muito menos radical na sua *forma* - tinha a forma de uma atividade política tradicional, como a levada a cabo por partidos, sindicatos etc. O ponto principal, apresentado em *Do or Die* (n. 8, 1999), seria *retomar o controle sobre nossas vidas*, e se isso fosse feito a partir de uma bandeira de luta pelas “árvores”, pouco importaria. Viver em um local de resistência e protesto, como os acampamentos e *squats*¹⁸ contra construção de estradas, permitiria essa transformação na vida cotidiana, sendo o que atrairia tantas pessoas a esses locais de ativismo. A estrada, ou qual fosse o conteúdo do protesto em si, seria muitas vezes secundária para a criação de comunidade e para a descoberta do poder coletivo que envolveria a vivência nos locais de protesto. E isso seria expressão de uma necessidade e interesse imediato dessas pessoas. Seriam os próprios locais de protesto e a forma de ação – a ação direta que traz um sentido de empoderamento – que teriam tornado as lutas anti-estradas aquilo que se tornaram, em termos de sucesso e adesão. O privilégio da forma de ação sobre o conteúdo da mesma corrobora a afirmação de Chris Knight (9/mar./2002) sobre o Reclaim The Streets: a ação vem antes de tudo, e o RTS seria encarado por vários de seus mais ativos participantes mais como um movimento de faça-você-mesmo, de ação direta, do que de protesto ou festa.

Independente da bandeira ou tema de luta, ou de uma reivindicação material por trás dela, essas ações coletivas, seja no caso britânico ou brasileiro, podem ser vistas como uma tentativa de se exprimir, de criar, de controlar a própria vida e atividade, de participar no poder instituinte, de se *empoderar* (*empowerment*).

¹⁸ *Squats* são casas e prédios ocupados – anteriormente abandonados – e transformados em local de moradia e/ou local para atividades políticas e (contra) culturais.

Temas e bandeiras transparecendo mais como álibi para o exercício e busca desse conteúdo imaterial.

Podemos assim enxergar também uma homologia entre essas ações coletivas juvenis no espaço-tempo da marca e do *branding* de um capitalismo monopolista, e a posição que ganha o valor-signo nesse mesmo quadro. Se no capitalismo monopolista o valor-signo e a função de diferenciação que lhe corresponde viriam sobredeterminar o valor de uso – a função manifesta do objeto, com o valor de uso figurando como álibi do valor de troca-signo¹⁹ –; por sua vez temas e bandeiras de luta que expressam a busca de um objetivo declarado – que poderíamos chamar aqui de *valor de uso ou função manifesta* da ação ou campanha, para facilitarmos a compreensão da homologia –, vêm a ser sobredeterminados por motivações imateriais, de participação, expressão e controle sobre a vida, entre outras, figurando como álibi destas. O tema e a bandeira de luta, o movimento ao qual se engajar, tendem a ser “escolhidos”, ou essa “escolha” ser determinada, fundamentalmente pelo conjunto de experiências que o tema e seu correspondente movimento e ação proporcionam (ou pela expectativa de tal realização que eles nutrem). Como diziam os ativistas britânicos, o tema ou bandeira acolhido aparentava ser uma espécie de escolha feita em um supermercado de causas, sendo que as mais “sexys e inspiradoras” levariam vantagem na escolha²⁰.

A homologia com o capitalismo da marca continua no fato de que estes temas, campanhas e bandeiras escolhidos constituem um *brand*. Numa das definições mais usuais, *brand* é considerado *um produto, serviço ou conceito que é publicamente distinto de outros produtos, serviços ou conceitos de modo que possa ser facilmente comunicado e freqüentemente comercializado*²¹. A essa pode-se adicionar a asserção mais abstrata e também bastante difundida de que *um brand é um conjunto de percepções na mente do consumidor*²². Esta última definição serviria, entre outras coisas, para deixar claro que um *brand* é muito diferente de um simples produto ou serviço: ele é algo intangível, que existiria na mente do consumidor. Por fim, outra

¹⁹ Sobre essas relações entre valor de uso e valor de troca-signo no capitalismo monopolista cf. BAUDRILLARD, 1995.

²⁰ Tal impressão é explicitada por Aufheben, 1998, por BRIGHTON AND HOVE STOP THE WAR COMMITTEE, 2000 e por UNDERCURRENT, 2000.

²¹ A título de ilustração, essa definição pode ser encontrada, por exemplo, no artigo de Navneet Argwal (acessado em janeiro de 2006).

²² Ver por exemplo a definição de *brand* no site buildingbrands.com.

idéia-chave para se entender o que é um brand seria a de que ele é *construído através da experiência total que oferece*²³.

Ora, o conjunto de experiências que o tema/bandeira de luta e seu correspondente movimento e ação proporcionam – ou oferecem – constituem um brand, na medida em que se torna fundamento de distinção desse tema, movimento ou campanha em relação a outros, e uma vez que implicam a escolha por ele. A homologia terminaria onde, na relação capitalista, essa escolha determina a compra/consumo de um serviço ou produto e, na relação de insubordinação ou rebeldia que aparentemente constituem essas ações coletivas, essa escolha determinaria um engajamento, participação política e constituição. Evidentemente, nas definições usuais de brand, o indivíduo é reduzido a “consumidor” e o próprio brand, em grande parte, a “produtos” e “serviços” que se distinguem e são potencialmente “comercializáveis” enquanto tais. Essa redução é natural uma vez que essas definições surgem no campo do marketing e se direcionam a esse mesmo campo. Mas o fundamental da idéia e conceito de brand – e por isso a homologia – é que se trata de um conjunto de percepções na mente do indivíduo social, relacionado a um conjunto de experiências proporcionadas que se vinculam a algo – produto, serviço, movimento social, campanha, bandeira – que o torna distinto de outros, potencializando assim uma aproximação e relação entre o indivíduo e esse algo (relação que pode ser de consumo, compra, construção, engajamento, ativismo, participação etc.). Trata-se de perceber que a constituição de movimentos e ações coletivas juvenis de contestação nos dias de hoje e a construção de valor à marca (branding) visando lucro econômico compartilham pressupostos subjetivos e fenomênicos. Fato que não é surpreendente. Essa subjetividade e existência são parte de um poder constituinte que a empresa capitalista, através do marketing e do branding, organiza e canaliza em seu proveito, alimentando relações mercantis e formas certamente fetichizadas.

Esse empreendimento político da juventude e o empreendimento econômico capitalista atuais tendem assim a se tornar indistintos quanto a alguns importantes aspectos:

- 1) Assim como o marketing da era digital tem como ponto de partida as pessoas, suas motivações e conexões, e não o produto (Nobrega, 2002), o empreendimento de mobilização política da juventude deve ter como ponto de partida a própria juventude, suas motivações não declaradas, suas

²³ *Ibid.*

conexões sociais, mais do que uma bandeira, tema ou campanha (conteúdo);

- 2) Assim como as mensagens e significados são mais importantes que produtos para o empreendimento capitalista contemporâneo (*ibid.*), no nosso caso político eles são mais importantes para criar relação (engajamento e participação política) do que a bandeira, a causa, o conteúdo reivindicatório.

Desenvolver linguagem para gerar respostas e engajar pessoas em diálogos mostra-se como algo primordial, tanto ao empreendimento capitalista (*ibid.*), quanto a essa empresa política da juventude.

Por outro lado, a relativa arbitrariedade do tema ou bandeira, a ligação a um movimento pelo conjunto de experiências que ele proporciona, aponta também a uma perda ou distanciamento maior do referente, do conteúdo último que se suporia que o movimento carregasse. A identidade política, um movimento (seu nome, sua bandeira, sua forma) e a própria atividade política tende a ser assumida, e apareceria antes de tudo e mais do que nunca, como signo/significante puro, sem ligação a um referente ou significado, o que, seguindo as observações de Baudrillard (1996), caracterizaria um *modelo de simulação*.

A simulação se caracteriza por um jogo de signos, que já não reenviam a nenhuma realidade objetiva (Baudrillard, 1985). E aí é preciso atentar a essa lógica social dentro desses próprios movimentos. Ora, existe uma simultaneidade entre um projeto social, certas relações sociais, e certos valores morais, ou uma ética. Ou seja, uma desmercantilização da vida cotidiana e um anticapitalismo são o momento de negação de uma realidade, de uma série de relações sociais, que no seu lado positivo, de afirmação, se vinculam a uma outra ética, a outros valores morais²⁴. O anarquista Errico Malatesta explicitava bem essa relação quando apontava que não poderia haver sociedade sem moral nem um ser humano consciente sem critérios de julgamento sobre o que seria bom para si e para os outros:

²⁴ Como destacou o argentino Eduardo Colombo, palestrando em 2003 em São Paulo, no movimento operário e libertário da primeira metade do século XX havia uma forte ética que regia as relações entre os companheiros de classe. Quando Colombo migrou para a França no final dos anos 1960, o movimento libertário já era, segundo ele, basicamente um movimento de juventude, e já não havia a mesma ética e preocupação, que foi desaparecendo no decorrer dos anos 1960-70.

Quando combatemos a moral egoísta dos burgueses, a moral da luta e da competência, opomos a moral do amor e da solidariedade, e tratamos de estabelecer instituições que correspondam a esta nossa concepção das relações entre os homens. De outra maneira, como poderíamos achar mau que os burgueses explorem o povo? (Malatesta, 1962, p. 17-18).

Sem o lado positivo, sem esse referente, a rebeldia por trás do “anticapitalismo”, do “anarquismo” e do “socialismo” se torna um *modelo de simulação*, semelhante ao que teria se tornado a economia política, segundo Baudrillard (1996). Porém, o que no caso do capital significa um sistema de dominação mais acabado, para movimentos sociais que visam uma transformação radical significa uma crucial debilidade e perda de conteúdo.

Talvez esses movimentos juvenis apontem assim importantes questões, para o presente e para o futuro, deles, e de outros que se pretendem anticapitalistas.

Referências Bibliográficas

- ARGWAL, Navneet. *Power Branding*, de http://indiabschools.com/marketing_006.htm. Acessado em janeiro de 2006.
- AUFHEBEN. *Dole Autonomy versus the Re-imposition of Work: Analysis of the Current Tendency to Workfare in the UK*. 1998. Disponível em <http://www.geocities.com/aufheben2/dole.html>. Acessado em 2003. [buildingbrands.com](http://www.buildingbrands.com)
- http://www.buildingbrands.com/definitions/02_brand_definition.shtml. Acessado em janeiro de 2006.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para Uma Crítica da Economia Política do Signo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *A Troca Simbólica e a Morte*. Rio de Janeiro: Loyola, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. *Le miroir de la production: ou, l'illusion critique du matérialisme historique*. Paris: Editions Galilée, 1985.
- BRIGHTON AND HOVE STOP THE WAR COMMITTEE. *War is the Health of the State*. In: *Do or Die* n.8. 2000. Disponível em <http://www.eco-action.org/dod/no8/>, acessado em 2000;

- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ªed., 1982.
- DO OR DIE. Book Reviews. *Do or Die* n.8, p. 301-302, 1999. Disponível em <http://www.eco-action.org/dod/no8/book.html>, acessado em 2004.
- FEATHERSTONE, Mike. *O Desmanche da Cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- KIPPER, João. *Dias de Dissenso*. 2005. Disponível em <http://diasdedissenso.blogspot.com>. Acessado em 08/2005.
- KNIGHT, Chris. *The Liverpool Dockers and Reclaim The Streets*. Entrevista com Chris Knight e Pauline Bradley, 9 de março de 2002. Disponível em http://homepages.uel.ac.uk/C.Knight/reclaim_dockers.html, acessado em 2003.
- LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, S. de (org.). *Sociologia da juventude III - A vida coletiva juvenil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MALATESTA, Errico. *A Solução Anarquista para a Questão Social*. São Paulo: Guilda de Estudos Sociais, 1962.
- NOBREGA, Clemente. *Antropomarketing*. Rio de Janeiro: Senac, 2002. Resoluções da Plenária de Porto Alegre. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/306116.shtml>. Acessado em janeiro de 2006.
- Resoluções do Encontro de Campinas. Disponível em http://www.mpl.org.br/info/relato_trabalhos_resolucao_2enmpl (acessado em janeiro de 2006).
- UNDERCURRENT. Practice and Ideology in the Direct Action Movement. In: *Undercurrent* n.8, 2000. Disponível em http://www.geocities.com/kk_abacus/ioaa/pracideo.html, acessado em 2002.
- VINICIUS, Leo. *A Guerra da Tarifa*. São Paulo: Faísca, 2005.

AÇÕES COLETIVAS JUVENIS NA ATUALIDADE MODERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO CONTRA O AUMENTO DA TARIFA DO ÔNIBUS EM FLORIANÓPOLIS/SC¹

Valéria Silva

As manifestações juvenis em Florianópolis/SC contra o aumento da tarifa do transporte público, ocorridas no período de 28 de Junho a 08 de Julho de 2004, constituíram-se num momento político particular da vida da cidade, conferindo-lhe uma rotina ímpar, tanto pela dinâmica inédita que lhe impôs, quanto pelas paisagens exibidas na rua pelo Movimento através da sua configuração particular, expressa em vários sentidos. À primeira vista, o Movimento exibiu configurações diferentes do que geralmente observamos nos movimentos sociais como um todo, aproximando-se bastante, na sua forma de organizar-se e expressar-se, dos novos movimentos sociais juvenis que têm tomado a cena política ao redor do mundo. Mas, antes que façamos uma transposição grosseira do mundo para nossos limites municipais, caberia perguntar: o que existe de novo no Movimento de Florianópolis? O que existe de particular na sua expressão? Que relações estabelece com a realidade sócio-política brasileira? Para avançar nessa reflexão talvez devamos imprimir maior abrangência à preocupação, olhar para o nosso país e perguntar: que aspectos da realidade moderna brasileira esses movimentos põem em cena?

Costumamos atribuir à idéia de “moderno” o significado de novo, bom, avançado; ágil, veloz, instantâneo; explicado e entendido. Sabemos que isso não é sempre verdadeiro. Esse ideário tem mais a ver com defesa ideológica do que com verdade histórica. No caso da modernidade brasileira, flagrantemente podemos verificar a nossa experiência não corrobora com esta acepção. Podemos dizer – apressadamente – que a modernidade brasileira se mostra como um imbricado de signos do protótipo moderno com aqueles congêneres a uma sociedade tradicional, conservadora, sincrética do ponto de vista religioso, situada historicamente numa experiência de colonização escravocrata, muito centrada na pessoa, no clientelismo, na

¹ Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira - JUBRA. NIPIAC/UFRJ, Rio de Janeiro, 20 a 22 de Outubro de 2004.

desigualdade institucionalizada e na ausência de direitos sociais. Isso justifica encontrarmos expressos numa mesma situação parâmetros como o cálculo, a ação orientada pelo binômio meios/fins, a objetividade etc. – que sinalizam a presença enraizada da racionalidade – com a mesma força da explicação mágica, da discriminação racial/sexual e do apelo à personalidade, por exemplo. Mostra-se muito mais como uma síntese em que idéias normalmente antagônicas noutras experiências históricas entram com igual peso na configuração final da nossa experiência particular. Assim se fez a experiência moderna no Brasil. A diversidade e complexidade em vários planos – presente no nosso país desde a chegada dos portugueses e mais recentemente potencializada pela influência do “mundo global” – são as marcas constantes da nossa história de periferia moderna. Atualmente, no Brasil, a modernidade espraia e aprofunda os seus ícones de multiculturalismo, realidade virtual, comunicação instantânea, mercados globais com a mesma força que sedimenta a pobreza, o desemprego, a miséria, a fluidez política e cultural e a exaustão do ser. As marcas particulares desse jeito brasileiro de apresentar-se enquanto moderno podem ser vistas em todos os espaços e momentos e também no Movimento sobre o qual pretendo agora refletir.

Este Movimento, deflagrado e hegemônico por estudantes secundaristas, ofereceu *closes* expressivos da realidade atual, possibilitando algum entendimento não apenas das juventudes florianopolitanas, mas das juventudes brasileiras num contexto de mudança de parâmetros da modernidade. Para o que me proponho entender, é ponto prioritário focar as sínteses que o movimento operou, entre o novo e o velho, o moderno e o antigo, o global e o local das práticas sócio-político-culturais, traços que estão diluídos por toda a formação social brasileira. Podemos visualizar tais aspectos em relação à:

a) **expressão estético-cultural dos participantes** – Penso que este talvez seja o aspecto mais relevante a resgatar do Movimento. Falo das paisagens que foram apresentadas às ruas, pela massiva presença de diferentes segmentos juvenis. Nas multidões das manifestações encontrávamos os jovens dos morros e da periferia; os advindos da classe média e os moradores da rua, denunciando o lado *hard* do nosso jeito moderno de ser. Estudantes de escolas públicas e particulares; famosas e nem tanto. E, provindos de quase todos esses segmentos, as “tribos” juvenis de rockers, punks, dreads, darks,

grunges, rappers, clubbers, místicos, new hippies, plays, patys, militantes estudantis e partidários, enchendo as ruas da cidade de particularidades, cor e beleza. Nas apresentações, grupos de maracatu, pagode, capoeira, rap e rock. Pôde-se observar uma realidade multicultural, característica de uma modernidade *soft* que nos chega explicitada, no caso das juventudes, pelas escolhas diversas, concretizadas diante de um mundo que oferece “infinitas possibilidades” de constituição do jeito de ser e viver - os estilos de vida. Na própria denominação das tribos, percebe-se a força da língua externa dominante, que molda não apenas pronúncias, mas também hábitos e preferências. A voz do recente passado político juvenil, de militância política aguerrida, se fazia presente através da Juventude Revolucionária Independente; através dos militantes partidários e por alguns discursos inflamados que por vezes resgatavam a “sociedade sem explorados e exploradores” e a “ditadura do proletariado”; lembrando-nos que a ideologia ortodoxa comunista/socialista ainda tem algum fôlego nos atuais espaços de embates políticos juvenis.

Nesta sua diversidade, o Movimento se constituiu em palco rico de expressão, conferindo visibilidade política a coletivos que sobrevivem nos interstícios da sociedade, tendo sua voz e presença abafadas pela lógica de uma normalidade de vida e de um padrão juvenil hegemônico que não traduz a diversidade que encontramos na materialidade da cidade e desse segmento como um todo. Foi possível observar quão diferentes são as juventudes e do quanto, inclusive, se empenham em deixar clara essa diversidade. Do quanto incorporam os extremos gritantes do nosso momento histórico, expondo ostensivamente as potencialidades e fragilidades do segmento juvenil, naquele momento irmanado numa tarefa comum: conseguir a redução da passagem.

A propósito, algo a destacar foi grande capacidade que o Movimento demonstrou de lidar com as diferenças. A meu ver, isso só se verificou possível pelo fato de se ter adotado a perspectiva do entendimento e aceitação e não apenas a postura indiferente, a tolerância ou a retórica do “faz de conta que somos iguais”. Pareceu-me que, de fato, todos contavam. Talvez aí esteja a explicação para o fato inédito de ter conseguido aglutinar em torno de sua demanda principal segmentos juvenis tão diversificados em todos os seus aspectos nas atuais circunstâncias em que a mobilização para a prática política reivindicatória enfrenta certas dificuldades. E aí é que se encontra a verdadeira novidade do Movimento.

Nesses novos tempos da modernidade líquida, como nos fala Bauman (2001), ocorre uma completa evanescência de instituições que cimentavam as relações, especialmente aquelas que concretizavam ações coletivas. Também são esmaecidas a memória do passado, a aposta na firmeza do presente e de realização no futuro. A confiança no outro e nas instituições. Neste cenário instaura-se um novo processo de socialização centrado no indivíduo, orientado no sentido de sua biografia pessoal, que o obriga a assumir individual e contingencialmente suas escolhas, projetos e trajetória de vida; expondo-o às contradições, riscos e chances desse novo ambiente. Isto é, no geral, a realidade empurra cada pessoa rumo ao destino absoluto da sua individualidade e, esgarçados os laços humanos em meio a identidades tão particulares e díspares, potencializou-se em muito as dificuldades para a localização de pontos comuns, que suscitem as práticas coletivas e a solidariedade. Entretanto, a possibilidade de confirmar-se como particular, diferente, mais do que nunca reside no OUTRO. Portanto, buscar o OUTRO é condição *sine qua non* para encontrar-se, para traduzir-se a si mesmo. Desse modo, a aceitação sumária de cada uma das identidades confirma para o indivíduo a sua particularidade como diferente o que reforça as possibilidades de sua auto-afirmação enquanto sujeito. O respeito e a aceitação das diferenças, portanto, cumprem um papel de resistência diante da possibilidade de fragmentação completa do sujeito, da sua dissolução nas individualidades temerosas e angustiadas, confinadas na impossibilidade da solidariedade, da partilha e construção coletiva.

b) expressão política do movimento – O Movimento Contra o Aumento da Passagem do Transporte Coletivo (assim chamado por mim), embora com existência própria e detentor de especificidades, não pode ser visto apartado do Movimento do Passe Livre (MPL), há algum tempo campo de militância de alguns segmentos estudantis secundaristas. Foi possivelmente uma certa cultura política consolidada nas manifestações do Passe Livre que tornou possível os contornos obtidos pelo Movimento Contra o Aumento. Penso que é desse ponto de vista que deve ser olhado, por exemplo, o significado político da demanda básica que o constituiu: a redução da passagem do ônibus. O que à primeira vista pareceu uma reivindicação como tantas, apresentava outro significado, se olhado com mais proximidade. Demandar o direito de não pagar a passagem – ou de ter o seu preço estabelecido em patamares suportáveis – remete-nos imediatamente a um direito civil básico do pacto social estabelecido numa democracia,

que é o direito de ir e vir. Entretanto, numa sociedade complexa, a compreensão do que seja o usufruto positivo desse direito implica em que uma série de outros condicionantes seja atendida. Quando o nível de demanda de locomoção situa-se para além da capacidade física de cada um, os meios para torná-la possível apresentam-se como fundamentais para a consecução do suposto direito prescrito. Desse modo, questionar a passagem ou o seu valor é, antes, questionar até que ponto a fruição deste direito mostra-se real.

Um segundo desdobramento da reivindicação diz respeito a para quem se reivindica. Reivindicar que, em especial, os estudantes devam gozar desse direito sugere o entendimento de que – ao serem vistos pela sociedade como gerações futuras, responsáveis pela continuidade social – o custo do preparo dos estudantes diz respeito também à sociedade; em particular ao empresariado do setor, ressalvadas posições de alguns setores do Movimento que se manifestam cobrando medidas também do Estado. Descaracteriza-se, portanto, a responsabilidade pela formação dos jovens enquanto exclusiva do núcleo básico familiar e atribui-se parte ao empresariado – aqueles que usufruem as maiores parcelas dos recursos e bens sociais disponíveis – e ao Estado. Assim, a postura defendida por parte do movimento – ao cobrar essa “responsabilidade” do privado – introduz neste campo uma característica nova em relação aos movimentos sociais juvenis de décadas atrás, movimento estudantil especialmente incluso, que focavam apenas o Estado como interlocutor e adversário político. Pelo que percebo, o privado decodificou perfeitamente esta mensagem e talvez por esta perspectiva possamos compreender a força repressiva com a qual também o empresariado defendeu o seu território.

Essa é uma novidade interessante que coloca o movimento numa certa aproximação com os movimentos juvenis que se organizam hoje no mundo contra o capital, que são característicos dessa fase da modernidade que experimentamos. Vejo que aí se opera uma síntese entre o novo e o velho: o enfrentamento de questões relativas à destituição – já crônicas para nós – se expressando a partir de um novo modo introduzido no cenário atual pelos movimentos anti-globalização.

Outro aspecto a enfatizar é quanto à postura assumida pelos jovens enquanto sujeitos do processo reivindicatório e a nuance identitária, por assim dizer, que se atribuem, especialmente se temos em mente o MPL: na luta por transporte os jovens não reivindicam do

Estado condições para que possam pagar o que o empresariado cobra. Não demandam empregos precoces, mas condições para ir à escola. Negam para si a assunção do ônus do transporte por se reconhecer sujeito de direito quanto à proteção que o Estado brasileiro os promete em discursos e textos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desse modo, assumem-se como pessoas em formação e afirmam na participação política a sua condição de sujeitos. Nesse percurso, declinam das saídas paliativas no enfrentamento da problemática vivenciada (políticas compensatórias manifestas em estímulo ao emprego, vale-transporte, entre outros) e apostam na cobrança das instituições o cumprimento cabal de suas responsabilidades, rompendo, no tocante a este aspecto, a perspectiva de adequação à política hegemônica de Estado.

Por outro lado, não obstante o comportamento anunciar certa mudança quanto à relação com o Estado no tocante à demanda em si, o Movimento, no geral, conduziu-se legitimando o ordenamento jurídico-político, tanto como suporte para a luta e, mormente, como árbitro e palco onde se desenrolava a questão e efetivamente se buscava uma saída para o impasse. Como árbitro, é observável o fato de que o Movimento como um todo se traduziu muito mais pela busca do desfecho legal favorável que se conquistou, muito embora algumas ações enfrentassem pura e simplesmente a legitimidade da propriedade privada – como o ato de pular as catracas, de invadir os terminais. Como suporte, verificou-se o estabelecimento de acordos de proteção com o Alto Comando da Secretaria de Segurança e a busca de apoio junto à Câmara Municipal de Vereadores. Este último recurso permaneceu presente no cotidiano de ação do Movimento, mesmo após os dias mais intensos de mobilização, como pressão pela votação do Projeto do Passe Livre.

Ainda nesse ponto, outro aspecto chama a atenção, que foi a clara recusa da política partidária durante as manifestações. Isso foi perceptível não apenas nos momentos efusivos de palavra de ordem das multidões contrárias à presença de bandeiras defraudadas de um determinado partido, mas também nas falas dos participantes. Estes ao se referirem aos partidos e também os seus militantes os qualificavam como oportunistas e deles exigiam não utilizar o movimento como oportunidade para projeção de suas candidaturas. Algumas lideranças do Movimento reafirmavam à exaustão que não possuíam qualquer interesse eleitoral, ao contrário do que – segundo eles – a imprensa divulgava. O empenho na reafirmação permitia ao ouvinte depreender que a legitimidade e força da liderança ante o Movimento se constituía

e fortalecia numa relação inversa com um possível interesse político-eleitoral – não fazendo diferença a natureza do partido. A construção discursiva e de atitudes dos manifestantes erigiu, portanto, uma barreira clara de oposição à prática político-partidária, deslegitimando os partidos como representantes dos interesses da população. O que chama a atenção é que não se excetuou nenhum partido – mesmo aqueles até recentemente identificados com os movimentos populares; ocorreu um rompimento horizontal. A síntese que se opera nesse sentido é: muito embora tenha assumido uma posição nova, destituindo o Estado enquanto seu adversário fundamental no tocante à reivindicação e as suas condutas políticas, o Movimento o recuperou com força enquanto árbitro legítimo do conflito e possível aliado para a solução do mesmo.

Nesse sentido, a Câmara Municipal e seus membros – os vereadores – foram legitimados ao serem buscados, muito embora eleitos por partidos e processos eleitorais formais, amplamente desqualificados ao longo das manifestações. Tais procedimentos evidenciam uma certa ambivalência muito presente nesse momento da atualidade moderna brasileira, em que práticas políticas que se querem renovadas voltam-se às estruturas já questionadas quanto à sua legitimidade e eficácia por uma contingência da macro-política, que ainda não logrou engendrar novas instituições políticas que possam absorver e dialogar com essas novas práticas. Possivelmente a percepção dessas dificuldades quanto à prática política que esbarra nos limites institucionais, e a agilidade/fluidez interna do Movimento foram as responsáveis por certos desdobramentos que o mesmo já produziu: atualmente vários de seus militantes já estão engajados em outros movimentos sociais, como é o caso daquelas pessoas que se aproximaram da Rádio de Tróia, que atualmente dela participam e organizavam um encontro de Rádios Livres para a primeira quinzena de Outubro de 2004.

Quanto à dinâmica e condução política, o Movimento mostrou uma quebra das idéias que se consolidaram junto às ações coletivas nas últimas décadas: falo de estruturas internas definidas, da prática de representação e do “centralismo democrático.” Durante toda a primeira semana, abdicou-se das estruturas mínimas de organização interna, tanto de tomada de decisão, quanto de realização das atividades. Desse modo, as deliberações concretizaram experiências de democracia direta e as tentativas de se estabelecer comissões de negociação foram abortadas na prática pela presença massiva dos participantes nas discussões e, em *ultima ratio*, pelo abandono da

mesa de negociações. Não havia também articulação maior sobre o que se fazer entre a aglomeração maior em frente ao TICEN (Terminal do Sistema Integrado de Transporte) e as manifestações nos bairros. Assim, o movimento aparecia na mídia como um só, mas era autônomo em cada lugar, rompendo-se, desta feita, com a prática do “centralismo democrático”. Com isso o Movimento fugia das práticas representativas bem consolidadas entre nós – as velhas práticas. No núcleo do TICEN as ações a realizar em cada dia de manifestação se mostravam contingenciais, aparentemente desconexas, porém diretas e eficazes. Não haviam pautas fechadas de ação e em muitas oportunidades, era visivelmente a multidão quem sinalizava, inclusive com o deslocamento físico, que caminho tomar. Essas rotinas delinearão características de agilidade e multipresença ao movimento, tanto no tocante aos lugares que ocupava, quanto às ações e vozes que o compunham, assemelhando-se às novas formas de expressão que parte do movimento juvenil adota mundo afora atualmente.

c) **presença da realidade digital.** Este ponto específico, o *soft*, o fluido que imprime certa marca nas juventudes atuais, atravessou quase todos os grupos e o movimento como um todo. A internet teve papel destacado para a divulgação e até articulação do Movimento. Grupos, listas de discussão e *home pages* existiam à disposição dos participantes e de todos aqueles que desejaram interagir com as manifestações. O Centro de Mídia Independente (CMI) fazia a cobertura, colocando cada lance acessível a todos em tempo real. Outro aspecto novo introduzido pela realidade virtual foi o fato de que qualquer um podia falar do e pelo Movimento para milhares, milhões de pessoas, de Florianópolis e de qualquer lugar do planeta. As idéias de direção legitimada, de porta-voz autorizado, de versão “oficial” acerca do que se veiculava ficaram desprovidas de sentido. Dentro de certos parâmetros, cada pessoa que escrevia na rede sobre os fatos de cada dia oferecia uma forma particular de compreender o que acontecia, deixando ao leitor a tarefa de ele também construir particularmente a sua representação do que ocorria. Na rede, o Movimento não era *oferecido* pronto ao leitor por alguém, em tese, habilitado e reconhecido para tanto, mas apareciam possibilidades várias de entendimento do mesmo. Durante as manifestações, nenhuma nota oficial dirigida à população ou algo de natureza, digamos, mais antiga foi emitida apresentando as opiniões formais daqueles que engrossavam as manifestações. Naqueles dias, essa prática tão comum

entre a militância organizada de alguns anos atrás foi inteiramente esquecida.

Outro recurso da tecnologia moderna de altíssima importância para a configuração de uma certa dinâmica do Movimento, talvez ainda mais que a rede, foi o ostensivo telefone celular. Era ele quem garantia a comunicação no palco das concentrações entre os presentes nas manifestações e entre estes e os demais que para elas se dirigiam. No ritmo, às vezes agitado, da tomada de decisões, no ápice das performances de cada momento operavam os aparelhos, fotografando os acontecimentos e especialmente repassando orientações e coordenadas sobre o que fazer e para onde seguir. Grupos presentes em locais diversos do centro da cidade obtinham as informações sempre em tempo real sobre o que acontecia em cada lugar. Muito frequentemente juntavam-se ou separavam-se pelos comandos advindos de mensagens e ligações. A comunicação com os demais terminais dos bairros obedecia à mesma lógica, de modo que se sabia em cada lugar o que acontecia nos demais e isso influenciava no desenrolar das manifestações. A câmara digital, que apresentava ao mundo virtual as imagens dos acontecimentos, e as reportagens ao vivo capturavam todas as possibilidades de mediaticidade e estabeleciam profunda imbricação entre ausente-presente.

Observamos nesse evento a técnica pulverizando qualquer relação de interdependência entre as variáveis tempo e espaço. A representação medieval de espaço tinha por pressuposto a capacidade humana de realização de algo por sua própria capacidade física. Portanto, o espaço era entendido como a distância percorrida em determinado tempo - utilizando-se da capacidade humana para deslocamento. (BAUMAN, 1999; ELIAS, 1994 e 1998; GIDDENS, 1991, MARTINS, 2000). A introdução da técnica no íntimo desta relação subverte a ordem e lhe retira o sentido. Com a introdução dos diversos instrumentos e posteriormente da máquina na vida humana o tempo passou a minguar em relação a um mesmo espaço a percorrer, assim como - do ponto de vista histórico-cultural - passou a se apresentar intercalando realidades temporais diferenciadas. (BAUMAN, 2001). Hoje, os processos sociais fortemente estimulados também pelo avanço tecnológico, vão se mostrando onipresentes em contextos diferentes e distantes um do outro. O Movimento revelou nos seus diversos ambientes, como relatado acima, uma acentuada independência entre as realidades de espaço e tempo e as conseqüências instantâneas dessa contingência. Como de resto, em todo o mundo atualmente.

Antiga por demais foi a escolha política da mídia florianopolitana, que se revelou profundamente vinculada aos interesses hegemônicos locais. Claramente parcial, foi cuidadosa ao escolher aquilo que mostrava para a população. A interpretação veiculada dos acontecimentos no mais das vezes não satisfaz os manifestantes por não expor a versão construída pelo coletivo nas contingências do experimento. As edições de matérias e os comentários de determinadas âncoras dos jornais locais, segundo desabafo de muitos, descaracterizava e asfixiava o Movimento, ao apresentá-lo de modo distorcido para a sociedade. Essa postura fez os participantes recorrerem à distribuição de informativos e à colagem de cartazes nos postes do centro da cidade, tentando atingir parte da população que apenas possuía como canal de informação a mídia falada e escrita da cidade. A estreita relação mídia-empresários-Estado revela como o capital, apesar de todas as mudanças do mundo, administra os seus interesses diante dos interesses populares. A política de profunda solidariedade empreendida ainda com a mesma força entre esses pólos das forças hegemônicas continua a revelar que no âmbito da democracia liberal burguesa as idéias de liberdade e de liberdade de expressão são tão passíveis de materialidade quanto a idéia de igualdade de oportunidades sociais e de igualdade diante da corte. Estão muito mais para formalidades, indispensáveis na configuração e sustentação de um determinado desenho de sociedade e de um arcabouço jurídico-político-ideológico, do que para estofo concreto das relações sociais mais fraternas e solidárias aventadas pelo projeto moderno. No caso em particular da estrutura jurídico-político-ideológico, como não poderia deixar de ser, esta se mostra em cada oportunidade suporte à idéia de que a democracia liberal burguesa é ainda a melhor saída política que a humanidade conseguiu construir para si própria ao longo dos séculos - antigas idéias. Para alguns, quiçá a única e última idéia do fim de Século XX.

d) relação com os adultos – Neste aspecto muito haveria a considerar. Porém, nos limites deste trabalho, destacarei alguns pontos, como, por exemplo, um aguçado entendimento da importância tática dos apoios vindos dos adultos. As reuniões, as atividades encaminhadas pelos adultos – pais, mães, representantes de movimentos, simpatizantes da causa – eram bem recebidas, mas em nenhum momento esses pólos constituídos em torno do movimento foram buscados para consulta ou de algum modo reconhecidos como detentores de qualquer ascendência sobre a condução dos

acontecimentos. Os adultos foram recebidos muito mais como aliados políticos do que possíveis orientadores ou algo semelhante. Tanto foi assim que o Movimento seguiu sendo identificado como "dos estudantes", muito embora em muito tenha se ampliado com o passar dos dias.

Quanto a alguns adultos que participaram das manifestações desde as suas primeiras horas, não se percebia qualquer barreira ou relação especial em função do critério etário. Transparecia uma relação de iguais, sem que os anos a mais somassem para uma postura de ascendência ante aos aglomerados juvenis. O ritmo quase frenético dos acontecimentos não reservou lugar para a experiência adulta. Pelo contrário, foi possível perceber certo desprezo pelos auto-proclamados "militantes históricos" do Movimento Estudantil e do Sindicalismo. Por vezes estes foram interpretados com indulgência pelos manifestantes, que demonstravam em falas e gestos não tomar a contribuição de alguns militantes maduros como significativa e pertinente, mas como saudosismo ou algo similar, deslocado do contexto atual. Em relação a várias pessoas maduras que passaram a participar das manifestações já no seu quarto ou quinto dia, restava uma certa desconfiança, que transformava-se em rejeição aberta e imediata se comprovada alguma vinculação das mesmas com a campanha eleitoral que então se iniciava. Estas foram acusados de oportunistas e eleitoreiros pelos jovens que usavam os microfones. Desse modo, talvez eu possa afirmar que a rejeição fazia-se muito mais em decorrência das práticas adotadas do que da idade aparentada.

Pude observar que o parâmetro etário não possuiu maior relevância no contexto do Movimento, sendo deslegitimado de várias maneiras enquanto critério orientador das relações inter-geracionais. No meu entendimento, esse aspecto aproximou o Movimento dos contextos sociais gerais da atualidade que acenam cada vez mais para a desconsideração da idade como relevante para a organização da vida. Essa tendência desenvolve-se no sentido contrário ao que se verificou com o advento da modernidade, em que a valorização da idade do indivíduo e dos significados que esta passou a ter para a nova sociedade eram de suma importância para a ordem social que nascia.

No ambiente moderno, a consolidação dos diferentes estágios de vida produziu alterações de grande porte e delimitou novos rumos para as relações entre os sujeitos sociais. A infância, e posteriormente, a juventude, a idade adulta e a velhice ganharam densidade e legitimação social enquanto fases da vida humana. Conquistou-se a clareza de que às crianças e jovens cabia o usufruto da aprendizagem

social; aos adultos atribuía-se a contribuição ativa em relação à socialização dos mais jovens, à garantia da continuidade social nos seus diversos aspectos e aos idosos, finalmente, a recompensa pela atuação pretérita enquanto adulto maduro, cômico das suas responsabilidades enquanto cidadão, profissional, genitor e membro dos diversos grupos sociais.

O modelo ternário de cronologização da vida definiu os papéis sociais compatíveis a cada estágio e institucionalizou os eventos, estilos de vida e expectativas referentes a cada grupo da vida social (HELD, 1986), instrumentalizando os sujeitos para a convivência social. Também foi relevante quanto à orientação que prestou para a intervenção estatal, através das políticas públicas, junto aos segmentos populacionais.

Na atualidade é de compreensão consensual que esse padrão de abordagem do curso da vida encontra-se em profunda modificação. A sociedade moderna até recentemente assentada nas tradições gerais que a constituíram enquanto tal está em crise. As instituições que até recentemente respondiam pela organização da vida em sociedade já não conseguem lidar satisfatoriamente com os novos problemas engendrados pelas relações sociais. Aspectos materiais desse processo, como a comunicação planetária em tempo real, a facilidade de deslocamento, o comércio internacional, a mudança no perfil do Estado, o desemprego permanente, entre outros, impõem às pessoas – objetiva e subjetivamente – desafios cotidianos novos a serem superados. Tais desafios, apresentados na forma de contingência, incerteza, mobilidade, transitoriedade não se limitam ou se adequam a certos estágios de idade, mas recaem com semelhante apresentação e força sobre todos os membros da sociedade, fazendo com que a idade se mostre como irrelevante enquanto categoria estruturante que já foi para a organização social moderna. Cada vez mais os eventos, papéis e expectativas sociais se desvinculam dos intervalos de idade e passam a envolver todas as idades, provocando uma superposição entre idades e gerações e enfraquecendo a organização da vida a partir da perspectiva cronológica.

Nesse processo, a noção do tempo mostra-se alterada pelas novas condições encontradas junto à sociedade e aos indivíduos. Os tempos da natureza foram abortados como orientadores da vida. O anterior tempo único, contínuo multiplica-se em inúmeras possibilidades; efetivando incontáveis realizações simultâneas e independentes, sem vinculação com as idades, os grupos de idade e com as experiências da vida. O tempo estruturante é o tempo real, no

qual a capacidade de realização, ancorada na versatilidade técnica, é ampliada em todos os aspectos. No tempo real tudo é possível: a estação do ano escolhida; o show daquele que já morreu; o filme a ser lançado na semana seguinte; a aula passada; o bebê a nascer posteriormente; a conversa com pessoas de todo o planeta ao mesmo tempo; o *fast food* a qualquer hora etc.

Para o tempo real a experiência construída no passar dos anos e no repetir do aprendizado é sobressalente. O presente, o passado e o futuro perdem a força junto à constituição das narrativas sociais e subjetivas, posto que se assume a postura temporal única, que subverte todas as idéias temporais e cronológicas anteriormente existentes, estabelecendo a saturação do tempo real. Nesse contexto a experiência conquistada com o passar dos anos não encontra lugar; não apenas porque os mais novos não a desejem, mas fundamentalmente porque a velocidade dos acontecimentos consubstancia uma realidade de mudanças intensas e constantes, em que o aprendido rapidamente envelhece, torna-se inadequado como ferramenta útil para lidar com a vida submetida ao risco cotidiano, num ambiente inconstante e desafiador (BECK, 1995).

No mundo da incerteza as práticas dos sujeitos requerem um novo tipo de experiência – ou habilidade – que é a de serem capazes de construir a cada vez o seu agora, sob as contingências apresentadas e sempre numa relação de diálogo com parâmetros globais e locais e os resultados que estes geram, seja em nível social, econômico político ou cultural. A meu ver, o Movimento em muito explicitou dessa nova realidade nas dinâmicas, já acima referidas, que empreendeu durante a sua existência.

Certamente, esses são olhares de um momento datado das manifestações. O Movimento está vivo e continua a sua atuação. Desse modo pode, com os rumos que tomar, possibilitar o adensamento da presente leitura, alterá-la ou ainda oferecer interpretação diversa. Como a dinamicidade do mundo global.

Bibliografia

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A; BECK, U. e LASH, S. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1995, p. 11-71.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os jovens e a cidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. II: O poder da identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- DEBERT, Guíta Grin. Envelhecimento e curso da vida. *Estudos Feministas*, nº 1, 1997. P. 121-8.
- ELBAUM, Jorge N. ¿Qué es ser joven? In: MARGULIS, Mario (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000, p. 157-171.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da USP, 1972.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HELD, Thomas. Institutionalization and deinstitutionalization of life course. *Human Development*, 1986. p. 157-80.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de (org). *Sociologia da Juventude*. vol. I: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 69-74.
- MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000. p. 13-30.
- MARTUCCELLI, Danilo. Figuras y dilema de la juventud en la modernidad. *Revista Movimento*. Universidade Fed. Fluminense, nº 1, Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 28-51.

- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. maio-ago/1997, nº 5; e set.- dez/1997, nº 6. Número Especial Juventude e Contemporaneidade, p. 5-14.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- QUAPPER, Klaudio Duarte. ¿Juventud o juventudes? Acerca de como mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In. BURAK, Solum Donas (org.). *Adolescencia e Juventud em America Latina*. Cartago, Costa Rica: LUR-Livro Universitário Regional, 2001, p. 57-74.
- SILVA, Valéria *Juventude e modernidade brasileira: fragmentos contemporâneos de um processo secular*. mimeo. Florianópolis/SC, mar/2003.
- SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Edit. UFMG/IUPERJ, 2003.
- _____. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, UNB, 2000.

MOVIMENTOS JUVENIS E A DIVERSIDADE DAS PAUTAS DE LUTAS: POR UMA NOVA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA PARA A CIDADANIA E COM A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

Otávio Luiz Machado

“A linguagem autoritária reduz tudo a uma única voz, sufocando a variedade e riqueza que existe na comunicação humana”

(BORIS SCHNAIDERMAN)

Introdução

A seguinte mensagem de Gabriel García Marquez dirigida aos jovens deixou marcada uma expectativa do autor em relação ao novo século que surgia: *“Não esperem nada do século XXI, pois é o século XXI que espera tudo de vocês. É um século que não chega pronto da fábrica, mas sim pronto para ser forjado por vocês à nossa imagem e semelhança. Ele só será glorioso e nosso à medida que vocês sejam capazes de imaginá-lo”* (França, em 1999).

Nos movimentos juvenis mais recentes no Brasil, cremos que temos diante de nós um pouco do que a expressão do escritor se remeteu. A necessária chance aos jovens para que possam se expressar e participar dos mais diversos espaços da sociedade brasileira será uma das questões discutidas em nosso artigo, sobretudo para levantar algumas idéias sobre a participação juvenil e a formação cidadã.

Tal questão está na ordem do dia, pois durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008), que contou com a presença de milhares de jovens de delegações de todos os Estados do Brasil sob a organização da Secretaria Nacional de Juventude, a preocupação principal dos jovens nos debates girou a partir dos seguintes pontos: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Cultura; 4) Sexualidade e Saúde; 5) Participação Política; 6) Meio Ambiente; 7) Segurança e Direitos Humanos; 8) Diversidade e Políticas Afirmativas; 9) Tempo Livre, Esporte e Lazer; 10) Fortalecimento Institucional da Política de Juventude; 11) Mídia, Comunicação e Tecnologia da Informação; 12) Drogas; 13) Cidades; 14) Família; 15) Campo; 16) Povos e Comunidades Tradicionais.

Ao tratarem da questão da educação, por exemplo, o acesso à escolarização e à assistência estudantil foram questões que ganharam força, enquanto na parte da participação política, percebemos que os jovens também aspiram a construção ou o fortalecimento de espaços de participação, de capacitação, informação e mobilização da juventude.

A parte que chamou muito a atenção foi a de "Segurança", que tratou de questões como a redução da maioridade penal, bem como indicou a necessidade de dar maior visibilidade ao jovem enquanto cidadão de direitos, pois diante da associação da juventude à marginalização, o que se percebeu foi a existência de uma rotina nas instituições que tratam da segurança pública que cotidianamente não leva em conta o respeito à cidadania e aos direitos humanos de muitos jovens brasileiros, sobretudo os de origem popular.

Diante de tal quadro, o debate sobre a diversidade de pautas e de questões que envolvem as juventudes serão trazidas no texto, embora com limites e lacunas, pois o foco será nas juventudes universitárias e a educação.

Ao final nos debruçamos sobre a reconstituição histórica dos movimentos estudantis e juvenis. A elaboração de uma proposta para o Estado brasileiro seguiu um padrão de levantamento, organização, produção de conhecimento nas áreas pouco exploradas ou inexploradas, cujos critérios foram o questionamento e a validade de estudos para os que se interessam pela vida estudantil em geral.

A participação de todos os grupos sociais na reconstituição da história dos jovens seria fundamental, pois são eles que incentivam, estimulam ou animam, por meio do diálogo e de troca de experiências, os demais setores a participar. E não deixando a questão apenas a uma equipe de pesquisadores.

Esperamos que o conhecimento produzido por nossas pesquisas também se alie ao que um dos importantes mestres escreveu: "Conhecimento que não decifra a vida e não ilumina o mundo não é conhecimento. É enganação" (Rubem Alves)¹.

Juventude e Participação Política

Ao pensarmos em participação política da juventude brasileira trazemos a questão do respeito às diferenças e à pluralidade de temas que envolvem os jovens hoje em dia. Não é possível existir movimento

¹ "O Rio São Francisco no Paraná". *In*: Folha de S. Paulo, p. 3, 11 de julho de 1999.

estudantil ou juvenil sem o diálogo dos outros atores sociais com as mais diversas juventudes ou grupos de nossa sociedade.

Com a ocupação da Reitoria da USP (e em universidades paulistas) e de diversas outras reitorias no Brasil, a partir de 2007, o movimento estudantil voltou ao cenário nacional com muita força. Sobretudo com as ocupações de reitorias de universidades federais exigindo o debate público sobre o REUNI, o movimento estudantil foi fortalecido no interior das universidades, o que pôde ser observado com a eleição de dezenas de Diretórios (Acadêmicos ou Centrais) com a presença de estudantes contrários à direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) – grupo estudantil que se debruçou a discutir o tema internamente e aderiu imediatamente ao projeto governamental.

No caso da ocupação da Reitoria da UnB, a construção, organização, deflagração e manutenção foi dada pela liderança das instâncias internas do movimento estudantil da própria universidade. Uma das primeiras movimentações dos estudantes ocorreu quando veio a público a denúncia do Ministério Público contra os gastos excessivos, sem as devidas finalidades, dos recursos utilizados pelo Reitor na manutenção do apartamento funcional da Reitoria. A liderança da Casa do Estudante da UnB iniciou a partir daí uma série de comunicados, inclusive recebendo apoio das outras casas estudantis brasileiras que reclamavam o seguinte: enquanto o Reitor gastava R\$500 mil para mobiliar o seu apartamento funcional, a Casa do Estudante tinha uma série de problemas estruturais.

A ocupação da USP, de universidades privadas e de universidades federais foi importante para demonstrar que o movimento estudantil ressurgiu em certos períodos não programados. O desejo de fazer do movimento estudantil um espaço de luta, de reivindicação e de conquistas para o conjunto dos estudantes esteve presente no discurso estudantil, aliando-se a identificação da ausência da direção da UNE na luta dos estudantes. Pois mais uma vez o movimento estudantil não foi liderado pela UNE, que tem sido apontado por vários setores estudantis como uma entidade omissa quando o assunto é manifestação, luta pelo debate estudantil e a defesa da universalização do ensino superior de qualidade.

Juventude e a luta atual contra a política educacional do Governo

Uma justiça deve ser feita aos movimentos em torno das Casas de Estudantes, dos Sem Universidades, das Federações de Cursos, da Reforma Universitária, dos Negros, das Mulheres, dos GLBTs e de todos

que buscam produzir movimentos estudantis em diversos espaços – institucionais ou não – que tenham jovens interessados no debate universitário.

Desde 2004, quando o tema da reforma universitária ganhou uma atenção especial do movimento estudantil, a necessidade de um debate profundo sobre a educação superior tem sido a tônica do discurso de setores contrários às propostas do Governo Lula, incluindo questionamentos sobre o Prouni e o Reuni.

O caso mais emblemático no debate sobre a educação superior no Brasil é a posição da direção da UNE contra setores do movimento estudantil que buscam debater tais questões, sobretudo medidas do Governo Federal em relação à educação.

Em recente declaração, o Ministro Tarso Genro disparou o seguinte: “os radicalóides adotaram o mesmo discurso das elites”². Foi durante o 1º Encontro de Estudantes do Prouni do Rio Grande do Sul, organizado pela UNE e realizado na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), no dia 28 de junho de 2008. Mais uma vez setores do Governo e UNE juntos criticando fortemente o movimento estudantil que ainda insiste e reivindica o debate sobre a educação em nosso País.

A reforma universitária é uma bandeira histórica do movimento estudantil latino-americano e brasileiro, pois foram os estudantes que primeiramente a exigiram e, para isso, debateram intensamente a questão durante décadas. Foi durante a ditadura militar que os estudantes nada puderam opinar ou debater sobre os rumos da Reforma Universitária que eles mesmos iniciaram. E foi nesse momento que a reforma universitária foi implantada.

Quando setores do movimento estudantil procuram canais de debates sobre a reforma universitária, o que estão reivindicando está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é um Documento construído há 60 anos: “artigo 26: Toda pessoa tem direito a uma educação de qualidade, que garanta o pleno desenvolvimento da personalidade humana”.

No meio estudantil, conforme pode ser analisado a partir de várias fontes, o debate universitário sobre a reforma universitária ainda é pouco representativo, porque enquanto uma maioria ainda reivindica uma participação efetiva nos rumos do projeto de Reforma Universitária, a minoria – em aliança com um conjunto de grupos

² Ver em: www.une.org.br/home3/educacao/educacao_2007/m_12844.html.

oficiais poderosos – tem promovido a desmobilização do debate público.

Juventudes e sua História

A história do movimento estudantil brasileiro também é uma questão do debate acadêmico e científico, levando-se em consideração a experiência acumulada em eventos e em publicações acadêmicas das nossas universidades. Portanto, ao tornarmos acessíveis os conhecimentos produzidos pelas diversas instituições também estaremos contribuindo com outro princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Artigo 27: Toda pessoa tem direito a participar da vida cultural e receber os benefícios do progresso da ciência".

Outros projetos em diversas universidades também possuem como foco o resgate da história do movimento estudantil. A reconstituição histórica conduzida pelo PROENGE – projeto A Engenharia Nacional, os Estudantes e a Educação Superior: a Memória Reabilitada (1930-85) – é um deles. É uma tarefa de grande fôlego que cumprimos, pois tratamos de diversas juventudes e movimentos estudantis com as suas mais diferentes pautas, formas de atuação, influências de formação e concepção de lutas. Mas o PROENGE conseguiu agregar várias linhas temáticas, reunir muitos documentos e encomendar textos que abordavam os seus principais focos de análise. É uma pesquisa realizada durante três anos de atuação, cuja vertente principal foi a de levantar e disponibilizar os principais documentos sobre a história dos movimentos juvenis e estudantis.

Ao final de mais uma etapa do PROENGE, procuramos analisar os elementos que tornaram o movimento estudantil (e juvenil) um ator social importante no debate sobre a Educação, a formulação de um ideário sobre a formação profissional, a constituição de novas relações sociais no interior de uma instituição educativa e a construção de uma articulação entre Educação e Sociedade. O movimento estudantil se constituiu em décadas passadas como uns dos fenômenos sociais por excelência. Os atores sociais envolvidos construíram novos sentidos sobre o espaço universitário, ao articularem interesses acadêmicos e políticos para atender a uma expectativa coletiva. Assim, ao se pretender questionar é até que ponto a experiência universitária de grupos juvenis universitários em torno do movimento estudantil possibilitou a construção de um discurso focado num projeto de país, também foi inevitável analisar como as instituições escolares

hierarquizam saberes e promovem medidas importantes para organizar e transmitir conhecimentos e competências.

O PROENGE ainda questionou o seguinte: o que deixaremos para as futuras gerações em termos de conhecimento da história do movimento estudantil e juvenil?

A partir de um debate que atualmente ocorre em relação à abertura dos arquivos da ditadura militar, também é fundamental exigir do Estado iniciativas que visem tornar públicos documentos relacionados aos movimentos estudantis, pois segundo a ANPUH (Associação Nacional de História),

"Os direitos à informação e à memória constituem na sociedade democrática contemporânea, direitos civis, políticos e sociais. Os arquivos tornaram-se públicos, destinados aos cidadãos. A moderna arquivística é o resultado desta mutação fundamental: trata-se de preservar o direito à informação, o acesso. O arquivo, enfim, existe para seu usuário, para atender desde a mais "desinteressada" consulta à mais especializada pesquisa. Não pode haver democracia em países que negam e ocultam o passado em nome da "segurança do Estado". Também não pode haver desenvolvimento da educação e da cultura onde se silencia sobre o passado, onde se nega a memória. Assim, quando um governo democraticamente eleito compactua com o autoritarismo, resguarda a tortura através de legislação de caráter duvidoso, é conivente com a queima de documentos e impede que a sociedade se defronte com seu passado torna-se ilegítimo porque negam aos cidadãos o mais básico direito: a existência enquanto seres autônomos. No momento em que o Estado e o governo se apresentam como inimigos da democracia, torna-se ilegítimo e só resta, a sociedade exercer o direito de rebeldia contra a tirania em sua própria defesa e em defesa da sociedade democrática. Não há, portanto, mais lugar para hesitações no Brasil contemporâneo: ou se consolida a democracia com a efetivação do direito à informação e à memória à toda sociedade e abrem-se os arquivos irrestritamente, ou estaremos entregues ao obscurantismo, ao autoritarismo e, quiçá, à rebeldia" (Documento "Democracia, Direitos, Arquivos e Documentação", Diretoria ANPUH/Nacional, São Paulo, dezembro de 2004).

É fundamental que seja aproveitada a experiência das universidades e dos centros de pesquisas no tratamento da memória da juventude e do movimento estudantil no Brasil, bem como dos pesquisadores envolvidos com o tema a partir de suas instituições. O PROENGE vem cumprindo o seu papel, pois digitalizou mais de 10.000 páginas de documentos sobre a memória do movimento estudantil

brasileiro nos mais diversos momentos da História do Brasil, bem como realizou cerca de 300 entrevistas com tais personagens. E transcreveu diversos depoimentos resultando em mais de 1.200 páginas de textos a partir das transcrições.

A documentação apresentada pelo PROENGE perpassa a memória histórica do país, pois registram temas como os grandes projetos nacionais brasileiros, o ideário da democracia e dos direitos humanos, o desenvolvimento econômico e social e de tantos outros temas, pois o movimento estudantil brasileiro foi uma das grandes referências para a discussão do projeto da nação brasileira no século XX. No período abrangido pela documentação (1903-2008), a enorme disposição dos jovens em debater temas como a implantação da indústria da aviação, o petróleo e o nacionalismo, a questão energética e mineral e a conseqüente emancipação econômica do Brasil, a redução da desigualdade social, a expansão da educação superior, a implantação de um campo científico e tecnológico amplo, a necessidade de equiparação do Brasil às grandes potências mundiais e a divulgação da cultura brasileira. Em termos historiográficos, a parte mais significativa da documentação, contempla o início da divulgação científica do país que surgiu pelas entidades estudantis e os seus eventos específicos, como é o caso da Revista da Escola de Minas (REM) e dos congressos nacionais de estudantes entre 1930 e 1950, a criação e a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no debate político nacional desde 1938, as reformas de Base de João Goulart, a educação popular influenciada pelo Método Paulo Freire e o movimento da reforma universitária dos anos 1960, o combate à ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, a efervescência do movimento estudantil em 1968, os movimentos pela anistia, redemocratização e reabertura dos espaços democráticos das entidades estudantis no final dos anos 1970, as Diretas-Já os anos 1980 e as novas possibilidades de contestação entre 1990 e 2007. Também é importante registrar as bases sociais e as sociabilidades dos estudantes apresentadas nos documentos, pois marca um estilo de vida que contrastava com a realidade social existente.

Além de documentos e entrevistas, também é fundamental registrar o acervo de fotos do PROENGE, que possui uma coleção digital com milhares de fotografias e imagens do movimento estudantil brasileiro. Num intervalo de três anos, a documentação foi utilizada para a composição de livros (inclusive um deles contemplado com o Prêmio Jabuti), capítulos de livros e textos para anais de eventos, além de teses, monografias ou dissertações. É uma documentação que cobre

importantes lacunas da memória do país, mas corre o risco de ser perdida por incêndios, furtos ou outros episódios devido à falta de atenção da sociedade quanto à sua importância.

Cabe-nos alertar que a história dos movimentos juvenis e estudantis precisa ser levada mais a sério, pois o que está em jogo é o conhecimento que a sociedade brasileira terá sobre o tema no futuro, a necessidade de contribuirmos hoje com os estudiosos que certamente se interessarão pelo tema amanhã e a importância da História para a formação cidadã de crianças e jovens do nosso país.

O Brasil, que é um país com contradições enormes, marcha, desde a redemocratização, em 1985, para o encontro de um novo rumo em direção à valorização da democracia como valor fundamental para a construção dos direitos humanos. A renovação do Brasil nos quadros do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) indicou o quanto o país tem reconhecido os avanços nesse campo.

Considerações finais

Por fim, espero que nossa contribuição aqui seja no sentido de gerar um debate e contribuir com um aspecto efetivo para a democracia brasileira. É o que temos feito nos últimos anos com projetos de reconstituição da história dos estudantes brasileiros. Temos uma produção que é uma base para que os nossos filhos e netos possam conhecer a história do seu país de forma mais aberta. Não se trata aqui de combater grupos políticos e estudantis que estão agindo de uma ou de outra maneira, mas de situar a sociedade brasileira sobre o que está sendo feito e o que pode ainda ser feito pelo tema na atualidade.

A partir da utilização de R\$40 milhões oriundo de recursos públicos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) com a justificativa de contribuir com a memória do movimento estudantil brasileiro, creio que os recursos são discrepantes aos resultados apresentados pela entidade até o momento, o que nos leva a propor que a Secretaria Nacional da Juventude realize um projeto nacional visando resgatar a história da juventude brasileira a partir do seguinte:

- 1) Exposição itinerante sobre a história das juventudes brasileiras nos vários Estados do Brasil, utilizando-se de espaços de circulação de pessoas como rodoviárias e aeroportos;
- 2) Inserção no sítio www.juventude.gov.br de experiências exitosas de reconstituição da história da juventude brasileira;

- 3) Articulação com os mais diversos setores do Governo Federal para que as entidades estudantis de base e movimentos juvenis diversos façam trabalhos de resgate de sua história;
- 4) Realização de campanha para o incentivo à leitura de publicações relacionadas à história das juventudes e dos movimentos estudantis;
- 5) Realização de parcerias com as Pró-Reitorias de Extensão de universidades públicas e privadas, no sentido de criar espaços de debates e de formação política dos jovens universitários;
- 6) Formação de um banco de dados disponível na *internet* com a publicação de textos e documentos sobre a história da juventude brasileira;
- 7) Formulação de cursos livres destinados aos jovens - sobretudo os envolvidos em entidades estudantis ou em projetos sociais e culturais - sobre Ética e Direitos Humanos, levando-se em consideração a necessidade de sensibilização dos jovens brasileiros quanto a importância de projetos coletivos;
- 8) A Secretaria Nacional de Juventude deveria promover um projeto nacional de levantamento da documentação que trata a história da juventude (incluindo o movimento estudantil). Através de edital público e com recursos do Tesouro Nacional, deveria selecionar várias instituições de pesquisa em todo o território nacional (uma por cada região) e promover uma campanha de arrecadação de documentos. Após o seu tratamento, catalogação e digitalização, os documentos originais seriam destinados às instituições de origem. No caso de documentos de instituições que deixaram de existir, a documentação seria destinada ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro ou aos arquivos Estaduais. As participações de entidades estudantis e jovens estudantes na sua realização seriam muito importantes;
- 9) A Secretaria Nacional de Juventude deveria promover um projeto nacional de registro da história da juventude (incluindo o movimento estudantil) por meio de realização de história oral. Através de edital público e com recursos do Tesouro Nacional, a Secretaria deveria selecionar várias instituições de pesquisa em todo o território nacional (uma por cada região) e promover o registro por meio de depoimentos de todas as ex-lideranças juvenis do Brasil. Os áudios originais e as transcrições ficariam sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, centros de pesquisa em universidades ou em arquivos Estaduais. O texto editado das transcrições seria publicado no sítio www.juventude.gov.br. As participações de entidades

estudantis e jovens estudantes na sua realização seriam muito importantes;

- 10) A realização de parceria da Secretaria Nacional de Juventude dar-se-ia através das seguintes instituições públicas:
 - a) CAPES, CNPq e agências de fomento estaduais: incentivariam ou apoiariam os pesquisadores que trabalham com documentação sobre entidades públicas que não estejam guardadas em arquivos públicos - e para que tenham um compromisso de disponibilizar originais ou mesmo cópias de documentos que são utilizados em projetos de iniciação científica, conclusão de curso, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento às instituições de origem, o que impulsionaria um processo significativo de conservação e divulgação de documentos históricos sobre a juventude;
 - b) Ministério da Ciência e Tecnologia: fomentaria os seus institutos de pesquisas (como o FIOCRUZ) a se associarem aos projetos das universidades;
 - c) Câmara dos Deputados e Senado Federal: disponibilizariam toda a sua documentação que tratam da história da juventude;
 - d) Ministério da Justiça e as diversas secretarias de Justiça dos Estados: disponibilizariam toda a sua documentação que tratam da história da juventude;
 - e) Ministério das Comunicações: realizaria uma parceria com a mídia escrita, falada e televisiva, no sentido de propor ações para que pudessem disponibilizar toda a sua documentação que trata da história da juventude;
 - f) Universidades públicas federais e estaduais (além de instituições privadas): realizariam os projetos de guarda de seus documentos e a coleta de depoimentos;
 - g) Secretarias de Juventude dos Estados: dariam um suporte aos trabalhos realizados pelas universidades, bem como criariam atividades para facilitar o acesso dos jovens aos produtos do projeto, inclusive com apresentações públicas ou cursos;
 - h) Ministério da Cultura: Criação de um selo de preservação da memória nacional da juventude, além de um prêmio nacional de trabalhos voltados à história da juventude;
 - i) Ministério da Educação: fomentaria os seus institutos de pesquisas (como a Fundação Joaquim Nabuco) a se associarem aos projetos das universidades;

- j) Infraero: organizaria a divulgação de uma exposição nos 53 aeroportos brasileiros, bem como criaria espaços de coleta da doação de documentos por qualquer cidadão brasileiro nos seus espaços de atuação;
- l) Petrobrás: fomentaria as suas empresas (como a BR Distribuidora) a se associarem aos projetos das universidades, incluindo o apoio financeiro e a própria divulgação dos projetos;
- m) Eletrobrás: fomentaria as suas empresas (como a CHESF) a se associarem aos projetos das universidades, incluindo o apoio financeiro e a própria divulgação dos projetos;
- n) Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil: seriam os principais financiadores do projeto da Secretaria. E divulgaria junto aos correntistas (em carta ou em suas agências) a existência do projeto, inclusive pedindo a colaboração dos que possuem documentos ou depoimentos a fornecer;
- o) Imprensa Nacional: seria responsável pela reprodução de material de propaganda, catálogos e publicações geradas pelo projeto da Secretaria;
- p) Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: teria a guarda de todos os originais que não couberem às outras instituições;
- q) Correios e Telégrafos: apoiaria os projetos das universidades, incluindo o apoio financeiro e a própria divulgação dos projetos nas suas agências espalhadas pelo Brasil;
- r) Ministério dos Esportes: fomentaria atividades a partir do projeto da Secretaria.

Todas as atividades propostas para a Secretaria Nacional de Juventude seriam construídas dentro de uma política de um Estado Republicano, o que certamente envolveria amplos setores das entidades da sociedade civil organizada na sua realização. É possível que uma parte significativa da memória da juventude brasileira seria preservada com tais ações, embora o país ainda continue com uma dívida muito grande com sua juventude.

Várias entrevistas do PROENGE foram divulgadas no formato de livro, como é o caso a feita com o Professor Jacob Gorender, em São Paulo, enquanto outras, assim como documentos, já estão publicadas em "sites" como o da Fundação Perseu Abramo, no próprio blog (seja realista: peça o impossível), em livros e em um DVD-Rom. O projeto vem contribuindo com livros, como o de Ana Maria de Araújo Freire, intitulado "Paulo Freire: uma história de vida" (em 2006), assim como

com a disponibilização de dados ou documentos imprescindíveis à história do país a todos os interessados.

Um aspecto importante do projeto é ouvir as opiniões dos que contracenam conosco na luta pela memória do movimento estudantil, assim como organizar ou participar de debates promovidos por outros projetos. O confronto de idéias é fundamental, pois é a partir daí que teremos subsídios e legitimidade para continuar o projeto, assim como torná-lo acessível aos interesses da sociedade de um modo geral.

Ao analisarmos algumas das opiniões recebidas pelos coordenadores sobre o PROENGE, cremos que existe um apelo no que se refere à difusão do conhecimento sobre a história dos movimentos juvenis no Brasil:

"Tomara que este material se difunda a todos os interessados em pesquisas sobre o movimento estudantil brasileiro. Mais uma vez, parabéns pela iniciativa" (Pós-Graduandos do Rio Grande do Sul).

Outra opinião refere à originalidade do projeto: "É incrível o monte de coisas preciosas que vc [vocês] conseguiu [conseguiram] reunir" (Professora do Rio de Janeiro), o que também sempre é associado à publicização dos resultados do trabalho:.

"Escrevo-lhe para agradecer o envio do CD [DVD] e parabenizá-lo [s]. Importantíssimo seu trabalho de documentação pelo valor de pesquisa e, principalmente, pela publicização. Não é sempre que encontramos pesquisadores dispostos a saírem de suas "casinhas" repletas de materiais tratados como particulares e de uso privado" (Professora de Santa Catarina)

Além de três livros em forma coletâneas, DVD-Rom, palestras e artigos diversos produzidos pela Coordenação do Proenge, acreditamos que o DVD-Rom foi um dos "produtos" do projeto que mais contribuiu para a reconstituição da história do movimento estudantil e juvenil: "[O DVD-Rom] será muito útil e para muita gente" (Professor do Rio de Janeiro). E também o que mais repercutiu e provocou reações muito positivas dos que tiveram acesso: "Estou aos poucos assistindo todos os documentários. E já me emocionei" (Estudante de Pós-Graduação, São Paulo).

Outro aspecto a ressaltar é a sensibilidade de diversos estudiosos na adesão ao projeto: "Estou enviando minha dissertação para fazer parte do acervo sobre o assunto. Espero contribuir e somar com o seu trabalho. Grata pela atenção" (Professora Universitária, Minas Gerais). Outro depoimento fecha bem tal questão: "Envio cópia

de minha dissertação para constar no acervo sobre o tema juventude. Muito obrigada pela oportunidade” (Pesquisadora, Santa Catarina)

Quanto ao conteúdo do DVD-Rom, um dos depoimentos ilustrou bem o que os outros opinaram: “É uma ótima compilação de matérias, filmes, entrevistas etc. Agradeço sua gentileza no envio deste. Grande abraço” (Professora Universitária, Paraíba).

As expectativas em relação à primeira coletânea produzida pelo Proenge (Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior) também foi satisfatória:

“O livro representa uma etapa importante que vai impulsionar outras aberturas e circulação de debates. É disto que se faz uma democracia. Além disso, entendo como fundamental olharmos com orgulho e dor o nosso passado, em que as perdas só se reparam quando as ressignificamos politicamente, como uma herança social, nutrindo narrções que possam ser apropriadas com o coração” (Professora do Rio de Janeiro).

Todas as opiniões, sugestões e orientações apresentadas aqui sobre o nosso trabalho merecem uma grande reflexão. O presente texto foi construído com base em nossas diversas experiências de pesquisas sobre o tema. Assim, esperamos que a participação de todos os setores da sociedade brasileira nesta obra seja uma constante.

Bibliografia

- ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos da História Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Esquecimento e Memória”. In: *O esquecimento da política*. Site: www.cultura.gov.br. Consultado em 03 de janeiro de 2007.
- BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 51-65, outubro de 1994.
- BRANDÃO, Carla. *Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 2004. (Tese).

- CARDOSO, Irene. "USP, 70 anos: Comemorações e contra-comemorações". In: *Revista Adusp*, Outubro 2004, p. 13-20.
- CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena (orgs.). *Bibliografia sobre a Juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.
- CARMO, Paulo Sergio. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2000.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. "Jovens Universitários". In: *Juventude e escolarização (1980-1998)*, Coordenação: Marília Pontes Sposito, Brasília, MEC/Inep/Comped, 2002a, p. 135-155.
- _____. "Jovens e participação política". In: *Juventude e escolarização (1980-1998)*, Coordenação: Marília Pontes Sposito, Brasília, MEC/Inep/Comped, 2002b, p. 185-202.
- CUNHA, Luís Antônio. *A Universidade Reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. *Universidade crítica*. 2a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- _____. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: *500 anos de educação no Brasil*. Organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Cyntia Greive Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.
- DIRCEU, José. & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.
- DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da Universidade "modernizada" à Universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- _____. *UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- _____. "Os estudantes e o problema universitário nos anos 1960";. In: Otávio Luiz Machado & Michel Zaidan (orgs.), *Movimento Estudantil Brasileiro e a educação superior*, Recife, Editora UFPE, 2007, p. 85-98.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difel, 1960.
- _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.
- _____. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

- _____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- _____. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. "Texto de palestra de Florestan na UFU". In: *Homenagem a Florestan Fernandes*, Uberlândia, CDHIS/ADUFU/SINTET/UFU, 1995.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- _____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 6ª ed. São Paulo: Moraes, 1986.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. 14ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 2 volumes.
- _____. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. 2 volumes.
- GASPARIAN, Fernando. "Prefácio". In: Adriano Murgel Branco (org.) *Política energética e crise de desenvolvimento a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 7-17.
- GERMANO, Lígia. "Na parede da memória". In: <http://www.ufmg.br/liberdade/index.htm>
- GROPPO, Luis Antônio. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- _____. *Uma onda mundial de revoltas. Movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora Unimep, 2005a.
- _____. "A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960". *Impulso*. Piracicaba, 16 (40), 117-131, 2005b.
- _____. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- _____. "As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967", In: Otávio Luiz Machado e Michel Zaidan (orgs.), *Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior*, Recife, Editora Universitária UFPE, 2007, p. 231-253.
- GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUSMÃO, Roberto. *Depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.
- HOHLFELDT, Antônio. "A fermentação cultural da década brasileira de 60". *Famecos, Porto Alegre*, n. 11, dezembro de 1999, p. 38-56.

- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1991.
- PAULA, Lucília. *Protagonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção?*. Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003.
- PELLICCIOTTA, Mirza. *Uma aventura política: as movimentações estudantis nos anos 70*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. (Dissertação de mestrado em História Social).
- _____. "Mobilizações estudantis nos anos 1970". In: Otávio Luiz Machado, Michel Zaidan e Luís Antônio Groppo (orgs). *Juventude e Movimento Estudantil Brasileiro: Ontem e Hoje*. Recife: Editora UFPE, 2008.
- POERNER, Arthur José. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *O poder jovem. História da participação política dos estudantes brasileiros*. 4ª ed. Ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.
- PRANDI, Reginaldo. *Os favoritos degradados ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje*. São Paulo: Loyola, 1982.
- REIS, José Carlos. *A História Entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- _____. *Em busca do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2000.
- _____. "Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960". *Tempo Brasileiro: Revista de sociologia da USP*. São Paulo, 2005. Disponível em www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a03.pdf. Consultado em 28/04/2008.
- ROCHA E SILVA, Simone Tenório. "Rebeldia, contestação e silêncio: o movimento estudantil em 1968". In: Otávio Luiz Machado & Michel Zaidan (orgs.). *Movimento Estudantil Brasileiro e a educação superior*. Recife: Editora UFPE, 2007, p. 59-83.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. "Prefácio". In: PINTO, Álvaro Vieira, *A questão da universidade*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986, p. 5-6.
- SCHNAIDERMAN, Boris. "Bakhtin 40 graus (Uma experiência brasileira com a sua obra)". In: Beth Brait (org.). *Bakhtin: dialogismo e*

Informações gráficas

Formato
155x220 mm

Tipologia
Trebuchet MS

Papel
Miolo: Off-set 75 g/m²
Capa: Triplex 180 g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea

Fones: (81) 2126.8397 / 2126.8930

Fax (81) 2126.8395 - Recife - PE

CEP 50740-530

Home Page: <http://www.ufpe.br/editora>

E-mail: editora@ufpe.br - edufpe@nlink.com.br

“MOVIMENTOS JUVENIS NA CONTEMPORANEIDADE consegue apresentar esta relevância e a importância da condição e da atuação juvenil para a sociedade, em toda sua diversidade, e nos faz refletir sobre as novas necessidades para fortalecer a atuação e a organização destes movimentos cidadãos, suas mudanças de pautas e suas diferentes formas de atuação. Uma leitura indispensável para quem trabalha com a difícil missão de promover e garantir os direitos da juventude em nosso país.”

Pedro José Mendes Filho



Mas esta coletânea não poderia deixar de registrar ao menos o sentimento de surpresa diante do fato de que, no início de 2007, universitários ocuparam reitorias de universidades públicas, primeiro paulistas, depois em outros Estados. Destacou-se o movimento na USP (Universidade de São Paulo), feito à margem da entidade oficial representativa dos estudantes e levando a reboque algumas organizações estudantis da extrema esquerda que improvisaram ocupações em outros locais. Novamente, instaurou-se um intenso debate, às vezes opondo estudantes e professores, outras estudantes aliados a professores contra dirigentes do ensino superior, outras promovendo a aliança de todos estes contra governantes. Assim, mal se prepara este livro e ele já se vê surpreendido pela dinâmica da história e dos agentes sociais.

Apoio



Realização

